



O QUE APRENDEMOS COM A GUERRA NA UCRÂNIA

Organizadores:
Marcelo Gurgel do Amaral Silva
Oscar Medeiros Filho
Augusto W. M. Teixeira Júnior

**O que aprendemos
com a guerra
na Ucrânia**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A654 O que aprendemos com a guerra na Ucrânia [recurso eletrônico] / organizadores, Marcelo Gurgel do Amaral Silva, Oscar Medeiros Filho e Augusto W. M. Teixeira Junior – Brasília, DF: Escola Superior de Defesa, 2025.

345 p.

ISBN: 978-65-997788-9-6

1. Estudos estratégicos 2. Geopolítica 3. Defesa nacional– aspectos militares 4. Tecnologia militar – conflitos contemporâneos I. Silva, Marcelo Gurgel do Amaral. II. Medeiros Filho, Oscar. III. Teixeira Junior, Augusto W. M. IV. Escola Superior de Defesa. V. Título.

CDD - 355.02

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Profa. Therezinha de Castro – ESD

Índice para catálogo sistemático:

1. Atribuições e especialidades de Estado-Maior: **356.25**
2. Apresentação em forma histórica e biográfica: **(092)**

Versão em formato digital disponível no site:

<https://www.gov.br/esd/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/livros>

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Todos os direitos reservados à

Escola Superior de Defesa - ESD

Setor de Habitações Individuais Sul - Rodovia Df-001-Km 27,4 SN

71686-900 – Jardim Botânico – Brasília/DF

<https://www.gov.br/esd/pt-br>

ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA (ESD)

Criada em 1º de outubro de 2021, por meio do Decreto Presidencial nº 10.806, de 23 de setembro de 2021, a ESD é uma instituição de ensino superior, ligada ao Ministério da Defesa (MD), que realiza estudos, pesquisas, extensão, difusão, ensino e intercâmbio, em temas de interesse da Defesa Nacional.

COMANDANTE

Major-Brigadeiro Médica Carla Lyrio Martins

SUBCOMANDANTE

Contra-Almirante Leonardo Braga Martins

COORDENADOR ACADÊMICO

General de Brigada R1 Carlos Henrique Teche

PRÓ-REITOR

General de Brigada R1 Marcelo Gurgel do Amaral Silva

EXPEDIENTE EDITORIAL

ORGANIZADORES

General de Brigada R1 Marcelo Gurgel do Amaral Silva

Cel R1 (Prof. Dr) Oscar Medeiros Filho

Prof. Dr. Augusto W. M. Teixeira Jr.

PROJETO GRÁFICO, REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

Ten Cel QCO Ana Paula de Almeida Cardoso

Major QCO Ana Rita de Avila Belbute Peres

2º Sgt R/1 César Murilo Carvalho Arcêncio

IMAGEM DA CAPA

Elaborada por Cel R1 (Prof. Dr) Oscar Medeiros Filho e editada por

2º Sgt R/1 César Murilo Carvalho Arcêncio

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Carlos Eduardo Gomes
Prof. Dra. Cintiene Sandes Monfredo Mendes
Prof. Dr. Fábio Albergaria de Queiroz
Prof. Dr. Jose Roberto Pinho de Andrade Lima
Prof. Dr. Julio Eduardo da Silva Menezes
Prof. Dr. Leonardo Ulian Dall Evedove
Prof. Dr. Peterson Ferreira da Silva
Prof. Dra. Selma Lucia de Moura Gonzales
Prof. Dra. Viviane Machado Caminha

.....

O QUE APRENDEMOS COM A GUERRA NA UCRÂNIA

Livro organizado em torno dos aprendizados colhidos a partir da guerra entre Rússia e Ucrânia, reunindo capítulos escritos por estudiosos e especialistas sob as diferentes perspectivas relacionadas aos Estudos Estratégicos.



Brasília - DF
2025

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos a obra “O que aprendemos com a guerra na Ucrânia?”. Como o próprio título sugere, trata-se de uma coletânea composta por textos de estudiosos e profissionais militares, especialistas em áreas como Defesa, Estudos Estratégicos, Geopolítica e Segurança Internacional. O esforço materializado nesta obra teve por objetivo buscar registrar as lições adquiridas ao longo de mais de três anos de conflitos, sob distintas perspectivas.

Eventos de notável peso histórico como a guerra na Ucrânia revelam o quanto em pleno século XXI, Estados continuam usando a força como instrumento de política internacional. Esta constatação reitera a máxima de Clausewitz, quando afirmava que a guerra é a continuação da política por outros meios. Nesse sentido, a sua natureza se mostra inalterável. Entretanto, a forma como a guerra tem sido conduzida (*warfare*) mostra sinais de transformações, mas também de permanências. Em um mundo contraído pelas tecnologias e pela insurgência de novos e tradicionais atores não-estatais, cabe indagar o que temos aprendido com essa guerra, em suas diversas dimensões: geopolítica, estratégica, governança internacional, tecnologia e arte operacional.

Para tentar responder a essas perguntas, organizamos este livro. Não temos a pretensão de esgotar o debate sobre um evento tão complexo e multifacetado. Interessa-nos, em primeiro lugar, compartilhar percepções e conclusões a respeito do fenômeno da guerra presente em nossos dias. A finalidade principal deste livro não é discutir de forma terminativa as razões e as justificativas do conflito, mas sim compreender de que forma a guerra tem se revelado como fenômeno político neste quadrante da história, à luz das dimensões supracitadas, e dessa forma, retirar ensinamentos desse fenômeno para os estudos em Defesa.

O fato de todos os autores serem brasileiros, civis e militares, oferece-nos uma vantagem comparativa em relação aos autores de outras regiões do mundo: devido à maior distância geográfica (e geopolítica) do fenômeno analisado, estão

menos sujeitos aos efeitos emocionais que eventos dessa magnitude costumam despertar. Por esse motivo, a presente obra adotou como princípio orientador a neutralidade axiológica, evitando posicionamentos passionais favoráveis a qualquer um dos lados envolvidos no conflito em questão.

A obra é composta por quatorze capítulos distribuídos em seis seções. Na primeira seção, discute-se o método de análise estratégica aplicado ao caso ucraniano. O capítulo intitulado “A estratégia russa na Ucrânia desde a invasão de 2022”, de autoria de Eugenio Diniz, oferece diversas considerações metodológicas, partindo inicialmente da própria definição e compreensão do conceito de estratégia. A partir daí, o autor analisa a estratégia russa, procurando identificar os objetivos políticos que o país buscava alcançar com a invasão. Para ilustrar a abordagem estratégica adotada, oferece um breve panorama comparativo das forças em conflito e uma descrição sintética da evolução dos acontecimentos. Ao final, apresenta dez proposições que resumem os principais aprendizados extraídos da guerra.

A segunda seção é voltada para a discussão da geopolítica da guerra. Em “Guerra da Ucrânia e o reordenamento geopolítico do sistema internacional”, Hélio Caetano Farias discute as razões pelas quais o conflito na Ucrânia recoloca a Geopolítica no centro das análises sobre política internacional. A partir da constatação de que vivemos uma ordem internacional em transformação, cada vez mais tendendo à multipolaridade, o autor discute, a partir de uma análise geopolítica, as implicações estratégicas da guerra e os seus potenciais desdobramentos para o equilíbrio de poder entre as potências. O texto “Reconfiguração do tabuleiro no contexto de polaridades fluidas: uma abordagem teórica”, escrito por Oscar Medeiros Filho e Wellington Dantas de Amorim, discutem a complexidade que marca o cenário internacional, resultado de uma polaridade instável, ora marcada pela emergência de novos polos de poder, ora por sinais de uma nova bipolaridade entre EUA e China. Por meio de uma abordagem teórica, os autores buscam situar a guerra na Ucrânia no contexto dessas indefinições, discutindo as características do tabuleiro internacional e das relações de poder nas últimas décadas tentando selecionar elementos e categorias analíticas que nos permitam caracterizar o evento. Encerrando a seção “Geopolítica”, em “‘Estrangulamento geopolítico’: percepções russas para a guerra”, Marcos Alexander Valle de Moura

discute as motivações russas para a invasão da Ucrânia e suas implicações para a segurança internacional, a partir de percepções coletadas pelo autor enquanto Adido de Defesa brasileiro na Rússia entre os anos de 2021 e 2023.

A seção “Estratégia” apresenta elementos de cultura e comunicação estratégica. Em “A guerra na Ucrânia e o contexto sócio-histórico da Rússia na busca por *status* de potência”, Daniela Vieira Secches discute os elementos da cultura estratégica russa no contexto da escalada das tensões entre Rússia e Ucrânia, apresentando o território como elemento material e simbólico central para a construção do que a autora denomina de “estatalidade russa”, que se expressa na busca pelo status de grande potência como eixo ordenador de sua política externa. Em “Ensinaamentos da guerra na Ucrânia para a Comunicação Estratégica”, Richard Fernandez Nunes e Paulo Roberto da Silva Gomes Filho apresentam uma análise sucinta do conflito em curso na Ucrânia sob a perspectiva da Comunicação Estratégica, na busca de ensinamentos que possam ser úteis à evolução da doutrina militar. Os autores concluem que a guerra na Ucrânia evidenciou a centralidade da Comunicação Estratégica nos conflitos contemporâneos, demonstrando que a batalha pelo controle do ambiente informacional pode ser tão decisiva quanto as operações militares convencionais.

Na seção “Governança Internacional” discute-se o lugar das organizações internacionais e do Direito Internacional Humanitário no conflito. Em “A guerra da Ucrânia: limites e fragilidades dos sistemas de segurança coletiva”, Alcides Costa Vaz discute o desafio de se concertar respostas coletivas naquele conflito, especialmente o papel dos mecanismos de segurança coletiva e sua eficácia. Para tanto, o autor oferece uma abordagem conceitual sobre o tema e um breve panorama da segurança coletiva e seus desafios no mundo contemporâneo, concluindo sobre lições aduzidas a respeito da importância e do papel que têm cumprido os mecanismos de segurança coletiva no marco da guerra na Ucrânia. O capítulo “A guerra na Ucrânia e o Direito Internacional Humanitário”, de Carlos Frederico Cinelli, apresenta ensinamentos e lições na área do DIH aprendidas a partir daquele conflito, extraindo, do campo de batalha, casos concretos para análise de seus princípios fundamentais: *humanidade, distinção, necessidade militar, proporcionalidade e limitação*.

Na seção “Tecnologia” discute-se o papel das tecnologias emergentes no campo de batalha. Em “Artilharia, drones e mísseis na guerra russo-ucraniana”, Augusto W. M. Teixeira Júnior, Maria Mont Serrat Bomfim Mariano dos Santos e Cinthya Araújo Gomes, tomando a guerra da Ucrânia como estudo de caso, analisam a relação entre tecnologia e estratégia militar sob o enfoque dos meios de artilharia de campanha e antiaérea, considerando o emprego de mísseis e drones, concluindo sobre as principais lições aprendidas naquele conflito armado. No capítulo “Guerra eletrônica, cibernética e espacial na Ucrânia: ações e implicações para os conflitos contemporâneos”, Danielle Ayres Pinto discute o impacto da evolução tecnológica no campo de batalha que se torna cada vez mais dependente de sistemas eletrônicos, redes de computadores e infraestrutura espacial. A partir dessa constatação, a autora nos oferece uma análise da convergência e do uso desses três tipos de guerra – Eletrônica, Cibernética e Espacial — no conflito na Ucrânia, destacando suas implicações estratégicas.

Por fim, na seção “Operações”, são apresentados capítulos que tratam da arte operacional na guerra da Ucrânia, destacando-se o combate em diversas dimensões, especialmente à terrestre, a naval e a aeroespacial. No capítulo “Arte operacional ucraniana nos 2 anos de guerra”, Sandro Teixeira discute os aprendizados observados naquele que é hoje o maior conflito na Europa desde 1945 tendo como ponto de partida o conceito de “Arte Operacional”, entendido pelo autor como um imperativo para a adequada reflexão sobre um desenho de força e a organização de uma força armada no século XXI. Em “O combate terrestre na guerra russo-ucraniana”, Walter da Costa Ferreira analisa as ações de combate no domínio terrestre a partir dos exemplos extraídos da guerra na Ucrânia, enfatizando as táticas, técnicas e procedimentos que mais se destacaram em cada fase do conflito. Para o autor, esse conflito impulsionou o processo de transformação militar, sugerindo tecnologias disruptivas, inovações doutrinárias e modificações nas estruturas organizacionais das forças. No capítulo “A Manobra Aeroespacial”, Carlos Eduardo Valle Rosa discute os aprendizados extraídos da guerra na Ucrânia a partir da perspectiva aeroespacial. Para tanto, o autor sintetizou ideias em torno da manobra aeroespacial, destacando a evolução das ações nas duas forças aéreas, destacando pontos como o emprego dos drones, o uso das capacidades *counterspace* e dos mísseis balísticos e de cruzeiro. Por fim,

em “A Manobra Naval”, Caio Germano Cardoso apresenta as principais lições aprendidas sobre a manobra naval naquela guerra, oferecendo um breve resumo das principais questões e fatores operacionais que moldaram o conflito naval entre Rússia e Ucrânia.

Esperamos que este livro cumpra o seu papel como instrumento da “gestão da informação”.

Boa leitura!

Marcelo Gurgel do Amaral Silva
Oscar Medeiros Filho
Augusto W. M. Teixeira Júnior

Sumário

I – MÉTODO E ANÁLISE ESTRATÉGICA DA GUERRA NA UCRÂNIA

A ESTRATÉGIA RUSSA NA UCRÂNIA DESDE A INVASÃO DE 2022

Eugenio Diniz16

II – GEOPOLÍTICA

GUERRA DA UCRÂNIA E O REORDENAMENTO GEOPOLÍTICO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Hélio Caetano Farias76

RECONFIGURAÇÃO DO TABULEIRO NO CONTEXTO DE POLARIDADES FLUIDAS: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Oscar Medeiros Filho

Wellington Dantas de Amorim94

“ESTRANGULAMENTO GEOPOLÍTICO”: PERCEPÇÕES RUSSAS PARA A GUERRA

Marcos Alexander Valle de Moura 116

III – ESTRATÉGIA

A GUERRA NA UCRÂNIA E O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA RÚSSIA NA BUSCA POR *STATUS* DE POTÊNCIA

Daniela Vieira Secches130

ENSINAMENTOS DA GUERRA NA UCRÂNIA PARA A COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Richard Fernandez Nunes

Paulo Roberto da Silva Gomes Filho 150

IV – GOVERNANÇA INTERNACIONAL

A GUERRA NA UCRANIA: LIMITES E FRAGILIDADES DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA COLETIVA <i>Alcides Costa Vaz</i>	172
--	-----

A GUERRA NA UCRÂNIA E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO <i>Carlos Frederico Cinelli</i>	192
--	-----

V – TECNOLOGIA

ARTILHARIA, DRONES E MÍSSEIS NA GUERRA RUSSO-UCRANIANA <i>Augusto W. M. Teixeira Júnior</i> <i>Maria Mont Serrat Bomfim Mariano dos Santos</i> <i>Cinthya Araújo Gomes</i>	216
---	-----

GUERRA ELETRÔNICA, CIBERNÉTICA E ESPACIAL NA UCRÂNIA: AÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA OS CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS <i>Danielle Ayres Pinto</i>	234
---	-----

VI – OPERAÇÕES

FÊNIX INESPERADA: A GUERRA NA UCRÂNIA E O RESSURGIMENTO DA ARTE OPERACIONAL <i>Sandro Teixeira</i>	256
---	-----

O COMBATE TERRESTRE NA GUERRA RUSSO-UCRANIANA <i>Walter da Costa Ferreira</i>	276
--	-----

A MANOBRA AEROESPACIAL <i>Carlos Eduardo Valle Rosa</i>	298
--	-----

A MANOBRA NAVAL <i>Caio Germano Cardoso</i>	324
--	-----

ORGANIZADORES / AUTORES	344
--------------------------------------	-----

I - Método e Análise Estratégica da Guerra na Ucrânia

A ESTRATÉGIA RUSSA NA UCRÂNIA DESDE A INVASÃO DE 2022¹

Eugenio Diniz

*Dedicado a Domício Proença Jr.:
grande amigo, colaborador, orientador.*

Introdução

Visa-se a identificar o que seria possível aprender com a estratégia russa na Ucrânia, a partir da invasão que teve início em fevereiro de 2022. Parte-se do princípio de que não se trata de uma guerra que começou em 2022, mas sim em 2014; a invasão de 2022 é uma nova etapa dessa guerra.

Na primeira seção, são feitas algumas considerações metodológicas, começando com o que se entende aqui por “a estratégia”; identificam-se algumas dificuldades para a análise; e apresenta-se o método a ser seguido. Na segunda seção, é feita a discussão da estratégia russa, em diálogo com a literatura, mas apresentando uma posição distinta da que predomina nas análises e comentários sobre o assunto; identificam-se quais seriam os objetivos políticos que a Rússia tentaria alcançar com a invasão; apresentam-se algumas características que condicionariam a ação das forças russas, em particular suas possibilidades e limitações logísticas e o conceito de “Defesa Ativa”; à luz dos objetivos políticos e das características das forças russas, identificam-se quais poderiam ser os propósitos de guerra da Rússia na Ucrânia; segue-se, então, o delineamento do que entendemos ser a estratégia da Rússia na Ucrânia; faz-se um breve apanhado das forças de cada lado; uma descrição sumária da evolução dos acontecimentos, feita exclusivamente com vistas a iluminar a

¹ Esse texto beneficiou-se enormemente da troca regular de ideias com Antônio Jorge Ramalho Rocha; Augusto Teixeira Jr.; Daniela Vieira Secches; Danielle Jacon Ayres Pinto; Domício Proença Júnior; Graciela De Conti Pagliari; Gustavo Fornari Dall’Agnol; Layla Dawood; e Marcus Lessa. Os erros e deficiências do texto são todos de minha única e exclusiva responsabilidade. O autor agradece ainda as observações e sugestões dos organizadores, e, em especial, sua gentileza e sua paciência, em função das circunstâncias peculiares em que o texto foi escrito.

discussão estratégica anterior; e termina-se a seção com uma avaliação dessa estratégia. A última seção do texto apresenta e comenta dez proposições que expressam uma visão do que podemos aprender com a estratégia da Rússia na Ucrânia após a invasão de 2022.

1. Considerações metodológicas

1.1 O que se entende por “a estratégia”?

Quando falamos de “a estratégia” de um determinado agente no contexto bélico, designamos por esse termo um curso de ação adotado pelo agente em questão; mas, para fazer sentido, esse curso de ação deve estar relacionado de alguma forma à ideia clausewitziana de estratégia como um conjunto de problemas relacionados à combinação de enfrentamentos em vista da obtenção do propósito de guerra. Assim, nesse texto, *estratégia* empregada desse modo será entendida como *um curso de ação antecipado que combina os resultados esperados dos enfrentamentos a travar e os resultados concretos dos enfrentamentos já travados, com vistas a alcançar o propósito de guerra.*² Referimo-nos aqui a atividades no ambiente terrestre, marítimo e aéreo; em princípio, incluir-se-ia aqui o espaço exterior ou ambiente exoatmosférico, mas a situação em questão não o exige. Atividades no âmbito do espectro eletromagnético, no chamado “ciberespaço” e de propaganda (com o nome que se queira dar – “guerrear informacional”, “operações de informação”, “atividades de influência e persuasão” etc.) não comportam análise estratégica e serão tratadas como atividades de suporte, em que pese a proliferação de considerações sobre “múltiplos domínios” e “operações na zona cinzenta entre paz e guerra”.

A partir daí, cabem algumas observações:

1. Estratégia como curso de ação não é o planejamento detalhado de uma guerra ou de uma campanha, mas sim uma visão, um delineamento do rumo

² Daqui por diante, neste texto, o termo *estratégia* será empregado no sentido de estratégia-como-curso-de-ação, ao passo que, quando se quiser referir a estratégia-como-conjunto-de-considerações, empregar-se-ão aqui, doravante, os termos “considerações estratégicas”, “questões estratégicas”, “decisões estratégicas”, ou “problemas estratégicos”.

geral esperado dos acontecimentos, concebido à luz do propósito da guerra; das percepções sobre vantagens e desvantagens próprias, do oponente e dos respectivos aliados (de fato ou potenciais); doutrinas de emprego próprias, do oponente e dos aliados; recursos disponíveis próprios, do oponente, e dos aliados; características dos terrenos onde os enfrentamentos terão lugar; necessidades e disponibilidades logísticas e de C⁴ISR (Comando, Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento).

2. Uma estratégia envolve a combinação de todos os enfrentamentos travados e por travar, em qualquer dos ambientes relevantes, ou os tais “domínios” – terra, água, ar, espaço exterior, e interações entre eles (como no apoio aéreo cerrado ou no assalto anfíbio, por exemplo). Mesmo que haja, eventualmente, alguns conjuntos de enfrentamentos que ocorram em apenas um dos ambientes, todos eles estarão relacionados ao propósito geral da guerra ou da campanha. De qualquer modo, é cada vez mais raro que ocorram enfrentamentos exclusivamente em um ambiente – no mínimo, algum tipo de apoio aéreo costuma estar presente em ações em terra e no mar, por exemplo.³ Por conseguinte, neste texto, não cabe falar de “estratégia naval” ou “estratégia aérea”, e nem em “guerra naval” ou “guerra aérea”.

3. Quanto mais próximo do início das hostilidades, menos resultados concretos de enfrentamentos existirão, e mais resultados esperados de enfrentamentos por travar haverá – no limite, logo antes das hostilidades, tudo o que se tem é uma visão a partir de expectativas, ao passo que, uma vez terminada a guerra, haverá apenas os resultados concretamente obtidos. A partir do acúmulo de resultados concretos de enfrentamentos travados, as expectativas podem ser redefinidas, e a própria estratégia pode mudar ao longo da guerra (ou da campanha), mesmo tendo em mente o mesmo propósito de

³ Ressalte-se que, contrariamente a vários manuais contemporâneos, não se incluem aqui os domínios do ciberespaço e do espectro eletromagnético. Só para dar um exemplo, se uma emissão eletromagnética transmitida do solo derruba ou inviabiliza a ação de um drone, o dano foi obtido sobre um meio aéreo, e é essa neutralização de sua atividade que terá produzido um efeito no desenrolar do enfrentamento.

guerra (ou da campanha)⁴ – a rigor, pode-se dizer que a estratégia como curso de ação está sempre em redefinição.

4. Fala-se do propósito de guerra no singular, mas, na verdade, como se trata de uma visão geral, e como, quanto mais próximo do início das hostilidades, maior a quantidade de enfrentamentos por travar e menor a de travados, pode acontecer que os resultados concretos sejam muito melhores ou muito piores que os resultados, podendo levar a uma redefinição do próprio propósito de guerra, que fora outrora definido com base num conjunto de expectativas que não se materializou e, diante das circunstâncias, pode ser mais ambicioso ou mais comedido que o propósito inicial. Esse é outro aspecto pelo qual a estratégia de um agente pode mudar ao longo de uma guerra.

5. Como há muita incerteza envolvida, principalmente quanto aos resultados dos enfrentamentos por travar, é perfeitamente possível que um ator entre numa guerra com mais de uma estratégia em mente – por exemplo, uma primeira, mais ousada e mais arriscada que, se bem-sucedida, talvez produza rapidamente resultados muito significativos, mas que, por outro lado, tem grande chance de não ser bem sucedida; e uma outra, a ser implementada tão logo fique claro que a primeira não produziu resultados na escala desejada. Em situações como a desse exemplo, pode-se entender como tendo ocorrido um fracasso da primeira, ou ela pode ser entendida como a exploração de uma possibilidade, sendo que essa última me parece analiticamente mais consistente.

6. Rigorosamente, a estratégia, entendida como curso de ação, também está presente no contexto da preparação para a guerra. Aspectos como a distribuição espacial das forças, a organização das cadeias de comando e da estrutura interna, a construção das infraestruturas logísticas e de C4ISR, os procedimentos operacionais, as doutrinas e a identificação de hipóteses de emprego – todos esses elementos simultaneamente informam e dependem de

⁴A partir desse ponto, considerarei como estabelecido que o que se aplica à guerra e ao propósito de guerra se aplica também às campanhas; conseqüentemente, doravante essa ressalva não será repetida no texto.

estratégias específicas, voltadas a diferentes cenários, conforme as percepções políticas vigentes. Em princípio, tais estratégias deveriam ser regularmente reavaliadas.

Assim, quando se trata de identificar o que aprendemos com a estratégia russa na Ucrânia desde a invasão de 2022, é no sentido acima que entendemos “estratégia”. Do nosso ponto de vista, essa invasão deve ser considerada uma grande campanha que é parte de uma guerra que teve início em 2014, com a tomada, não reconhecida por outrem, da Crimeia; além da Rússia, apenas outros 7 Estados reconheceram a Crimeia como parte desta última. Essa campanha pode ser considerada a terceira grande fase dessa guerra, sendo a primeira a própria tomada da Crimeia e a segunda a confrontação intermitente entre forças e grupos ucranianos e russos, principalmente no leste e no sudeste da Ucrânia. Apesar de nosso foco recair sobre a campanha que começou em 2022, um melhor entendimento desta dependerá de algumas referências a momentos anteriores, como se verá mais adiante.

2. Dificuldades

Entretanto, é preciso ter em mente algumas dificuldades para a análise da estratégia de um ator, principalmente durante uma guerra.

1. Com exceção de enunciados muito genéricos e simplificados, frequentemente voltados para motivação e propaganda (“nossa estratégia é isolar as forças do oponente e depois destruí-las”; “*Shock and Awe*” etc.), há fortes incentivos para que as partes de uma guerra procurem mascarar até mesmo o propósito de guerra, e ainda maiores incentivos para mascararem como pretendem alcançá-lo. Evidentemente, quanto mais claros estiverem o propósito de guerra e como se pretende alcançá-lo, melhor um oponente poderá alocar esforços no sentido de dificultar a sua obtenção.

2. Por conseguinte, o analista tem que, inicialmente, inferir o propósito de guerra a partir do seu conhecimento das pautas políticas das partes envolvidas e respectivos aliados concretos e potenciais; de suas necessidades

e possibilidades estratégicas; do conjunto de desafios e de oportunidades colocados a cada contendor no momento e num determinado horizonte futuro; das suas dinâmicas políticas domésticas; e das características das respectivas forças armadas (incluindo as doutrinas de emprego).⁵ Ainda assim, a pauta política de qualquer ator político é potencialmente muito ampla, e qual o leque de objetivos que se pretende alcançar numa guerra é difícil identificar de antemão; as partes têm incentivos para mascará-los (e podem, muitas vezes, nem mesmo ter clara compreensão de quais são estes, ou de eventuais *trade-offs*); e, por várias razões, eles podem mudar ao longo da guerra.⁶

3. Mesmo se houver clareza significativa sobre a pauta política a ser perseguida com a guerra, em princípio, há potencialmente mais de um propósito de guerra que pode viabilizá-los; e, possivelmente, há várias estratégias alternativas para alcançá-los. Consequentemente, temos um aparente paradoxo: a avaliação do grau de sucesso da estratégia depende da identificação do propósito de guerra; mas a identificação clara do propósito de guerra é, em larga medida, revelada pela própria estratégia. O paradoxo desaparece na medida em que se percebe que esse esforço é interativo, em que hipóteses são formuladas e checadas contra as evidências, e então reformuladas e novamente checadas, e daí por diante.

4. Com isso, chega-se ao problema de como avaliar o progresso, ou sua ausência, no prosseguimento de sua estratégia – e, eventualmente, a

⁵ Na esteira de outros autores, Black *et al.* (2024) se referem a esse tipo de informação como o entendimento da “cultura estratégica” (*strategic culture*) de um ator. Embora haja aspectos culturais, como conhecimentos, práticas e doutrinas claramente institucionalizados, alguns aspectos da realidade estratégica têm forte predominância de elementos materiais (como características do terreno, presença de obstáculos materiais, disponibilidade ou não de determinados equipamentos, seus respectivos alcances e velocidades etc.); outros são produtos de análises e experimentos e têm bem menor institucionalização; e outros têm forte predominância de elementos políticos (evitar invadir territórios de outrem, conduzir ações que despertem intensa oposição de atores poderosos etc.), de tal modo que “cultura estratégica” não me parece o descritor mais adequado. De resto, a perspectiva reificada, resvalando para o organicismo, da ideia de “identidade” que transparece em tais estudos parece-me ter capacidade explicativa nula. De qualquer modo, para uma análise da “cultura estratégica russa”, v. Yurchenko (2024).

⁶A respeito, ver Diniz e Proença Jr. (2020).

necessidade de mudá-la, ou até mesmo de redefinir o propósito de guerra. Quanto a isso, há três obstáculos à análise, e que precisam ser enfrentados:

- a. O primeiro é a ideia de “vencer” ou “perder” a guerra. Essa dicotomia sugere que a única possibilidade de resultado é do tipo “tudo ou nada”. Entretanto, mesmo que nenhum dos lados venha a alcançar integralmente seu propósito de guerra, o seu desenrolar pode (ou não) ter alterado a situação estratégica em seu favor (ou desfavor); e pode ter permitido a uma das partes, ou até mesmo a ambas, alcançar, ainda que parcialmente, pelo menos alguns dos resultados políticos desejados⁷. Afirmações do tipo “X venceu a guerra e Y perdeu-a” não nos informam coisa alguma sobre se, quais e em que medida os objetivos de cada parte foram alcançados; se, e em que medida, houve fortalecimento ou enfraquecimento relativo significativo entre os contendores; e se, e em que medida, houve fortalecimento ou enfraquecimento significativo dos contendores face aos outros atores relevantes que não combateram nessa guerra. Analiticamente, portanto, a ideia de “vitória” só é útil no contexto de um enfrentamento: ou seu propósito foi alcançado e contribuiu para alcançar o propósito da guerra, ou não foi alcançado e não contribuiu para alcançá-la, ou possa até mesmo tê-lo dificultado. No contexto da guerra, a ideia de “vitória” é analiticamente inútil e seu efeito, se houver, é propagandístico⁸.
- b. O segundo refere-se às medidas para avaliar o sucesso. É muito comum que analistas se concentrem apenas em quantidades de terreno conquistado, mantido ou retomado – os exemplos são legião. Porém,

⁷Esse ponto é mais elaborado em outro texto (Diniz e Proença Jr., 2020); ali, argui-se inclusive que, em qualquer guerra, pelo mero fato de ser travada, há pelo menos um resultado político favorável que é necessariamente alcançado por todos os contendores, que é o fato de demonstrarem ao mundo (e principalmente a prospectivos adversários futuros) que estes podem vir a lutar para defender seus interesses, e, portanto, qualquer parte que queira obter algum benefício à custa de algum deles terá que levar isso em conta no seu cálculo.

⁸Em consequência disso, em nenhum momento haverá aqui qualquer discussão de “teorias da vitória” (Roberts, 2020; Posen, 2022) por si mesmas – o que não impede que haja *insights* úteis nos textos relacionados, que poderão ser aproveitados aqui, sem que isso signifique um endosso da ideia de “teoria da vitória”.

há inúmeras situações em que essa medida não é apropriada. Por exemplo, se o propósito de um dos lados é enfraquecer o outro a tal ponto que este não consiga mais sustentar sua presença, um lado que ceda território enquanto combate de posição defensiva vantajosa em posição defensiva vantajosa, impondo perdas desproporcionais ao oponente enquanto este avança, pode estar perfeitamente progredindo estrategicamente enquanto retrocede espacialmente; nesse caso, o uso da medida “território tomado, mantido ou retomado” induzirá o analista a uma avaliação severamente errônea. Quantidade de espaço tomado, mantido ou retomado é uma medida apropriada em alguns casos, mas não em outros. Estratégias distintas devem ser avaliadas por medidas distintas; pode ocorrer, inclusive, que, numa mesma guerra, a medida de progresso para um contendor seja diferente da medida a ser utilizada para avaliar o progresso de outro. A identificação da estratégia é que indicará as medidas de progresso mais adequadas.

- c. O terceiro problema, e, argüivelmente, o mais intratável deles, é o problema das informações disponíveis. Durante a guerra, lideranças políticas e militares têm fortes incentivos para usar a informação de modo a que ela contribua para a produção de resultados, mantenha o empenho das forças, da população, dos aliados, bem como para a confusão e desmoralização dos adversários; a qualidade, a abrangência e a precisão das informações divulgadas tendem a perder importância na hierarquia de suas prioridades. Na guerra, há o agravante de que as condições para o provimento de informações próprias por jornalistas são, para usar um eufemismo, bem mais desafiadoras. Mesmo os dedicados repórteres que acompanham uma força terão apenas uma visão parcial e local dos acontecimentos, e tenderão a refletir o estado de espírito das unidades junto às quais estiverem atuando. Normalmente, as pessoas têm isso claro. Contudo, nem sempre há clareza de que as próprias informações recebidas pelas lideranças a partir de comunicados de subordinados tende a ser de baixa qualidade, como apontado por Clausewitz numa citação notável:

As notícias que nos chegam em tempo de guerra são quase sempre contraditórias e, na maior parte, também falsas; as mais numerosas são em grande quantidade sofrivelmente suspeitas. Tudo o que se pode pedir a esse respeito ao oficial é um certo discernimento, que só se adquire graças à competência psicológica e profissional e à capacidade de julgamento. Ser-lhe-á preciso contar com a lei das probabilidades. Esta dificuldade não é desprezível quando se trata de planos iniciais elaborados no gabinete e fora da zona de guerra propriamente dita. Mas ela é infinitamente maior quando as informações se sucedem rapidamente no meio do tumulto da guerra. Congratulemo-nos quando, por sorte, elas, mesmo contradizendo-se, acabam por conduzir a um certo equilíbrio, em que a crítica por si própria se impõe ao ignorante. As coisas apresentam-se sob um aspecto muito mais desfavorável quando ela é menos bem servida pelo acaso e em que cada nova informação vem, pelo contrário, apoiar, confirmar e ampliar a precedente. Estas variantes suplementares vêm deste modo completar um quadro que, com a ajuda da necessidade, lhe arranque uma decisão tomada no ar que não tarde a reconhecer-se como verdadeiro absurdo – da mesma maneira que as informações eram enganadoras, exageradas, erradas etc. Em suma, a maior parte das informações são falsas e a pusilanimidade das pessoas torna-se numa nova fonte de mentiras e inexactidões. Regra geral, toda a gente está mais inclinada a dar crédito às más notícias que às boas. Toda a gente se sente inclinada a aumentar um pouco as más notícias, ainda que os perigos refluam assim sobre si mesmos como as ondas do mar, sem deixar, como estas, de regressar sem causa aparente. (Clausewitz, 1979: 127-128).

Embora seja correto dizer que a ampla disponibilidade atual de sensores – radares, câmeras ópticas e de imagem por infravermelho em satélites, drones e aeronaves tripuladas etc. – provê informações de maior qualidade e menor ambiguidade, o contexto de sua análise e interpretação mantém basicamente as características que tinham quando Clausewitz escreveu; e, finalmente, *o que não aconteceu* continua tão impossível de captar por sensores quanto era antes. Plataformas de mídias sociais e *blogs* de soldados padecem exatamente dos mesmos problemas de tempos de outrora; podem até mesmo contribuir para uma cacofonia informacional, uma algazarra midiática que, ao invés de atenuar ou neutralizar os problemas apontados acima, acaba, na verdade, por intensificá-los. Permanece também o fato de que múltiplas visões parciais não formam, por si só, uma percepção coerente do todo.

3. Método

Assim, o método de análise envolve várias iterações, idas e vindas, observações e correções. Uma análise inicial, de cunho principalmente estrutural, informada pela análise política do ator em questão, da sua história e de acontecimentos antecedentes relevantes, e de uma análise geral do teatro (características do terreno e do clima, principais vias e ferrovias, portos e aeroportos, instalações relevantes etc.), identifica pelo menos alguns dos possíveis objetivos políticos principais e os propósitos de guerra mais prováveis à luz desses objetivos. Em seguida, tendo por base o conhecimento sobre as características das forças armadas em confronto (incluindo organização interna e doutrinas), analisa-se o desdobramento inicial das forças, principalmente daquela que estará estrategicamente na ofensiva: em princípio, seu esforço principal se dará ao longo dos possíveis eixos de avanço das principais unidades. Entretanto, cabem alguns cuidados:

- pode haver alguma ambiguidade quanto a quais seriam as principais unidades, em função até mesmo de tempos de desdobramento e surpresa (por exemplo, uma ação bastante importante pode vir a ser executada por alguma unidade aerotransportada, depois que outras unidades já estivessem desdobradas); além disso, é mais fácil obter informações sobre a composição geral das unidades do que sobre seu grau de prontidão, completamento, preparo, disponibilidade de munição, combustíveis e outros itens de suprimento e manutenção etc.;
- em algumas situações, os primeiros desdobramentos poderão relacionar-se a objetivos mais imediatos (p. ex., estabelecer uma cabeça-de-praia);
- se houver ampla disponibilidade de forças, o desdobramento inicial pode ser feito de modo a maximizar a flexibilidade de atuação e a criar dificuldades para o dispositivo do adversário – e, nesse caso, esse desdobramento pode revelar pouca informação sobre estratégia e propósito de guerra;

- o desdobramento inicial pode também ter sido feito de modo a confundir o adversário, incluindo alguma manobra diversionária.

Desse modo, as principais pistas sobre o propósito de guerra de um ator e, portanto, da sua estratégia, são dadas pelo próprio desenrolar das ações e sua reação aos resultados dos enfrentamentos – inclusive aquilo que não aconteceu, ou decisões que não foram tomadas. Por exemplo, se um atacante consegue avançar com relativa facilidade, *o que ele faz e o que deixa de fazer* na sequência desses sucessos são pistas importantes a respeito de suas prioridades; se, por outro lado, após um determinado esforço de maior monta, seus esforços e recursos são redistribuídos, isso também dá uma pista importante a respeito do que é mais importante para ele, e como pretende prosseguir. A certa altura, fica razoavelmente claro para quem está acompanhando quais são os propósitos de guerra das partes (pelo menos os daquele momento), e quais são suas estratégias⁹.

Pode-se perguntar, então, para que serviriam as etapas anteriores da análise. O ponto é que, sem essas etapas anteriores, as posteriores não informarão nada. Trata-se, na verdade, de uma análise que poderíamos chamar *diagnóstica*. Para uma analogia, imagine-se num episódio da série *Dr. House*: a partir do histórico do paciente, do conhecimento médico da equipe e da identificação dos sintomas e sinais, incluindo os ausentes, identificam-se as doenças, transtornos ou síndromes possíveis, e realizam-se exames para excluir o maior número possível de possibilidades. Idealmente, apenas uma doença, síndrome ou transtorno sobrarão, e as providências serão tomadas a partir daí. Porém, se sobrarem duas ou mais possibilidades, outro curso de ação terá que ser tomado – por exemplo, tratar o paciente para uma doença; se ele melhorar, continua-se o tratamento; se não melhorar ou então piorar, parte-se para o tratamento da outra doença. No nosso método¹⁰, os procedimentos são similares: a partir do conhecimento prévio

⁹ Pode-se pensar numa analogia com um jogo de canastra ou “buraco”, em que, apesar de os jogadores esconderem suas cartas, um jogador (ou observador) experimentado tem, a certa altura, uma boa estimativa de quais cartas estão nas mãos dos jogadores e de quais cartas eles estão esperando e buscando, e, em consequência, clareza razoável sobre quais cartas deve-se ou não descartar.

¹⁰ Esse método inspira-se claramente na discussão clausewitziana sobre o método (Clausewitz, 1979: 167-171), a crítica (Clausewitz, 1979: 173-189) e nas análises que ele conduziu sobre as campanhas de 1814 (Clausewitz, 1993) e de 1812 (Clausewitz, 1994). Entretanto, não se fará aqui uma análise tão detalhada dos acontecimentos como as feitas por Clausewitz, em função das características do texto e da indisponibilidade de uma grande quantidade de informações necessárias para tanto.

sobre o ator, sobre sua agenda política, suas capacidades e modos de atuação e sobre a situação estratégica, inferem-se alguns propósitos de guerra plausíveis e, a partir de indícios como desdobramentos iniciais e os primeiros movimentos, descartam-se algumas das possibilidades; finalmente, movimentos e reações seguintes indicarão a estratégia voltada para a obtenção do propósito de guerra, e poder-se-á avaliar em que medida há ou não progresso, da perspectiva desse ator. Ainda assim, ao contrário da analogia com o diagnóstico médico, essa análise terá sempre um caráter estimativo, com alguma incerteza residual, pois não há, em princípio, nenhum indício que possa dar um veredito conclusivo e inequívoco sobre propósitos de guerra e estratégias.

Após algum tempo e com acesso sistemático a documentos, fontes, depoimentos e entrevistas, é possível uma análise mais detalhada de todos os acontecimentos e decisões; ter uma razoável percepção sobre o que as pessoas sabiam e não sabiam quando tomaram decisões; analisar decisões e acontecimentos em relação a decisões e acontecimentos posteriores; como tudo isso se encadeou na produção de resultados, favoráveis e desfavoráveis; e, com base nisso, tirar conclusões sólidas sobre propósitos de guerra, estratégias, resultados e os méritos e falhas nas decisões. Até lá, e, mormente, durante o desenrolar da guerra, ou no período imediatamente posterior à cessação das hostilidades, o foco do analista só pode recair nas grandes linhas: nas decisões mais significativas; nas mudanças de grande porte, e consistentes, nas distribuições de forças no terreno; e nos números gerais de forças destruídas e disponíveis de parte a parte – tendo sempre a humildade de reconhecer que essa análise é feita com informações precárias e incompletas.

4. Análise

4.1 Objetivos políticos da Rússia com relação à Ucrânia¹¹

Para identificar o que a Rússia poderia tentar alcançar ou viabilizar invadindo a Ucrânia, é importante ter em mente que a invasão da Ucrânia a partir

¹¹Há diferenças aqui com relação a textos anteriores (Diniz, 2022a; 2022b), devido à pertinência de distinguir claramente entre objetivos políticos e propósitos de guerra, mas também decorrentes de elaboração da reflexão ao longo dos anos.

de 24 de fevereiro de 2022 deve ser entendida, na verdade, como uma terceira etapa da guerra entre Rússia e Ucrânia. As duas etapas anteriores sugerem pistas para a identificação do que está em jogo, pela Rússia, na etapa atual.

A primeira etapa foi a anexação da Crimeia, que teve início em fevereiro de 2014, e culminou com a assinatura dos Acordos de Minsk I (setembro de 2014) e Minsk II (fevereiro de 2015). A segunda etapa foi o período de múltiplos confrontos entre as Forças Armadas Ucrânicas e as forças paramilitares das *oblasti* de Donetsk e Luhansk, na região da Bacia do Donets (chamada de *Donbas*), apoiadas pela Rússia, e consideradas como “laranjas” (*proxies*) desta última, entre 2015 e fevereiro de 2022. A terceira, por fim, é a etapa que teve início em 24 de fevereiro de 2022, com a invasão da Ucrânia pela Rússia.

O fato de que a anexação da Crimeia, embora não reconhecida oficialmente, tenha sido o foco da ação das forças russas em 2014, na esteira do movimento que culminou com a deposição do então presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich, é bastante significativo; é bastante significativo também que, entre as disposições dos Acordos de Minsk I e II, constava a maior autonomia das *oblasti* de Donetsk e Luhansk, que não só têm significativa população russófona, como também contribuem para a formação de um corredor terrestre entre a Rússia e a Crimeia. Apesar de a Rússia dispor de outra base importante em Novorossiysk – que, desde a anexação da Crimeia, foi expandida e modernizada –, o fato é que não há, em nenhum ponto do litoral russo, uma outra posição que seja tão vantajosa estrategicamente quanto Sevastopol¹². Além disso, e talvez ainda mais importante do ponto de vista estratégico, mesmo que a Esquadra do Mar Negro pudesse usar outra base, a presença de forças hostis, principalmente da OTAN, na Crimeia teria um efeito devastador sobre as atividades russas no Mar Negro. Por conseguinte, deve-se ter bastante claro que qualquer pretensão da Rússia de exercer influência para além de seu entorno imediato – e essa ambição é inequívoca¹³, como demonstrado por documentos e comportamentos, inclusive sua presença

¹²Para uma análise histórica da importância estratégica da Crimeia, incluindo Chersonesos e Sevastopol, v. Mungo (2017).

¹³Essa pretensão é amplamente reconhecida na literatura. A título de exemplo, v. Delanoe (2019); Charap *et al.* (2020); Flanagan *et al.* (2020); Yurchenko (2024).

na Guerra Civil da Síria¹⁴ – seria severamente enfraquecida sem o acesso às instalações da Crimeia, e Sevastopol em particular, e ainda mais prejudicada se essas instalações fossem utilizadas pela OTAN.

Com efeito, a importância da Península da Crimeia para a Rússia, com destaque para a Base Naval de Sevastopol, é atestada não só por esta última ter sido, desde sua fundação – próximo à antiga base naval grega e bizantina Chersonesos (ou Cherson) –, a sede das forças navais russas no Mar Negro, tanto durante o Império Russo quanto na época da União Soviética¹⁵. As vantagens estratégicas da Crimeia, e de Sevastopol em particular, são muito significativas: o Istmo de Perekop e o Lago Syvache tornam a Península facilmente defensível contra incursões ou invasões por terra a partir do restante da Ucrânia; e, ao mesmo tempo, suas facilidades portuárias permitem ampla atividade e movimentação marítima de forças, inclusive para atuação rumo ao interior do país, assim como, pelo Mar Negro, aos países vizinhos e, pelos estreitos de Dardanelos e Bósforo, ao Mar Mediterrâneo. Desde o estabelecimento do Principado de Kiev, passando pelo Império Russo, a região sofreu com incursões e invasões provenientes ou apoiadas a partir da Crimeia, por bizantinos, tártaros e otomanos. Não por acaso, houve imenso esforço por parte das lideranças russas – com destaque para Ivan, o Terrível, e Pedro, o Grande – em conquistar a Península, até que, finalmente, esta foi tomada durante o reinado de Catarina, a Grande, quando teve início a construção da nova base de Sevastopol, em substituição à antiga Chersonesos.

A importância estratégica da Crimeia foi claramente demonstrada também no século XIX, com a Guerra da Crimeia (1853-1856). Após o Império Russo tomar ao Império Otomano a Moldávia e a Valáquia, em 1853, temendo que a Rússia tomasse Constantinopla (atual Istambul) e passasse a controlar os estreitos, a França e o Império Britânico entraram na guerra, em 1854, ao lado do Império Otomano¹⁶. A ação principal da guerra foi exatamente o cerco a Sevastopol. Ao término da guerra, o Império Russo teve que reconhecer a integridade do Império Otomano, abandonar pretensões aos principados, e desmilitarizar o Mar Negro.

¹⁴Pelo menos até a queda de Bashar al-Assad, em dezembro de 2024. Até o momento da escrita (fevereiro de 2025), os indícios são de que a Rússia não terá acesso regular às bases de Tartus e de Khmeimim, na Síria.

¹⁵O panorama histórico que se segue é baseado em Mungo (2017).

¹⁶O Reino da Sardenha também entrou na guerra, contra a Rússia, em 1855.

Sevastopol também foi cercada durante a Segunda Guerra Mundial: três meses após o início da invasão da Rússia pela Alemanha, teve início a ofensiva alemã sobre a Crimeia, e que, após combates intensos, conseguiu ultrapassar o Perekov; Sevastopol, porém, conseguiu resistir de outubro de 1941 a julho de 1942 ao prolongado cerco e intenso bombardeio pelas forças alemãs.

Outra demonstração da importância da Crimeia e de Sevastopol para a Rússia, já após o fim da URSS, foi quando a Rússia negociou com a Ucrânia o arrendamento da base. Como é amplamente sabido, em 1954, o Presidium do Soviete Supremo da União Soviética transferiu a Crimeia da Rússia para a Ucrânia, sob cuja jurisdição ela permaneceu após o fim da URSS. Acordos assinados em 1997 permitiram à Rússia utilizar as instalações, inicialmente até 2017. Durante a presidência de Viktor Yushchenko (2005-2010), o governo ucraniano considerou seriamente não renovar o acordo. No entanto, logo após a eleição de Viktor Yanukovich, em 2010, um novo acordo estendeu esse arranjo até 2042, prorrogável até 2047. O novo acordo sofreu forte oposição na Ucrânia, e, na esteira do movimento que culminou com a deposição do Presidente Yanukovich, em 22 de fevereiro de 2014 – apenas 3 anos antes de expirar o prazo do acordo inicial, cuja negociação levava aproximadamente 6 anos –, substituído por um novo governo, também visto como favorável ao Ocidente, a Rússia, temendo perder o acesso à Península, optou então por anexá-la à força, iniciando sua ação antes mesmo do fim daquele mês. Este processo pode ser considerado, claramente, o que deflagrou a primeira etapa da atual guerra entre Rússia e Ucrânia.

A segunda etapa da guerra, entre 2015 e fevereiro de 2022, caracterizou-se pela disputa em torno da implementação da cláusula de maior autonomia – ou melhor, das distintas interpretações dessa cláusula – nas *oblasti* de Luhansk e de Donetsk, ambas com significativa população russa, e cujas lideranças expressam demandas separatistas, apoiadas pela Rússia. O fato de, ao longo desses 7 anos, a situação de Luhansk e Donetsk permanecer indefinida parece ter levado as lideranças russas à conclusão de que seria necessário enviar suas próprias forças para assegurar esse resultado.

Mas essas *oblasti* apresentam uma dimensão estratégica adicional: elas são vizinhas ao litoral ucraniano no Mar de Azov, entre a fronteira com a

Rússia e a Península da Crimeia – embora a *oblast* de Luhansk não esteja no litoral, sem seu controle, a passagem pelo litoral seria muito estreita (pouco mais de 60 km no seu ponto mais estreito), deixando a faixa terrestre muito vulnerável. O apoio às demandas separatistas de lideranças das mencionadas *oblasti* sugere o interesse da Rússia em aproximar-se geograficamente da Crimeia e melhorar a posição russa no Mar de Azov¹⁷, tanto diretamente quanto no sentido de fortalecer sua posição nas negociações¹⁸ em torno dos respectivos direitos em relação ao referido mar. Mais ainda, se a Ucrânia for expulsa do Mar de Azov, a Rússia poderá explorar sozinha seus recursos sem precisar alocar recursos para proteger suas atividades; ter livre passagem entre o Mar de Azov e o Mar Negro; e inteira liberdade para mover navios de menor porte (incluindo corvetas e navios de patrulha) de e para o Mar Cáspio – importantíssimo para a Rússia –, por meio do Golfo de Taganrog e do Canal Volga-Don. Por sua vez, expulsar a Ucrânia do litoral do Mar de Azov coincidiria com o estabelecimento de um corredor terrestre desde a Rússia até a Crimeia, circundando o litoral do Mar de Azov. A importância desse corredor terrestre ficou claramente demonstrada após as duas explosões na Ponte de Querche: foram necessários 138 dias para restabelecimento do tráfego normal da ponte após a explosão de 8 de outubro de 2022, e 89 dias após a explosão de 17 de julho de 2023.

Entretanto, o controle das *oblasti* de Luhansk e Donetsk não seria suficiente para garantir o acesso terrestre à Crimeia, e ainda deixariam uma parte do litoral do Mar de Azov sob controle ucraniano. Nessa situação, ainda seria necessário proteger os interesses russos naquele mar, valendo-se de recursos – principalmente navios – da Flotilha do Cáspio e da Esquadra do Mar Negro, e ainda garantir a passagem dos navios russos pelo Estreito de Querche. O estabelecimento de um corredor terrestre seguro da Rússia à Crimeia e o controle completo sobre o Mar de Azov e o Estreito de Querche exigem, então, o controle russo sobre as *oblasti* de Zaporizhzhia e de Kherson, ambas com litoral no Mar de Azov, além das de Luhansk e de Donetsk.

¹⁷Para uma avaliação mais aprofundada das considerações estratégicas sobre o Mar de Azov, ver Urcosta (2018); Kollakowski (2023a; 2023b).

¹⁸Para uma análise detalhada dos aspectos políticos, econômicos e estratégicos do Mar de Azov e sua importância para a Rússia e para a Ucrânia, v. Urcosta (2018).

Essa consideração da invasão de 2022 no contexto mais geral da atividade da Rússia na Ucrânia desde 2014 sugere que o principal objetivo político geral da Rússia na Ucrânia seja assegurar o controle da Península da Crimeia e do Mar de Azov de modo a permitir à Rússia ser uma potência relevante para além do seu entorno imediato. A partir daí, a análise sugere que o objetivo principal da Rússia com a invasão de 2022 seria assegurar o controle da Península da Crimeia e o controle total sobre o Mar de Azov, estabelecendo um corredor ao longo do litoral ucraniano, desde a fronteira com a Rússia até os dois extremos do Istmo de Perekov.

Essa caracterização diverge das vertentes predominantes na literatura, que identificam que a motivação fundamental para a invasão de 2022 decorreria de supostas ambições imperiais do Presidente Putin no sentido de restabelecer pelo menos o controle político na área da antiga União Soviética¹⁹; ou da importância da Ucrânia para o nacionalismo russo²⁰; ou, especialmente, da expansão da OTAN²¹. Até onde seja de nosso conhecimento, apenas um único autor tem uma avaliação semelhante à trazida aqui. Referindo-se a si mesmo na terceira pessoa, Tobias Kollakowski afirma o seguinte:

*[...] este autor não chega ao ponto de argumentar que a melhoria da situação geoestratégica naval da Rússia foi a principal causa do início da invasão em grande escala da Ucrânia. No entanto, o autor argumenta que as principais características da operação militar revelaram que a melhoria da posição geoestratégica na região do Mar Negro era um dos principais objetivos militares da campanha quando ela foi executada.*²²
(Kollakowski, 2022b: 124).

Discorda-se aqui, porém, no sentido de que a nossa conclusão, baseada numa avaliação do contexto em que a invasão ocorre; no forte interesse da

¹⁹Como exemplo dessa posição, v. Hill e Stent, 2022.

²⁰V. p. ex., Carmona (2022).

²¹Aqui, a posição mais conhecida é a de Mearsheimer (2014; 2022); v. também Doris e Graham (2022). Para uma análise mais detida da posição de Mearsheimer, v. Dawood e Diniz (2024).

²²No original: “...this author does not go as far as to argue that the improvement of Russia’s naval geostrategic situation was a principal cause for initiating the full-scale invasion of Ukraine. The author does argue, however, that key features of the military operation revealed that improving the geostrategic position in the Black Sea region was one of the principal military objectives of the campaign when it was executed.” (Kollakowski, 2022b: 124).

Rússia em ser uma potência com influência significativa para além do seu entorno regional imediato; e nas necessidades estratégicas da Rússia para alcançar esse interesse, é que, de fato, a razão de ser da invasão de 2022 é estabelecer seu domínio sobre as *oblasti* de Luhansk, Donetsk, Zaporizhzhia e Kherson²³ para, com isso, assegurar seu controle sobre a Península da Crimeia e suas instalações, aumentando assim sua margem de ação no Mar Negro, garantindo seu controle absoluto sobre o Mar de Azov e o Estreito de Querche e sua liberdade de trânsito entre o Mar Cáspio e o Mar Negro²⁴.

Isso não significa que a questão da Ucrânia na OTAN seja irrelevante para a Rússia – até porque, caso a Ucrânia fosse admitida na OTAN, presumivelmente seria mais difícil para a Rússia alcançar aquele resultado. Mas é preciso levar em conta que o anúncio de 2008, pela OTAN, de uma futura entrada da Ucrânia foi simultâneo ao anúncio de uma futura entrada da Geórgia; não obstante, a Rússia foi à guerra contra a Geórgia em 2008; em 2014, só invadiu a Crimeia, e não o restante da Ucrânia; e só invadiu a Ucrânia 14 anos após aquele anúncio, depois de 7 anos de insucesso da tentativa de separar Luhansk e Donetsk da Ucrânia. Do mesmo modo, não se afirma aqui que, necessariamente, o nacionalismo russo e/ou eventuais ambições imperiais não sejam fatores importantes para a decisão das lideranças russas, ou pelo menos para algumas delas. A análise feita aqui difere da maioria das outras por considerar que *o controle da Crimeia, a obtenção do corredor terrestre até ela e o controle absoluto sobre o Mar de Azov estariam na pauta mesmo que a Ucrânia renunciasse a qualquer participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na União Europeia (UE); não considerasse a Ucrânia como parte inseparável de sua história e soberania; e nem nutrisse ambições imperiais sobre seu entorno*. Por outro lado, a ideia de que a invasão da Ucrânia seja uma reação ao movimento geral de expansão da OTAN nos parece incompatível com a evidência histórica; afinal, países que outrora

²³A declaração do Presidente Putin, em setembro de 2022, anexando as quatro *oblasti* mencionadas, é um outro indício que reforça essa avaliação.

²⁴Em análises anteriores (Diniz, 2022a; 2022b), subestimei a importância do controle do Mar de Azov e do Estreito de Querche para a Rússia, bem como da sua capacidade de mover navios entre o Mar Cáspio e o Mar Negro. Os argumentos aqui compartilhados me levaram a refazer essa avaliação.

pertenceram ao Pacto de Varsóvia, países que pertenciam à União Soviética e, mais recentemente, países que nunca fizeram parte nem de uma nem de outra aliança (especificamente, Suécia e Finlândia) foram incorporados à OTAN sem maiores traumas. Respostas russas agressivas foram apenas nos casos da Geórgia e da Ucrânia²⁵. Do ponto de vista político, aquele, então, é o principal objetivo político que a Rússia buscaria obter com a invasão que teve início em 2022, e é o principal fator a considerar a partir do primeiro critério de avaliação do sucesso na guerra identificado por Diniz e Proença (2020): em que medida os objetivos políticos das partes foram alcançados.

Entretanto, assegurar o controle da Crimeia e do corredor terrestre até ela envolve não apenas tomar a área, mas impossibilitar ou pelo menos dificultar sua retomada mais adiante. Do ponto de vista estratégico, isso envolve enfraquecer significativamente as forças ucranianas e dificultar ou inviabilizar sua reconstituição em escala significativa no futuro; dificultar ou inviabilizar o apoio de aliados; e aumentar os custos políticos de uma eventual retomada. Isso sugere outros objetivos políticos adicionais:

- o reconhecimento formal, pela Ucrânia e demais países, da anexação, pela Rússia, da Crimeia e das *oblasti* de Luhansk, Donetsk, Zaporizhzhia e Kherson;
- a aceitação formal, pela Ucrânia e demais países, da desmilitarização permanente da Ucrânia;
- a aceitação formal, pela Ucrânia e demais países, “neutralidade da Ucrânia”, significando na prática a rejeição permanente de uma adesão à OTAN²⁶.

Todos esses objetivos acima estão diretamente relacionados ao objetivo principal identificado anteriormente. Contudo, a máxima garantia de que a Ucrânia jamais tentaria retomar o controle da Crimeia, do corredor terrestre até ela e do acesso ao Mar de Azov seria, obviamente, a inexistência da Ucrânia. Sob esse aspecto, uma eventual anexação total da Ucrânia pode ser entendida como uma extensão maximalista dos objetivos anteriores, mesmo na ausência

²⁵Para consideração mais detida desse último ponto, v. Dawood e Diniz (2024).

²⁶Observe-se que, nesse caso, a neutralidade não substitui o controle político, pela Rússia, da Crimeia e do corredor terrestre até ela.

de demandas decorrentes de um direito histórico à soberania sobre a Ucrânia e nem eventuais ambições imperiais por parte de lideranças russas. Dito de outro modo, o ponto é que uma anexação total da Ucrânia faria sentido por razões estritamente estratégicas, inteiramente relacionadas à Crimeia, ao Mar Negro e ao Mar de Azov; mesmo se não existirem as tais ambições imperiais, ou mesmo que estas não tivessem tração política suficiente por si mesmas, a anexação total da Ucrânia traria vantagens estratégicas significativas para a Rússia. Com base nessas considerações, poderiam ser objetivos políticos adicionais da Rússia com a invasão de 2022:

- a anexação formal da Ucrânia;
- o reconhecimento internacional dessa anexação.

Além disso, pode-se considerar que um objetivo político possa ter sido acrescentado à pauta política da Rússia após a invasão:

- o levantamento das sanções que lhe foram impostas exatamente em decorrência da própria invasão.

Do ponto de vista da análise estratégica, isso é importante porque poderia implicar, por exemplo, uma extensão adicional da área a ser tomada ou atingida pela Rússia, de modo a aumentar seu cacife em eventuais negociações. Não obstante, não parece que, do ponto de vista estratégico, esse objetivo político implique modificações no comportamento das forças russas no teatro ucraniano. Menciona-se-o aqui apenas por sistematicidade.

5. O emprego das forças russas: logística e o conceito de Defesa Ativa

Além das condicionantes políticas, cabe agora considerar as necessidades e possibilidades logísticas e a concepção de emprego das forças russas.

Mesmo com estimativas muito otimistas – estradas em condições razoáveis, possibilidade de que caminhões possam fazer uma velocidade média de 75 km/h –, as Forças Terrestres Russas não têm caminhões suficientes para atender suas necessidades logísticas a distâncias superiores a 150 quilômetros de seus depósitos. Para se ter uma ideia do significativo esforço logístico exigido:

- não é incomum que um obuseiro de 152 mm dispare 300 granadas por dia;

- a cada viagem, um caminhão pode transportar entre 80 e 100 disparos de artilharia de 152 mm; adotando a estimativa mais otimista, para manter uma cadência de 300 disparos por dia, cada obuseiro de 152 mm precisaria de três viagens de caminhão por dia;
- reabastecer cada salva de cada sistema de lançamento múltiplo de foguetes também exige uma viagem de caminhão por dia;
- independentemente da distância, gasta-se uma hora para carregar e uma hora para descarregar um caminhão que esteja transportando, por exemplo, munição de artilharia (que tem prioridade na entrega quando uma unidade está combatendo; quando ela está se deslocando, a prioridade de entrega é para combustível);
- se a unidade para a qual o caminhão transportará munição estiver a 150 km de distância do depósito (nas proximidades de uma ferrovia), e ele puder fazer uma velocidade média de 75 km/h, esse caminhão levará uma hora para carregar; duas horas no trajeto do depósito até a unidade; uma hora para descarregar; e duas horas no trajeto e volta. Portanto, ele poderá realizar apenas duas viagens por dia, totalizando 12 horas – as outras 12 horas serão gastas com manutenção do caminhão e de armamentos, alimentação, cuidados pessoais e sono. Ou seja, nem mesmo nessas condições otimistas, será possível, com um único caminhão, atender à demanda de 300 disparos por dia por peça de artilharia; para manter essa cadência de disparo, nessas condições otimistas, a uma distância de 150 km, seriam necessários três caminhões para abastecer duas peças de artilharia – isto é, cada peça demandaria 1,5 caminhão por dia;
- nessas condições, cada caminhão podendo fazer duas viagens por dia, cada sistema de lançamento múltiplo de foguetes, se disparar uma salva por dia, precisará de 0,5 caminhão por dia; se disparar duas salvas, precisará de 1 caminhão por dia;
- se, entretanto, o caminhão puder fazer uma velocidade média de 50 km/h, para fazer duas viagens de ida e volta num dia, a unidade poderá estar no máximo a 100 km de distância do depósito; ou então, a 150

- km, cada caminhão precisaria de 2 dias para fazer três viagens, o que significa que cada peça de artilharia demandaria 2 caminhões por dia;
- se as condições forem tais que o caminhão só consiga uma velocidade média de 35 km/h (uma expectativa bem mais realista), então, a 150 km de distância do depósito, cada peça de artilharia precisaria de três caminhões por dia para manter a cadência de 300 disparos por dia, ou então a unidade a que está alocada poderá estar a no máximo 70 km de um depósito; cada sistema de lançamento múltiplo de foguetes precisará de um caminhão por dia para disparar uma salva por dia, e de dois caminhões para disparar duas salvas por dia;
 - se um batalhão estiver a 150 km de um depósito e contiver seis obuseiros de 152 mm disparando 300 vezes ao dia cada e seis sistemas de lançamento múltiplo de foguetes disparando, cada um, duas salvas por dia, serão necessários, por dia, 30 caminhões por dia somente para a artilharia;
 - nesse último caso, uma Brigada de Infantaria Motorizada típica teria aproximadamente 36 unidades de artilharia de 152 mm autopropulsada e 18 sistemas de lançamento múltiplo de foguetes; para manter aquelas cadências a 150 km de distância de um depósito e caminhões com velocidade média de 35 km/h, seriam necessários 144 caminhões;
 - essa brigada seria servida por um Batalhão de Apoio Material-Técnico, que conta, tipicamente, com aproximadamente 148 caminhões de carga geral (48 reboques) e 260 caminhões especializados (dentre estes, veículos para manutenção e reboque de equipamentos, e veículos de transporte de combustível) – para transportar, além da munição de artilharia, munição, combustível e demais suprimentos para um batalhão blindado, três batalhões de infantaria motorizada, um batalhão antitanque, dois batalhões antiaéreos, um batalhão de engenharia, um batalhão de manutenção, uma companhia de comando, uma companhia de reconhecimento, uma companhia de guerra eletrônica, uma companhia médica e uma companhia química, biológica e nuclear.

É evidente que aquelas cadências não são sustentáveis nas distâncias referidas, e, portanto, tais unidades teriam que estar bem mais próximas dos seus depósitos de suprimentos. Há ainda um agravante: a Rússia tem apenas dez brigadas de apoio material-técnico para apoiar onze Exércitos de Armas Combinadas, um Exército de Tanques, e quatro Corpos de Exército. Portanto, não só é inevitável que as unidades em combate não estejam muito distantes de seus depósitos de suprimento: é necessário ainda que estes estejam próximos de ferrovias, para viabilizar o transporte de grandes quantidades a grandes distâncias –o que, evidentemente, limita sua velocidade de avanço e põe como uma necessidade estratégica clara o controle de entroncamentos ferroviários. Dito de outra forma, um aspecto crucial das considerações estratégicas russas em qualquer situação é a forte dependência de suas atividades logísticas para com o transporte ferroviário.

Por conta dessas limitações logísticas, é comum que unidades que estejam avançando se valham de suas unidades de apoio material técnico transportem suprimentos suficientes para vários dias de atividade – dependendo da intensidade dos combates, uma estimativa realista seria de um a três dias antes de precisar de apoio logístico adicional, no caso dos BTGs russos. De qualquer modo, o ponto importante é o seguinte: a partir do ponto em que esse estoque – mais rigorosamente, algum dos estoques críticos, como munição, combustível ou água – é consumido, o avanço tem que ser refreado, até que as condições de apoio logístico se estabeleçam. Como salientado anteriormente, dadas as características do aparato logístico russo, o apoio logístico em maior escala não pode ocorrer a distâncias muito grandes de estações ferroviárias para carga e descarga. Esse problema é menor quando estão envolvidos os aparatos logísticos de grandes unidades – por exemplo, Exércitos de Armas Combinadas ou Grupos de Exércitos, no caso das Forças Terrestres russas; mas, quando se trata de BTGs, Regimentos ou mesmo Brigadas, essa dependência é muito nítida. Mesmo que o avanço fosse precedido por bombardeios sistemáticos muito bem-sucedidos, que evitassem que as forças em avanço enfrentassem combates severos e pudessem dispor de suprimentos para mais dias, haveria a necessidade irrecorrível de suprimento de combustível. Em condições menos favoráveis e mais frequentes, havendo combates com alguma severidade, a situação se complica significativamente: para se ter uma

ideia, um BTG levaria consigo munição para três ciclos de consumo e recarga; considerando que cada obuseiro autopropulsado de 152 mm russo pode carregar até 50 projéteis, isso significa que cada obuseiro poderia disparar no máximo 200 projéteis sem precisar de apoio logístico adicional; como já mencionado, isso é menos que a quantidade de disparos que cada um deles pode fazer em um único dia em condições de combate de intensidade pouco mais que moderada.

A consequência disso tudo é muito clara: pelo menos desde as reformas que tiveram início em 2008, as Forças Terrestres russas não estão configuradas para avançar rapidamente por longos trechos de territórios controlados por forças hostis – a não ser que esses avanços possam ocorrer ao longo de ferrovias intactas ou muito pouco danificadas, a ponto de serem reparadas rapidamente. Por isso, a maneira institucionalizada de combater das Forças Terrestres Russas é frequentemente descrita como “Defesa Ativa”²⁷, caracterizada por rápidos avanços iniciais curtos e decisivos, idealmente obtendo surpresa, seguidos de consolidação e fortificação das posições ocupadas, buscando a estabelecer “fatos consumados” (*faits accomplis*) no teatro; a partir daí, as forças lutariam defensivamente, infligindo danos a distância, utilizando a normalmente ampla vantagem russa em artilharia de longo alcance (inclusive em termos de munição), foguetes, mísseis e, geralmente, de aeronaves, de modo a imporem severa atrição às forças oponentes. Embora, idealmente, o avanço inicial seja precedido por intenso bombardeio por aeronaves, mísseis e artilharia, a demanda por surpresa imporá limites à duração desse bombardeio prévio; há aí uma tensão entre esses dois elementos. Tudo somado, então, esses seriam, então, os dois pilares da concepção de Defesa Ativa: a “defesa por manobra” e o “guerrear sem contato”. Nessa concepção, território tomado não tem grande importância inicial: o que é realmente importante é enfraquecer as forças oponentes, preservando as próprias; tomar território, se for o caso, pode vir depois dessa degradação das forças oponentes, ou, mais lentamente, à medida que oportunidades táticas e logísticas para avanços seja construída.

²⁷Sobre a concepção de Defesa Ativa, v. Kofman *et al.* (2021).

6. Propósitos de guerra da Rússia na Ucrânia

Acerca da estratégia russa na Ucrânia, a posição predominante na literatura é, em linhas gerais, a seguinte²⁸:

- a Rússia iniciou uma ofensiva terrestre em três eixos principais (a partir do norte-nordeste da Ucrânia; a partir do leste; e a partir da Crimeia, no sul da Ucrânia), e mais uma inserção de unidades aerotransportadas, de modo a tomar Kiev rapidamente, impor um governo fantoche que facilitaria a realização de uma *Blietzkrieg* para ocupar toda a Ucrânia;
- embora as Forças Terrestres russas tenham avançado significativamente ao longo desses três eixos, alcançando localidades importantes, e as Forças Aerotransportadas tenham, depois de três dias, conseguido tomar o aeroporto de Hostomel, não conseguiram tomar as principais cidades ucranianas Kyiv e Kharkiv, fracassando então no seu objetivo;
- essa ofensiva fracassou porque a Rússia teria subestimado a capacidade e a vontade de resistir da Ucrânia – tanto das suas forças armadas quanto de sua população – e, consoantemente, teria calculado mal suas necessidades logísticas; conseqüentemente, quando não conseguiu que a guerra tivesse acabado em três dias, não dispunha de recursos suficientes – particularmente munição e combustível – para insistir nesse plano;
- diante dessa constatação, e não dispondo de planos alternativos para o mesmo propósito devido a um misto de incompetência e de arrogância (*hubris*), já no final de março de 2022, a Rússia alterou sua estratégia e, contentando-se com objetivos mais modestos, relacionados (i) às *oblasti* em que predomina a população russófona (Luhansk e Donetsk, na área conhecida como *província mineral do Donetsk* ou *Donbas*); (ii) e à busca de uma “ponte terrestre” diretamente entre a Rússia e a Crimeia, pelo litoral ucraniano, envolvendo localidades nas *oblasti* de Kherson e Zaporizhzhia (com destaque para Mariupol) – o que, pelo menos para alguns analistas²⁹, não faria muito sentido, já que as

²⁸V. p. ex., Kofman, 2024.

²⁹ V., p. ex., Schwartz *et al.* (2023, pp. 40-41).

forças russas poderiam ser abastecidas por duas outras rotas, a partir da Crimeia e de Rostov –, redirecionou suas forças para as *oblasti* mencionadas, abandonando, entre o final de março e início de junho, todas as suas posições no norte e no nordeste da Ucrânia, mantendo as do leste (inclusive Iziium e Lyman) e do sul (inclusive ao norte de Kherson, já do outro lado do Dnipro);

- uma ofensiva ucraniana iniciada em agosto de 2022, obrigou as forças russas a recuarem ainda mais a leste, abandonando posições em Bakhmut, Kupyansk e Lyman; e, no sul, as forças russas abandonaram suas posições na cidade de Kherson e para além do Dnipro;
- a partir daí, então, a Rússia passou a tentar ofensivas em diversos pontos à frente, visando a retomar algumas posições perdidas, seja para manter efetivamente o controle das quatro *oblasti* já mencionadas, mais a Crimeia, ou para melhorar suas condições para negociações com o governo ucraniano e/ou com seus apoiadores³⁰.

Entretanto, apesar de sua ampla disseminação, essa avaliação apresenta sérios problemas. Ela é inconsistente com alguns aspectos e decisões das atividades das forças russas, e não ajuda a explicar outros:

- por que o foco inicial da guerra, em 2014, foi especificamente a Crimeia?
- por que as posições russas no norte e nos arredores de Kyiv e Kharkiv foram abandonadas em favor de operações mais ao sul, sobretudo no litoral das *oblasti* de Zaporizhzhia e Kherson, e não o contrário? Seria claramente possível essas posições serem supridas a partir da Rússia e da Bielorrússia; e as forças russas então presentes no leste e no sul da Ucrânia poderiam segurar ofensivas ucranianas, principalmente na medida em que estas estivessem ocupadas defendendo a capital Kyiv e a segunda maior cidade, Kharkiv;
- por que as forças russas dedicaram tanto tempo (3 meses), esforço e munição para tomar Mariupol, mas não para tomar Kyiv?
- por que é tão importante para a Rússia garantir o acesso terrestre à Crimeia?

³⁰V., p. ex., Kofman (2024).

Essa interpretação também parece não levar em conta como estratégias são impactadas (i) pelas necessidades logísticas, (ii) pelo modo como as atividades logísticas são realizadas e (iii) pelas doutrinas de emprego da força. Esse ponto me parece especialmente surpreendente, pois mesmo analistas notoriamente familiares com a organização logística e com a doutrina de emprego de forças da Rússia, embora percebendo o descompasso entre aquela visão da estratégia russa e aspectos logísticos e doutrinários das forças russas, nem assim consideraram a possibilidade de que a estratégia russa fosse outra. Um ponto que fica particularmente claro a partir da análise acima sobre a organização logística das Forças Terrestres da Rússia e seu conceito de Defesa Ativa é que elas não são capazes de fazer uma *Blitzkrieg* num território vasto.

Levando tudo isso em conta, então, por mais que as pessoas cometam erros, muitas vezes decorrentes de arrogância ou excesso de otimismo decorrente de sucessos anteriores, não parece crível que os mesmos indivíduos (General Valery Gerasimov, Ministro da Defesa Sergei Shoigu, entre outros) que presidiram essas reformas e que testemunharam as dificuldades na Chechênia, na Geórgia, na Síria e, no caso do leste da Ucrânia, *depois do sucesso inicial na Crimeia*, fossem conceber uma estratégia tão desconectada das características doutrinárias e logísticas das Forças Terrestres russas. A ideia de subestimação da capacidade ucraniana de combater por parte de quem acompanhou de perto os combates em Luhansk e Donetsk entre 2015 e 2022 e a reconstrução das forças ucranianas ao longo desse período³¹ é uma alegação extraordinária e, como tal, exige evidências igualmente extraordinárias; entretanto, em nenhuma ocasião, encontrei referência a qualquer outra evidência que não seja uma suposta declaração de um comandante russo a seus subordinados³².

³¹Sobre as mudanças nas forças ucranianas nesse período, v. Sanders (2023); Ellmans, Melnyk e Paed (2025); e as diversas edições de *The Military Balance* e de *The Armed Conflict Survey*, do *International Institute for Strategic Studies*.

³²Particularmente, Kofman (2024) afirma: “*At this point, a veritable mountain of evidence supports the view that the Russian military was attempting to execute something similar to the seizure of Crimea in 2014, but on a much larger scale, rather than planning for an intense and costly battle with Ukraine’s armed forces.*” (Kofman, 2024); porém, nenhuma das evidências que comporiam essa montanha é citada no texto; na nota de fim assinalada no final do trecho citado, há apenas uma única referência, que é a um relatório de 2017, que, obviamente, não tem como trazer nenhuma evidência a respeito da invasão de 2022.

Assim, à luz dos comentários feitos anteriormente, parece-me razoável identificar os propósitos de guerra da Rússia na Ucrânia nos seguintes termos, em ordem de prioridade:

- **PGR1 (Propósito de Guerra Russo número 1):** obter um corredor terrestre ligando a Rússia à Península da Crimeia pelo litoral das oblasti de Donetsk, de Zaporizhzhia e de Kherson, junto ao Mar de Azov, ocupando essas oblasti e ainda a de Luhansk;

Além disso, como dito antes, para garantir seus objetivos a Rússia deveria enfraquecer significativamente as forças ucranianas, de modo a facilitar a conquista das áreas desejadas e dificultar às forças ucranianas retomar as posições perdidas. Tratar-se-ia, portanto, de maximizar a destruição de forças ucranianas diretamente e de neutralizar a capacidade ucraniana de reconstituí-las. Imediatamente, tratar-se-ia então de dificultar ou inviabilizar o suprimento das forças ucranianas e de eventuais outros tipos de oposição armada – milícias, guerrilhas etc.; para o médio e o longo prazos, tratar-se-ia de ocupar e/ou infligir o máximo de dano à infraestrutura produtiva da Ucrânia. Isso levaria aos seguintes propósitos de guerra adicionais:

- **PGR 2:** destruir diretamente o máximo possível de forças ucranianas, dificultando a retomada das *oblasti* de Luhansk, Donetsk, de Zaporizhzhia e de Kherson – além da Crimeia;
- **PGR 3:** controlar ou danificar o máximo possível da infraestrutura de transporte ucraniana além das oblasti de Luhansk, Donetsk, Zaporizhzhia e Kherson, de modo a dificultar o apoio às forças ucranianas na linha de frente;

Cabe aqui uma observação: no que se refere ao PGR 3, a rigor, não se trata de, necessariamente, ocupar as referidas cidades. Em princípio, para o controle mencionado, seria suficiente enfraquecer as forças ucranianas próximas, monitorar o tráfego (com drones e postos de observação, por exemplo) e, eventualmente, atacar os fluxos relevantes, seja com artilharia, mísseis, aeronaves (tripuladas e/ou drones), por exemplo. A neutralização dos fluxos poderia ser obtida danificando-

se significativamente a infraestrutura de transportes; mesmo nesse caso, porém, seria necessário monitoramento constante, para fazer face a eventuais reparos. Essa observação vale também para o PGR 4, mais adiante.

Esses seriam os propósitos de guerra minimalistas, que dariam à Rússia trunfos significativos para, no mínimo, uma aceitação tácita, pela Ucrânia, pela UE e pelos EUA, do seu controle sobre o corredor terrestre para a Crimeia e sobre o litoral do Mar de Azov.

Contudo, para facilitar o atingimento desses propósitos, poderia ser vantajoso, do ponto de vista da Rússia, interromper o suprimento das forças ucranianas, ou de uma eventual oposição armada, mais adiante, de modo a dificultar ou interromper o fluxo de equipamentos e suprimentos providos pelos apoiadores da Ucrânia. Nesse caso, pode-se pensar num quarto propósito de guerra:

- **PGR 4:** controlar, ou danificar o máximo possível, a infraestrutura de transporte em torno de Lviv, Chop e Uzhhorod, que são importantes entroncamentos ferroviários próximos à fronteira leste da Ucrânia;

A tomada desses nós praticamente inviabilizaria a chegada de ajuda militar externa por terra à Ucrânia, e seria um duro golpe no seu comércio exterior. É possível, mas não muito provável, que um sucesso significativo aqui – por exemplo, a ocupação e controle efetivo do entorno dessas cidades – pudesse se traduzir em vantagem suficiente para a obtenção, pela Rússia, de um resultado político bem mais significativo, como, por exemplo, aquilo a que o Presidente Putin se refere como a “desmilitarização da Ucrânia”, uma vez que esse controle inviabilizaria o reforço à Ucrânia por parte de seus apoiadores a oeste; ou, pelo menos, o abandono de qualquer possibilidade de integração à OTAN.

Mais provavelmente, resultados políticos ambiciosos – ou ainda mais ambiciosos, como a anexação total da Ucrânia – exigiriam ainda a ocupação, ou sua virtual inevitabilidade, da capital Kyiv e de Kharkiv, que são as duas cidades mais populosas do país. Desse ponto de vista, pode-se pensar que a maximização dos resultados, do ponto de vista da Rússia, pudesse exigir um outro propósito de guerra:

- **PGR 5: Conquistar e controlar as cidades de Kyiv e de Kharkiv.**

Deve-se fazer aqui uma outra ressalva. Para além de servir como trunfo significativo ou até mesmo viabilizar a submissão total da Ucrânia, o controle dessas duas cidades facilitaria significativamente o movimento das forças russas a leste e ao norte da Ucrânia; além disso, é natural que a perda de Kyiv dificultasse bastante a coordenação de esforços, militares e outros, pela Ucrânia. Desse modo, sua tomada pela Rússia poderia facilitar até mesmo alcançar os PGRs 1, 2 e 3, relacionados à pauta minimalista da Rússia – *desde que isso não significasse subtrair quantidades muito grande de forças ao esforço por eles*. Afinal, embora a tomada dessas cidades pudesse até facilitar à Rússia o alcance daqueles propósitos, isso estaria longe de garanti-los. Porém, segundo esta avaliação, controlar essas cidades sem obter o controle do corredor terrestre para a Crimeia e do litoral do Mar de Azov representaria um resultado negativo para a Rússia.

7. Delineamento da estratégia russa na Ucrânia

Diante de tudo isso, e na ausência de evidência sólida apontando em outra direção, parece-me razoável delinear a estratégia russa da seguinte maneira³³:

- i. de maneira consistente com o conceito de Defesa Ativa, tentar uma ação rápida e decisiva no sentido de:
 - a. tomar, o mais rapidamente possível, os principais nós ferroviários mais próximos na região de interesse principal – as *oblasti* de Luhansk, Donetsk, Zaporizhzhia e Kherson, especialmente as áreas próximas do litoral do Mar de Azov –, que não estivessem sob controle efetivo russo ou das milícias das *oblasti* separatistas, de modo a viabilizar a sua execução das atividades de apoio logístico de maior porte e dificultar a atividade logística ucraniana nessas *oblasti*; esses nós estariam localizados, mais precisamente, em:

³³As referências a nós ferroviários abaixo não são exaustivas, mas ilustrativas. A análise foi feita a partir da plataforma <https://openrailwaymap.org/>

- Chernihiv (na *oblast* do mesmo nome, próxima à fronteira com a Bielorrússia);
- Lyman, Mariupol, Volnovakha, Bakhmut (na *oblast* de Donetsk);
- Balakliia, Iziium, Kupiansk (na *oblast* de Kharkiv);
- Kherson (na *oblast* de Kherson);
- Sumy (na *oblast* de Sumy);
- Berdyansk, Melitopol (na *oblast* de Zaporizhzhia);
- No caso de Berdyansk e Mariupol, além de nós ferroviários importantes, eram também portos no Mar de Azov; Kherson, além de nó ferroviário importante, era um porto fluvial e marítimo, na foz do Dniro, e capital da *oblast* de Kherson; porém, Kherson apresentava uma dificuldade logística relevante, que era o fato de situar-se na margem oeste do Dniro; ainda assim, sua perda impactaria significativamente a logística ucraniana na região, facilitaria o controle da *oblast*, e, se consolidada, seria uma boa posição para eventual expansão russa para o interior da Ucrânia;

b. tomar a cidade de Kyiv, que é um importante nó ferroviário (movimentando anualmente, antes do início da invasão, dezenas de milhões de toneladas de carga), que interliga todas as regiões da Ucrânia, e cuja perda dificultaria significativamente a execução de atividades logísticas por parte das Forças Armadas Ucranianas; é a maior cidade e capital do país, e sua perda – eventualmente incluindo a fuga, captura ou eliminação das principais lideranças políticas ucranianas, incluindo o Presidente Volodimir Zelensky – complicaria substancialmente a coordenação política e a liderança militar ucranianas, embora dificilmente implicasse a cessação de combates pelas forças e população ucranianas, mesmo na eventualidade de estabelecimento de um governo militar russo ou outra forma de governo favorável à Rússia (e naturalmente, menos realista ainda seria esperar que um governo militar russo ou um governo imposto pela Rússia conseguisse impor a “desmilitarização” da Ucrânia); e o processo de tomada fixaria forças ucranianas, impedindo-as de lutar na região de interesse principal;

- c. tomar a cidade de Kharkiv, que também é um nó ferroviário importante (também movimentando anualmente, antes do início da invasão, dezenas de milhões de toneladas de carga) e é a segunda maior cidade do país; também nesse caso, a própria perspectiva da tomada fixaria forças ucranianas longe da região de interesse principal;
- ii. diante dos fatos de que, no momento do início da invasão, a Ucrânia dispunha de significativa capacidade de defesa antiaérea; de que a Rússia poderia precisar de suas aeronaves para a eventualidade de que apoio externo pudesse ou aumentar significativamente a capacidade aérea (tripulada) ucraniana, ou até de envolvimento de outras forças aéreas; e da significativa vantagem (de alcance e – dependendo da quantidade de BTGs, cujas estimativas variam de acordo com a fonte – também numérica) das Forças Terrestres Russas em artilharia, a imposição de desgaste a distância – também característica do conceito de Defesa Ativa – seria feita principalmente pela artilharia, por mísseis e, eventualmente, drones³⁴, poupando aeronaves;
- iii. caso não fosse possível obter esse resultado maximalista inicial, e seguindo a máxima de “reforçar o sucesso e abandonar o fracasso”, o foco deveria recair então sobre as *oblasti* de Luhansk, Donetsk, Zhaporizhzhia e Kherson, principalmente no litoral, de modo a garantir o corredor terrestre para a Crimeia e os nós ferroviários nessa região, e abandonando, pelo menos temporariamente, o esforço de tomada de posições mais ao norte e mais a oeste, inclusive, se fosse o caso, Kyiv e Kharkiv, pois as forças ocupadas ali seriam necessárias para o esforço principal;
- iv. a partir daí, também de maneira consistente com a Defesa Ativa e com suas vantagens em artilharia e infantaria, consolidar suas posições e, combatendo defensivamente, impor o máximo de desgaste às forças ucranianas que tentassem desalojá-las;
- v. na medida do possível, avançar gradualmente:

³⁴Ao longo desses três anos desde o início da terceira fase da guerra, acostumamo-nos com o impacto que drones vêm trazendo. Mas, pelo menos para muitos analistas, não havia ainda consenso quanto ao impacto potencial dos diversos drones de emprego militar. Para uma interessante análise, v. Kunertova (2023).

- a. seja para infligir desgaste às forças ucranianas;
 - b. seja para forçá-las a novos ataques;
 - c. seja para avançar até os nós ferroviários importantes seguintes, de modo a desarticular as atividades logísticas ucranianas e viabilizar suas próprias atividades logísticas, e que incluiriam:
 - Kostiantynivka, Kramatorsk, Chasiv Yar, Sloviansk, Pokrovsk, Toretsk (na *oblast* de Donetsk);
 - Zaporizhzhia (na *oblast* de Zaporizhzhia);
 - Dnipro (na *oblast* de Dnipro);
 - Apesar de não pertencer às *oblasti* principais para a Rússia, Dnipro, além de nó ferroviário importante, era também um porto fluvial significativo; sua tomada facilitaria substancialmente a atividade russa na região principal;
 - d. obtendo o controle sobre essas posições, a Rússia dificultaria sobremaneira a atividade logística ucraniana e favoreceria significativamente a execução do seu apoio logístico próprio, o que lhe permitiria obter o controle sobre essas áreas, ainda dentro do conceito de Defesa Ativa;
- vi. dependendo da extensão da ambição russa sobre a Ucrânia e da avaliação da oportunidade, à luz das perdas incorridas, das perdas esperadas e dos benefícios políticos esperados, a partir da consolidação de seu controle sobre o território desejado principal, as forças russas poderiam ainda, seguindo o mesmo método anterior, expandir gradualmente suas posições, tendo em mente as condicionantes logísticas;
- a. Tentar tomar outros nós ferroviários, que incluiriam:
 - Kremenchuk, Poltava (na *oblast* de Poltava);
 - Vinnytsia (na *oblast* de Vinnytsia);
 - Khmelnytskyi (na *oblast* de Khmelnytskyi);

- b. Controlar Kremenchuk e Poltava dificultaria significativamente a ligação entre o norte e o oeste, de um lado, e do sul e do leste, de outro, da Ucrânia; controlar Vinnytsia e Khmelnytskyi facilitaria a tomada dos entroncamentos que fazem a ligação da Ucrânia com o restante do leste da Europa:
- Lviv (na *oblast* de Lviv);
 - Chop, Uzhhorod (na *oblast* de Zakarpattia);
 - A tomada desses nós praticamente inviabilizaria a chegada de ajuda militar externa por terra à Ucrânia, e seria um duro golpe no seu comércio exterior;
- c. Tomar:
- Mykolaiv (na *oblast* de Mykolaiv);
 - Tokarivka (na *oblast* de Kherson);
 - Controlar Mykolayiv e Tokarivka permitiria às Forças Terrestres Russas avançar em direção ao porto de Odesa;
- d. Tentar tomar o porto de Odesa (na *oblast* de Odesa):
- O porto de Odesa era, antes da invasão, e continua sendo o principal porto ucraniano, e o único dos grandes portos da Ucrânia que ainda não está sob controle russo; sem Odesa, a maior parte das exportações e importações ucranianas seriam inviabilizadas, bem como qualquer tipo de apoio externo por via marítima, e ainda, na prática, excluiria a Ucrânia do Mar Negro; dependendo da profundidade do avanço russo na região, a segurança das bases na Crimeia e a liberdade de ação da Esquadra do Mar Negro russa seriam substancialmente ampliadas;
- e. Retomar esforços anteriores que tivessem sido temporariamente abandonados.

Esse delineamento me parece muito mais consistente:

- com a análise dos objetivos russos na Ucrânia, feita anteriormente;
- com o contexto político e estratégico em que a invasão ocorre – após a tomada da Crimeia, em 2014, e o embate entre as forças ucranianas e as das *oblasti* separatistas de Luhansk e Donetsk, entre 2015 e 2022;
- com o conceito Defesa Ativa de emprego das Forças Terrestres Russas;
- com as necessidades e limitações da atividade de apoio logístico das forças russas e com a infraestrutura logística disponível no momento e desde o início da invasão;
- com as características e quantidades das forças russas e ucranianas quando do início da invasão, em fevereiro de 2022;
- e, especialmente, com o comportamento das forças russas desde o início da invasão, inclusive depois de insucessos importantes – como não conseguir tomar Kyiv e Kharkiv em fevereiro e março de 2022, e o grande recuo entre agosto e novembro de 2022.

Ao mesmo tempo, junto com a identificação anterior de objetivos russos, esse delineamento permite compreender melhor:

- por que tomar Kyiv era importante em fevereiro e no início de março de 2022 e deixou de sê-lo depois – embora continuasse sendo a capital e a sede das instituições políticas ucranianas, onde estavam suas lideranças;
- por que o corredor terrestre da Rússia à Crimeia e o controle do litoral do Mar de Azov é tão importante para a Rússia – e as consequências estratégicas disso, que parecem não ter sido percebidas pela maioria dos analistas³⁵;
- por que o foco do planejamento e da ação das Forças Terrestres russas eram os BTGs, e não unidades maiores: o fato de os BTGs transportarem, organicamente, uma quantidade maior de suprimentos, podendo retardar a necessidade de apoio logístico adicional; mas, por isso mesmo, tinham que ser muitos, para

³⁵Pelo menos no conhecimento deste autor. Exceções notáveis, já mencionadas, são Urcosta (2018); Kollakowski (2023a; 2023b).

dispor das quantidades necessárias de munição em combates mais intensos, sem dispor do apoio logístico adicional – com a consequência de que, com quantidades tão grandes de veículos, as estradas ficariam sobrecarregadas, tornando a movimentação mais difícil e aumentando significativamente o risco de gargalos, engarrafamentos e outras interrupções, dificultando o avanço e criando oportunidades ricas em alvos para as forças ucranianas;

- por que os prazos eram tão estritos: cada BTG, individualmente, não dispõe de munição para muitos dias de combate, ainda mais se estes forem de alguma severidade;
- por que não é tão útil avaliar a progressão da invasão para a Rússia segundo a métrica “quantidade de território ucraniano tomado por dia (ou por mês)”, mas sim pela quantidade de forças (principalmente efetivos) ucranianas destruídas em relação à capacidade ucraniana de repô-las.

Para identificar, então, o que podemos aprender da estratégia russa na Ucrânia desde o início da invasão de fevereiro de 2022, é necessário avaliar o desenvolvimento dessa estratégia, notadamente os reveses que obrigaram a Rússia a ajustá-la, e quais foram esses ajustes. Esses reveses foram, principalmente, o fracasso em tomar Kyiv e Kharkiv, logo no início da invasão; e a ofensiva ucraniana entre agosto e novembro de 2022, que obrigaram as Forças Terrestres russas a um recuo significativo, abandonando inclusive posições importantes que haviam tomado, com destaque para Lyman, Balakliia, Iziium, Kupiansk, Tokarivka e Kherson.

8. Forças da Rússia e da Ucrânia em 2022³⁶

De acordo com a Rochan Consulting³⁷, em 20 de fevereiro de 2022, estariam disponíveis para a ação da Rússia na Ucrânia pelo menos 98 BTGs. Isso implicaria que a Rússia teria aproximadamente 1.000 tanques, 3.000 veículos

³⁶Como decorrem de uma análise mais detida, algumas das estimativas abaixo diferem das que constam em Diniz (2022a; 2022b).

³⁷A respeito, v. Rochan Consulting (2022).

blindados de infantaria e algo entre 600 e 700 peças de artilharia autopropulsada e um número equivalente de Sistemas de Lançamento Múltiplo de Foguetes. Já o *Military Balance 2022* estima que a Rússia teria 168 batalhões disponíveis para uma ação na Ucrânia (incluindo as Forças Terrestres, a Infantaria Naval e as Forças Aerotransportadas). Nesse caso, estimaríamos então algo como 1.600-1.700 tanques, 5.000 veículos blindados de infantaria, aproximadamente 1.000 peças de artilharia autopropulsada e aproximadamente 1.000 Sistemas de Lançamento Múltiplo de Foguetes. Michael Kofman³⁸, por sua vez, estima que a força invasora consistia em um total de aproximadamente 130 BTGs, de tamanhos diferentes, mas que, na sua avaliação, estariam operando com capacidade aquém da nominal, e que, em função de a Rússia não ter determinado mobilização propriamente dita até setembro de 2022, as unidades envolvidas na “operação militar especial” na Ucrânia estariam operando com 70-90% de sua capacidade; nesse caso, teríamos aproximadamente 1.300 tanques, 3.900 veículos blindados de infantaria, 850 obuseiros autopropulsados e 850 sistemas de lançamento múltiplo de foguetes. Já a Ucrânia teria, de acordo com o *Military Balance 2022*, um pouco menos que 1.500 tanques, um pouco mais de 2.020 veículos blindados de infantaria e um pouco menos de 2.000 peças de artilharia.

As grandes vantagens da Rússia estariam, qualitativamente, na sua artilharia e, quantitativamente, na sua infantaria. O alcance da artilharia de tubos da Rússia pode chegar a quase 50 km; e parte da artilharia de foguetes da Rússia pode alcançar até quase 90 km. Essa vantagem diminuiu com a chegada de sistemas como os HIMARS, a partir de junho de 2022; entretanto, a Rússia manteve sistematicamente vantagem em termos de munição (estimada por Kofman como em 12:1), com médias de entre 15.000 e 20.000 disparos por dia³⁹, havendo relatos de períodos em que essa cadência de disparos teria chegado a 50.000 por dia⁴⁰; em outros momentos, contudo, dificuldades no estoque e suprimento obrigaram a artilharia russa a reduzir seu consumo diário, mas a sua superioridade quantitativa foi mantida – a tal ponto que, em alguns momentos, deficiências em termos de efetivos foram cobertas por maior intensidade dos fogos de artilharia⁴¹.

³⁸A respeito, v. Kofman (2024).

³⁹A respeito, v. Kofman (2024).

⁴⁰A respeito, v. Galante (2022).

⁴¹A respeito, v. Kofman (2024).

A infantaria russa seria superior numericamente e mais robusta, especialmente em termos de capacidades antiaérea e antiblindados. Sob outros aspectos, em termos de forças terrestres, a superioridade numérica imediata da Rússia não é clara. Adicionalmente, intensa mobilização aumentou rápida e significativamente as forças disponíveis para a Ucrânia, ao passo que a Rússia não determinou nenhuma mobilização até setembro de 2022.

Quanto a aeronaves⁴², Bronk (2023) menciona que as Forças Aeroespaciais da Rússia teriam disponíveis para a invasão da Ucrânia, em fevereiro de 2022, 700 caças multipropósitos e caças-bombardeiros; entretanto, ele mesmo menciona atividades pelos bombardeiros russos, sem incluí-los nas contas acima. Com base no *Military Balance 2022*, incluindo a Aviação Naval e excluindo todos os caças alocados ao Distrito Militar do Leste, consideramos 137 bombardeiros e 859 caças, caças multipropósitos e aeronaves de ataque ao solo das Forças Aeroespaciais, e mais 157 caças e aeronaves de ataque da Aviação Naval russa; incluímos ainda 399 helicópteros de ataque. No caso da Ucrânia, contamos 115 caças, caças multipropósitos e aeronaves de ataque, e 35 helicópteros de ataque. Além da vantagem numérica, a maioria das aeronaves russas é reconhecida como qualitativamente superior às ucranianas.

As forças de ambos os países possuíam capacidade significativa de defesa antiaérea, com a Rússia tendo clara vantagem tanto em quantidade quanto em qualidade; entretanto, a defesa antiaérea ucraniana, em fevereiro de 2022, era considerada a segunda melhor da Europa, atrás apenas da russa⁴³. Graças a deficiências e dificuldades do esforço de supressão das defesas aérea e antiaérea ucranianas pela Rússia, a defesa antiaérea ucraniana dificultou a realização de várias atividades pelas aeronaves de asas fixas e rotativas russas, com destaque para o apoio aéreo cerrado, que foi praticamente inviabilizado pelas sobrevivência e operacionalidade da defesa antiaérea ucraniana⁴⁴.

No que concerne à ação sobre terra a partir do mar, de acordo com o *Military Balance 2022*, a Esquadra do Mar Negro possuiria 19 navios de superfície com capacidade de lançamento de mísseis de longo alcance sobre

⁴²Neste texto, o termo *aeronave* designa apenas as tripuladas; os drones serão designados por esse nome, ou como veículos aéreos (não tripulados).

⁴³A respeito, v. Kofman (2024), Bronk (2023); Nowens, Shagina e Green (2025).

⁴⁴A respeito, v. Bronk (2023).

o solo, incluindo o *Moskva*, e ainda seis submarinos diesel-elétricos da classe *Kilo*⁴⁵, que podem lançar mísseis *Kalibr*; se forem incluídos os da Flotilha do Mar Cáspio, que poderiam acessar o Mar de Azov pelo Canal Volga-Don e, pelo Estreito de Querche, o Mar Negro, poder-se-iam acrescentar mais quatro navios de superfície com capacidade de lançamento de mísseis de longo alcance sobre o solo; fora do entorno marítimo da Ucrânia, mas, eventualmente, podendo ser deslocados para a área, a Rússia disporia de 38 submarinos lançadores de mísseis de cruzeiro⁴⁶.

No caso da Marinha da Ucrânia, seu único navio de maior porte, a fragata *Hetman Sagaidachny*, não dispunha de capacidade significativa de mísseis e ainda estava em estado de manutenção precário.

9. A campanha da Rússia na Ucrânia desde 2022

A nosso ver, o comportamento da Rússia na Ucrânia desde a invasão é mais consistente com o delineamento da estratégia exposto mais acima do que com aquele predominante na literatura. Forças russas tentaram rapidamente tomar várias posições importantes mencionadas anteriormente, principalmente em Donetsk, Luhansk, Zaporizhzhia e Kherson, mas também em outras *oblasti*, inclusive vários dos nós ferroviários mencionados anteriormente, e ainda as cidades de Kharkiv e Kyiv, a capital.

A invasão começou com uma operação sincronizada de supressão de defesa antiaérea hostil (SEAD), em que bombardeiros, mísseis lançados do solo (inclusive mísseis balísticos) e mísseis de cruzeiro lançados de navios e de submarinos atacaram posições da defesa aérea ucraniana. Os ataques foram acompanhados de medidas e contramedidas eletrônicas voltadas a degradar ou danificar radares ucranianos de alerta antecipado, de aquisição de alvos e de controle de fogo, de modo a facilitar a penetração da defesa aérea pelas aeronaves e mísseis ucranianos; de fato, vários radares ucranianos foram efetivamente ofuscados pelas medidas e contramedidas eletrônicas russas. Os ataques efetivamente atingiram, nos primeiros dias da invasão, aproximadamente

⁴⁵A Esquadra do Mar Negro possuía ainda um outro submarino classe *Kilo*, mais antigo, que não dispõe do *Kalibr*.

⁴⁶Não serão considerados os 11 submarinos lançadores de mísseis balísticos russos.

75% dos alvos anteriormente identificados pelo esforço de inteligência russo. Não obstante, uma parcela importante da defesa antiaérea ucraniana era móvel, e, graças em larga medida a informações repassadas por outros países, muitos dos seus equipamentos e pessoal mudaram de posição antes dos ataques russos. Assim, diante de um esforço bastante deficiente, por parte das forças russas, de avaliação de danos após os ataques, os esforços de SEAD ficaram muito aquém do esperado, e assim permaneceram por toda a campanha até o momento da escrita (fevereiro de 2025). Essa ineficácia da SEAD limitou, e continua limitando, severamente, a atividade aérea da Rússia na guerra – principalmente os esforços de Apoio Aéreo Aproximado –, dificultando significativamente as atividades das Forças Terrestres da Rússia na Ucrânia⁴⁷.

Entretanto, a SEAD russa permitiu aos aproximadamente 34 helicópteros russos que transportavam uma força aerotransportada russa de entre 200 a 300 soldados, que partira da Bielorrússia em direção ao Aeroporto de Hostomel – um importante terminal de carga, especializado em cargas superpesadas –, próximo a Kyiv, cuja tomada permitiria apoio logístico aéreo de monta e contribuiria para a tomada de Kyiv, prosseguirem sem serem detectados até já quase nas imediações de Kyiv. Essa força deveria tomar rapidamente o aeroporto, de modo a permitir a chegada de reforços aerotransportados que prosseguiriam em direção à tomada de Kyiv. Forças terrestres avançando ao longo do norte (estimada em 30.000 efetivos) e do leste (20.000 efetivos)⁴⁸ da Ucrânia convergiriam rumo à capital, e seriam abastecidas também a partir do aeroporto. Esperava-se uma tomada rápida da capital porque as forças ucranianas alocadas à defesa da cidade eram poucas, dado que as lideranças ucranianas esperavam que o esforço militar russo, se houvesse – ao que parece, a avaliação predominante entre lideranças ucranianas até bem pouco antes da invasão era que esta não seria iminente –, estaria focada principalmente no leste, no Donbas.

Porém, a tomada de Kyiv fracassou por diversas razões⁴⁹. A conquista do Aeroporto de Hostomel demorou muito mais do que o esperado, em função do desempenho da força ucraniana que o defendia, que conseguiu derrubar sete ou

⁴⁷Sobre esse assunto, v. Bronk (2023).

⁴⁸Essas estimativas são de Collins e Spencer (2025).

⁴⁹O resumo a seguir é baseado em Collins, Kofman e Spencer (2023); Collins e Spencer (2025).

oito helicópteros – dois já haviam sido destruídos antes da chegada ao aeroporto –, e conseguiu resistir às forças que desembarcaram, que levavam apenas armamento leve. As forças terrestres não só demoraram muito no trajeto, tendo encontrado uma oposição que, apesar de números muito baixos, encontrou condições favoráveis contra as forças russas, em virtude da disposição excessivamente concentrada das unidades em movimento – numa única coluna, e com pouco espaçamento entre os veículos; uma parte delas ficou retida por aproximadamente três dias em Chernihiv, com dificuldades para avançar, também por razões logísticas – congestionamento no tráfego, gerando exposição da força à ação das forças ucranianas. Aliás, um aspecto curioso da movimentação das forças russas foi a sua insistência em permanecer nas estradas – apesar de que boa parte de seus veículos é todo-terreno e de o terreno no norte e no leste da Ucrânia serem favoráveis a esse tipo de movimento – e em longas colunas, o que dificultava sua ação contra a atividade das forças ucranianas e tinha a consequência logística de que cada veículo atingido prejudicava imensamente o movimento do restante da força. Uma explicação possível para isso é que, para cortar custos, as reformas na Força Terrestre da Rússia trouxeram uma redução na infantaria, o que dificultaria a atividade fora das estradas.⁵⁰

Além disso, o acesso a Kyiv era muito dificultado por obstáculos como os rios Bucha, Irpin, Dnipro e canais, sendo que as forças da Ucrânia – que incluíam voluntários civis, a quem foram distribuídos fuzis de assalto e outros equipamentos – passaram a destruir as pontes. Algumas destas permaneceram, e algumas forças russas conseguiram passar por elas, mas encontraram oposição e dificuldade de movimento. Como os rios eram difíceis de serem vadeados, as forças russas procuraram pontos em que pudessem lançar pontilhões; entretanto, por essa altura – já no segundo dia da invasão – os ucranianos destruíram a represa de Kozarovichy, inundando as margens do Irpin de tal modo que isso não foi possível imediatamente; foi necessário identificar uma posição mais distante (Moschun) em que as forças russas poderiam atravessar o rio, mas, ainda assim, por pouco tempo. Quanto às forças provenientes do leste de Kyiv, estas enfrentaram menos dificuldades para chegar até as cercanias de Kyiv, e rapidamente avançaram a posições muito importantes, tomando Volnovakha,

⁵⁰Esse ponto é trazido por Kofman (2024).

Balakliia e Kupiansk (Izium seria tomada em março) e se aproximando de outras, como Sumy e Kharkiv, mas não conseguiram adentrar a capital.

Devido à demora na captura do aeroporto, foi cancelado o envio de uma força adicional composta por aproximadamente 4.000 militares e equipamentos pesados, que seria transportada por cerca de 41 aeronaves. Destas, 18 aviões, transportando 1.000 soldados, já estariam em pleno voo rumo ao desembarque no aeroporto. Esse cancelamento deixou a força previamente desembarcada em Hostomel extremamente vulnerável, por não contar com tanques e artilharia. A força ucraniana que defendia o aeroporto contra-atacou, retomando-o por um breve intervalo; contudo, encontrando-se também em situação precária, decidiu retirar-se após destruir a pista de tal maneira que, quando as forças russas finalmente ocuparam o aeroporto, ela já estava inutilizada, exigindo extensos reparos antes de poder voltar a operar. Assim, quando as unidades provenientes da Bielorrússia finalmente chegaram, o Aeroporto de Hostomel não podia mais ser utilizado para suprimento logístico na escala desejada pela Rússia.

Diante disso, as dificuldades logísticas se acumulavam. Do modo como a invasão prosseguiu, as forças russas só tinham suprimento imediato para poucos dias, e contavam com a ponte logística aérea do Aeroporto de Hostomel para o suprimento logístico inicial, até que assegurassem o controle da infraestrutura que deixavam para trás enquanto avançavam rumo à Kyiv. Não o tendo conseguido, qualquer expectativa de um avanço inicial rápido e surpreendente, que permitisse tomar a cidade rapidamente e, aproveitando uma eventual confusão nas forças ucranianas, consolidar o controle da infraestrutura tinha-se perdido. Ao que parece, as forças russas não tinham um plano alternativo para a tomada de Kyiv, e, durante o mês de março, foram feitas tentativas infrutíferas de tomar a cidade. Uma das razões possíveis levantadas para a ocorrência dos problemas no movimento das forças terrestres, na tentativa frustrada de tomada do Aeroporto de Hostomel em tempo hábil e em condições de utilização seria a falta de treinamento específico e de envolvimento de um número maior de unidades, com vistas a evitar vazamentos e tentar assegurar surpresa e, com ela, a continuidade da ausência de forças ucranianas expressivas em Kyiv, possivelmente em conjunto com um certo otimismo decorrente da informação de que a cidade estava pouco defendida.

Contudo, parece-nos importante levantar outra hipótese que, diante das informações disponíveis, não foi possível confirmar: as dificuldades relativas ao treinamento e ao planejamento talvez se devam, em alguma medida, a um senso de urgência, o que ajudaria também a responder à importante questão sobre *por que invadir em fevereiro de 2022*. A hipótese que surge mais imediatamente, mas que, no momento, também é de difícil averiguação, é que o duplo fiasco da retirada dos EUA no Afeganistão e do fato de que o então Presidente Joseph Biden afirmou que não fora informado dos riscos envolvidos pelas lideranças militares envolvidas, enquanto estas afirmaram claramente perante o Congresso que haviam informado ao presidente acerca dos riscos – o que significa que alguém mentiu –, *e todos continuaram nos seus respectivos cargos*. Tamanha demonstração de negligência e descaso por parte dos EUA pode ter gerado nas lideranças russas um senso de urgência diante de uma janela de oportunidade que poderia fechar-se em breve, e que seria então a hora de agir.

Nas regiões mais ao sul, importantes posições foram tomadas já em março de 2022, com destaque para Berdyansk (conquistada ainda em fevereiro), Melitopol e Kherson – esta última situada já na margem ocidental do Dnipro –, avançando até mesmo além, embora sem sucesso na tomada de Mykolaiv. Outras posições, porém, especialmente Mariupol, cidade fundamental para o estabelecimento do corredor terrestre entre a Rússia e a Crimeia, ainda não haviam sido conquistadas. No final de março, então, a decisão que parece mais reveladora da estratégia e das prioridades russas foi tomada: ao invés de desviarem forças do sul e de Donbas para a tomada de Kyiv, as forças russas abandonam suas posições em torno de Kyiv e de Karkhiv para reforçar a ofensiva nas *oblasti* de Luhansk, Donetsk, Zaporizhzhia e Kherson. Se o objetivo fosse tomar a capital para impor um governo militar ou fantoche pró-russo, a decisão tomada deveria ter sido a oposta. Essa decisão marca, então, o primeiro ajuste na estratégia russa, a partir dos resultados dos enfrentamentos já travados e da reconfiguração das expectativas de resultados para os enfrentamentos ainda por travar. Diante disso, redefiniram-se os esforços prioritários e os eixos de ação.

Também aqui, a escassez relativa de infantaria parece ter prejudicado a capacidade de atuação de armas combinadas dos BTGs, e essa falta de infantaria teve que ser compensada por uso intensivo de artilharia, como exemplificado,

por exemplo, na tomada de Mariupol, obtida finalmente em maio de 2022. Essa necessidade foi composta pelas restrições impostas pela defesa antiaérea ucraniana às atividades das aeronaves russas; o apoio aéreo cerrado teria sido bastante útil, mas, como observado anteriormente, sua realização pela Rússia parece ter sido inviabilizada pela ineficácia relativa do esforço de SEAD da Rússia no início da invasão. Por outro lado, não seria impossível à Rússia obter superioridade aérea local em algum eixo prioritário de avanço, ainda que com algumas perdas; o fato de que isso não tenha sido feito sugere que ofensivas desse tipo não eram do interesse das forças russas. Por fim, ao longo desse período, as ofensivas russas foram apoiadas também a partir do mar, apesar da perda do cruzador *Moskva*, atingido e afundado por mísseis lançados pela Ucrânia em abril de 2022.

A partir daí, as forças russas solidificaram suas posições, mas de maneira bastante desigual: no corredor terrestre e em Kherson, as posições eram bem preparadas e defendidas por pessoal mais treinado e qualificado, ao passo que, na *oblast* de Kharkiv, por exemplo, as defesas eram esparsas e incluíam pessoal pouco motivado e pouco treinado, sendo que boa parte das forças não era regular, pertencendo às *oblasti* separatistas e à Guarda Nacional (*Rosgvardia*). A partir de junho de 2022, houve uma redução, praticamente uma pausa, nas ações ofensivas das Forças Terrestres russas. Essa interrupção é consistente com a prioridade dada ao estabelecimento do corredor terrestre da Rússia à Crimeia; com o conceito de Defesa Ativa; e com uma eventual necessidade logística de reduzir o consumo de munição de artilharia. De acordo com a nossa análise, uma vez tomadas as posições-chaves, ligadas às ferrovias, no corredor terrestre, as forças russas poderiam esperar os ataques das forças ucranianas em posições bem defendidas, e, impondo-lhes perdas significativas avançar gradualmente, de uma posição logisticamente importante a outra.

Essa decisão também sugere que as forças russas não avaliam seu sucesso em termos de avanço no terreno por unidade de tempo, e sim pelo desgaste ou atrito imposto às forças ucranianas. Cabe aqui esclarecer um ponto sobre atrição: sua análise é um tanto contraintuitiva. Se o lado A perdeu 200.000 soldados e o lado B perdeu 100.000, a tendência geral é considerar que A perdeu o dobro de B. Mas a dinâmica não é exatamente essa. Se B perdeu 100.000 e pode repor, num dado intervalo, outros 100.000, enquanto A, que perdeu 200.000, pode repor, no

mesmo intervalo, 1 milhão, temos que, na verdade, B perdeu o triplo de A: $[100.000 / (100.000 + 100.000)] / [(200.000 / (200.000 + 1.000.000))]$. Obviamente, isso não se aplica somente a soldados, mas aos diversos recursos de cada lado. Essa dinâmica costuma escapar a muitos analistas e comentaristas. A dificuldade aqui é obter informações sólidas sobre as perdas de cada lado; não nos foi possível identificar nenhuma fonte que nos satisfizesse. Mas o ponto relevante é entender que medidas de avaliação de sucesso não são necessariamente simétricas entre as partes, e que, no caso da Rússia, após o estabelecimento do corredor terrestre Rússia-Crimeia, o desgaste das forças ucranianas, e não o avanço no terreno, é a medida relevante.

Outro evento importante para a estratégia russa foi a ofensiva ucraniana nas *oblasti* de Kherson e Kharkiv, entre agosto e novembro de 2022. Em Kharkiv, as forças russas foram obrigadas a abandonar posições importantes que haviam tomado no começo do ano, incluindo Balakliia, Iziium, Kupiansk e Lyman, cedendo de volta à Ucrânia algo em torno de 2.500 km². Mas, a partir de certo ponto, a ofensiva ucraniana no leste estagnou diante de defesas russas mais bem preparadas. Já em Kherson, as forças ucranianas não foram tão bem-sucedidas, e as defesas russas resistiram bem; entretanto, a artilharia ucraniana conseguiu destruir pontes sobre o Dniπρο, complicando significativamente a logística russa na cidade, de tal modo que as forças russas abandonaram finalmente, de maneira organizada, a posição, mantendo boa parte do seu equipamento e efetivos.

É significativo que, depois disso, a Rússia manteve exatamente a mesma postura basicamente defensiva, com alguns momentos de maior iniciativa, mas sempre: sem redistribuição de forças para uma ofensiva concentrada em algum ponto específico da linha, ainda que mantendo posições defensivas em outros; indo em busca de posições logísticas importantes, especialmente ferroviárias; fazendo amplo uso de artilharia e, cada vez mais, de drones de ataque e dos chamados drones “*kamizazes*”; e, principalmente a partir de 2023, reduzindo o apoio de mísseis a partir do mar, tendo recuado a Esquadra para Novorossiskyi a partir da perda de outro navio e dos danos infligidos a um submarino, que o

deixaram fora de ação⁵¹. Outras ofensivas ucranianas no seu território, por sua vez, não tiveram sucesso significativo. Em 2024, a Ucrânia conseguiu invadir e reter posições na Rússia, na *oblast* de Kursk; mas essa veio sendo gradualmente repelida, sem ter implicado retirada significativa de forças russas de suas posições na Ucrânia. É possível, entretanto, que recursos que, sem essa invasão, pudessem ser enviados às forças russas na Ucrânia tenham sido direcionadas na retomada dessas posições, prejudicando outras iniciativas russas; além disso, soldados norte-coreanos foram empregados pela Rússia em Kursk, o que pode sinalizar dificuldades com a alocação de forças, ou então uma demonstração de que a Rússia não estaria lutando sozinha, ou uma combinação de ambos. Mas o fato é que a Ucrânia alocou recursos para essa ofensiva em Kursk sem ter tido seu trabalho facilitado em outras áreas por ela.

10. Avaliação

Nossa análise sugere que as forças russas tentaram uma ação ousada, rápida e surpreendente, consistente com seu conceito de emprego, visando a tomar posições vantajosas e também a tomar a capital Kyiv e a segunda maior cidade, Kharkiv, em função de benefícios logísticos e, eventualmente, da confusão que se seguiria na Ucrânia em decorrência da eventual perda de sua liderança; entretanto, a análise vai na contramão de que o esforço russo tivesse como objetivo principal o estabelecimento de um governo favorável à Rússia e que aceitasse o domínio russo sobre a Ucrânia. Essa discordância se deve ao fato de que isso dificilmente seria suficiente para obter o enfraquecimento drástico ou a “desmilitarização” da Ucrânia; e à evidência empírica de que, quando foi necessário escolher, a Rússia escolheu o corredor terrestre Rússia-Crimeia, e não Kyiv. O motivo dessa prioridade seria, na nossa avaliação, a importância estratégica do controle absoluto do Mar de Azov e a maior segurança no acesso à Península da Crimeia, garantindo o controle russo sobre esta e, especialmente, negando à OTAN essa posição tão vantajosa, que poderia inviabilizar a atividade russa no Mar Negro,

⁵¹Posteriormente, o mesmo submarino diesel-elétrico, antes de voltar à atividade, teria sido atingido novamente e, segundo fontes ucranianas, teria sido afundado, mas, até o momento da escrita, o afundamento não foi confirmado.

comprometendo sua capacidade de influenciar politicamente outras regiões que não seu entorno imediato. Não tendo tomado a capital de imediato, perdido o benefício da surpresa, a Rússia se volta então para seu objetivo prioritário – o corredor terrestre para a Crimeia e o controle absoluto sobre o Mar de Azov – e para a recomposição do seu esforço logístico.

Por outro lado, alguns pontos permanecem ambíguos. Segundo nossa análise, seria de se esperar que as posições logisticamente importantes que a Rússia não pudesse tomar fossem sistematicamente fustigadas, de modo a evitar o reforço às forças ucranianas e o fluxo da ajuda militar internacional à Ucrânia; não obstante, apesar de ataques eventuais, não houve esforço sistemático sobre Lviv, Chop e Uzhorod, que são cruciais para esse fluxo por ferrovias, ou ainda Ivano-Frankivsk, Lutsk, Vynnytsia, Kimenytski, Ternopol e Rivne, que seriam importantes para o tráfego rodoviário. Todas essas posições estão bem distantes da área em que os combates estão ocorrendo. À primeira vista, a explicação mais plausível pareceria ser que a Rússia preferiria preservar essa infraestrutura para seu próprio uso – o que sugere, tendo em vista a distância dessas posições, que a Rússia parece manter sua perspectiva maximalista, visando ao controle total sobre a Ucrânia.

Do mesmo modo, seria de se esperar um esforço mais intenso da Rússia sobre Odesa e seu entorno, pois as forças ucranianas conseguiram impor reveses significativos a partir dali, como o afundamento do *Moskva*, e danos a um submarino que estava em Sevastopol. Dificultar a atividade ucraniana em Odesa facilitaria o apoio às forças terrestres russas a partir do mar, e evitaria que a Esquadra do Mar Negro recuasse para Novorossiskyi, como acabou fazendo. Novamente, a primeira explicação que nos ocorre seria o interesse, por parte da Rússia, em preservar essa infraestrutura para uso próprio.

Tudo somado, parece-nos que as evidências apoiam nossa análise ou, pelo menos, o balanço das evidências é mais favorável a ela que à alternativa, predominante na literatura. A partir disso, podemos identificar, então, o que seria possível aprender a partir da estratégia russa na Ucrânia.

10.1 O que aprendemos (ou reaprendemos) com a estratégia russa na Ucrânia desde a invasão de 2022

Apresentam-se, a seguir, algumas das implicações que podemos tirar a partir da estratégia russa na Ucrânia desde a invasão de 2022. Note-se que, não necessariamente, se trata de novidades; muitas das observações abaixo poderiam ser observadas em outras ocasiões. Não obstante, trata-se de constatações importantes, que merecem destaque em função do impacto que os pontos observados tiveram ou têm na condução das atividades na campanha ora em curso na Ucrânia, e da importância de considerá-las em planejamentos futuros, seja em projetos de forças, sejam em possíveis cenários de empregos futuros. Por isso, talvez seja melhor pensar mais em termos do que reaprendemos com a estratégia russa na Ucrânia, e não tanto em termos do que aprendemos.

- ***As necessidades, possibilidades e limitações logísticas circunscrevem a estratégia muito mais fortemente do que esta determina aquelas***

Isso implica que uma análise detida das capacidades e necessidades logísticas deve orientar não apenas o planejamento de uma guerra ou campanha, mas, principalmente, as próprias forças, e particularmente a força terrestre. Imediatamente, a experiência russa na Ucrânia mostra que, por mais que possam ser muito mais eficientes em termos de massa e volume transportado tanto por tempo quanto por custo, a dependência para com ferrovias restringe a flexibilidade das forças, tornando-a mais previsíveis; restringe seu ritmo de avanço, em função da necessidade de não poder distanciar-se demais de uma estação de embarque e desembarque; torna as forças excessivamente dependentes da infraestrutura local, o que as mantém interessadas, pelo menos em alguma medida, na sua preservação, limitando a capacidade da força de enfraquecer o oponente danificando sua capacidade de suprir suas próprias forças. Embora rodovias geralmente ofereçam mais alternativas e possam ser consertadas ou mesmo abertas mais rapidamente que ferrovias, uma dependência muito grande para com estas restringe a capacidade de dispersão das forças, o que as limita a disposições para o movimento que aumentam sua vulnerabilidade e restringem seu avanço – tanto pela própria disposição, quanto pela necessidade de manter distâncias

significativas entre os veículos para dificultar a ação hostil, quanto ainda pela possibilidade de ocorrência de gargalos e interrupções, mesmo sem ação hostil, e mais ainda se esta existir. Além disso, a possibilidade de ter que atravessar obstáculos como cursos d'água sujeita as forças à dependência para com pontes, que podem ser destruídas pelas forças oponentes; portanto, ênfase maior deve ser dada à capacidade orgânica de viabilizar esse movimento sem essa dependência, o que significa dispor de pontes móveis, pontilhões e, eventualmente, balsas nas quantidades necessárias para o movimento das forças e dos suprimentos. Desse modo, independentemente do grau e do modo de organização, as forças devem dispor da quantidade de veículos necessária para suprir forças, na frequência necessária, nas distâncias entre depósitos maiores e os pontos de abastecimento das unidades da linha de frente, levando em conta o ritmo de avanço desejado ou esperado e a intensidade com que se espera ou deseja que combatam; idealmente, o ritmo de avanço de uma força combatente e a intensidade com que combate não deveriam ser limitados pela escassez e inflexibilidade dos meios logísticos. Ao analisar a tentativa de tomada de Kyiv, Collins e Spencer (2025) avaliaram que mesmo a capacidade logística do Exército dos EUA, muito superior às das forças russas, e estimada como 10 soldados em atividades logísticas para cada soldado em unidades combatentes, poderia ter dificuldades se tivesse que enfrentar o desafio logístico dos rios e canais em torno da capital ucraniana. Talvez essas proporções tenham que ser reavaliadas, e, idealmente, com mais veículos de capacidade todo-terreno.

- *Vai-se à guerra com as forças disponíveis, que têm bem mais chance de fazer o que se lhes pede se tiverem sido treinadas e configuradas para fazê-lo*

Por mais que soldados e comandantes possam ser criativos e mentalmente flexíveis, pedir às forças que lutem de modo diferente do seu treinamento e sem que tenham os recursos necessários pode eventualmente ser inevitável, quando diante de situações inusitadas. Entretanto, o ideal é que sua concepção de emprego, seu treinamento, sua organização e seus equipamentos sejam concebidos para dar conta das situações que poderão enfrentar com mais frequência ou das situações mais exigentes, ou, ainda e idealmente, a combinação de ambos os tipos. Por

mais que doutrinas tenham que ser padronizadas e ensaiadas, sua atualidade e permanência devem ser constantemente avaliadas e monitoradas, devendo ser ajustadas diante de mudanças significativas.

- ***Avanços rápidos por longas distâncias dependem de algum tipo de surpresa ou de uma superioridade muito grande de forças***

Fora isso, o desgaste e o atrito se impõem, permanecendo um impasse até que uma vantagem clara se estabeleça, ou pelo menos um dos lados desista, ou haja algum tipo de acordo formal ou informal, tácito ou explícito. Por outro lado, o incentivo à busca por surpresa deve ser avaliado à luz de uma outra consideração, a seguir.

- ***A obtenção de surpresa e o aproveitamento de janelas de oportunidade inesperadas em escala estrategicamente relevante podem prejudicar significativamente os preparativos para a ação***

Assim, os benefícios a serem obtidos de uma eventual surpresa devem ser de escala tal que compense os sacrifícios em termos de desempenho que possam acarretar, inclusive e principalmente se não se obtiver o efeito surpresa desejado, ou este não traga os benefícios esperados.

- ***Ações muito ousadas e complexas com prazos de execução muito estritos têm chance de sucesso baixa, e alternativas de ação devem estar disponíveis para o caso de insucesso***

Rigorosamente, isso é tão frequentemente dito que enunciá-lo como um aprendizado a partir da estratégia russa na Ucrânia pareça redundante ou desnecessário. Não obstante, essa é uma observação que salta aos olhos a partir dos eventos, o que sugere que ela talvez tenha que ser lembrada de vez em quando.

- ***Se é necessário o emprego contínuo, ainda que por pouco tempo, de aeronaves tripuladas, deve ser dada prioridade à supressão da defesa antiaérea hostil, pelo menos ao longo dos corredores de aproximação, e à proteção das aeronaves contra a interceptação hostil***

- ***Contra defesa antiaérea muito móvel, o emprego de artilharia, foguetes e mísseis de longo alcance exige monitoramento sistemático e contínuo***

Optamos por tratar essas duas observações acima em conjunto por causa de sua implicação comum: como aeronaves tripuladas são vulneráveis a defesa antiaérea robusta e a interceptação, e como satélites são pouco flexíveis, drones de reconhecimento pequenos e difíceis de interceptar são necessários em grande escala. A supressão de defesa antiaérea hostil moderna, móvel, exige rápida e constante atualização da aquisição de alvos, e uma avaliação de sucesso de bombardeios precisa e tempestiva para permitir correção de erros e aumento da expectativa de sucesso. Sem isso, limita-se a própria capacidade de ação e concede-se ampla, e potencialmente decisiva, margem de manobra ao oponente, dando-lhe uma vantagem potencialmente muito substancial.

- ***A não ser que os mísseis das forças oponentes tenham alcances muito menores, o apoio de fogos a partir do mar é mais seguro se feito por submarinos que por navios de superfície***

O afundamento do *Moskva* por dois mísseis lançados do solo mostrou as dificuldades de se prover apoio de fogo a partir do mar por navios de superfície. Tal tipo de dano seria praticamente impossível se o lançamento de mísseis fosse feito por submarinos. O submarino russo que foi atingido por um ataque a partir do solo estava numa doca seca. Também esta observação pareceria um tanto redundante, não apresentando nada de novo; mas, como isso também foi claramente observado, talvez seja mais interessante repetir.

- ***A guerra é uma só***

As três observações anteriores ressaltam a importância de que a condução de uma guerra ou de uma campanha não seja feita de maneira compartimentada entre as diversas forças. Cada vez mais, essa integração, em que pesem as especificidades de cada ambiente, é uma necessidade crucial.

- ***As medidas de avaliação de sucesso não são necessariamente sempre as mesmas para todas as partes, e nem necessariamente simétricas***

Esse ponto é tratado mais sistematicamente num outro texto⁵². Contudo, deve-se insistir nesse ponto. As tentativas de avaliar segundo os mesmos critérios em todas as situações, ou, muitas vezes, sem critério nenhum – a busca de identificar “quem ganhou” – pode levar a equívocos severos, impedindo correções necessárias de rumo ou, alternativamente, levando a mudanças que podem ser detrimenais à obtenção de resultados mais favoráveis.

* * *

Essa lista está longe de ser exaustiva ou única. Não obstante, parece-nos que se trata de um conjunto de reflexões que pode orientar análises futuras e reavaliações dos desenhos de forças, não só no Brasil como em outros lugares. Não há qualquer pretensão de ser a última palavra.

Referências

BARRIE, Douglas; HACKETT, James (ed.). *Russia's Military Modernisation: An assessment*. London, International Institute for Strategic Studies, 2020.

BLACK, James; PAILLE, Pauline; KLEBERG, Charlotte; ELLIS, Conlan; ANTONIOU, Maxime Sommerfeld. *Russia's War in Ukraine: Emerging Insights for UK and NATO Joint Doctrine*. Santa Monica (CA), Rand Corporation, 2024.

BRONK, Justin. *Russian Combat Air Strengths and Limitations: Lessons from Ukraine*. Arlington (VA), Center for Naval Analysis, 2023.

CARMONA, Ronaldo. A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica. *Cebri Revista*, 1 (3), jul./set. 2022.

CHARAP, Samuel; MASSICOT, Dara; PRIEBE, Miranda; DEMUS, Alyssa; REACH, Clint; STALCZYNSKY, Mark; HAN, Eugeniu; DAVIS, Lynn E. *Russian Grand Strategy: Rhetoric and reality*. Santa Monica, CA: Rand, 2021. Disponível em https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR4238.html. Acesso em 6 de maio de 2022.

⁵²V. Diniz e Proença Jr., 2020.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Limitada, 1979.

CLAUSEWITZ, Carl von. *A Campanha de 1812 na Rússia*. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Campagne de 1814*. Paris, Éditions Ivrea, 1993.

COLLINS, Liam; KOFMAN, Michael; SPENCER, John. The Battle of Hostomel Airport: A key moment in Russia's defeat in Kyiv. *War on the Rocks*, August 10, 2023. <https://warontherocks.com/2023/08/the-battle-of-hostomel-airport-a-key-moment-in-russias-defeat-in-kyiv/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

COLLINS, Liam; SPENCER, John. Urban Warfare Project Case Study #12: Battle of Kyiv. *Modern War Institute of West Point*, February 21, 2025. <https://mwi.westpoint.edu/urban-warfare-project-case-study-12-battle-of-kyiv/>. Acesso em: 10 jan. de 2025.

DAVIE, Hugh G.W. A Response to Russia's Iron Horse and its Logistic Limitation in the Ukrainian War. *The Journal of Slavic Military Studies* 37 (2), p. 239-248.

DAWOOD, Layla Ibrahim Abdalla; DINIZ COSTA, Eugenio Pacelli Lazzarotti. The Realist debate in the context of the War in Ukraine: balancing dynamics, international change and strategic calculus. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 67 (1), 2024.

DELANOE, Igor. *Russia's Black Sea fleet: toward a multiregional force*. Arlington, VA: Center for Naval Analysis, 2019. Disponível em: <https://www.cna.org>. Acesso em: 29 jun. 2022.

DINIZ, Eugenio. Análise preliminar da campanha da Ucrânia de 2022. Synopsis – Inteligência, Estratégia, Diplomacia, 31 mar. 2022a. Disponível em: <https://synopsisint.com>. Acesso em: jan. 2025.

DINIZ, Eugenio. Guerrear informacional e atividades de influência no ambiente informacional contemporâneo: uma avaliação preliminar. *Análise Estratégica*, v. 31, n. 4, p. 61-82, 2023b.

DINIZ, Eugenio. Mapeamento preliminar da trajetória das discussões sobre ambiente informacional e guerrear informacional. *Análise Estratégica*, v. 30, n. 3, p. 69-97, 2023a.

DINIZ, Eugenio. Rússia versus Ucrânia em 2022: tentativa de análise e aprendizado. *Cebri Revista*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 31-52, jul./set. 2022b.

DINIZ, Eugenio; PROENÇA JÚNIOR., Domício. No victory in war: assessing the outcomes of war considering political goals and the balance of forces. *Comparative Strategy*, v. 39, n. 6, p. 565-578, 2020.

ELLMANNS, Lea; MELNYK, Oleksiy; PAES, Wolf-Christian. *Transformation under fire: an analysis of Ukraine's security sector since 1991*. London: International Institute for Strategic Studies, 2025. Disponível em: <https://www.iiss.org>. Acesso em: fev. 2025.

FLANAGAN, Stephen J. *et al. Russia, NATO, and Black Sea security*. Santa Monica, CA: Rand, 2020. Disponível em: <https://www.rand.org>. Acesso em: 6 maio 2022.

GALANTE, Alexandre. Rússia dispara até 50 mil tiros de artilharia por dia; Ucrânia só pode revidar com cerca de 5 mil. *Forças Terrestres*, 12 jun. 2022. Disponível em: <https://www.forte.jor.br>. Acesso em: 27 jun. 2022.

GALEOTTI, Mark. *Putin's wars: from Chechnya to Ukraine*. Oxford: Osprey, 2022.

GRAU, Lester W.; BARTLES, Charles K. *The Russian way of war: force structure, tactics, and modernization of the Russian ground forces*. Leavenworth, KS: US Army Foreign Military Studies Office, 2016.

GRAU, Lester W.; BARTLES, Charles K. *Getting to know the Russian battalion tactical group*. Disponível em: <https://www.rusi.org>. Acesso em: fev. 2025.

HILL, Fiona; STENT, Angela. The world Putin wants: how distortions about the past feed delusions about the future. *Foreign Affairs*, set./out. 2022, p. 108-122.

KOFMAN, Michael. The Russia-Ukraine war: military operations and battlefield dynamics. In: BRANDS, Hal (Ed.). *War in Ukraine: conflict, strategy, and the return of a fractured world*. Baltimore, CO: Johns Hopkins University Press, 2024.

KOFMAN, Michael *et al.* *Russian military strategy: core tenets and operational concepts*. Arlington, VA: Center for Naval Analysis, 2021.

KOLLAKOWSKI, Tobias. Interpreting Russian aims to control the Black Sea region through naval geostrategy. *The Journal of Slavic Military Studies*, v. 36, n. 1, p. 57-72, 2023a.

KOLLAKOWSKI, Tobias. Interpreting Russian aims to control the Black Sea region through naval geostrategy. *The Journal of Slavic Military Studies*, v. 36, n. 2, p. 119-138, 2023b.

MARTIN, Bradley; BARNETT, D. Sean; MCCARTHY, Devin. *Russian logistics and sustainment failures in the Ukraine conflict*. Santa Monica, CA: Rand, 2023.

MEARSHEIMER, John J. Why the Ukraine crisis is the West's fault. *Foreign Affairs*, v. 93, n. 5, p. 77-89, 2014.

MELVIN, Mungo. *Sevastopol's wars: Crimea from Potemkin to Putin*. Oxford: Osprey, 2017.

NOWENS, Meia; SHAGINA, Maria; GREEN, Erik. Ukraine's ground-based air defence: evolution, resilience and pressure. Military Balance Blog, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://www.iiss.org/online-analysis/military-balance/2025/02/>

ukraines-ground-based-air-defence-evolution-resilience-and-pressure/. Acesso em: 20 mar. 2025.

POSEN, Barry R. Ukraine's implausible theories of victory: the fantasy of Russian defeat and the case for diplomacy. *Foreign Affairs*, 8 jul. 2022. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/ukraine/2022-07-08/ukraines-implausible-theories-victory>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ROBERTS, Brad. On the need for a blue theory of victory. *War on the Rocks*, 17 set. 2020. Disponível em: <https://warontherocks.com>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ROCHAN CONSULTING. Tracking Russian deployments near *Ukraine* – Autumn-Winter 2021-22. Disponível em: <https://rochan-consulting.com>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SANDERS, Deborah. Ukraine's third wave of military reform 2016–2022 – building a military able to defend Ukraine against the Russian invasion. *Defense & Security Analysis*, v. 39, n. 3, p. 312-328, 2023.

SCHWARTZ, Paul; FINK, Anya; WALLER, Julian; KOFMAN, Michael. Russian military logistics in the Ukraine war. Virginia: Center for Naval Analysis, 2023.

TI, Ronald. *Russian military logistics*. Tallin: International Centre for Defence and Security, 2022. Disponível em: <https://icds.ee>. Acesso em: 15 fev. 2025.

TI, Ronald; KINSEY, Christopher. Lessons from the Russo-Ukrainian conflict: the primacy of logistics over strategy. *Defence Studies*, v. 23, n. 3, p. 381-398, 2023.

URCOSTA, Ridvan Bari. *Russia's strategic considerations on the Sea of Azov*. Varsóvia: Warsaw Instituto, 2018. Disponível em: <https://warsawinstitute.org>. Acesso em: 18 fev. 2025.

VERSHININ, Alex. Feeding the bear: a closer look at Russian army logistics and the fait accompli. *War on the Rocks*, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://warontherocks.com>. Acesso em: 18 fev. 2025.

YURCHENKO, Denys. *Russian strategic culture and the war on Ukraine*. Philadelphia, PA: Foreign Policy Research Institute, 2024. Disponível em: <https://www.fpri.org>. Acesso em: 18 fev. 2025.

II - Geopolítica

GUERRA DA UCRÂNIA E O REORDENAMENTO GEOPOLÍTICO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Hélio Caetano Farias

Introdução

A análise de guerras, conflitos e tensões internacionais torna-se um exercício complexo – senão inviável – sem a consideração de seus aspectos geopolíticos¹. Mas por que isso ocorre? Por que a geopolítica se faz tão presente nas análises sobre as principais questões de segurança e defesa internacional? As características geográficas dos Estados vão além dos meros dados descritivos; elas constituem variáveis fundamentais na estruturação das sociedades e influenciam diretamente na formulação das políticas e estratégias de inserção internacional, impactando nas dinâmicas do poder global.

A Geopolítica, enquanto campo do conhecimento, dedica-se à identificação de padrões geográficos na história das disputas de poder entre os Estados, empregando um raciocínio dedutivo que interpreta a conjuntura contemporânea e projeta possíveis desdobramentos com base em conceitos e referências geográficas. Como sintetizou Napoleão Bonaparte, “a política dos Estados está em sua geografia”², expressando a relação intrínseca entre espaço e poder. Da mesma forma, Spykman (1942) enfatiza a centralidade da geografia na formulação da política externa dos Estados, justamente por ser o fator mais permanente na configuração das relações internacionais.

Embora frequentemente associada a análises realizadas no calor dos acontecimentos, a Geopolítica transcende a conjuntura imediata, oferecendo uma perspectiva de longa duração. Seus conceitos e teorias permitem compreender

¹Este capítulo é uma versão expandida e atualizada do texto publicado no Observatório Militar da Praia Vermelha (OMPV) “Geopolítica e Guerra na Ucrânia: algumas considerações”, em 20 de abril de 2022, e posteriormente republicado em Panorâmico. Vol. 1, nº 02, Maio/Agosto – 2022.

²“La politique de toutes les puissances est dans sa géographie” é um dos trechos finais da carta de Napoleão Bonaparte ao Rei da Prússia, enviada em 10 de novembro de 1804.

as causas estruturais dos fenômenos analisados, fornecendo uma visão ampliada sobre suas dinâmicas e tendências no cenário internacional.

A Geopolítica, assim como as teorias realistas das Relações Internacionais, enfatiza a política de poder dos Estados. As distinções, porém, devem-se à ênfase nas condicionalidades que os fatores geográficos imprimem à política dos Estados (Spykman, 1942; Kaplan, 2013). Como destaca Costa (2015), a geopolítica realça as relações entre o território e o poder, permitindo rememorar que, sem geopolítica, a compreensão da política internacional fica limitada.

Na atual conjuntura do sistema internacional, prevalece uma competição que situa, pelo menos, três polos com expressiva capacidade de expansão de poder: Estados Unidos (EUA), China e Rússia. O que se delineia com a competição geopolítica, notadamente multipolar e assentada em grandes Estados, é uma permanente disputa em diversas dimensões: tática, operacional e estratégica nos campos de batalha; geopolítica e geoeconômica como mobilizadoras do poder nacional. Nesse sentido, competição, conflito e guerra se entrelaçam em uma permanente zona cinzenta (Farias, 2022).

Assim, constata-se uma transformação na ordem internacional, cada vez mais tendendo à multipolaridade e submetendo as principais questões internacionais aos padrões de atuação das grandes potências. Esse processo tem gerado fricções, crises e conflitos em diferentes escalas. A Guerra da Ucrânia, embora inicialmente regional, adquiriu projeção global, reafirmando a lógica da geopolítica das grandes potências.

Mas por que a Guerra da Ucrânia recoloca a geopolítica no centro das análises sobre política internacional? A análise geopolítica permite identificar padrões espaciais, antecipar tendências no sistema político global e formular estratégias que garantam a posição dos Estados na ordem internacional. Diante desse contexto, quais são as implicações estratégicas da análise geopolítica? Essas questões são centrais para entender as transformações da ordem internacional e os potenciais desdobramentos dessa guerra para o equilíbrio de poder entre as potências.

1. A Ucrânia e a longa zona de fratura geopolítica

A história recente da Ucrânia remete a disputas que transcendem as questões nacionais internas, inserindo-se em um contexto de disputas geopolíticas de grande envergadura. Desde a independência do país, em 1991, com o colapso da União Soviética, sua efetiva soberania envolveu intensas negociações internacionais entre potências. Com a presença física de amplo arsenal militar, o país já emergiu enquanto Estado nacional como o terceiro maior poder nuclear do mundo, além de dispor de uma base industrial de defesa de significativa expressão.

O reconhecimento internacional de sua soberania esteve condicionado a duros acordos, como os firmados pelo Memorando de Budapeste, em 1994, no qual a Ucrânia se comprometia a entregar o arsenal nuclear à Rússia, recebendo, em contrapartida, o compromisso dos Estados Unidos, do Reino Unido e da própria Rússia de garantirem a inviolabilidade de seu território, o suporte ao desenvolvimento econômico e, principalmente, de que se absteriam de usar a força militar contra os ucranianos (Toal, 2017).

Com uma população estimada em 40 milhões de habitantes em 2022, antes do início da Guerra da Ucrânia, o país ocupa o maior território da Europa, fazendo fronteira com sete Estados. Sua localização geográfica a posiciona como um corredor estratégico para oleodutos e gasodutos que interligam a Rússia aos países da Europa Ocidental, desempenhando um papel central na segurança energética do continente (Costa, 2015). Além de sua relevância como eixo de conexão territorial entre o Leste e o Oeste europeus, a Ucrânia possui acesso às águas quentes dos mares de Azov e Negro, o que lhe confere uma posição geoestratégica fundamental para a projeção de poder marítimo no Mediterrâneo.

A importância da Ucrânia para a Rússia é incontestável, estando profundamente enraizada em fatores históricos, culturais, religiosos e econômicos. Kiev é vista pelos russos como o berço histórico do Estado russo, reforçando o vínculo entre ambos os países. Durante a era soviética, a Ucrânia desempenhou um papel crucial na economia, sendo responsável por aproximadamente 30% da produção industrial total e 25% da produção agrícola do bloco (Cohen, 2015).

A independência da Ucrânia não mobilizou disputas entre as grandes potências apenas por sua história e herança militar, mas também devido à sua

posição geoestratégica. A configuração territorial, as fronteiras e a posição relativa do país – conceitos fundamentais na geopolítica clássica – fazem da Ucrânia um Estado-chave na Europa Central e um ponto de tensão nas disputas de poder e zonas de influência em escala global. Segundo Brzezinski (1997), com o fim da Guerra Fria, a Ucrânia constituiu um pivô geopolítico na Eurásia, desempenhando um papel central na configuração do equilíbrio de poder entre as potências ocidentais e a Rússia.

O raciocínio geopolítico sugere que as grandes potências continuarão a moldar a política e a estratégia com base na correlação geográfica de poder, a identificação de áreas estratégicas e a relação entre poder marítimo e continental. Em outras palavras, o futuro dos países da Europa Central, devido à sua localização geoestratégica, permanece intrinsecamente vinculado às disputas de poder global. Como destaca Costa (2015, p. 19), “não se pode compreender a política internacional sem geopolítica e, especialmente, geopolítica sem geografia”. Nesse sentido, as teorias geopolíticas oferecem um arcabouço analítico importante para identificar forças estruturais que moldam a atual Guerra da Ucrânia.

No pensamento geopolítico clássico, há pelo menos quatro conceitos fundamentais que há mais de um século sustentam as principais análises e teorias de política internacional, especialmente nas abordagens anglo-saxãs: área pivô, *heartland*, *rimland* e *shatterbelt*. Além disso, uma proposta recorrente na geopolítica para a manutenção do equilíbrio de poder entre potências tem sido a criação de zonas tampão nos territórios situados entre as áreas centrais de projeção de poder. Esses espaços, frequentemente reordenados territorialmente, desempenham um papel crucial na contenção da influência das grandes potências e na estabilização de regiões geoestratégicas sensíveis.

2. A centralidade do território: da geopolítica clássica e as interpretações pós-Guerra Fria

Halford Mackinder, no início do século XX, formulou uma teoria sobre a influência das condições geográficas na distribuição do poder mundial. Partindo da constatação do mundo como um sistema político fechado, Mackinder considerava que as potências marítimas, como a Inglaterra, poderiam ser suplantadas pela

ascensão de um poder terrestre. Ele, no auge do Império Britânico, lembrava que a história da Europa era, geograficamente, subordinada às pressões de potências da Ásia. Na visão de Mackinder, haveria uma *pivot area* que impactaria em todas as grandes transformações na hierarquia de poder no sistema internacional. Tratava-se de uma porção do território euroasiático que abarcava parte da Europa Central e parte do território russo. Ele passou a chamar essa área geográfica singular de *heartland*, em 1919, e aprofundou as explicações sobre o peso da geografia na história da distribuição de poder mundial. O *heartland* reunia a condição basilar de ser: i) uma grande extensão territorial contígua e pouco acidentada; ii) um grande reservatório de recursos energéticos, minerais e de terras agricultáveis; iii) uma fortaleza natural, com profundidade estratégica, sendo um espaço de difícil conquista externa por potências marítimas.

Mackinder sustentava, portanto, que o período do expansionismo territorial europeu, com o predomínio do poder marítimo, teria terminado. A partir de então, predominaria as disputas do tipo soma zero. Reemergiria, em bases modernas, a rivalidade secular entre poder marítimo e poder terrestre. Mackinder (1919) conseguiu sumarizar o maior de todos os temores à política de equilíbrio de poder continental, permanentemente patrocinada pelas potências marítimas, seja a Inglaterra, no século XIX, ou os EUA, no XX, a saber: a hipótese de conquista da Alemanha pela Rússia, ou vice-versa. Como assessor do Reino Unido nas negociações após a 1ª Guerra Mundial, Mackinder havia proposto uma zona tampão, mediante a criação de Estados tampões na Europa Central, de norte a sul, entre o Mar Báltico e o Mar Adriático. O intuito político era evitar o enfrentamento ou a aliança entre a Alemanha e a Rússia. Os Tratados de Paz de Versalhes (1919), Saint Germain (1919) e Triannon (1920), entretanto, pouco contribuíram para neutralizar as disputas territoriais na Europa Central. Anos depois, a Alemanha iniciava, em 1938, uma expansão a leste, em direção ao *heartland*, precipitando a Segunda Guerra Mundial.

Mackinder forneceu, nas linhas gerais de sua teoria do poder terrestre, um quadro analítico ímpar, antecipando os marcos da disputa no âmbito da Guerra Fria. O poder marítimo dos Estados Unidos, com capacidade de projeção nas bordas da Eurásia, em contraposição ao poder terrestre da URSS, que dominava

o *heartland*, e buscava ampliar as zonas de influência nas porções marginais da Ilha Mundo.

Do outro lado do Atlântico, Alfred Mahan e Nicholas Spykman forneceram inigualáveis contribuições geopolíticas à política externa e à defesa dos EUA. Se o primeiro lançou as bases do poder marítimo e de uma estratégia de “defesa ofensiva” aos EUA, Nicholas Spykman foi um dos mais influentes nomes no delineamento da política norte-americana durante a Guerra Fria. Na perspectiva de Spykman (1942), a anarquia do sistema internacional compelia os estados a buscarem ampliar suas margens relativas de poder. Nesse cálculo, não haveria espaço para o princípio de equilíbrio de poder baseado na estratégia de dissuasão e de redução de assimetrias. As potências buscariam somente um “equilíbrio”, justamente aquele que amplia as suas próprias margens de poder relativo.

De acordo com Spykman (1942), a integridade territorial e a segurança dos EUA demandariam uma postura política mais assertiva de seus governos, a fim de assegurar seus interesses nas diferentes regiões do globo. Tendo por base a formulação de Mackinder, Spykman considerava que as disputas de poder na Eurásia eram centrais, opondo poder terrestre e poder marítimo. Na sua visão, regiões marginais ao *heartland* teriam a precedência no cálculo de poder global. Seriam, portanto, do *rimland* que poderia surgir uma potência, ou alianças de Estados, com capacidade de projeção de poder marítimo e terrestre. Spykman preconizava, assim, que o *rimland* constituiria a primeira linha de defesa de uma política de segurança global dos EUA.

Os conselhos diplomáticos de George Kennan (1947) se somaram às formulações de Spykman para moldar a estratégia de contenção dos EUA na Guerra Fria. Tais concepções defendiam a possibilidade de intervenções militares para a manutenção do equilíbrio de poder ao longo do *rimland*, bem como serviam de referência teórica à criação de uma rede de organizações e alianças militares, dando origem à própria OTAN (1949); e suas versões regionais, como a OTASE (1954), no sudeste asiático; e a CENTO (1955) no Oriente Médio.

Nos anos da Guerra Fria, tanto acadêmicos quanto assessores de governo recorriam à geopolítica para analisar as conjunturas ou para justificar algumas das escolhas de política externa. Nos EUA, Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski foram alguns deles. Como leitor atento das contribuições clássicas, Brzezinski

creditava a essa faixa territorial, ao mesmo *rimland* de Spykman, a localização das principais áreas pivô que compunham as frentes basilares da geoestratégia global dos EUA. Na Europa Central, por exemplo, estaria um perímetro de segurança militar. Atualizando sua leitura da ordem internacional pós-Guerra Fria, Brzezinski afirmaria que, mesmo com o colapso da URSS, a Ucrânia teria uma posição central na Europa Central. Nesse sentido, a Ucrânia deveria ser resguardada pela política de segurança e defesa dos EUA. Em seu argumento, sem a Ucrânia, a Rússia teria limitada sua capacidade de reeditar sua condição de potência, com poder e prestígio, mas com a Ucrânia em sua zona de influência, a Rússia reuniria as condições para voltar a ser um império (Brzezinski, 1997, p. 46).

Saul Cohen (2015), relendo o sistema internacional dos anos noventa, propôs uma regionalização com base na hierarquia de poder entre Estados-chave e regiões. Os *shatterbelts* corresponderiam às extensas áreas geográficas ocupadas por Estados nacionais em conflitos, marcados tanto por fortes divisões políticas internas quanto pelas disputas externas envolvendo potências.

No mapa geopolítico de Saul Cohen (2015), há dois núcleos geoestratégicos. Um seria ocupado pelos EUA, única grande potência marítima global; e outro, o núcleo geoestratégico continental, ocupado prioritariamente por Rússia, China e Índia. Além disso, sua regionalização pressupõe a existência de regiões geopolíticas, que são moldadas pelas interações políticas, econômicas, culturais e militares com as potências-chave de cada núcleo. Desdobra-se, por exemplo, as relações dos EUA, com as regiões geopolíticas do Caribe, América do Sul, África Subsaariana, Europa e Magreb, além de estados da Ásia e do Pacífico Sul. Do núcleo euroasiático, as posições de potência continental da Rússia e de potências anfíbias da China e Índia. Das áreas de embates entre esses núcleos, despontariam Estados situados em zonas geopolíticas fragmentadas, em que as principais disputas envolvem as posições de potências externas, são os *shatterbelts*, como nos casos do Oriente Médio, Ásia Central e Europa Central.

Delinea-se dessa primeira leitura, com ênfase em uma escala de análise que realça os movimentos de longo prazo e a competição geopolítica entre potências, que a Ucrânia ocupa um espaço geográfico, marcado pelo domínio de uma potência, a Rússia, mas cujos limites fronteiriços à oeste a mergulham

em uma histórica zona de fratura geopolítica. De acordo com os argumentos de Saul Cohen (2015), se Rússia e União Europeia pudessem chegar a um consenso a respeito do futuro estratégico da Ucrânia, esta poderia exercer a condição de um *gateway*, uma espécie de Estado-ponte, que reuniria possibilidades, mediante hábil equilíbrio de político interno, de responder às demandas dos dois lados. Uma conclusão geopolítica não tão distante daquela de Mackinder que, no início do século XX, propunha a criação de uma zona tampão, visando neutralizar as guerras ou alianças entre as potências da Europa e a Rússia.

3. Expansão da OTAN, reerguimento da Rússia e a Guerra da Ucrânia

Segundo Mearsheimer (2015), a decisão de Vladimir Putin de anexar a Crimeia, em 2014, foi fundamentada na lógica do realismo político, amplamente adotada pelas grandes potências ocidentais. Na época, Mearsheimer advertia sobre a negligência dos Estados Unidos em considerar as implicações geopolíticas da expansão da OTAN para o Leste da Europa.

Tal preocupação não era inédita. Em 1997, George Kennan, renomado diplomata norte-americano no contexto da Guerra Fria, alertava que a expansão da OTAN para o leste, incluindo os países que compunham a antiga União Soviética, representava um risco geopolítico significativo. Kennan (1997) qualificou essa estratégia de alargamento como o “erro fatal” da política externa dos Estados Unidos. Para ele, a atuação da OTAN poderia fomentar tendências nacionalistas e militaristas na Rússia, dificultando a agenda de reformas liberais impulsionadas pelos EUA, no contexto da globalização dos mercados.

De acordo com Cohen (2015), a expansão da OTAN possuía fundamentos geopolíticos e estratégicos para os países da Europa Central. No âmbito interno, buscava consolidar os princípios democráticos e de segurança internacional, enquanto, no plano externo, tinha como objetivos limitar a influência da Alemanha reunificada e assegurar um nível de dissuasão frente a um possível ressurgimento da Rússia como potência expansionista.

Em que pese os riscos geopolíticos, ou mesmo a clarividência das visões realistas de Kennan (1997) e Mearsheimer (2015), a expansão da OTAN ocorreu.

Desde o fim da Guerra Fria, em 1991, a aliança incorporou 16 novos membros³. Em 1999, a inclusão da Polônia, Hungria e República Tcheca – países da Europa Central e ex-integrantes do Pacto de Varsóvia – ocorreu apesar da forte oposição russa. No mesmo ano, outro evento intensificou as tensões entre as potências ocidentais e Moscou: o bombardeio da OTAN à Sérvia, um país historicamente alinhado à Rússia em termos políticos e culturais (Fernandes, 2025).

Os ataques à Sérvia, realizados sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU, representaram um erro político-estratégico, na avaliação de Yevgeny Primakov, então ministro das Relações Exteriores da Rússia (1996-1998). Em vez de fortalecer as posições dos Estados Unidos e da OTAN, essas ações intensificaram o descontentamento russo. Essa dinâmica já havia sido antecipada por George Kennan em 1997, que alertou para o risco de que tais medidas criassem um ambiente de crescente rivalidade estratégica entre Rússia e EUA. Além disso, durante os bombardeios à capital sérvia, Belgrado, a embaixada da China foi atingida, o que gerou fortes críticas das autoridades chinesas à OTAN (Fernandes, 2025).

Ainda no final dos anos noventa, em meio aos efeitos de uma grave crise econômica e à fragmentação política interna, teve início um processo de reconstrução política e geoestratégica da Rússia. Com a ascensão de Vladimir Putin ao poder – inicialmente como primeiro-ministro (1999-2000) e, posteriormente, como presidente (2000-2008; 2012 até o presente) –, foram implementadas medidas voltadas para a centralização do poder político e o reposicionamento geopolítico do país, com ênfase nas áreas de defesa e segurança internacional. Em consonância com as proposições teóricas de Yevgeny Primakov, os primeiros anos do governo Putin foram caracterizados por esforços para fortalecer a influência russa nos países da antiga União Soviética, consolidando sua liderança diplomática, econômica, cultural e política. Paralelamente, emergiu uma segunda

³Criada em 1949, A OTAN foi inicialmente constituída por 12 países da Europa e da América do Norte (Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Reino Unido). Desde então, a Aliança Militar já incorporou 20 países que aderiram ao tratado em movimentos de alargamento: em 1952 (Grécia e Turquia), 1955 (Alemanha), 1982 (Espanha), 1999 (República Checa, Hungria e Polônia), 2004 (Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia), 2009 (Albânia e Croácia), 2017 (Montenegro), 2020 (Macedônia do Norte), 2023 (Finlândia) e 2024 (Suécia). Acessado em: https://www.nato.int/cps/uk/natohq/topics_52044.htm?selectedLocale=en#founding.

diretriz estratégica: o questionamento da ordem unipolar vigente, sob hegemonia dos EUA. A Rússia passou a defender a construção de uma ordem multipolar, na qual pudesse atuar como um dos polos de poder global (Fernandes, 2025).

Em 2005, em discurso perante o parlamento russo, Vladimir Putin declarou que o colapso da União Soviética representou “um dos maiores desastres geopolíticos do século” (Putin, 2005). Segundo ele, a desintegração soviética deixou o povo russo, antes unificado, espalhado em diversos Estados ao longo das fronteiras da Federação Russa. O discurso ecoava as insatisfações com a segunda onda de expansão da OTAN que, em 2004, incorporou países da antiga esfera de influência soviética – Bulgária, Romênia, Eslovênia e Eslováquia –, além das três repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia), que haviam integrado a própria União Soviética.

Em 2007, durante a Conferência de Segurança de Munique, Vladimir Putin fez um discurso contundente, no qual criticou duramente a política externa e de segurança dos Estados Unidos, denunciando seu caráter unilateral. Em seu discurso, reafirmou que a contínua expansão da OTAN para o Leste Europeu representava uma ameaça direta à Rússia, contribuindo para o acirramento do clima de desconfiança mútua (Putin, 2007).

Embora as insatisfações russas estivessem cada vez mais claras no campo político-diplomático, o alargamento da OTAN prosseguiu em direção ao Leste Europeu. Em 2008, a Reunião de Cúpula da OTAN, em Bucareste, foi marcada pela adesão de Croácia e Albânia ao bloco. Porém, as discussões principais envolviam os pleitos de Ucrânia e Geórgia, ambas apoiadas pela diplomacia norte-americana. Escancarando as contradições internas, tais inclusões contrariavam inclusive as posições de países europeus, a exemplo de Alemanha, França, Itália, Bélgica e Países Baixos.

Segundo Cohen (2015), na tentativa de fortalecer os laços da Geórgia com o Ocidente, o governo Bush forneceu armas e instrutores militares ao país, chegando a representar um terço do orçamento georgiano. Paralelamente, a Abecásia declarou independência, e o governo de Mikheil Saakashvili, interpretando erroneamente o apoio norte-americano, lançou uma ofensiva militar. A Rússia respondeu de forma imediata, derrotando a incursão georgiana em poucos dias.

A intervenção militar russa na Geórgia, apoiando os movimentos separatistas na Ossétia do Sul e na Abecásia, representou um ponto de inflexão no reposicionamento geopolítico de Moscou. Esse episódio não apenas interrompeu as aspirações da Geórgia de ingressar na OTAN, mas também, como aponta Oliveira (2022), impulsionou uma transformação na Doutrina Militar e no Exército russo. Com as lições aprendidas no conflito, a política de defesa russa se orientou para o desenvolvimento de novas capacidades operacionais e à adoção de estratégias para contrabalançar a crescente presença da infraestrutura militar da OTAN no entorno estratégico da Rússia.

Desde 2008, com a Guerra na Geórgia e com o acirramento das rivalidades entre Rússia e Estados Unidos, intensificaram-se as divisões internas da Ucrânia, aprofundando a polarização entre as regiões do Leste e Sul, historicamente alinhadas à Rússia, e ao Oeste, com maior influência ocidental. O resultado da eleição presidencial ucraniana, em 2010, que levou à vitória de Viktor Yanukovich, um líder politicamente próximo a Moscou, gerou forte oposição interna e crescentes pressões externas por parte dos governos ocidentais (Poty, 2019). A crise política atingiu seu ápice em novembro de 2013, quando Yanukovich recusou um acordo de associação com a União Europeia, optando por um pacto econômico com a Rússia que previa um pacote de assistência financeira de US\$ 15 bilhões e a redução no preço do gás. Essa decisão provocou forte resistência no parlamento e deflagrou uma onda de protestos. Após semanas de instabilidade política, Yanukovich foi destituído pelo parlamento em 2014 (Costa, 2015).

Para as autoridades políticas russas, a destituição do presidente ucraniano foi interpretada como um golpe de Estado e incentivou seus aliados no sul e leste da Ucrânia, regiões de grande população russófona, a contestarem o novo governo. Ainda em fevereiro, o parlamento russo aprovou uma lei permitindo ações para proteger os “cidadãos russos” na Ucrânia, incluindo uma possível intervenção militar (Costa, 2015).

Com a deposição do Yanukovich, o parlamento ucraniano assumiu o poder executivo e emitiu um decreto que proibia o russo, nas regiões, como idioma oficial. Além disso, indicou sua intenção de reduzir o prazo do arrendamento da base russa em Sebastopol e manifestou o objetivo político-estratégico de integrar a União Europeia e a OTAN. Essas medidas desencadearam forte reação russa

(Cohen, 2015). Na Crimeia, foi realizado um referendo no qual a maioria votou a favor da reintegração da região à Rússia, que posteriormente a anexou. No entanto, Estados Unidos e Europa recusaram-se a reconhecer a anexação.

Diante da escalada das críticas e das sanções à posição russa na Crimeia, o presidente dos EUA, Barack Obama (2009-2017), classificou a ação da Rússia como um ato de fraqueza de uma potência regional⁴. Na linha oposta à visão de Obama, o governo russo publicou, em 2015, um de seus principais documentos estratégicos, o *Russian National Security Strategy*, em que enfatiza a sua determinação em consolidar-se como uma potência global, assegurando seus interesses nacionais e promovendo a estabilidade em seu entorno estratégico. No documento, destaca a emergência de um mundo policêntrico, no qual o fortalecimento da Rússia em bases sólidas – nos âmbitos econômico, político, militar e espiritual – é tratado como prioridade estratégica. Publicada logo após a anexação da Crimeia em 2014, a estratégia russa reflete a percepção de que o país enfrenta um cenário de ameaças multifacetadas e interconectadas. Nesse contexto, diagnostica que a determinação russa em conduzir uma política interna e externa independente tem gerado oposição sistemática dos Estados Unidos e de seus aliados. Assim, a Rússia se vê como alvo de intensa pressão política, militar, econômica e informacional (Rússia, 2015).

Já em 2021, com a publicação da *Russian National Security Strategy*, o governo russo estabelece como prioridades estratégicas o fortalecimento da capacidade de defesa, a unidade interna e a estabilidade política, fatores considerados fundamentais para a modernização econômica e o desenvolvimento industrial. A estratégia reafirma a interdependência entre defesa e desenvolvimento econômico, visando o aprimoramento das capacidades militares russas. A política externa russa é orientada pela visão de um sistema internacional policêntrico, no qual múltiplos polos de poder coexistem, desafiando a hegemonia ocidental. Nesse contexto, os Estados Unidos e a OTAN são retratados como fatores de instabilidade na região do entorno estratégico russo, reforçando a necessidade de

⁴Press Conference with President Obama and Prime Minister Rutte of the Netherlands. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/03/25/press-conference-president-obama-and-prime-minister-rutte-netherlands>.

ampliar o poderio militar russo e as parcerias internacionais. No cenário global, a Rússia adota uma postura pragmática: conter a influência dos EUA e priorizar as parcerias estratégicas com países da Eurásia, especialmente China e Índia (Rússia, 2021).

Como demonstrado, na perspectiva da geopolítica de matriz anglo-saxã, a disputa pela Ucrânia pode ser interpretada como uma necessidade para o equilíbrio de poder na Eurásia. A estratégia dos EUA, apoiada por aliados, busca conter a Rússia, o que se reflete na expansão da OTAN para o Leste Europeu. Com a anexação da Crimeia em 2014 e o agravamento das tensões no Leste da Ucrânia, foi negociado o Acordo de Minsk, na Bielorrússia, com o objetivo de estabelecer um cessar-fogo nas regiões de Donetsk e Lugansk. No entanto, o aumento das hostilidades inviabilizou sua implementação. A partir de 2014, a Ucrânia passou a receber crescente apoio dos Estados Unidos e da OTAN, incluindo transferência de tecnologias e fornecimento de armamentos militares, enquanto os planos de adesão à Aliança Atlântica prosseguiram (Cohen, 2015). Em 2017, o Parlamento ucraniano aprovou uma legislação que estabeleceu a integração à OTAN como uma prioridade da política externa do país. Desde 2020, a mobilização das forças militares ucranianas se intensificou na região de Donetsk, ao mesmo tempo em que a Rússia concentrava tropas na fronteira norte. Em fevereiro de 2022, diante desse cenário de escalada militar, Vladimir Putin autorizou a invasão da Ucrânia.

Os Estados Unidos e seus aliados responderam com sanções diplomáticas e econômicas massivas, visando enfraquecer a capacidade da Rússia de financiar sua campanha militar e isolá-la em termos globais. Essas medidas incluíram sanções financeiras, embargos ao setor energético, limitações tecnológicas e industriais, sanções contra meios de comunicação russos e isolamento diplomático. No total, cerca de 16 mil sanções foram aplicadas, inicialmente causando impactos severos, como a desvalorização do rublo e aumento da inflação (Fernandes, 2025).

No entanto, a Rússia com sua estratégia de pivô asiático, ampliando suas parcerias econômicas, conseguiu resistir às fortes pressões ocidentais. A China passou a desempenhar um papel crucial ao apoiar economicamente a Rússia, absorvendo exportações russas e fornecendo insumos estratégicos. De acordo com Fernandes (2025), só no ano de 2023, a China foi responsável por 90% das

importações russas de produtos de alta prioridade sancionados pelos países do G7, aumentando de 30%, em 2021, para 89%, em 2023, a dependência russa.

Nesse sentido, a Guerra da Ucrânia impulsiona um realinhamento das alianças e parcerias envolvendo as três grandes potências: EUA, Rússia e China. Enquanto os EUA fortalecem seus laços com os aliados ocidentais, buscando ampliar sua vantagem militar estratégica, Rússia e China atualizam sua cooperação visando reduzir a pressão competitiva exercida pela potência hegemônica. A Guerra da Ucrânia, nesse enquadramento geopolítico, ultrapassa o sentido de uma guerra localizada e assimétrica; seus resultados têm potencial para redefinir a distribuição de poder e o conjunto de regras e princípios que vigoram no sistema internacional.

4. Considerações Finais

Diante do exposto, quais seriam as considerações geopolíticas da Guerra da Ucrânia? O primeiro ponto a destacar é a relevância da tradição do pensamento geopolítico nos debates sobre política internacional. As relações entre espaço e poder, território e política continuam sendo elementos centrais na análise das questões de defesa e segurança internacional. Em cenários de guerra, o território permanece como uma dimensão incontornável das relações sociais e das disputas de poder entre Estados. No caso da Rússia, a profundidade estratégica tem sido historicamente um dos princípios fundamentais que orientam suas políticas de segurança internacional. A localização geográfica de Moscou sempre representou um desafio logístico e operacional para estratégias ofensivas de potências invasoras, tornando a defesa territorial uma prioridade estratégica ao longo dos séculos.

No contexto da guerra na Ucrânia, os objetivos políticos russos incluem a garantia dessa profundidade estratégica no plano tático-operacional. Esse fator explica a insistência russa na “desmilitarização da Ucrânia” e na oposição categórica à expansão da OTAN para o Leste Europeu. Para Moscou, conter a presença militar ocidental na Ucrânia não apenas fortalece sua segurança nacional, mas também preserva o equilíbrio de poder na Eurásia e constitui um pilar de estratégia de construção de uma ordem internacional policêntrica.

Colocando em relevo as grandes potências, especialmente a competição geopolítica de longo prazo entre EUA e Rússia, considera-se pouco provável que a Rússia recue de seus objetivos de reconduzir a Ucrânia à sua zona de influência ou de reincorporar partes significativas de seu território, como já ocorre desde 2014 com a Crimeia. Essa postura intensificou-se com a Guerra da Ucrânia iniciada em 2022, por meio da qual a Rússia busca garantir influência efetiva sobre os territórios situados à margem leste do rio Dniper, sobretudo na região do Donbass. Tal posicionamento tende a persistir, apesar das pesadas sanções monetário-financeiras impostas pelos EUA e seus aliados. Como argumenta Karaganov (2022), a Rússia busca reconstruir um sistema de segurança europeu compatível com seus interesses nacionais. Nesse sentido, retomam-se os princípios do pensamento geopolítico e estratégico de Primakov, que preconizava uma maior aproximação com os países da antiga União Soviética, oposição à expansão da OTAN e esforços para construir as bases de uma ordem internacional multipolar (Fernandes, 2025).

Do lado dos EUA, o raciocínio com base nos clássicos da geopolítica sugere que o imperativo geoestratégico norte-americano continuará a impedir a ascensão de uma potência capaz de exercer qualquer tipo de liderança hegemônica no *rimland*, desafiando sua supremacia marítima e sua vantagem militar estratégica. Dito de outro modo, os EUA continuarão a fomentar sua presença militar na Europa e no Leste da Ásia, prioritariamente com aliança militares, como a OTAN e a AUKUS⁵, ou iniciativas, tipo QUAD⁶, ou com acordos bilaterais. Mesmo que se aumentem, em futuro hoje imprevisível, os espaços de cooperação política e de interdependência econômica entre EUA e Rússia, ou entre EUA e China, isso não sugere, à luz da fria e impertinente geopolítica, que os norte-americanos abandonarão a sua presença militar na Europa, ou os seus acordos, no campo da segurança e defesa, com o Japão e a Austrália.

A geopolítica não determina a política de um Estado, longe disso. De algumas de suas teorias fica a constatação de que negligenciá-la não é uma atitude prudente na política internacional. O risco é o de incorrer em avaliações conjunturais equivocadas, fomentadas por uma eficiência apressada. A Guerra na

⁵Aliança militar entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, anunciada em setembro de 2021.

⁶*Quadrilateral Security Dialogue*, trata-se de fórum entre Austrália, Estados Unidos, Índia e Japão.

Ucrânia tem alguns de seus fundamentos na história recente, em uma tentativa de revisão dos princípios e acordos de segurança que nortearam o estabelecimento das fronteiras nacionais com o fim da URSS. Todavia, o seu sentido estratégico aponta para o futuro. Por esse ângulo, ela não indica ser um ponto de exceção, mas sim um grande impasse, em solo europeu, de uma questão de difícil solução a curto e médio prazos. Trata-se de um marco que condensa e acelera as transformações políticas em direção a uma ordem internacional crescentemente multipolar, tendo EUA, Rússia e China como os principais núcleos.

À luz do pensamento geopolítico, os desdobramentos da situação ucraniana sugerem duas possíveis saídas: uma solução político-diplomática que estabeleça uma zona tampão para neutralizar as ambições expansionistas tanto da OTAN quanto da Rússia; ou, alternativamente, uma cisão territorial que divida a Ucrânia atual em um eixo Leste-Oeste. Nesse cenário, o rio Dnieper poderia servir como uma fronteira natural, demarcando a divisão entre os “territórios russos” de orientação russa – abrangendo as províncias de Donetsk, Lugansk e a Crimeia – e os remanescentes da Ucrânia a oeste do Dnieper, que seriam apoiados pela União Europeia e, muito provavelmente, integrados à OTAN.

A Ucrânia, hoje, e Taiwan, talvez amanhã, constituem centros de tensão geopolítica de elevada importância global. Do primeiro, reemerge a noção de profundidade estratégica, que ficará cada vez mais em evidência, pois o território ainda importa, sobretudo no cálculo de poder das potências. Do segundo, Taiwan, aflora a noção de paciência estratégica, referência de tempo singular, tão funcional à ambição chinesa de ampliar sua projeção de poder no Pacífico. Por fim, é importante salientar que atualmente todas as grandes potências são, ao mesmo tempo, “estados-continentais” e “economias integradas aos fluxos internacionais de riqueza”. Caminha-se, ao que parece, para uma intensa competição geopolítica em múltiplas áreas, pressupondo o uso combinado de meios - econômicos, financeiros, tecnológicos, diplomáticos e militares – para reivindicar a primazia na definição de objetivos estratégicos e o direito de arbitrar sobre os princípios de segurança que vigoram em seus entornos geográficos imediatos.

Referências

BRZEZINSKI, Z. K. *The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

COHEN, S. B. *Geopolitics: the geography of international relations*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2015.

COSTA, Wanderley M. “O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da nova Ordem Mundial”. *Confins*, n. 25, 2015.

FARIAS, Hélio C. Aspectos Geopolíticos da Guerra do Futuro e desafios brasileiros. In: FRANCO-AZEVEDO, Carlos; RAMOS, Carlos. *Estudos de defesa: inovação, estratégia e desenvolvimento industrial*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2022.

FERNANDES, Adriano. *A Nova Diplomacia Triangular e suas Implicações Geoestratégicas para a Guerra na Ucrânia* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. Instituto de Economia. UFRJ. 2025.

FIORI, José L. A crise da Ucrânia e o acordo entre Rússia e China. São Paulo. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/02/24/a-crise-da-ucrania-e-o-acordo-entre-russia-e-china/2022>. Acesso em: 8 de maio de 2025.

KARAGANOV, Sergei. It Is Not About Ukraine. In: *Russia in Global Affairs*, 2022. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/it-is-not-about-ukraine/>. Acesso em: 7 de maio de 2023.

KAPLAN, Robert. *A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KENNAN, George. The Sources of Soviet Conduct. In: Tuathail, Gearóid. *et al. The geopolitics reader*. London and New York: Routledge, 1998.

KENNAN, George F. A fateful error. *New York Times*, v. 5, n. 02, 1997.

KISSINGER, Henry. To settle the Ukraine crisis, start at the end. *The Washington Post*, v. 5, n. 03, 2014.

MACKINDER, Mallord. *Democratic Ideals and Reality: a study in the Politics of Reconstruction*. Washington: National Defense University. 1919.

MEARSHEIMER, John. *The Causes and Consequences of the Ukraine Crisis*. 2015. Apresentação oral realizada no evento University of Chicago Alumni, Chicago, 4 jun. 2015.

OLIVEIRA, Fernando. A Guerra da Geórgia de 2008 e o processo de transformação do Exército Russo. *Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, vol. 17, núm. 1, 2022, Janeiro-Junho, p. 135-154

POTY, Ítalo B. A Ucrânia independente após o fim da Guerra Fria: uma análise geopolítica (1991-2010). *Conjuntura Austral*, v. 10, n. 52, 2019.

PUTIN, Vladimir. *Annual address to the Federal Assembly of the Russian Federation*. 2005. Discurso apresentado à Federal Assembly, Moscou, 25 abr. 2005.

RUSSIA. The Russian Federation's National Security Strategy, Moscou, 2015. Disponível em: <https://www.russiamatters.org/node/21421>. Acesso em 9 maio 2025.

RUSSIA The Russian Federation's National Security Strategy – 2021. Moscou, 2021. Disponível em: https://rusmilsec.blog/wp-content/uploads/2021/08/nss_rf_2021_eng_.pdf. Acesso em: 8 maio 2025.

SPYKMAN, Nicholas. *America's strategy in world politics: the United States and the balance of power*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1942.

TOAL, Gerard. *Near abroad: Putin, the West and the contest over Ukraine and the Caucasus*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

RECONFIGURAÇÃO DO TABULEIRO NO CONTEXTO DE POLARIDADES FLUIDAS: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

*Oscar Medeiros Filho
Wellington Dantas de Amorim*

Introdução

A guerra na Ucrânia revelou um cenário imprevisível, resultado de uma polaridade instável, ora marcada pela emergência de novos polos de poder, ora por sinais de uma nova bipolaridade que parece emergir, advinda da disputa hegemônica entre as duas grandes potências globais: EUA e China. Nesse contexto, há três aspectos que afloram dessa guerra e que nos parecem relevantes: *i)* o primeiro é que as categorias analíticas utilizadas pelos estudiosos das Relações Internacionais desde meados do século XX (especialmente as realistas e liberais) perderam muito de sua efetividade em explicar a realidade; *ii)* o segundo é a crise das instâncias de diálogo multilaterais, substituídas por posturas unilaterais a partir da “lógica do mais forte” e do uso da força como instrumento explicitamente declarado de política internacional ou por modelos minilaterais; *iii)* a terceira é a percepção de que, apesar da interdependência entre os países ter aumentado nas últimas décadas, países como a Rússia conseguiram efetivar, em maior ou menor grau, mecanismos alternativos de comércio internacional geradores de resiliência econômica, mesmo diante de fortes sanções internacionais.

Buscaremos neste capítulo, a partir de uma abordagem teórica, situar a guerra na Ucrânia no contexto dessas indefinições. Para tanto, a primeira seção discutirá as características do tabuleiro internacional e das relações de poder nas últimas décadas tentando selecionar elementos e categorias analíticas que nos permitam caracterizar o evento. A segunda seção discutirá alguns aspectos observados nesse contexto, como: a lógica do uso da força como instrumento de política internacional; a crise do multilateralismo e o significado da interdependência nos conflitos atuais. Na terceira seção, discutiremos, com base no debate teórico

apresentado, aspectos empíricos observados na guerra e que, para estes autores, constitui aquilo que de mais relevante aprendemos com a guerra na Ucrânia.

1. Polaridades fluidas e as novas configurações de poder

O cenário geopolítico que se configura nas primeiras décadas do século XXI tem sido marcado por polarizações fluidas¹, ainda pouco compreendidas e que parecem não se adequarem às categorias analíticas consagradas no campo das Relações Internacionais, tais como o Realismo e as teorias liberais.

Seria, entretanto, inadequado definirmos o contexto dessa guerra com base em momentos anteriores de disputa estratégica e de transição hegemônica. Definitivamente, do ponto de vista histórico, não estamos diante de uma nova “guerra fria” nos moldes do que foi o conflito entre EUA e URSS². Do ponto de vista analítico, entretanto, é possível sim afirmar que o conflito aqui analisado se encaixe em um padrão de “guerra fria”, conforme a perspectiva de Barry Buzan descrita na seção 2.2.

Certamente, o que mais temos aprendido com a guerra na Ucrânia é o fato de que a reconfiguração do tabuleiro e os realinhamentos estratégicos têm ocorrido em um contexto de complexidade nunca visto antes. Não se trata apenas de disputas territoriais entre Estados soberanos, como costumamos analisar ao longo da História. A natureza multidimensional relacionada a esse conflito e a diversidade de fatores nele envolvidos tornam qualquer análise uma tarefa árdua.

Diante desse quadro, adotaremos uma abordagem teórico-conceitual alternativa, para discutir o que aprendemos com a guerra na Ucrânia, tanto do ponto de vista das relações de poder entre as potências, quanto as características

¹Em fevereiro de 2025 foi lançado o documento “*Munich Security Report 2025*”, cujo título é “*Multipolarization*”. O documento sugere que o atual sistema internacional apresenta elementos de unipolaridade, bipolaridade, multipolaridade e não polaridade; em um contexto de mudança contínua de poder (no sentido de um maior número de Estados que disputam influência) e de maior polarização ideológica. Cf. <https://securityconference.org/en/publications/munich-security-report-2025/>.

²O debate sobre uma nova “guerra fria” é dos mais interessantes, embora fuja ao escopo específico deste trabalho, que analisará apenas brevemente algumas considerações de Barry Buzan sobre o tema. Vale lembrar que as origens e as características da Guerra Fria EUA/URSS, por quase cinquenta anos, são interpretadas das maneiras mais diversas, ao sabor dos diferentes referenciais teóricos utilizados.

que envolvem aquela guerra. Para tanto, utilizaremos de um arcabouço teórico alternativo, que busca escapar das categorias clássicas, oferecido por autores que também enfatizam uma perspectiva construtivista, como Amitav Acharya (Acharya, 2017; Acharya *et al.*, 2023) e Barry Buzan (2024).

1.1 Das polaridades indefinidas ao mundo multiplex: desvelando modelos alternativos de governança global

Há um conjunto de fatores de natureza geopolítica que caracterizam o tabuleiro internacional nas primeiras décadas desse século e que tornam complexa a análise do conflito ucraniano. Alguns autores (Acharya *et al.*, 2023) resumem esse cenário em cinco aspectos principais: *i*) ausência de hegemonia global (embora persistam assimetrias de poder e hierarquias)³; *ii*) proliferação de atores diversos (especialmente não-estatais, como: empresas, movimentos sociais, redes criminosas, com crescente capacidade de influência significativa); *iii*) interdependência ampla (abrangendo não apenas o comércio e finanças, mas também fluxos transnacionais diversos); *iv*) governança complexa (plural – formais e informais, redes e estruturas híbridas; e multinível – globais, regionais e subnacionais); e *v*) diversidade cultural, ideológica e política (proporcionando diferentes perspectivas sobre estabilidade, paz e prosperidade).

As características acima são tomadas por Amitav Acharya para propor uma abordagem original de compreensão da realidade internacional das últimas décadas. Assim, para além da perspectiva realista, que tem por foco a disputa de poder entre potências, e da liberal, focada no debate sobre governança global, cooperação e construção de ordem hegemônica minimamente consensuada, Acharya considera, em sua abordagem, outros fatores fundamentais para a compreensão do tabuleiro atual, inclusive ideacionais.

O ponto de partida é que tanto a abordagem realista quanto a liberal possuem sérias limitações para compreender a realidade das relações de poder nos dias de hoje. Em relação ao debate com a perspectiva realista, não obstante a

³O conceito de hegemonia global não é consensual. Por exemplo, Mearsheimer (2014) considera que não há, nem provavelmente haverá, uma hegemonia global incontestada, devido ao obstáculo intransponível das águas (oceanos e mares) enquanto limitador. Já Arrighi (2007) considera quatro ciclos hegemônicos globais, desde o século XVI.

validade do uso de modelos de ‘polaridade’ para análise da ordem mundial, trata-se de uma abordagem ancorada basicamente em grandes potências. A crítica seria que a noção de polaridade – seja ela unipolar, bipolar ou multipolar – pressupõe a distribuição “estática” de poder material (militar e econômico), envolvendo poucas instituições multilaterais, desconsiderando uma infinidade de normas e instituições – não só globais, mas também regionais – “que desempenham papéis importantes na organização da cooperação e no fornecimento de bens públicos” (Acharya *et al.*, 2023, p. 2341, tradução nossa). Nesse sentido, os modelos de polaridade adotados sob a perspectiva realista dizem pouco sobre outros fatores cruciais para a compreensão da ordem mundial, tais como ideias e normas, que envolvem não apenas fatores materiais e padrões de interação dinâmica entre nações, sejam elas grandes ou pequenas, mas também forças ideacionais e normativas (Acharya *et al.*, 2023, p. 2342).

Em relação à perspectiva liberal, a crítica tem origem na crise do multilateralismo observado nos últimos anos. Apesar de se reconhecer a sobrevivência das estruturas que sustentam a ordem internacional ocidental, desde o fim da II Guerra Mundial, o fato é que essa ordem está baseada em quatro elementos-chave que têm se degradado: comércio livre, instituições multilaterais, democracia e valores liberais (Acharya, 2017, p. 272). Como consequência, pode-se observar algumas características do contexto atual que colocam em xeque a hegemonia da ordem liberal. A primeira é o fato de, para além do domínio global dos EUA, a ordem que se apresenta resulta de uma combinação de grandes potências, potências regionais e atores não estatais, incluindo o papel cada vez mais importante do chamado Sul global.⁴ A segunda é que, para além da primazia do capitalismo de mercado e da democracia liberal como princípios organizadores da ordem internacional, coexistem perspectivas diversas (liberais, comunitárias, civilizacionais etc.) que competem entre si. A terceira diz respeito à ideia de interdependência que, sob a perspectiva liberal, concentra-se em torno dos fluxos comerciais e de investimento, negligenciando a realidade atual que

⁴Deve-se ressaltar que, enquanto conceito analítico teórico, o “Sul Global” apresentaria várias falhas. No entanto, essa categoria tem sido usada como elemento de identidade e de autodenominação por diversos países, especialmente em termos de promoção e paridade com potências em crescimento e com algum grau de revisionismo em relação a muitos dos elementos básicos da atual governança mundial. Ao longo do texto, não nos aprofundaremos sobre a fraqueza analítica teórica do conceito.

sugere outras formas de interdependência, incluindo as ameaças transnacionais, como mudanças climáticas e pandemias. Finalmente, a quarta característica diz respeito à ideia de cooperação internacional que se tem concentrado em torno de instituições criadas e dominadas pelo Ocidente após a II Guerra Mundial, negligenciando a relevância de outros acordos (regionais e bilaterais) fora daquele escopo (Acharya *et al.*, 2023, p. 3242-3).

A perspectiva adotada por Amitav Acharya não advoga o fim do domínio global dos EUA, mas o fato de “que tem havido uma tendência clara para uma ordem mundial mais pluralista, com um maior número de atores e de interações” (Acharya *et al.*, 2023, p. 3262). Assim, embora os EUA continuem a ser um ator central nas relações internacionais, a estrutura e o padrão dessas relações estão mudando, tornando a ordem mundial mais multicêntrica e pluralista (Acharya *et al.*, 2023, p. 2339).

1.2 O mundo “multiplex”

A tese de Amitav Acharya é de que a ordem mundial emergente não é multipolar, mas de um outro tipo, que ele denomina de “multiplex”. Em um mundo “multiplex”, a ordem liberal seria apenas uma parte de seus modelos de governança. Não se trata, assim, de uma ordem global singular, liberal ou não, mas de um complexo de ordens transversais – se não concorrentes – marcada pela interconectividade e interdependência. Um mundo multiplex não seria definido pela hegemonia de uma única nação ou ideia. Para ele, isso significa que os Estados Unidos já não estão em posição de criar as regras e dominar as instituições de governança global e da ordem mundial da forma como fizeram durante grande parte do período pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse cenário, os elementos da ordem liberal sobrevivem, mas em um contexto complexo de ordens internacionais múltiplas e transversais (Acharya, 2017, p. 272). E embora elementos da velha ordem liberal sobrevivam, terão de acomodar novos atores e abordagens que não se curvem aos comandos e preferências norte-americanas (Acharya, 2017, p. 277).

Acharya constrói a ideia de multiplex a partir da alegoria de salas múltiplas de cinema adjacentes em um mesmo espaço. Assim, para o autor, “um mundo

multiplex é como um cinema multiplex – aquele que dá ao público a escolha de vários filmes, atores, diretores e enredos, todos sob o mesmo teto” (Acharya, 2017, p. 277, tradução nossa). Nesse sentido, o autor compara as atuais relações internacionais a esses espaços de múltiplas exibições, sugerindo que a ordem mundial emergente não seria dominada por um único agente (produtor, diretor, ator ou tipo de roteiro ou tema).⁵ O público teria uma escolha mais ampla de atores, líderes e ideias, em um mundo mais diversificado, com a ascensão de mais países do mundo não-ocidental (Acharya *et al.*, 2023, p. 2340, nota de rodapé).

O fato é que, em um mundo multiplex, a governança global seria caracterizada por uma “geometria variável” de camadas que incluem dimensões regionais e globais. (Acharya *et al.*, 2023, p. 3244). Assim, para compreender melhor a essência do conceito multiplex, os autores propõem uma comparação com dois outros modelos que são frequentemente utilizados nos debates contemporâneos sobre a ordem mundial: multipolaridade e hegemonia liberal (Acharya *et al.*, 2023, p. 3242).

⁵Esforço semelhante foi realizado por Barry Buzan e Ole Waever em “**Regions and Powers: The Structure of International Security**”, de 2003, quando sugeria o paradigma “1 + 4”: 1 (EUA, como superpotência) + 4 (UE, Rússia, Japão e China, como grandes potências).

Quadro 1 – Comparação entre modelos de análise

Aspectos	Hegemonia Liberal	Multipolaridade	Multiplex
Força motriz	<i>Poder material preponderante de uma única nação (EUA)</i>	<i>Distribuição mais “igualitária” de capacidades materiais entre as grandes potências</i>	<i>Capacidade de interação envolvendo atores estatais e não estatais</i>
Liderança	<i>Abrangente: EUA como “nação indispensável”</i>	<i>Dominada pelas grandes potências</i>	<i>Estrutura ‘G-Plus’</i>
Interdependência	<i>Forjado principalmente através de laços comerciais e de segurança entre nações liberais (Norte-Norte)</i>	<i>Blocos regionais excludentes no comércio e na segurança</i>	<i>Múltiplas questões, incluindo Norte-Sul e Sul-Sul</i>
Governança global	<i>Centrado nas organizações multilaterais do sistema ONU</i>	<i>Cooperação afetada pela disputa de poder acirrada</i>	<i>Geometria variável entre o global e o regional</i>

Fonte: Adaptado de Acharya *et al.* (2023, p. 3245).

* G-Plus refere-se a um mundo estruturado por múltiplos elementos e atores em níveis diversos.

Em suma, a perspectiva multiplex sugere um mundo mais descentralizado, diversificado e multidimensional no qual os determinantes da paz, do desenvolvimento e da estabilidade não emergem, como outrora, de um número limitado de grandes potências (Acharya *et al.*, 2023).

1.3 *Mundo multiplex e capacidade de interação*

Para Acharya, o resultado das interações multicivilizacionais em um mundo multiplex contribui mais para a aprendizagem mútua entre diferentes civilizações e Estados do que para provocar o choque entre a “civilização liberal ocidental” e os Estados civilizacionais não-ocidentais. Isso não significaria, para o autor, que a política mundial estaria livre de conflitos. Muito longe disso! Para ele, atribuir conflitos a identidades civilizacionais competitivas e excludentes, que rejeitariam o universalismo, seria uma enorme simplificação (Acharya, 2020, p. 153).

Para Acharya, a perspectiva multiplex contribuiria para ampliar a compreensão da natureza complexa da cooperação na ordem mundial que estaria, cada vez mais, nem tanto ao peso de poder material, mas à capacidade de interação de uma nação (Acharya *et al.*, 2023, p. 3243). Tal condição abriria novas portas para a cooperação, razão pela qual a governança global tem se mostrado gradualmente menos hegemônica e centrada nos EUA.⁶

2. Entre a crise do multilateralismo e a lógica do mais forte: a opção unilateral

O final da II Guerra Mundial proporcionou uma série de mecanismos de governança mundial que buscavam evitar os erros que contaminaram as décadas de 20 e 30 do século XX. Buscaram-se tanto mecanismos financeiros e comerciais (como o GATT, o FMI, o Banco Mundial, entre outros), capazes de evitar ou amenizar crises que pudessem contaminar o sistema econômico mundial e gerar recessões ou depressões, com as consequentes tensões políticas e sociais, quanto a criação da própria ONU e de suas agências especializadas, voltadas ao tratamento

⁶Deve-se ressaltar que, na nossa opinião, talvez o próprio Acharya seja um tanto otimista em relação às consequências de tal panorama multiplex, pois segundo ele, a “teia” de diversos arranjos tenderia a contornar ou ao menos diminuir as tensões internacionais. Tal “teia” provocaria um automático grau de comprometimento aos participantes, como uma “liga” mais pegajosa (no sentido positivo do termo). Mesmo que se questione tal conclusão, pois afinal o caráter “aliancista” ou não dos arranjos pode muito bem encaminhar respectivamente para o aumento ou diminuição de tensões, ainda assim consideramos a abordagem multiplex como valiosa na análise da atual situação internacional.

de temas setoriais específicos, além da questão da segurança internacional, cuja gestão é emoldurada pelo Conselho de Segurança.

O bloco capitaneado pela URSS optou por não se aproveitar dos mecanismos de governança econômicos, ao ressaltar uma iniciativa mais autárquica intrabloco, alegando que a *rationale* capitalista não lhe convinha, pois defendia o socialismo. No entanto, participou ativamente do sistema ONU.

Com o final da Guerra Fria, supunha-se que os mecanismos de governança mundial seriam fortalecidos, já que (ao menos em teoria) as opções alternativas (anteriormente propostas e implementadas pelo bloco da União Soviética) já não mais subsistiam. Ao mesmo tempo, imaginava-se que a competição interestatal passaria a ser feita apenas em termos econômicos (exemplificados pelos grandes blocos comerciais regionais, cujos ganhos de escala contribuiriam para um maior poder de barganha nas negociações), já que os EUA teriam se consolidado como a potência política e militar incontestada.

A suposição não se concretizou, pois no século XXI a concorrência interestatal adquiriu um aspecto ainda mais totalizante (político, econômico, militar etc.) e os blocos regionais passaram a sofrer desafios internos e externos que, em alguns casos, ameaçam-lhes a própria manutenção. A recuperação geopolítica da Rússia, a maior assertividade geoestratégica da China (e, em menor escala, da Índia), de fato, consolidaram ainda mais a rivalidade entre as Grandes Potências (sejam elas tradicionais ou emergentes).

Logo, se o panorama internacional é mais fragmentado (em termos de capacidades diversas de poder), é natural que os anteriores mecanismos globais de governança se mostrem cada vez menos efetivos, pois o consenso mínimo é cada vez mais difícil de ser atingido, pelas expectativas e motivações diversas, especialmente dos atores principais, mesmo de alguns que antes compartilhavam consensos fortalecedores do multilateralismo. Afinal, o revisionismo nas instituições implica ganhos e perdas, já que na esfera internacional o poder é sempre relativo.

Temos observado neste século, no caso da Segurança Internacional, intervenções significativas constantes de membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (EUA – Iraque, Afeganistão; Reino Unido, França – Líbia; Rússia – Geórgia, Crimeia, Ucrânia; China – Mar do Sul da China), num claro sinal

de que “*might makes right*”. A seguir, analisaremos a opção pelo minilateralismo e a chamada “lógica do mais forte”.

2.1 A crise do multilateralismo e a opção pelo minilateralismo

Conforme anteriormente mencionado, tem-se observado no contexto da guerra na Ucrânia a ampliação de parcerias estratégicas bilaterais ou minilaterais, suplementando e até mesmo substituindo a arquitetura de segurança mais tradicional (Azzi, 2022). Assim, ao invés de fóruns amplos, como as Nações Unidas e suas agências, muitos países têm optado pelo “minilateralismo”, um modelo de cooperação envolvendo um número reduzido de países, em torno de questões específicas, como comércio e segurança, para alcançar soluções mais ágeis, eficazes, em temas sobre os quais é difícil se obter consenso.

Logo, observa-se a tendência clara ao minilateralismo como opção de parceria e alinhamento estratégico. Tal mecanismo seria facilmente explicável nos denominados “Estados desafiadores”, como China, Irã, Rússia e Turquia (IISS, 2021); afinal, o reduzido número de revisionistas mais explícitos e com capacidade de influir de forma significativa nos assuntos internacionais aponta diretamente para a conveniência de arranjos minilaterais. No entanto, perguntamos: por que Estados não-revisionistas também se têm utilizado de tais arranjos (como, por exemplo, os EUA na AUKUS, QUAD ou I2U2⁷)? Esse aspecto é claramente um dos maiores exemplos de que a governança mundial tradicional (multilateral) perdeu a efetividade, pois nem mesmo os Estados defensores do *status quo* confiam que ela consiga trazer as soluções necessárias.

Entretanto, é forçoso argumentar que a opção pelo minilateralismo pode fragilizar ainda mais a governança mundial, eventualmente levando ao enrijecimento precoce de blocos ou embriões de blocos que migrem para um formato aliancista e excludente em relação aos demais, aumentando o nível de tensão no panorama internacional. Outra conclusão é que o minilateralismo se encaixa na visão multiplex, especialmente caso não prevaleça um formato de alianças mais formal e rígido.

⁷A composição é a seguinte: AUKUS – Austrália, Reino Unido, EUA; QUAD – EUA, Japão, Índia, Austrália; I2U2 – Israel, Índia, EUA e Emirados Árabes Unidos.

2.2 Neo-imperialismo, a lógica do mais forte e o uso da força como instrumento de política internacional

O cada vez menor constrangimento das Grandes Potências em utilizar a força como instrumento de poder, abdicando solenemente do compromisso gerado pela Carta da ONU, comprometimento ainda maior no caso dos membros permanentes do Conselho de Segurança, tem caracterizado o século XXI, embora iniciativas semelhantes nas suas áreas de influência próximas ou consideradas estratégicas já caracterizassem o processo histórico tradicional. Afinal, não foram poucas as intervenções das duas superpotências (e das outras potências), durante a Guerra Fria e, conforme mencionado anteriormente, mesmo durante o século XXI.

A que se deve tal diminuição de constrangimento, que foi estendido a Potências Médias como a Turquia (na prática dominando um corredor na parte norte da Síria, por temor de influência de movimentos curdos que ela enxerga como basicamente insurrecionais ameaçando sua soberania), Israel (ocupando áreas nas colinas de Golan que não lhe cabiam pelos acordos prévios de cessação de hostilidades com a Síria) etc.?

A resposta mais direta aponta justamente para o esmaecimento dos mecanismos de governança mundial, numa crescente deslegitimação, capitaneado principalmente pelas Potências que deveriam se portar como partes garantes.⁸ Isso deslança outro processo, que é o de buscar respostas bélicas mais imediatas e que, uma vez bem-sucedidas e estabelecendo um fato consumado, tornariam o movimento de outras Potências ainda mais custoso e inefetivo, seja em termos bélicos propriamente ditos ou mesmo diplomáticos. Por exemplo, a estratégia da Rússia, ao invadir a Ucrânia, pressupunha a “decapitação” do governo ucraniano e uma rápida campanha. Caso bem-sucedida, a Rússia teria replicado o ocorrido em 2008, contra a Geórgia, e 2014, com a anexação da Crimeia. No entanto, o que temos até o momento são três anos de guerra de atrito⁹.

⁸O caso específico do Acordo de Budapeste (1994), em que EUA, Reino Unido e Rússia se comprometeram a não utilizar coerção bélica ou econômica contra a Ucrânia, em troca da cessão do armamento nuclear desta, é um bom exemplo de promessas quebradas.

⁹Texto escrito em fevereiro de 2025.

Além disso, vale ressaltar que áreas consideradas até então como interditas a conflitos de grande intensidade e risco (como por exemplo, a Europa¹⁰), passaram a reviver a possibilidade de grandes conflitos. Em suma, tivemos o retorno ao tabuleiro europeu da guerra convencional, composto de batalhas em que os exércitos procuram ocupar militarmente os territórios, após décadas de conflitos assimétricos a que Mary Kaldor chamou de “novas guerras” (Kaldor, 2012).

Logo, conflitos de custo cada vez maior, necessidade de reestimativa da importância de armamento tradicional, ao lado das inovações tecnológicas, presença de tropas físicas como elemento também fundamental, passaram a ser incorporados no cotidiano dos principais países. De certa forma, a competição interestatal cada vez mais acirrada, com pouquíssimos interesses convergentes, reforça iniciativas fundadas na coerção e não no convencimento. Estaríamos, portanto, presenciando a inevitável perda do brilho dos fóruns globais, transferindo a proeminência aos minilaterais?

Do ponto de vista da natureza dos conflitos, consideramos relevante a perspectiva teórica apresentada recentemente por Barry Buzan. Esse autor (Buzan, 2024) sugere adotar o conceito de “guerra fria” enquanto esforço teórico para entender a ordem mundial das próximas décadas. Não há, em sua proposta, nenhuma intenção de recuperar o sentido histórico associado à relação entre EUA e URSS no período entre 1947 e 1989, pois isso não faria sentido. O que Buzan pretende, na verdade, é utilizar a ideia de ‘guerra fria’ como um conceito analítico.

Nesse sentido, diferentemente do conceito de “guerra quente”, que se refere ao padrão tradicional de grandes conflitos abertos, como no caso da Segunda Guerra Mundial, a ideia de “guerra fria” para Buzan se refere ao tipo de conflito entre grandes potências no qual, pelo receio mútuo de que esse conflito possa escalar, as ações violentas ocorrem de forma limitada ou indireta (*proxy war*).

¹⁰Houve conflitos menores na Europa durante a Guerra Fria e mesmo após (guerras civis em vários países, no imediato pós-II Guerra, movimentos terroristas diversos, guerras derivadas da dissolução da Iugoslávia etc.). No entanto, os conflitos foram basicamente localizados e não tiraram da população europeia a sensação de estabilidade no longo prazo. De certa forma, replicou a sensação reinante durante o Concerto Europeu no século XIX, em que alguns conflitos mais específicos, mas sem uma dimensão espacial e/ou temporal tão ampla (Guerra da Crimeia, Guerra Prusso-Austríaca, Guerra Franco-Prussiana etc.), não foram tão desestabilizadores a ponto de realmente diminuir o impacto efetivo do Concerto, cujo desmantelamento só iria ocorrer com a I Guerra Mundial.

Buzan define esse receio mútuo das grandes potências que leva à “guerra fria” de dilema de defesa, ou seja, a condição que surge quando o receio de se escalar uma guerra supera o medo da derrota (Buzan, 2024, p. 243).

De fato, quando observamos a guerra na Ucrânia, é possível dizer que o dilema de defesa se expressa no medo de uma escalada para uma guerra nuclear.

Nesse contexto, observa-se a proliferação de uso de táticas e técnicas ofensivas (propaganda, espionagem, sanções, ataques a infraestruturas etc.), aquilo que Frank Hoffman (2007) tem denominado de “guerra híbrida”, que operando na zona cinzenta entre a paz e a guerra, contribuem para gerar danos ao inimigo sem que isso escale para uma “guerra quente”. A questão que se coloca nesse caso, segundo Buzan (2024, p. 245), é até que ponto táticas ofensivas podem ser usadas sem que isso faça cruzar a linha da “guerra fria” para a “guerra quente”; ou seja: como controlar a escalada.

3. O que de fato aprendemos sobre polaridades com a guerra na Ucrânia?

Nesta seção conclusiva, buscaremos responder à pergunta que intitula o presente livro tratando de dois aspectos que consideramos relevantes: a resiliência russa às sanções econômicas impostas por países do “Ocidente” e a reconfiguração do tabuleiro a partir do sentido – se é que eles estão claros – dessas categorias globalizantes: “Sul global” e “Ocidente coletivo”.

3.1 A resiliência russa em relação às sanções do Ocidente

Um dos pontos mais controversos na análise da Guerra da Ucrânia é sobre a efetividade ou não das pesadas sanções impostas à Rússia, em vários aspectos (até mesmo o esportivo¹¹). O estudo das sanções como instrumento de política externa aponta para uma grande variedade quanto à definição de efetividade e mesmo o escopo das sanções (Hufbauer & Oegg, 2007). Portanto, analisaremos rapidamente alguns aspectos, sem entrar no mencionado debate teórico a respeito das sanções econômicas.

¹¹Neste último caso, por exemplo, com a proibição de que equipes russas participem da UEFA Champions League.

O primeiro ponto a ser levantado é: quais os objetivos das sanções ora impostas por diversos países, liderados pelos EUA e União Europeia, no sentido de punir a Rússia pela invasão da Ucrânia e persistência do conflito? Uma análise superficial apontaria para a tentativa de enfraquecer a economia russa de modo a desestimular o esforço de guerra de maneira rápida e total, com o esgotamento econômico levando aquele país à paralisação do conflito e eventual ida à mesa de negociação.

Entendemos que tal expectativa parece controversa. Por exemplo, na implementação das sanções ao gás natural russo, segundo Zolotova (2024):

*[...] o gás natural é uma commodity única que na realidade nunca foi atingida pelas sanções. Apenas o mais recente pacote de sanções contra a Rússia impôs restrições à importação de gás russo, e consistiu apenas de uma proibição do trânsito de GNL russo pelos portos e terminais de membros da União Europeia para terceiros países – não uma proibição do suprimento para a própria União. Logo, embora a participação do gás russo no mercado europeu tenha diminuído, **ainda é uma fonte de receita para Moscou. Isso contradiz todo o espírito e objetivo das sanções.** (tradução livre, grifo nosso)*

De fato, desde 2021 houve uma redução da importação de gás natural russo, mas não sua eliminação. Entre 2021 e 2023, segundo Zolotova (2024), as importações europeias da *commodity* se reduziram em 10%, e a participação russa caiu de 44% para 14% do total (com a participação norueguesa passando de 24% para 29%, a dos EUA de 6 para 19%).

Este exemplo, ao lado de diversos *waivers* concedidos a alguns países que comerciam com a Rússia em termos expressivos (o caso da Índia é emblemático, devido às importações de petróleo e armas), ao menos até 2024, demonstram uma política de “sangria” cumulativa, e não golpes expressivos e decisivos em termos de sanções. Primeiro, a necessidade de que diversos países aliados ou quase-aliados dos EUA se adaptassem à saída de um parceiro comercial expressivo e fundamental em alguns casos (por exemplo, no mencionado fornecimento de

gás natural para a Europa)¹². Segundo, conforme já enunciado por Buzan (2024) anteriormente, o receio de que a iminência de uma derrota acachapante russa pudesse levar à escalada nuclear, como último recurso tomado em meio ao desespero. Nesse aspecto, a lenta hemorragia de recursos humanos e materiais (por exemplo, tendo que recorrer à Coreia do Norte, tanto em contingentes humanos quanto em peças de artilharia)¹³ seria conveniente, por enfraquecer parcialmente a Rússia, mas ao mesmo tempo estimulá-la a algum tipo de negociação com um mínimo de cartas de barganha ainda restantes.¹⁴

Um terceiro ponto, referendando o gradualismo das sanções, refere-se às reservas financeiras russas nos EUA e Europa, primordialmente. Inicialmente, pensava-se no confisco imediato, mas que não ocorreu, inclusive pelo temor reinante em vários países do Sul Global de que isso estabelecesse um perigosíssimo precedente e viesse a atingi-los no futuro. O máximo decidido até o momento foi a concessão de pequenos empréstimos à Ucrânia, que seriam pagos eventualmente com os rendimentos das reservas congeladas.

Logo, pode-se apontar que a economia russa tem conseguido suportar a pressão das sanções, mas que também elas cobram um alto e cumulativo preço. Por exemplo, no início de fevereiro de 2025, as reservas cambiais nos bancos da Rússia haviam descido ao menor nível em 16 anos, devido “ao aperto maior das sanções ocidentais e enfraquecimento com os mercados financeiros mundiais” (Reservas..., 2025).

Todos os olhos agora se voltam para o pós-conflito, para saber como a economia russa irá se readaptar após três anos de economia de guerra. Levando-se em conta que 33% do atual orçamento governamental é diretamente ligado à

¹²Segundo De Vore e Mertens (2024), “A Rússia continua a exportar vastas quantidades de petróleo, gás e outras commodities – resultado de evasão de sanções e brechas deliberadamente imaginadas por políticos ocidentais para manter os recursos russos nos mercados mundiais.” (tradução livre)

¹³Segundo De Vore e Mertens, ao final de 2024 metade das peças de artilharia utilizadas pela Rússia no conflito eram de estoques norte-coreanos.

¹⁴Qualquer Grande Potência teme alterações significativas bruscas nas outras, pela incerteza trazida pela mudança e a eventual necessidade de alteração (também brusca) na sua própria estratégia.

defesa (além de diversas rubricas não-especificadas e que de fato abastecem tal área), este é um elemento fundamental para análises do que poderá ocorrer.¹⁵

3.2 O realinhamento do tabuleiro

Trataremos agora, de forma mais específica, daquilo que temos observado em relação ao tabuleiro internacional desde o início da guerra na Ucrânia. O primeiro aspecto que nos chama a atenção é que, apesar da inserção de novos países na OTAN, de um lado, e do fortalecimento de arranjos entre países do chamado “Sul Global”, de outro, parece evidente a fragilidade dos alinhamentos estratégicos, constituídos por “elos frágeis” e indefinidos. Não à toa, como vimos na seção anterior, a tendência ao minilateralismo. Esses movimentos têm ocorrido no contexto em alguns denominam a volta do nacionalismo e a crise da globalização, ou “desglobalização”, como outros preferem denominar. Não há ainda evidências claras de o quanto isso impactará nos alinhamentos e realinhamentos: se caminhamos para a retomada de alianças ou as soluções serão nos moldes “*ad hoc*”?

O fato é que, do ponto de vista dos realinhamentos observados, devemos destacar dois aspectos: o primeiro é o estreitamento de laços entre os países do chamado Sul Global. O segundo é a tentativa de recomposição da aliança ocidental, muito defendida pela administração Joe Biden (2021-2024).

Trataremos esses dois arranjos de maneira mais detalhada a seguir.

3.2.1. Arranjos do Sul Global

Uma das características marcantes do tabuleiro internacional que envolve o contexto de conflito na Ucrânia é a emergência de posturas revisionistas e “não-ocidentais”. Essa postura ambígua de muitas nações do chamado Sul Global,

¹⁵Sobre as perspectivas da economia russa em 2025, ver Zotalova (2025). Já em relação à análise das consequências econômicas para a Rússia no pós-Guerra da Ucrânia, ver De Vore; Mertens (2024), que elencam três cenários: a) caso haja uma desmobilização militar rápida, a recessão ocorrerá por conta de desemprego e desaceleração pelo enfraquecimento da economia de guerra; b) caso não haja a desmobilização militar, o setor civil será asfixiado e o crescimento será prejudicado; e c) novas guerras de conquista, em outras áreas, poderiam trazer os recursos necessários à economia.

priorizando interesses pragmáticos, de natureza econômica em um quadro de polaridades indefinidas, ficou mais evidente quando começaram os debates no âmbito da ONU sobre a responsabilidade da Rússia em relação ao conflito.

A primeira reunião no Conselho de Segurança da ONU para tratar da guerra ocorreu em 25 de fevereiro de 2022, um dia após o início da “operação militar especial” na Ucrânia. Diante da esperada falta de unanimidade dos seus membros permanentes, decidiu-se, dois dias depois, convocar uma sessão especial de emergência da Assembleia Geral para examinar a questão. Em 2 de março, a Assembleia Geral concluiu a sessão especial de emergência, votando por uma resolução que, dentre outros pontos, reafirmava a soberania da Ucrânia; deplorava a agressão russa, em violação com o Artigo 2º da Carta da ONU¹⁶, e exigia que a Rússia cessasse imediatamente o uso da força, retirasse todas as suas forças militares do território da Ucrânia e revertesse a decisão relacionada ao *status* de regiões autônomas conferidas a Donetsk e Luhansk¹⁷. Ao final foram 141 votos a favor, 5 contra e 35 abstenções.

Apesar da grande maioria ter votado a favor, é preciso considerar que 40 países não votaram assim, mesmo diante de questão flagrante de violação do artigo 2º da Carta das Nações Unidas, segundo a qual todos os países devem resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, evitando o uso da força contra a integridade territorial de qualquer Estado.

Quanto aos países que votaram contra a resolução, além da Rússia, não houve novidades, pois eram seus alinhados diretos: Belarus, Coreia do Norte, Eritreia e Síria. A novidade aparecia entre os 35 países que se abstiveram. Dentre eles, estavam: China, Índia, África do Sul, Irã, Paquistão, Argélia, Angola, Bolívia, entre outros.

Tais alinhamentos sugerem a possível formação de um bloco antiocidental, estruturado em torno de um eventual polo sino-russo. Como visto na primeira seção, observa-se aqui uma das características da reconfiguração do tabuleiro baseada no realinhamento de países emergentes que advogam por uma outra ordem mundial para além do modelo liberal liderado pelos Estados Unidos, vigente desde os anos 1990. O amálgama que parece unir os diversos componentes desse bloco estaria muito menos

¹⁶<https://www.un.org/en/about-us/un-charter/full-text>. Acesso em 26 jan. 2025.

¹⁷<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n22/271/32/pdf/n2227132.pdf>. Acesso em 26 jan. 2025.

relacionado a elementos de identidade e muito mais ao desejo revisionista compartilhado. Assim, ao se aproximarem de China e Rússia, mesmo com todas as diferenças internas, configurariam uma opção geopolítica ao que os russos têm denominado de “Ocidente Coletivo”¹⁸.

Nesse sentido, partindo da perspectiva de um mundo “multiplex”, conforme visto na primeira seção, Amitav Acharya considera que a expansão dos BRICS observada nos últimos anos pode ser simbólica e geopoliticamente impactante, “num momento em que o Conselho de Segurança da ONU se encontra num estado de paralisia” (Acharya *et al.*, 2023, p. 3259).

3.2.2. *Recomposição do Ocidente*

Se por um lado se observa a formação de arranjos geopolíticos “pós-ocidentais”, como visto acima, por outro lado é inegável que há sinais de revitalização da Aliança do Atlântico e a recomposição do “Ocidente”. Mas afinal, o que pode ser chamado de “Ocidente”?

De fato, há que se considerar que o sentido atual de Ocidente difere muito da conotação empregada no contexto da Guerra Fria. Golbery do Couto e Silva, por exemplo, nos anos 1950, defendia a ideia de que o sentido de Ocidente para o Brasil ia além de fatores geográficos: constitua um “ideal”, “propósito” ou “programa”, expressos pelas ideias de ciência, democracia e cristianismo (Couto e Silva, 1981).

Certamente, o sentido de Ocidente atualmente é muito diferente. Não só porque a natureza das ameaças mudou, mas porque as relações se tornaram mais complexas; “multiplex”. Tal situação resulta em perda de referências clássicas e, conseqüentemente, em realinhamentos estratégicos. A questão que se coloca para os países que durante a bipolaridade se mantiveram aliados aos EUA é saber o quanto aquele sentido de “Ocidente” ainda impacta em suas escolhas

¹⁸A expressão “Ocidente coletivo” passou a ser utilizada pelo governo russo, especialmente a partir de 2015, para se referir a uma ameaça existencial representada pelo conjunto de países que defendem ideias liberais “anglo-saxãs”, entendidas como hostis aos valores civilizacionais da Rússia. A expressão foi usada pela primeira vez pelo presidente Vladimir Putin em 21 de abril de 2021. (Cf. “Comai, Giorgio.” “*Who said it first? ‘The collective West’ in Russia’s nationalist media and official statements*”, 2023. Disponível em: <https://tadadit.xyz/posts/2023-03-who-says-it-first-nationalist-media-kremlin/#pervy-kanal>. Acesso em 26 jan. 2025.)

e preferências geopolíticas nacionais e constitui-se fator determinante para alinhamentos internacionais futuros.

Se entendermos o “Ocidente” enquanto o conjunto de países, liderados pelos EUA, tendo como base a ordem democrática-liberal, podemos observar que a guerra na Ucrânia tende a representar dois níveis de disputa: o primeiro nível, o regional, envolveria a disputa em pleno palco europeu entre dois modelos políticos: a autocracia, representada pela Rússia, e a democracia, representada pela Europa Ocidental e EUA. No segundo nível, o global, estaria sendo jogada a disputa hegemônica entre EUA e China, na qual Rússia e Ucrânia seriam apenas peças desse jogo (*proxy war?*).

Quanto à OTAN, não há dúvidas dos efeitos da guerra sobre a revitalização da Aliança, especialmente entre os países europeus. O fato é que a agressão russa contra a Ucrânia resultou na adesão da Suécia e da Finlândia à OTAN. Assim, um dos efeitos geopolíticos da guerra foi o fortalecimento dos laços da Europa Central – e a própria OTAN – com os países bálticos. Do ponto de vista geoestratégico, a adesão desses países à OTAN propicia uma vantagem estratégica ao permitir o controle absoluto da costa do mar Báltico, limitando a capacidade operacional da marinha russa. (Monteiro Moncada *et al.*, 2023).

No entanto, cabe ressaltar que, embora a agressão russa tenha sido o principal fator da adesão da Suécia à OTAN, o processo pode ter sido acelerado por conta de declarações do então candidato Trump, no sentido de não garantir que houvesse intervenção dos EUA caso algum país da aliança (que não estivesse dentro dos critérios mínimos de gastos e contribuições para a defesa, inclusive a aliança) fosse atacado pela Rússia (Sullivan, 2024). Logo, embora os EUA sejam os líderes da Aliança, tais declarações deixam à mostra que tal liderança é considerada com grau de incerteza e indefinição pelos demais integrantes. Portanto, deve-se pelo menos considerar a possibilidade de alterações na maior aliança militar, em termos de objetivos, integrantes etc.

4. Considerações finais

O que aprendemos com a Guerra da Ucrânia? Em termos teóricos, confirmou-se cada vez mais que as lentes tradicionais perderam efetividade quanto

à capacidade de analisar a estratégia e comportamento dos atores e a conjuntura internacional, sendo necessário a incorporação de abordagens adicionais, como a multiplex, de Acharya.

Aprendemos também que o minilateralismo ganha força, enquanto o multilateralismo, na prática, encontra obstáculos cada vez mais intransponíveis, pela dificuldade de se atingir o consenso quando os interesses dos principais atores raramente convergem. Outro aspecto que ganha relevância é a utilização cada vez mais indiscriminada do poderio militar das Grandes Potências (ou mesmo das Potências Médias mais assertivas), sem maiores pruridos em relação à Carta da ONU, relegando a diplomacia a um elemento acessório (importante, mas basicamente acessório no tocante a questões geoestratégicas)

Em relação à efetividade das sanções, reafirmou-se que em realidade elas têm um “efeito de balé”, quando Grandes Potências são envolvidas. Um leque de alternativas é cuidadosamente elaborado para enfraquecer, mas não pressionar demais o país-alvo em termos de uma reação mais violenta (até mesmo nuclear), confirmando a análise de Buzan quanto a uma nova “guerra fria”, com características diversas em relação ao período entre o final da II Guerra Mundial e o início da década de 90 do século XX.

Confirmou-se também a utilização da categoria “Sul Global”, no sentido de preservar interesses, numa postura de renegar alinhamentos automáticos, ao mesmo tempo que o chamado “Ocidente”, embora possa parecer monolítico em relação à ameaça russa, na prática terá que enfrentar diversos desafios de manutenção de unidade, tendo em vista o comportamento e autocentrado do líder do bloco, o qual deve optar, nos próximos anos, pela dominação (ênfase no *hard power*, eivado de caráter coercitivo) ao invés de primazia (ênfase no *soft power*, centrado no convencimento e utilização do reconhecimento da hegemonia necessária pelos demais).

Conforme pode ser observado, a Guerra da Ucrânia serviu de catalisador para diversos fenômenos que já vinham se manifestando, aprofundando suas influências. Mesmo ao eventual término do conflito, eles vieram para ficar e devemos lidar com sua presença. Para tanto, é imprescindível expandir nossas lentes analíticas, tanto em escala quanto em escopo.

Referências

ACHARYA, Amitav. After Liberal Hegemony: The Advent of a Multiplex World Order. *Ethics and International Affairs*. 31 (3), 2017. p. 271-285.

ACHARYA, Amitav. The Myth of the ‘CivilizationState: Rising Powers and the Cultural Challenge to World Order. *Ethics and International Affairs*. 34 (2), 2020. p. 139-56.

ACHARYA, Amitav; ESTEVADEORDAL, Antoni; GOODMAN, Louis W. Multipolar or multiplex? Interaction capacity, global cooperation and world order. *International Affairs*, v. 99, n. 6, 2023, p. 2339-2365. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article-pdf/99/6/2339/52996365/iad242.pdf>. Acesso em: 12 dez. 24.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

AZZI, Enio Moreira. Aproximações estratégicas no tabuleiro internacional: alianças militares, parcerias estratégicas, minilateralismo e seus alinhamentos estratégicos. *Análise Estratégica*, v. 27, n. 5, 2022. Disponível em: https://ceeex.eb.mil.br/images/publicacoes/pdf/2023/linha_pesquisa/CelAzzi/2_APROXIMACAO.pdf. Acesso em: 24 jan. 2025.

BUZAN, Barry. A new cold war? The case for a general concept. *International Politics*, v. 61, 2024, p. 239-257.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1981.

DE VORE, Marc; MERTENS, Armin. Russia’s war economy is hitting its limits. *Foreign Policy*, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2024/11/14/russia-war-putin-economy-weapons-production-labor-shortage-demographics/>. Acesso em: 2 jan. 2025.

HOFFMAN, Frank. *Conflict in the 21st century: the rise of hybrid wars*. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.

HUFBAUER, Gary Clyde; OEGG, Barbara. Economic sanctions for foreign policy purposes: a survey of the twentieth century. In: KERR, William Alexander; GAISFORD, James D. (org.). *Handbook of international trade policy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

MONTERO MONCADA, Luis Alexander; JIMÉNEZ-REINA, Jonnathan; ARDILA-CASTRO, Carlos Alberto. Efectos geopolíticos de la guerra de Ucrania. *Novum Jus*, v. 17, n. 1, 2023, p. 205-235. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/njus/v17n1/2500-8692-njus-17-01-205.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2025.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). Changing alliance structures. *IISS Research Paper*, 2021. Disponível em: <https://www.iiss.org/blogs/research-paper/2021/12/changing-alliance-structures>. Acesso em: 24 jan. 2025. KALDOR, Mary. *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity Press, 2012.

MEARSHEIMER, John G. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2014.

RESERVAS cambiais dos bancos russos caem para o nível mais baixo em 16 anos. *Moscow Times*, 04 fev. 2025. Disponível em: <https://www.moscowtimes.ru/2025/02/04/tsentrobank-prizval-pravitelstvo-ostanovit-rost-byudzhethnirashodov-a154214>. Acesso em: 07 fev. 2025.

SULLIVAN, Kate. Trump says he would encourage Russia to ‘do whatever the hell they want’ to any NATO country that doesn’t pay enough. *CNN*, 11 fev. 2024.

ZOLOTOVA, Ekaterina. Russia’s tense year ahead. *Geopolitical Futures*, 02 jan. 2025.

ZOLOTOVA, Ekaterina. The paradox of Russian gas sanctions. *Geopolitical Futures*, 26 jul. 2024.

“ESTRANGULAMENTO GEOPOLÍTICO”: PERCEPÇÕES RUSSAS PARA A GUERRA

Marcos Alexander Valle de Moura

Introdução

O alvorecer do dia 24 de fevereiro de 2022 trouxe de volta a névoa da guerra ao solo europeu. Nele, forças russas invadiram o território ucraniano, no que o Kremlin denominou *Operação Militar Especial*, e as reações mundiais eclodiram. Logo após os primeiros ataques, o Presidente Vladimir Putin realizou um discurso em rede nacional, deixando claro os motivos para ordenar a invasão: a não aceitação da entrada da Ucrânia na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); a desmilitarização ucraniana; a desnazificação de segmentos da sociedade ucraniana; e a proteção dos cidadãos russos que viviam naquele país (Putin, 2022).

Essa invasão gerou consequências que vão além das fronteiras da Rússia e da Ucrânia, implicando em redefinições nas alianças internacionais, na segurança regional e na estabilidade econômica mundial. De fato, o evento constitui um desafio à ordem liberal pós-Guerra Fria e sinais claros de uma nova ordem multipolar. A partir desse introito, o objetivo deste capítulo é analisar as motivações que levaram a Rússia a invadir a Ucrânia em fevereiro de 2022 e os impactos geopolíticos dessa ação para a segurança internacional, buscando compreender as transformações em curso e suas consequências para a ordem mundial.

Para além dos marcos teórico-conceituais utilizados e da bibliografia citada, o presente capítulo tem por base a experiência do autor, que atuou como Adido de Defesa brasileiro na Federação da Rússia durante o período de 2021 a 2023, reunindo conhecimentos *in loco* sobre o conflito por um ano e oito meses.

1. Contexto histórico e geopolítico do confronto na Ucrânia

A guerra na Ucrânia representa um dos conflitos mais significativos e complexos da geopolítica contemporânea. Para compreender suas motivações, faz-se necessário analisar a trajetória histórica dessa rivalidade que levou ao conflito, bem como as motivações e estratégias dos atores envolvidos.

1.1 Contexto histórico da rivalidade entre Rússia e Ucrânia

As diferenças entre Rússia e Ucrânia nos conduzem a períodos anteriores à dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), mas que se intensificaram após a independência ucraniana ocorrida em 1991. O colapso soviético trouxe novos desafios para Kiev, que buscava consolidar sua soberania e integrar-se ao Ocidente, especialmente após movimentos políticos como a Revolução Laranja¹ (2004) e o *Euromaidan*² (2014). Esses eventos mostraram a crescente polarização entre o alinhamento pró-ocidental defendido por parte da sua sociedade e os esforços russos para manter sua influência sobre os antigos territórios do espaço pós-soviético (Carmona, 2022).

Como consequência do *Euromaidan*, a Península da Crimeia foi anexada pela Rússia em março de 2014 e o Kremlin iniciou o apoio aos movimentos separatistas nas regiões de *Donetsk* e *Lughansk* (Região do *Donbass*). Tais fatos exacerbaram as tensões, tornando evidente os interesses e percepções geopolíticas do Kremlin em conter a expansão da OTAN e da União Europeia (UE) em sua esfera de influência (Carmona, 2022).

Cabe salientar que a Ucrânia representa para a Rússia mais do que um território em termos de segurança nacional. Ela se constitui num símbolo histórico-cultural circunstancial para a legitimação de sua política externa pan-eslavista. Pelo lado ucraniano, esses conflitos representam uma luta pela preservação de

¹Foi o levante da população ucraniana por ocasião da vitória de Viktor Yanukovych, pró-Rússia, nas eleições nacionais de 2004. O resultado foi contestado por uma denúncia de fraude eleitoral originada pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que inflamou o povo na Praça Maidan e anulou o referido pleito (Kuzio, 2005).

²Ao final de 2013 surgiram protestos contra o presidente Viktor Yanukovych e pró-UE, que tiveram concentração na Praça *Maidan* (Praça da Independência), em Kiev. A escalada dessas manifestações levou à derrubada de Yanukovych e à anexação da Crimeia pela Rússia (Kuzio, 2015).

sua independência política e econômica, bem como pela consolidação de suas aspirações democráticas e ocidentais (Carmona, 2022). Dessa forma, o embate entre os dois países reflete a disputa entre forças globais e regionais por poder e influência na Europa Oriental (Ferraro, 2022; Carmona, 2022).

1.2 A configuração geopolítica da região

A Ucrânia está encravada entre a Rússia e a UE, o que a torna um ponto estratégico central na geopolítica da região, ou seja, uma *buffer zone* (zona tampão), separando o Ocidente da Rússia. De acordo com Mackinder (1919), quem controla o leste da Europa, controla o *Heartland* e o destino mundial. Essa perspectiva clássica parece continuar a mover a política externa russa e do Ocidente. Porém, para Spykman, quem for capaz de cercá-la, dominaria o *Rimland* e decidiria o futuro da Eurásia, que parece ser a estratégia estadunidense para a expansão da OTAN (Mello, 1999).

Nesse cenário conflitivo, é importante compreender a Ucrânia como *buffer zone* dentro do tabuleiro geopolítico envolvido. Em síntese, o território ucraniano é um ponto focal de tensão geopolítica, simbolizando a luta entre forças ocidentais e russas por controle e influência na região, evidenciando sua complexidade e sua importância estratégica para a manutenção do equilíbrio de poder mundial.

Assim, do ponto de vista russo, o território ucraniano possui significado estratégico relevante para a sua segurança nacional. A adesão da Ucrânia constituiria uma grande ameaça para a Rússia, na medida em que faria parte de uma espécie de “estrangulamento geopolítico premeditado pelo Ocidente”.

1.3 O discurso de Putin na Conferência de Segurança de Munique (2007)

Em 10 de fevereiro de 2007, o presidente Putin realizou, durante a Conferência de Segurança de Munique, um discurso marcante que expôs a sua percepção a respeito daquilo que ele considera compor as manobras geopolíticas ocidentais.

Claramente, Putin revelou que a percepção de segurança nacional russa é norteada pelo seu passado histórico, considerando as diversas invasões territoriais sofridas advindas tanto do leste quanto do oeste. Nas últimas décadas, essa

sensação de insegurança política e econômica é especialmente proveniente da expansão da OTAN. Dessa forma, o Kremlin encara o referido movimento como um estrangulamento geopolítico premeditado pelo Ocidente (Putin, 2007).

Conforme afirmou Putin (2007), Moscou tinha uma melhor percepção de segurança durante a Guerra Fria, pois havia uma espécie de respeito tácito entre as duas superpotências. Porém, após a vitória do Ocidente sobre a URSS, a OTAN vem progressivamente expandido sua área de influência, admitindo Estados que faziam parte da esfera de influência soviética.³

Ademais, esse movimento é visto pela Rússia não apenas como uma ameaça direta à sua existência, mas também como um desrespeito às promessas tácitas que foram feitas nas tratativas da reunificação alemã, quando líderes ocidentais teriam sinalizado que não haveria expansão da OTAN para o leste (Putin, 2007).

Nesse diapasão, a percepção de ameaça russa é potencializada por uma série de eventos ocorridos próximos a suas fronteiras, ou contra Estados aliados. Portanto, as Revoluções Coloridas e a Primavera Árabe são encaradas como interferências externas do Ocidente nos assuntos internos de países da região, depondo governos e promovendo um alinhamento aos seus interesses. A partir daí a anexação da Crimeia (2014) e a subsequente invasão na Ucrânia (2022) são compreendidas como respostas russas a essa expansão da influência ocidental em sua vizinhança imediata.

Além da expansão da OTAN, o governo russo demonstra insatisfação com o que ele considera um uso descontrolado da força militar para a resolução de questões internacionais por parte dos EUA. O Kremlin considera que essas ações, por vezes unilaterais, servem apenas para a imposição de políticas econômicas, culturais e educacionais ocidentais a outros países. Tais movimentos, que nem sempre têm a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), acabam por estimular uma corrida armamentista que tende a aumentar a ocorrência de conflitos. Para se contrapor a isso, Putin (2007) defendeu o equilíbrio de interesses para estimular a multipolaridade, e o uso do estamento militar somente com a aprovação do CSNU.

³Observou-se claramente, durante palestras ocorridas no Ministério da Defesa russo, que o Kremlin associa esse movimento da Aliança Atlântica às interferências em países da antiga Cortina de Ferro, que geraram a derrubada de governos locais pró-Rússia.

Contudo, o desentendimento entre o Ocidente e a Rússia se mostra sobre várias faces, porém o alargamento das fronteiras da OTAN acaba sendo o foco das tensões. Moscou encara esse estrangulamento geopolítico como a grande ameaça à existência do Estado russo, bem como da violação dos acordos passados. Além disso, na percepção russa, essa busca desenfreada por hegemonia, sem levar em consideração os outros países, gera instabilidade e uma baixa probabilidade de construção de um sistema internacional mais justo e equilibrado.

1.4 Motivadores geopolíticos para a invasão

O presidente Putin anunciou que determinou a invasão da Ucrânia pela necessária proteção do Estado russo e dos seus cidadãos que residiam em território ucraniano. Ele argumentou ainda que o governo ucraniano estava sendo manipulado por forças ocidentais “inimigas da Rússia” e que a incursão seria uma resposta preventiva para evitar uma ameaça à existência do regime russo (Putin, 2022).

Refletindo sobre essas afirmações de Putin, pode-se depreender que as motivações para o conflito foram marcadas por diferentes vieses. Ao mesmo tempo em que Moscou busca reafirmar sua influência no espaço pós-soviético, também tenta impedir a expansão das alianças ocidentais para próximo de suas fronteiras (Ferraro, 2022). Além disso, a Rússia visa resguardar seus interesses econômicos e militares na região, incluindo sua saída para mares quentes, representada pelo Mar Negro, bem como a manutenção de bases militares estratégicas na Crimeia.

Por seu turno, a resistência ucraniana reafirma sua busca por autodeterminação e integração com a UE e com a OTAN, de forma a fortalecer sua democracia e economia. Entretanto, essas ambições são vistas como uma ameaça existencial pelo Kremlin, que teme a perda de influência sobre um país historicamente alinhado (Ferraro, 2022).

A análise geopolítica do conflito revela que as motivações dos atores envolvidos vão além das questões imediatas de segurança e soberania. Elas envolvem também estratégias de longo prazo para a manutenção e/ou expansão de poder, sobretudo, em suas esferas de influência (Segrillo, 2023).

Contudo, o estudo progressivo desse evento é essencial para o entendimento das suas causas e consequências. Esta seção tentou obter esse entendimento, destacando a importância da posição geográfica da Ucrânia, as pretensões estratégicas dos atores envolvidos e as implicações do confronto. Assim sendo, após aprofundar-se nesses aspectos, é possível obter uma visão mais clara das implicações desse conflito para a ordem mundial.

2. Implicações geopolíticas oriundas do conflito

A guerra na Ucrânia causou instabilidade no Ocidente e tende a desencadear uma reconfiguração das alianças internacionais. As tensões geopolíticas geradas por ela obrigaram os Estados a replanejar suas estratégias de segurança, resultando em um fortalecimento das coalizões existentes e na formação de novas parcerias. Dessa forma, esta seção se propõe a analisar como essa ação militar alterou as dinâmicas da política internacional e pode redesenhar o mapa geopolítico contemporâneo.

2.1 A reação da OTAN e da UE

A guerra na Ucrânia impactou diretamente a OTAN e a União Europeia. Desde o dia 24 de fevereiro de 2022, verificou-se um reforço no planejamento estratégico das capacidades militares dos membros da Aliança Atlântica, sobretudo, os países da Europa Oriental, que se consideram os próximos alvos russos. As últimas expansões da OTAN, incluindo Finlândia e Suécia, são exemplos notáveis desta resposta estratégica, refletindo uma nova disposição dos países nórdicos para se alinharem com Bruxelas (Carmona, 2022). Tais movimentos, em conjunto com exercícios militares combinados e uma maior presença de tropas, visam dissuadir futuras agressões russas nas fronteiras orientais do bloco.

Paralelamente, a zona do euro impôs sanções econômicas sem precedentes contra a Rússia. Tais medidas punitivas visam isolar economicamente Moscou e exercer pressão para pôr fim ao conflito na Ucrânia. Nesse ponto, uma resposta coordenada da UE demonstraria a solidariedade entre seus Estados-membros sobre essa crise. No entanto, não parece haver unanimidade dentro do bloco quanto à aplicação dessa punição. Países como a Hungria e a Eslováquia apresentam

reservas, argumentando que tais ações podem prejudicar suas economias e que uma solução diplomática seria mais adequada (Ferraro, 2022).

Nesse contexto é necessário enfatizar que o ingresso de Finlândia e Suécia na OTAN marcou uma guinada na política externa desses países, que mantinham uma posição de neutralidade histórica com relação à Rússia. Esse movimento foi uma resposta direta ao aumento das ameaças percebidas na região e à necessidade de garantir uma proteção coletiva mais robusta. A inclusão desses países fortaleceu significativamente a Aliança Atlântica em termos de capacidade militar e de uma estratégia de contenção mais abrangente contra a agressão russa. Dessa forma, essas mudanças indicam uma nova era de realinhamentos geopolíticos, onde a segurança coletiva e a cooperação internacional são fundamentais para enfrentar ameaças comuns (Carmona, 2022).

Todavia, a guerra na Ucrânia parece ter incentivado uma reconfiguração significativa das alianças internacionais, com a OTAN e a UE assumindo papéis mais assertivos no SI. A entrada da Finlândia e da Suécia na Aliança Atlântica, em conjunto com as sanções econômicas da UE reforçam a defesa contra a Rússia e sinalizam um compromisso renovado com a segurança e a estabilidade na Europa.

2.2 A aliança China-Rússia

O conflito russo-ucraniano parece estar servindo de catalisador para a mudança no ordenamento entre Estados e para o fortalecimento de parcerias estratégicas como a existente entre Moscou e Pequim. De uma forma geral, os dois países são críticos e céticos em relação à ordem mundial liberal estabelecida após o final da Guerra Fria liderada pelos EUA e seus aliados ocidentais. Parece notório para os dois governos que essa imposição hegemônica, que ignora suas aspirações estratégicas, não faz jus ao atual arranjo do SI. Esse alinhamento de visões levou China e Rússia a estreitarem suas relações econômicas e militares, desafiando diretamente a liderança ocidental (Konstantinovsky; Carlough, 2024).

Do ponto de vista econômico, Moscou aumentou significativamente suas exportações de gás natural e petróleo para Pequim, visando compensar suas perdas no mercado europeu ocasionadas pelas sanções impostas pelos EUA e seus aliados. Além disso, no âmbito militar, exercícios combinados e a cooperação

tecnológica de defesa têm sido ampliados, marcando um aprofundamento dos laços entre os dois países. Tal colaboração inclui desde manobras militares combinadas no Mar do Sul da China até o compartilhamento de tecnologias avançadas de armamentos. Esses esforços coordenados aumentam a capacidade defensiva de ambos os países e enviam uma mensagem clara de dissuasão ao Ocidente (Konstantinovsky; Carlough, 2024).

Assim, adotando uma parceria estratégica com a China, a Rússia sugere a construção de um bloco geopolítico alternativo, constituindo um contrapeso crucial à influência do Ocidente na ordem global.

Essa parceria estratégica pode ser evidenciada pelo alinhamento de posições em fóruns internacionais, como na Organização das Nações Unidas (ONU), visando bloquear resoluções contrárias a seus interesses. Essa colaboração demonstra um esforço conjunto para remodelar a ordem mundial de acordo com seus valores (Konstantinovsky; Carlough, 2024).

Portanto, o conflito na Ucrânia potencializou a aliança entre China e Rússia e acelerou a formação de um bloco alternativo que desafia a hegemonia estadunidense. Esse alinhamento estratégico, econômico e militar entre Moscou e Pequim representa uma proposta de mudança significativa no equilíbrio de poder mundial, com implicações profundas para o xadrez geopolítico internacional.

2.3 A posição dos países não alinhados

A guerra na Ucrânia tem exercido grande influência sobre os países que não estão fielmente alinhados nem com aquilo que a Rússia define como sendo o “Ocidente coletivo”⁴, nem com o eixo China-Rússia. Estados da África, Ásia e América Latina têm adotado uma postura de neutralidade estratégica, equilibrando suas relações entre as parcerias ocidentais e sino-russas. Essa balança de poder, dotada de um equilíbrio frágil, representa uma tentativa de evitar o impacto negativo de sanções internacionais, bem como uma estratégia para manter relações comerciais benéficas com ambas as esferas de influência.

⁴A expressão “Ocidente Coletivo” é comumente utilizada por autoridades russas em seus discursos políticos, principalmente pelo presidente Vladimir Putin, para se referir à coalisão de países composta pelos EUA, Canadá, membros da UE e outros aliados ocidentais, os quais têm se posicionado contra a Rússia no contexto da invasão russa na Ucrânia.

Alguns países africanos dependem de exportações de *commodities* para ambos os blocos, portanto qualquer medida que interrompa esse mercado pode ter consequências econômicas devastadoras. Nesse contexto, cabe realçar que a China é a principal parceira comercial para muitos deles, oferecendo investimentos em infraestrutura e desenvolvimento em troca de recursos naturais. Por outro lado, o mercado ocidental também oferece boas oportunidades e são importantes fornecedores de tecnologia.

Um grande exemplo desse alinhamento múltiplo é a Índia, que tem seguido uma política externa de equilíbrio. Pode-se pontuar seu robusto relacionamento nos campos comercial e de defesa tanto com a Rússia quanto com o Ocidente. Na América Latina, o Brasil adota uma política externa pragmática, buscando fortalecer os laços comerciais com a China, que é sua principal parceira, e manter, ao mesmo tempo, boas relações diplomáticas e comerciais com os EUA e UE. Segundo Carmona (2022), tal abordagem ajuda a manter a estabilidade econômica e o desenvolvimento sustentável da região.

Porém, o xadrez geopolítico impõe pressões para que esses países tomem partido na disputa de poder mundial, forçando-os a realinhar suas alianças estratégicas para garantir seus interesses nacionais, podendo resultar em mudanças em suas políticas externas (Waltz, 1979).

2.4 Implicações para a segurança internacional

As alterações nas configurações das parcerias internacionais resultam em implicações diretas para a segurança dos Estados. Os países do Leste europeu têm aumentado seus orçamentos de defesa e a busca de maior cooperação com a OTAN. Na Ásia, a parceria entre China e Rússia provoca preocupações e o Japão pode rever sua estratégia de segurança, em resposta a esta nova ameaça. No Oriente Médio, os países monitoram o impacto da cooperação militar entre grandes potências, principalmente entre Moscou e Teerã, em seu contexto regional.

Nesse contexto, o Irã adotou uma posição de aproximação estratégica com a Rússia, principalmente na área de defesa. Ademais, os dois governos têm tentado criar alternativas em mercados não capitaneados pelos EUA e seus aliados para

driblar as sanções ocidentais. Nesse mesmo caminho, a Coreia do Norte passou a usar a guerra na Ucrânia para reforçar seus laços com o Kremlin, buscando apoio político e econômico contra o isolamento imposto pelo Ocidente. Nesse sentido, o pacto entre Pyongyang e Moscou é baseado na resistência às pressões ocidentais e na cooperação em áreas militares e tecnológicas.

Outro bloco que busca alternativas às alianças ocidentais, sobretudo ao G7, é o BRICS. Seus membros vêm desempenhando um papel peculiar nesse novo xadrez geopolítico, visando a manutenção da viabilidade de suas economias.

Além das alianças anteriores, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados (OPEP+) possui papel principal na regulação do mercado energético mundial. Ela também tem realizado gestões no sentido de driblar as consequências do conflito na Ucrânia, garantindo as cotações do barril de petróleo dentro dos seus interesses comerciais.

3. Cenários futuros para a ordem mundial

A invasão russa parece ter sido o ponto de inflexão na transição global para uma ordem multipolar expressa por aspectos como a consolidação da aliança sino-russa, o fortalecimento do BRICS e a reconfiguração das alianças estratégicas, que são marcas da fragmentação e competição dentro do SI. A instabilidade geopolítica provocada pela competição estratégica entre grandes potências tende a resultar em novos conflitos, não necessariamente armados. As consequências dessa anarquia também se estendem às estruturas econômicas globais. A necessidade de diversificar as fontes de energia e a reestruturação das cadeias de suprimentos podem levar a uma nova configuração econômica, onde os Estados devem conferir maior ênfase na autossuficiência e na resiliência (Carmona, 2022).

4. Considerações finais

Buscou-se no presente capítulo discutir as motivações russas para a invasão da Ucrânia em fevereiro de 2022 e suas implicações para a segurança

internacional, a partir de percepções coletadas pelo autor enquanto Adido de Defesa brasileiro naquele país.

Constatamos que as motivações russas para o conflito têm origem na ideia de que o Ocidente vem promovendo uma espécie de “estrangulamento geopolítico premeditado” no qual a Ucrânia constitui peça fundamental.

Verifica-se que o conflito russo-ucraniano vem desempenhando um papel decisivo na conjuntura geopolítica, atingindo repercussões importantes nas múltiplas esferas de poder. Como consequência, observa-se a reconfiguração das alianças estratégicas, destacando-se o fortalecimento das relações entre China e Rússia, bem como entre os países-membros da OTAN e da UE. Adicionalmente, observa-se o posicionamento neutro de países não alinhados, os quais procuraram equilibrar suas relações entre o Ocidente e o eixo sino-russo.

Observa-se, por fim, que o processo de transição para uma ordem mundial multipolar passa pelo fortalecimento da aliança China-Rússia e do BRICS, sugerindo um cenário de fragmentação e competição estratégica no SI.

Contudo, é necessário reconhecer que o conflito russo-ucraniano não parece ser um evento isolado, e sim um divisor de águas na geopolítica contemporânea. Nesse sentido, o mundo pode estar testemunhando uma reconfiguração de poderes e alianças, que tende a impactar as relações internacionais por décadas, testando a resiliência dos Estados Nacionais, por um lado, e dos mecanismos de cooperação internacional e de segurança coletiva, de outro.

Referências

BORDALLO, Emanuelle. Oportunidade para o Brasil na nova ordem multipolar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/g20-no-brasil/noticia/2024/11/29/oportunidade-para-o-brasil-na-nova-ordem-multipolar.ghtml>. Acesso em: 19 dez. 2024.

CARMONA, Ronaldo. A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica. *CEBRI Revista*, n. 3, jul-set 2022. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article-pdf/99/6/2339/52996365/iia242.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2024

FERRARO, Vicente. A guerra na Ucrânia: uma análise do conflito e seus impactos nas sociedades russa e ucraniana. *Conjuntura Austral*, [S. l.], v. 13, n. 64, p. 25–50, 2022.

KONSTANTINOVSKY, Anya; CARLOUGH, Molly. China-Russia Relations: September 2024. *Council on Foreign Relations*. Disponível em: <https://www.cfr.org/article/china-russia-relations-september-2024>. Acesso em: 19 dez. 2024.

KUZIO, Taras. Ukraine's Orange Revolution: The Opposition's Road to Success. *Demokratizatsiya*, Washington, DC: Johns Hopkins University Press, v. 16, n. 2, p. 117-130, 2005.

KUZIO, Taras. *Ukraine: Democratization, Corruption and the New Russian Imperialism*. Santa Barbara, CA: Praeger, 2015.

MELLO, Leonel Itaussu. *Quem tem medo de Geopolítica?*. Edusp e Hucitec: São Paulo, SP, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU alerta para aumento da insegurança alimentar em 2025. *ONU News*, Nova Iorque, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/01/1843481>. Acesso em: 10 jan. 2025.

PUTIN, Vladimir. Discurso em Munique. 10 fev. 2007. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>. Acesso em: 19 dez. 2024.

PUTIN, Vladimir. Discurso sobre a invasão da Ucrânia. 24 fev. 2022. Disponível em: <https://www.kremlin.ru/events/president/news/67843>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SEGRILLO, Angelo. A guerra da Ucrânia: repercussões historiográficas no contexto da questão nacional. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 43, n. 44, p. 305-326, 2023.

WALTZ, K. *Theory of International Politics*. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1979.

III - Estratégia

A GUERRA NA UCRÂNIA E O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA RÚSSIA NA BUSCA POR *STATUS* DE POTÊNCIA

Daniela Vieira Secches

Introdução

A escalada das tensões entre Rússia e Ucrânia culminou com a invasão russa ao território do país vizinho em 24 de fevereiro de 2022. Sem dúvida, essa data fica marcada na história como referência de um conflito que influencia profundamente a política internacional, considerando o impacto sobre as vidas humanas dos habitantes da região, o envolvimento de potências nucleares, os desequilíbrios causados pelas sanções internacionais sobre a ordem econômica e financeira internacional e os reflexos da disputa sobre as alianças e a arquitetura internacional de segurança. Contudo, apesar de sua incontestável relevância, a adequada compreensão dessa disputa e de seus possíveis desdobramentos demanda considerar a escalada das tensões em um contexto sócio-histórico mais amplo no que diz respeito ao lugar ocupado pela Rússia na ordem internacional do pós-Guerra Fria e como a política externa estruturada pelo país nesse contexto o leva a assumir condições que possibilitaram o embate direto em 2022.

Com isso em vista, o presente capítulo propõe investigar os elementos da cultura estratégica russa que possibilitaram a invasão ao território ucraniano em fevereiro de 2022 na perspectiva da política externa russa. Se, por um lado, é possível assumir que essas razões remontam à história secular das relações entre as entidades políticas que precederam Rússia e Ucrânia na região, o ano de 2022 marca também a consolidação da percepção entre as elites políticas russas sobre a inevitabilidade da escalada das tensões para sustentar aquele que tem sido o interesse central da inserção externa russa ao menos desde as reformas petrinhas¹

¹Pedro, o Grande, governou a Rússia entre 1682 e 1725. Nesse período, promoveu-se uma série de mudanças com vistas a aproximar a Rússia do modelo de estatalidade praticado na Europa Ocidental, como a reforma do exército e fortalecimento do poderio militar russo, a centralização do poder no governante, os estímulos à industrialização e à modernização, e o estabelecimento de uma nova capital, São Petersburgo, construída em moldes ocidentais. Sobre o período petrino, ver Massie, Robert K. **Pedro, o Grande: sua vida e seu mundo**. Barueri: Amarelly, 2014.

– ser reconhecida e atuar como uma grande potência na política internacional. Partindo dessa premissa, identificam-se três elementos da cultura estratégica russa, cujos desdobramentos sócio-históricos abriam caminho para o acirramento das hostilidades entre Rússia e Ucrânia a partir de uma leitura sócio-histórica sobre a política externa russa, são elas: (1) a relação entre Rússia e seu território como um projeto simbólico e material de construção de sua estatalidade;² (2) a relação entre a Rússia e o Ocidente; (3) e o contexto político doméstico e externo para a manutenção do *status* de grande potência pela Rússia como seu interesse central de inserção externa.

Com o objetivo de explorar cada um desses elementos da cultura estratégica russa no contexto da escalada das tensões entre Rússia e Ucrânia, o capítulo se organiza em três seções. Inicialmente, apresenta-se o território como elemento material e simbólico central para a construção da estatalidade russa. Em seguida, as relações entre Rússia e ocidente são pensadas como parte da cultura estratégica do país. Por fim, a busca pelo *status* de grande potência é apresentada como eixo ordenador da política externa russa.

1. O território como elemento central na construção da estatalidade russa

O território apresenta-se como um elemento importante na escalada das tensões entre Rússia e Ucrânia em, ao menos, três sentidos. Primeiramente, é notória a relevância estratégica do leste ucraniano para a inserção externa russa, sendo esse um espaço privilegiado de acesso ao Mar Negro. Em segundo lugar, essa relevância estratégica se soma a uma representação simbólica significativa – a estatalidade russa foi historicamente construída a partir da relação entre uma nação profundamente diversa e uma única ideia de território a ser protegido a despeito dessa diversidade. Por fim, a diáspora russa, profundamente incentivada durante os anos da Guerra Fria pela administração da União Soviética, fez do

² Estatalidade diz respeito à organização material e simbólica da institucionalização das funções de um Estado para o exercício de sua autoridade. O Estado Moderno, padrão contemporâneo de estatalidade, pressupõe que essa institucionalização aconteça em torno dos limites territoriais do Estado, de seu povo, e do exercício de seu poder soberano. Sobre o conceito de estatalidade, ver Schuett, Robert; Stirk, Peter. **The Concept of State in International Relations: philosophy, sovereignty and cosmopolitanism**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2015.

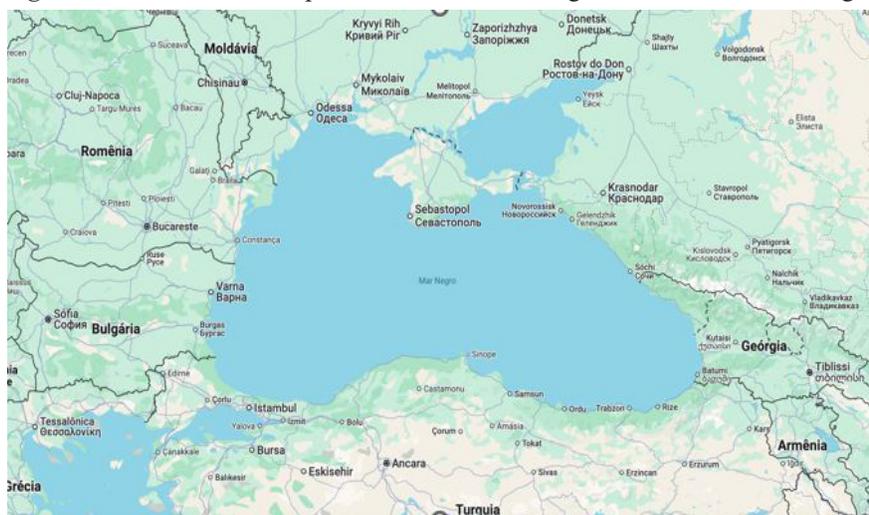
território leste ucraniano morada de russos étnicos ou de ucranianos com fortes laços familiares com essa população, o que reforça o sentido de pertença e de ligação entre esse espaço e a estatalidade russa.

A península da Crimeia ilustra bem a situação acima. Seu território foi objeto de constante disputa tribal e ocupações diversas até meados do século XVIII (Hosking, 2011). Em 1783, Catarina, a Grande, anexa a península ao território do Império Russo, ao qual ele permanece ligado até 1954, quando é transferido para a Ucrânia, então uma das quinze repúblicas soviéticas. Apesar de ligado ao território russo por quase duzentos anos ininterruptos, o caráter estratégico da região para permitir acesso e controle do Mar Negro seguiu fazendo dela objeto de constante disputa. São exemplos a Guerra da Crimeia (1853-1856), e sua ocupação nazista por quase quatro anos da Segunda Guerra Mundial (Figes, 2012; Medvedev, 1995). Entre 1954 e 2014, Ucrânia e Rússia mantinham acordos de cooperação que permitiam acesso diferenciado dos russos ao território da península, especialmente em relação ao Porto de Sebastopol (Kent, 2024).

Historicamente, o Porto de Sebastopol (Figura 1) é de relevância estratégica ímpar para o Estado russo, pois lhe permite acesso ao Mar Negro (Medvedev, 1995). Suas águas são centrais para a política internacional por representar um espaço de conexão importante entre Ocidente e Oriente. No caso russo, ele se torna ainda mais significativo, pois o Porto de Sebastopol é o único que permite aos russos acesso a um mar que é navegável durante todo o ano, considerando as condições adversas que se impõem ao restante de seu litoral em grande parte do tempo (Kollakowski, 2023). Por conseguinte, a capacidade de acesso direto e de controle das atividades do Porto de Sebastopol firmou-se como uma questão vital para os russos desde a transferência da Crimeia para a Ucrânia, tanto pelo seu uso para rotas de comércio internacional quanto pela presença de força marítima russa nessa região.³

³Cabe notar que existem argumentos defendendo não haver um registro histórico claro até a década de 2010 sobre a relevância atribuída ao Porto de Sebastopol em discursos oficiais russos, o que fundamentaria a hipótese de que o desejo pelo acesso a um mar quente apresentar-se-ia mais como um mito geopolítico construído pelo Ocidente. A respeito, ver Green, William. *The Historic Russian Drive for a Warm Water Port: Anatomy of a Geopolitical Myth*. *Naval War College Review*, 1993, vol. 46, n. 2, pp. 80-102.

Figura 1 – Porto de Sebastopol e a relevância estratégica do acesso ao Mar Negro.



Fonte: Google Maps (Sebastopol), 2025.

O Mar Negro apresenta-se, historicamente, como importante rota de comércio marítimo global. Estima-se que cerca de 150 milhões de toneladas de mercadorias circulavam na região anualmente antes do conflito, em especial no que diz respeito a produtos relacionados à petróleo e derivados, ao gás natural e ao agronegócio (PWC, 2020). Ainda considerando sua relevância estratégica, as forças navais da Rússia, da Ucrânia, da Turquia, da Romênia e da Bulgária estão presentes na região, que ainda é palco de exercícios militares conjuntos de forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Craciun, 2022).

A relevância do território da Crimeia e do leste ucraniano sintetiza o lugar diferenciado que a relação com o território ocupa na representação sócio-histórica do Estado russo. A construção da estatalidade do que hoje é conhecido como Rússia tem início no século IX, em torno da região de Novgorod.¹ A consolidação de uma única entidade política para gerir os povos da região deriva da sensação de constante insegurança sobre a posse do território diante das investidas dos povos vikings da Escandinávia. Priorizando a preocupação sobre a permanência em sua terra natal, os eslavos de Novgorod convidam Rurik, o Rus, de origem

¹A história da dinastia dos ruriquídeos está originalmente descrita nas Crônicas Nestorianas compiladas no início do século XI. Para os textos originais e comentários sobre os manuscritos, ver Cross, Samuel; Sherbowitz-Wetzor, Olgerd (Eds.). *The Russian primary chronicle*. Cambridge: The Medieval Academy of America, 1953.

varegue, para governá-los e, assim, criar um diferencial de poder que fosse capaz de constringer invasões de outros povos no futuro (Hosking, 2011). Esse exemplo ilustra de forma significativa a profunda conexão entre território e Estado na Rússia, pois denota como a entidade política se constrói não a partir de vínculos étnicos ou protonacionais completos, mas com base na necessidade de proteção da integridade territorial por meio de um poder forte e centralizado (Clowe, 2011). Esse traço ainda é reforçado pelo legado das práticas políticas do jugo mongol e sua influência sobre os príncipes russos, e ainda mais acentuado nos períodos do absolutismo europeu e do centralismo soviético (Tsygankov, 2014).

Observa-se, então, que, ao longo de sua história, o resguardo da integridade territorial é um componente central do imaginário nacional russo (Tsygankov, 2014; Clowe, 2011). Além das pressões vikings, abundam exemplos históricos de pressões invasoras contra as terras consideradas pela população russa como parte de sua ideia de mãe Rus – as invasões mongóis, acima mencionadas; as investidas do Reino da Polônia-Lituânia; as investidas do Reino da Suécia, já na Idade Moderna; as campanhas napoleônicas; e as tentativas de ocupação do exército nazista na Segunda Guerra Mundial (Hosking, 2011). É nesse contexto que o leste ucraniano e a península da Crimeia também assumem relevância simbólica, e não apenas estratégica, na política externa russa (Laba, 2007). A noção de triunidade entre os povos russo, ucraniano e bielorrusso é um argumento importante dentro da corrente civilizacionista, que parece a cada dia consolidar sua presença dentre as elites decisoras no Kremlin (Tsygankov, 2024). Ademais, essa noção de unidade simbólica entre Estado, povo e território é um importante elemento retórico para justificar domesticamente o esforço de guerra para conquista desses espaços e do acesso facilitado ao Mar Negro.

Atualmente, a Rússia é o Estado de território mais extenso no mundo, ocupando cerca de um décimo do território global. T tamanha dimensão abriga um conjunto bastante diverso de etnias, idiomas e religiões, o que gera um desafio para a construção de uma noção unificada de estatalidade (Clowe, 2011). O território socio-historicamente colocado desponta, então, como importante referencial de unidade. No caso do leste ucraniano, ele se soma à considerável presença de russos étnicos ou de ucranianos com laços familiares russos (Laba, 2007). A iniciativa de anexação da Crimeia e, agora, do leste ucraniano torna-se, assim,

um projeto que envolve não apenas a tomada de um território materialmente importante para a Rússia ou historicamente ligado à ideia de unidade territorial, mas em uma empreitada de proteção de compatriotas.

Todas as circunstâncias acima mencionadas sobre a relação entre o território e a escalada das tensões são elementos historicamente postos, mas que ganharam novos contornos no novo milênio. A proposta de aproximação entre Ucrânia e Ocidente que ganha força em 2014 e a rediscussão sobre os acordos de uso do Porto de Sebastopol nesse período provocaram a intensificação das dicotomias entre os atores políticos ucranianos e russos (Makio; Fuccille, 2023).² Antevendo dificuldades acentuadas para acessar a Crimeia caso se materializasse o acordo de livre comércio entre Ucrânia e União Europeia, o Kremlin opta por uma escalada das tensões já em 2014, com a anexação da Crimeia, que, em seguida, ampliou-se como projeto de consolidação da presença russa em todo o leste ucraniano para acesso facilitado à península. Ademais, também é importante olhar aqui para o território ucraniano, que é gerido como um Estado unitário – ou seja, os governos locais são indicados pelo governo central, e, não diretamente eleitos (Pleines, 2016; Jones, 1993). Nesse cenário de aproximação entre Kiev e Bruxelas, os russos também passaram a temer a continuada indicação de políticos com plataforma anti-Rússia para a região do leste ucraniano, novamente criando mais entraves para a presença russa na região e para a população de russos étnicos que lá habitam.

Essas controvérsias sobre o território em disputa relacionam-se intimamente com as interações entre Rússia e Ocidente.

2. Relações entre Rússia e Ocidente

Para além da relação profunda e intrincada com o território, a construção da estatalidade russa fundou-se fortemente na relação de alteridade com uma

²Os Acordos de Kharkiv, firmados em 2010 entre Rússia e Ucrânia, previam a continuidade do uso do Porto de Sebastopol pela Rússia para depois de 2017, data prevista no acordo então em vigor, passando a ser estendida até 2042. Contudo, a aprovação desses acordos foi objeto de uma série de conflitos entre Rússia e Ucrânia, tanto nos anos anteriores a sua celebração, quanto após 2010 e a aproximação ucraniana da União Europeia. Para mais informações sobre os Acordos de Kharkiv, ver Radkovska, Leda. *Política Energética Internacional da União Europeia e da Ucrânia*. São Paulo: Editora Nosso Conhecimento, 2021.

ideia de Ocidente. Isso se deu especialmente na Modernidade, ao lado do amadurecimento de um projeto de inserção como potência internacional. Considerando a hegemonia ocidental sobre a sociedade internacional, o estabelecimento de uma relação de membresia para com essa sociedade torna-se elemento inerente de um projeto de potência, que necessariamente deve buscar o reconhecimento dos pares do *status* diferenciado de um ator dentro do arranjo social da política internacional (Astrov, 2015). Nesse sentido, possibilidades e tensões abriram-se nesse processo de membresia e diferenciação da Rússia na sociedade internacional de matriz europeia, que se expande como sociedade internacional global no século XX e ainda hoje largamente influencia o *status* dos Estados na política internacional (Buzan; Little, 2014).

A Rússia consolida sua estatalidade entre os séculos IX e XVIII a partir de tensões de alteridade estabelecidas tanto com o Ocidente quanto com o Oriente (Hopf, 2008). A consolidação da sociedade internacional de matriz europeia não inclui a Rússia como membro pleno considerando traços diferenciais que eram fundamentais para essa sociedade, como a religião e o próprio estabelecimento de uma estatalidade voltada para uma dinâmica específica de sociedade de corte e um conjunto de práticas institucionais fundadas nessa interação sócio-histórica entre o princípio dinástico e o legado cristão (Zarakol, 2011; Hopf, 2008; Gong, 1984). Com as reformas petrinhas, a Rússia busca mimetizar as práticas europeias com vistas a integrar essa sociedade e nela obter um *status* diferenciado como grande potência. Esse *status* fundamenta-se em sua relação com a Cristandade, em sua extensão territorial e na consolidação de suas Forças Armadas, além do seu papel decisivo em momentos históricos relevantes para a manutenção da sociedade europeia, como as guerras napoleônicas (Astrov, 2011; Neumann, 2011).

Apesar de a dinâmica de alteridade da estatalidade russa alicerçar-se, em grande medida, no mundo Ocidental no que diz respeito à consolidação de seu projeto de poder, grande parte de seu território, elemento central para a identidade russa, localiza-se no Extremo Oriente (Neumann, 2011). O longo período de jugo mongol condicionou uma série de práticas de estatalidade na Rússia.

Entre 1240 e 1507, o sistema suserano controlado pelo Canato de Kipchack, baseado na cidade de Sarai, deixa como legado uma compreensão da política com base na centralização de poder; a conciliação entre matrizes religiosas diferentes na construção das instituições sociais – no caso, Islamismo, Cristianismo e Budismo; e a consolidação de narrativas de sociabilidade diferentes das prevalentes no espaço europeu, como um trato mais direto entre os governantes, a prática de tomada de reféns, a centralização do controle de representantes governamentais, e regras de convívio social pautadas em práticas tidas como incivilizadas na Europa Ocidental, como o jantar sem talheres e a proibição de uso de armas por parte de emissários estrangeiros (Neumann, 2014).

Ainda, a presença mongol também funcionou como elemento de alteridade para que a dinastia ruriquídia se organizasse de forma mais clara e tivesse melhores condições de estabelecimento de uma estatalidade unificada a partir do século XVI.

Do século XIX em diante, com a consolidação da Rússia como membro da sociedade internacional de matriz europeia diferenciada pelo *status* de grande potência (Zarakol, 2011), dois movimentos ganham força dentro das terras russas e passam a disputar visões alternativas de estatalidade – os ocidentalistas, defensores de que a manutenção do *status* de potência derivaria de um processo constante e crescente de mimetização das práticas das potências Ocidentais e consideravam a Rússia como parte naturalmente integrante do mundo Ocidental; e os eslavófilos, que entendiam a projeção de poder russo a partir das especificidades que qualificavam o país como potência e o diferenciavam do mundo Ocidental (Tsygankov, 2010; Neumann, 2008). Essas duas tendências, obviamente, viam de forma distinta a alteridade oriental – enquanto a primeira a negava, a segunda buscava nela, em graus diferenciados, inspiração para refletir sobre as peculiaridades russas. Essa tensão se desdobra até os dias de hoje, condicionando a maneira como a Rússia entende sua inserção externa no pós-Guerra Fria (Omelicheva, 2016).

A disputa pelo território ucraniano representa esse conflito de alteridades na construção da estatalidade russa. A crise instaurada com a anexação da Crimeia, em 2014, tem como gatilho a relação entre a Ucrânia e o Ocidente, vista pela Rússia como um desafio à manutenção de sua influência na região. A rigor, esse

momento resume uma tensão não resolvida desde o final da Guerra Fria – uma vez herdeira do legado soviético, a manutenção do *status* de grande potência pela Rússia na contemporaneidade não foi claramente estabelecida com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Por um lado, o Kremlin adota, inicialmente, a postura de se projetar internacionalmente, emulando as práticas das potências ocidentais, em uma política externa acriticamente ocidentalista. Por outro, esse movimento de inserção russa não se consubstancia em resultados efetivos e não encontra nas potências internacionais ressonância e reconhecimento.

Nesse cenário, a anexação da Crimeia, em 2014, e a escalada das tensões, em 2022, são metonímias de um processo mais amplo de indefinição sobre as relações entre Rússia e Ocidente. Ambos os eventos estão diretamente correlacionados à alçada da OTAN como elemento central da arquitetura de segurança internacional sem estabelecer claramente o lugar da Rússia nessa agenda, a despeito de suas capacidades materiais relevantes. Em meio à indefinição da reconstrução da estatalidade russa após o fim da Guerra Fria, o pragmatismo encontra espaço entre as elites políticas do Kremlin, fazendo ceder a quase nulidade os movimentos defensores do ocidentalismo (Tsygankov, 2024). Com maior espaço para forças de antagonização com o Ocidente, as tensões se acirram e não encontram acomodação nas negociações com as potências ocidentais.

O avanço da OTAN sobre Estados do Leste Europeu gerou profunda desconfiança no Kremlin e serviu como combustível para o recrudescimento de forças antagonistas (McCallister; White, 2007). Entendia-se que a presença da OTAN tão próxima ao território russo, elemento central de sua estatalidade, apresentava-se como uma ameaça significativa que deveria ser contida a despeito de seu custo. Esse sentimento de ameaça associa, aqui, a contraposição das alteridades Ocidental e Oriental ao arranjo de dissuasão nuclear construído durante a Guerra Fria (Cimbala, 2008). Nos anos 1970, estabeleceu-se que o desenvolvimento de tecnologia militar nuclear não deveria pautar-se na capacidade de defesa de um eventual ataque, de sorte a estabelecer o que ficou conhecido como destruição assegurada mútua. Se os Estados nuclearizados não tivessem condições de se defender de um ataque nuclear a fim de realizar um *second strike*, nenhum deles teria incentivos para realizar o primeiro ataque,

considerando que o custo seria a aniquilação total. Nesse sentido, uma série de acordos foram firmados entre Estados Unidos da América (EUA) e a URSS, as duas maiores potências nucleares, para estabelecer os termos dessa dissuasão.

Apesar do esforço dos atores da política internacional para a manutenção desse arranjo de dissuasão nuclear, os EUA, sob o guarda-chuva da OTAN, dão início ao desenvolvimento de mísseis de defesa antibalística. A Organização argumentava sobre a necessidade de instalação desses mísseis para a proteção do Ocidente diante de novas ameaças à segurança internacional vindas de organizações terroristas que atuam no Oriente Médio e de Estados pária, como o Irã e a Coreia do Norte. As potências ocidentais optam, então, por dar início à instalação desse escudo de defesa antibalística em Estados do Leste Europeu, como Polônia e Romênia, como parte de seu sistema *Aegis Ashore*. Uma vez em operação, esse sistema também seria, em tese, capaz de colocar fora de operação a capacidade militar nuclear de ataque da Rússia, o que foi entendido pelo Kremlin como uma ameaça significativa à segurança nacional (Rogov, 2009).

Nesse cenário em que a presença da OTAN no Leste Europeu se robustece, a Rússia dá seguimento à escalada das tensões em 2021, com o discurso do presidente russo, Vladimir Putin, à Assembleia Federal a respeito de uma linha vermelha que seria cruzada pelas potências ocidentais nesse contexto de avanço da OTAN e da influência ocidental sobre o antigo espaço soviético (Putin, 2021a). Em julho de 2021, Putin publica um artigo sobre a triunidade do povo ucraniano, russo e bielorrusso, apresentando as bases para justificar, do ponto de vista sócio-histórico, a invasão do território ucraniano que viria a seguir (Putin, 2021b). Em outubro de 2021, exercícios militares russos de grande monta são identificados na fronteira com a Ucrânia. Em dezembro de 2021, a chancelaria russa envia às potências ocidentais um pedido para desescalada das tensões por meio de garantias de que a OTAN não avançaria suas atividades no Leste Europeu (Rússia, 2021).

Sem resposta a essa solicitação, o acirramento das tensões com o Ocidente se agudiza como um dos elementos da cultura estratégica russa relacionado à escalada das tensões em fevereiro de 2022, a partir da decisão do Kremlin de reconhecer as Repúblicas separatistas de Donetsk e Lugansk, e, dois dias depois, argumentar intervir em sua defesa (Rússia, 2022). Somadas, a relevância do território para a estatalidade russa e os desdobramentos sobre sua relação com

o Ocidente encontram o interesse russo de projeção como grande potência na política internacional, como será discutido na **Seção 3**. Dessa forma, esses três elementos da cultura estratégica russa compõem o cenário para a escalada das tensões em 2022, e ilustram como o conflito na Ucrânia está ligado a um conjunto mais amplo de fatores do que as disputas militares a partir de então instauradas.

3. Rússia e sua constante busca pelo status de grande potência na política internacional

A política internacional é um campo de disputa de poder material e social, cujos diferenciais estabelecem as condições de exercício de responsabilidades e de direitos também diferenciados entre os Estados que compõem uma sociedade internacional. Barry Buzan e Shinju Cui (2016, p.196) definem essas responsabilidades e esses direitos, na contemporaneidade, como

(1) preservar o equilíbrio de poder geral (...); (2) evitar ou controlar crises centrais (...); (3) limitar ou conter guerras centrais (...); (4) explorar sua preponderância local para manter a ordem regional (...); (5) respeitar a esfera de influência de cada um; e (6) realizar ações conjuntas (...).

O processo de reconhecimento e a atuação de grandes potências com *status* para exercer o mandato de uma hegemonia coletiva constitui um conjunto de práticas sociais centrais para a manutenção da ordem internacional, qualificados institucionalmente, na Escola Inglesa das Relações Internacionais, como um sistema administrativo das grandes potências (Bull, [1977], 2002, p. 229-262; Buzan; Cui, 2016, p.184).

Considerando sua dimensão continental e sua participação na conformação da sociedade internacional global de matriz europeia, a Rússia secularmente manifesta seu interesse em consolidar esse tipo de *status* diferenciado como grande potência gestora da sociedade internacional (Astrov, 2011). Com as reformas petrinas e a relevante atuação russa para frear as campanhas napoleônicas no século XIX mencionadas na Introdução, abriu-se espaço não apenas para a consolidação da sua membresia à sociedade internacional por meio da mimetização dos elementos de estatalidade ocidentais, mas também consolidaram a percepção, entre as elites russas, de que ao país era devido um

status diferenciado no sistema administrativo que se consolidava a nível europeu, e, mais tarde, expandir-se-ia globalmente após as duas guerras mundiais.

A Revolução de 1917 dá-se em um contexto no qual o Império Russo já havia consolidado alguma atuação no contexto do sistema administrativo da sociedade internacional, mas estabelece para a União Soviética dela nascida uma forma diferenciada de estatalidade (Zarakol, 2011). O espaço social passa, então, a dividir-se em torno de uma distribuição bipolar de poder, e é a partir dessa clivagem que o *status* agora soviético firma-se como uma das duas superpotências globais a gerir a sociedade internacional. O final da Guerra Fria desafia a teorização a respeito dessas distribuições de *status*, especialmente no que tange a difícil definição das polaridades de poder. A função mediadora do sistema administrativo das grandes potências não mais encontra previsibilidade da estruturação social em torno da rivalidade bipolar (Lasmar, 2015).

Na contemporaneidade, essa instituição padece da ausência de um consenso claro sobre sua constituição (Astrov, 2011, p. 18; Kratochwil, 1986, p. 232) – um indicativo das dificuldades para a construção consensual estaria na reformulação identitária patente do período. Jorge Lasmar (2015, p. 349) observa que

*(...) a interação entre as grandes potências desde o final da Guerra Fria representa a renegociação de suas identidades e de seus papéis no mundo pós-Guerra Fria, e ainda está para assumir sua forma final. Ao mesmo tempo, o ambiente criativo do papel das grandes potências está marcado pelo fantasma da bipolaridade e tudo que ela representa.*³

O pós-Guerra Fria refunda a estatalidade russa não apenas pela constituição de um novo Estado separado da União Soviética, mas também em relação aos termos de seu *status* como grande potência no sistema administrativo da sociedade internacional. O primeiro movimento do Kremlin, nesse contexto, foi buscar emular as práticas sociais das grandes potências ocidentais no sentido de sustentar sua membresia e seu *status* diferenciado (Kuchins; Zevelev, 2012). Nesse sentido, acatou-se o processo de liberalização de mercado proposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); buscou-se remodelar as instituições estatais nos moldes

³Texto original: “(...) the interaction amongst great powers since the end of the Cold War represents a renegotiation of their identities and roles in the post-Cold War world and is yet to attain its final form. At the same time, the creational environment of GPM is marked by the „ghost“ of bipolarity and all that it represents”. (Tradução livre da autora.)

das democracias liberais; organizou-se iniciativas de aproximação dos aparatos burocráticos que sustentavam a hegemonia ocidental, como o G7 e a OTAN; e firmou-se a titulação russa sobre a herança soviética em diversas dimensões importantes para a manutenção desse *status*, como a posse de grande parte do arsenal nuclear da URSS e o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A consolidação de uma estatalidade renovada como grande potência encontrou desafios diversos na Rússia dos anos 1990 (Sakwa, 2014; Rutland, 2000). A carestia econômica era fortemente ligada ao insucesso da implementação das reformas liberalizantes propostas pelo Ocidente, e avolumavam-se os percalços para a consolidação das instituições estatais no molde liberal-democrático, no ambiente de uma política profundamente clientelista e oligárquica. Ainda, a crise econômica e política era acompanhada por uma crise cultural-identitária, considerando o fim do sentimento soviético como elo entre os diversos grupos étnicos e religiosos que compunham a nação russa. Na perspectiva externa, a hegemonia de um “Ocidente coletivo”⁴ consolidava-se sem atribuir um *status* claro à Rússia, como pode ser observado, por exemplo, no insucesso dos movimentos de articulação com a OTAN.⁵

Ao final dos anos 1990, a inserção russa como grande potência passa a se pautar em uma perspectiva mais pragmática e multipolar, considerando a emulação das potências ocidentais como estratégia insuficiente de projeção (Tsygankov, 2009). Abre-se espaço para uma política externa mais confrontadora, dividida entre duas tendências. Por um lado, um grupo majoritário no Kremlin entende que a confrontação deveria dar-se mantendo a coexistência com o mundo

⁴A expressão “Ocidente coletivo” é comumente utilizada no discurso de atores da elite política russa após 2010, para se referir ao conjunto de potências ocidentais que, no entendimento do Kremlin, atuam de forma concertada para a manutenção de seu lugar hegemônico na sociedade internacional a partir de valores comuns como democracia liberal, economia de mercado e alianças multilaterais. Apesar de não haver uma indicação precisa, o termo parece abarcar Estados Unidos da América; Estados da Europa Ocidental, como Reino Unido, Alemanha e França; e países asiáticos desenvolvidos, como Japão e Coreia do Sul.

⁵Entre 1991 e 1997, as relações entre Rússia e a OTAN foram marcadas por iniciativas de cooperação e de diálogo, como a adesão russa ao Programa Parceria para a Paz e a assinatura de um acordo para diálogo permanente – o Ato Fundador OTAN-Rússia. Contudo, a expansão da OTAN para o Leste Europeu e a intervenção da organização na Guerra do Kosovo marcaram o início de uma desconfiança crescente entre o Kremlin e a aliança.

ocidental. Por outro, uma elite política então minoritária pautava a projeção russa como dependente da vitória em um conflito existencial com o Ocidente (Kuchins; Zevelev, 2012). O forte crescimento econômico russo no início dos anos 2000, traduzido em uma modernização das forças armadas e em um apaziguamento das crises agudas dos anos 1990, abriram espaço para a consolidação dos dois grupos confrontadores.

As mudanças no projeto russo de projeção como grande potência foram acompanhadas de um cenário internacional cada vez mais desordenado no novo milênio (McKeil, 2021). A consolidação da ameaça terrorista, a crise econômica de 2008, a emergência climática, e a pandemia global contextualizam uma sociedade internacional de profundas indefinições, especialmente quando se considera o *status* hegemônico das potências ocidentais e sua atuação na manutenção da ordem internacional construída no pós-Guerra Fria. É, também, nesse cenário que se encontra a confluência entre os três elementos da cultura estratégica russa aqui levantados como centrais para a compreensão da escalada das tensões entre Rússia e Ucrânia em fevereiro de 2022 – o território como elemento central da estatalidade russa, as relações entre Rússia e o Ocidente, e o projeto russo de projeção como grande potência.

4. Considerações finais

A causa imediata das tensões entre Rússia e Ucrânia repousam sobre a centralidade material e simbólica do território leste ucraniano para a Rússia. Essa centralidade está diretamente relacionada às pretensões russas de manutenção de seu *status* como potência internacional. Por um lado, ela significa a possibilidade de acesso perene ao Mar Negro, espaço estratégico fundamental para o relacionamento tanto com Ocidente quanto com o Oriente, seja em termos comerciais como também de garantia de presença militar nessa região. Por outro, a Rússia articula sua ocupação do leste ucraniano como parte do exercício de suas responsabilidades como grande potência, ao evocar a responsabilidade para proteger como base de uma ação que teria sido feita em legítima defesa para proteger a população de russos étnicos na região da perseguição do governo central ucraniano de tendências russóforas.

As relações entre Rússia e Ocidente também atravessam essa conexão entre o território e a busca russa pelo *status* de grande potência. A percepção do Kremlin sobre as tendências russóforas do governo de Kiev está intimamente ligada à aproximação entre a Ucrânia e o Ocidente, que qualifica e reitera a relevância do território do leste ucraniano para os russos, conforme discutido na **Introdução**. Essa aproximação é vista como uma ameaça à projeção russa como grande potência por impactar uma região que, no entendimento do Kremlin, deveria estar mais alinhada à sua influência como potência global. Esse alinhamento é visto pelo Kremlin como influenciado tanto comercialmente, pela possibilidade de assinatura de um acordo de livre comércio com a União Europeia, evento que engatilhou a crise de 2014; quanto por representar uma ameaça ao território russo caso incorporada à OTAN no contexto de uma desconstrução do arranjo de dissuasão nuclear baseado na capacidade de destruição assegurada mútua, conforme discutido na **Seção 1**.

É inegável o forte impacto da escalada das tensões em fevereiro de 2022, instaurando a Guerra na Ucrânia. Contudo, importantes lições podem ser retiradas desse conflito quando observado em uma perspectiva sócio-histórica mais ampla, que considera não apenas o teatro mais temporalmente imediato da disputa, mas, também, elementos de cultura estratégica que foram secularmente construídos. Na **Seção 2**, discutiu-se como dois desses elementos – a relação russa com seu território e com o Ocidente, dialogam com questões estruturais e sociais da política internacional. Em tempos de indefinição sobre a polaridade global, compreender a busca de *status* na ordem internacional por parte da política externa de grandes potências faz-se também importante lição para antever conflitos e vislumbrar possíveis soluções.

Referências

ASTROV, Alexander. Great power management: English School meets governmentality? In: MURRAY, Robert (Ed.). *System, society and the world: exploring the English School of International Relations*. Bristol: E-International Relations Publishing, 2015.

ASTROV, Alexander. Great power management without great powers? The Russian-Georgian war of 2008 and global police/political order. In: ASTROV, Alexander (Ed.). *The great power mis(management): the Russian-Georgian war and its implication in the global political order*. Farnham: Ashgate, 2011.

BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. Brasília: Editora UnB, [1977] 2002.

BUZAN, Barry; CUI, Shinju. Great power management in international society. *The Chinese Journal of International Politics*, Oxford, v. 9, n. 2, p. 181-210, 2016.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. The historical expansion of international society. In: NAVARI, Cornelia; GREEN, Daniel. *Guide to the English School in International Studies*. Malden: John Wiley & Sons, 2014.

CIMBALA, Stephen. Russian and US Missile Defenses: Continuing contention or possible progress? *European Security*, v. 17, n. 4, p. 435-453, 2008.

CLOWE, Edith. *Russia on the edge: Imagined geographies and post-Soviet identity*. Nova Iorque: Cornell University Press, 2011.

CRACIUN, Ioan. Black Sea's strategic importance and NATO's role in countering the Kremlin's military domination. *Romanian Military Thinking International Scientific Conference*, 2022(4):80-93. Disponível em: <https://en-gmr.mapn.ro/webroot/fileslib/upload/files/arhiva%20reviste/RMT/2022/conference%202022/CRACIUN.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CROSS, Samuel; SHERBOWITZ-WETZOR, Olgerd (Eds.). *The Russian primary chronicle*. Cambridge: The Medieval Academy of America, 1953.

FIGES, Orlando. *The Crimean War: a history*. Londres: Picador Books, 2012.

GONG, Gerrit. *The standard of civilization in international society*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

GOOGLE MAPS. Sebastopol. Disponível em: https://www.google.com/maps/@43.9974566,35.0643888,6.11z?entry=tту&g_ep=EgoyMDI1MDIxMS4wIKXMDS0ASAFQAw%3D%3D. Acesso em: 14 fev. 2025.

GREEN, William. The historic Russian drive for a warm water port: Anatomy of a geopolitical myth. *Naval War College Review*, v. 46, n. 2, p. 80-102, 1993.

HOPF, Ted (Ed.). Introduction. In: *Russia's European Choice*. Hampshire: Palgrave, 2008.

HOSKING, Geoffrey. *Russia and the Russians: a history*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

JONES, Robert. *Politics in Ukraine*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

KENT, Neil. *Crimea: a history*. Londres: Hurst, 2024.

KOLLAKOWSKI, Tobias. Interpreting Russian aims to control the Black Sea region through naval geostrategy. *The Journal of Slavic Military Studies*, v. 26, n. 1, p. 57-72, 2023.

KRATOCHWIL, Friedrich. *Of Systems, Boundaries, and Territoriality: An Inquiry into the Formation of the State System*. World Politics, Cambridge, vol. 38, n. 1, p. 27-52, 1986.

KUCHINS, Andrew; ZEVELEV, Igor. Russia contested national identity and foreign policy. In: NAU, H.; OLLAPALY, D. (Ed.). *World views of aspiring powers: domestic foreign policy debates in China, India, Iran, Japan, and Russia*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LABA, Roman. The Russian-Ukrainian conflict: State, nation and identity. *European Security*, v. 4, n. 3, p. 457-487, 2007.

LASMAR, Jorge. Managing great powers in the post-Cold War world: old rules, new game? The case of the global war on terror. *Cambridge Review of International Affairs*, Cambridge, v. 28, n. 3, p. 396-423, 2015.

MAKIO, Danielle; FUCCILLE, Alexandre. The 2014 Russian invasion of Crimea: Identity and geopolitics. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 66, n. 1, p. 1-20, 2023.

MASSIE, Robert K. *Pedro, o Grande: sua vida e seu mundo*. Barueri: Amarilyn, 2014.

McCALLISTER, Ian; WHITE, Stephen. NATO enlargement and Eastern opinion. *European Security*, v. 11, n. 4, p. 47-58, 2002[2007].

McKEIL, Aaron. On the concept of international disorder. *International Relations*, v. 35, n. 2, p. 197-215, 2021.

MEDVEDEV, Yuri. *The Crimean Peninsula: a historical and geographical overview*. Toronto: University of Toronto Press, 1995.

NEUMANN, Iver. Entry into international society reconceptualized: the case of Russia. *Review of International Studies*, Cambridge, v. 37, p. 463-484, 2011.

NEUMANN, Iver. Europeans and the steppe: Russian lands under the Mongol rule. In: ZHANG, Yongjin; SUZUKI, Shogo; QUIRK, Joel (Eds.). *International orders in the early modern world: before the rise of the West*. Londres: Routledge, 2014.

NEUMANN, Iver. *Russia and the idea of Europe*. London: Routledge, 1996.

NEUMANN, Iver. Russia as a great power, 1815-2007. *Journal of International Relations and Development*, v. 11, n. 2, p. 128-151, 2008.

OMELICHEVA, Maryia. Critical geopolitics on Russian foreign policy: uncovering the imagery of Moscow's international relations. *International Politics*, v. 53, n. 6, p. 708-726, 2016.

PLEINES, Heiko. Oligarchs and politics in Ukraine. *Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization*, v. 24, n. 1, p. 105-127, 2016.

PUTIN, Vladimir. Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation. 21 abr. 2021a. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/65418>. Acesso em: 14 fev. 2025.

PUTIN, Vladimir. Stat'ia Vladimira Putina Ob istoricheskom edinstve russkikh i ukrainsev. 12 jul. 2021. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/6618>. Acesso em: 14 fev. 2025.

PWC. *PwC LEME – Circum-navegação: uma visão integrada da economia do mar*. Lisboa: PwC Portugal, jan. 2020. Disponível em: <https://www.pwc.pt/pt/publicacoes/leme/mundo/pwc-leme-mundo-2020.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RADKOVSKA, Lesya. *Política Energética Internacional da União Europeia e da Ucrânia*. São Paulo: Editora Nosso Conhecimento, 2021.

ROGOV, Sergei. NATO and Russia: a view from Moscow. *Politique étrangère*, v. 4, p. 107-121, 2009.

RÚSSIA. Ministério das Relações Exteriores. *Press release on Russian draft documents on legal security guarantees from the United States and NATO*. 17 dez. 2021. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/news/1790809/. Acesso em: 14 fev. 2025.

RÚSSIA. Presidência da Federação Russa. *Signing of documents recognizing Donetsk and Lugansk People's Republics*. 21 fev. 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67829>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RUTLAND, Peter. Russia: limping along towards American democracy? In: COX, Michael; IKENBERRY, John; INOGUCHI, Takashi (Ed.). *American democracy promotion: impulses, strategies and impacts*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SAKWA, Richard. Politics in Russia. In: WHITE, Stephen; SAKAWA, Richard; HALE, Henry. *Developments in Russian politics* 8. Hampshire: Duke University Press, 2014, p. 1-19.

SCHUETT, Robert; STIRK, Peter. *The Concept of State in International Relations: philosophy, sovereignty and cosmopolitanism*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2015.

TSYGANKOV, Andrei. Russia in the post-Western world: the end of the normalization paradigm? *Post-Soviet Affairs*, v. 25, n. 4, p. 347-369, 2009.

TSYGANKOV, Andrei. Russia, Ukraine, and the West: from mistrust to conflict. *The Journal of Slavic Military Studies*, v. 37, n. 3-4, p. 287-309, 2024.

TSYGANKOV, Andrei. *Russia's Foreign Policy: change and continuity in national identity*. Lahham: Rowman & Littlefield Publishers, 2010.

TSYGANKOV, Andrei. *The strong state in Russia: development and crisis*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ZARAKOL, Ayse. *After defeat: how the East learned to live with the West*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ENSINAMENTOS DA GUERRA NA UCRÂNIA PARA A COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

*Richard Fernandez Nunes
Paulo Roberto da Silva Gomes Filho*

Introdução

A guerra entre Rússia e Ucrânia, deflagrada pela invasão russa iniciada em 24 de fevereiro de 2022, é, sem dúvida, um marco para os estudos estratégicos. O retorno do conflito de alta intensidade à Europa, quando muitos acreditavam que isso já não aconteceria mais, tem provocado, nos meios militares e acadêmicos, intensos debates acerca de diversos aspectos doutrinários relacionados ao preparo e ao emprego de forças armadas.

Assim, o Exército Brasileiro, por intermédio dos estrategistas do Estado-Maior do Exército, dos pesquisadores das diversas escolas militares e do Instituto Meira Mattos e dos formuladores de doutrina do Comando de Operações Terrestres, direcionou seus estudos no sentido de acompanhar o conflito e extrair lições úteis ao aprimoramento do preparo e do emprego da Força Terrestre.

Os trabalhos se desenvolvem em várias áreas de interesse, tais como manobra, fogos, inteligência, logística, defesa antiaérea, sistemas não tripulados, geoinformação, cibernética, dentre outras. A Comunicação Estratégica também é um assunto que vem sendo acompanhado, recebendo crescente atenção por parte do Exército, que recentemente divulgou suas novas Política e Diretriz de Comunicação Estratégica.

Os ensinamentos decorrentes das experiências vivenciadas nos combates que ocorrem no Teatro de Operações da Ucrânia podem servir para o aprimoramento das práticas e dos procedimentos de Comunicação Estratégica no Exército Brasileiro.

Alinhado com esse esforço, o foco deste capítulo é uma análise sucinta do conflito em curso na Ucrânia sob a perspectiva da Comunicação Estratégica, na busca de ensinamentos que possam ser úteis à evolução da doutrina militar.

Inicialmente, faremos uma brevíssima apresentação conceitual.

1. A Comunicação Estratégica

1.1 Conceito de Comunicação Estratégica

A Comunicação Estratégica, no contexto militar e governamental, tem recebido atenção crescente ao longo das últimas décadas. Nos Estados Unidos, o conceito é descrito da seguinte forma:

[...] processos e esforços focados do Governo dos Estados Unidos para entender e envolver públicos-chave para criar, fortalecer ou preservar condições favoráveis à promoção dos interesses e objetivos nacionais, por meio do uso de informações coordenadas, temas, planos, programas e ações sincronizadas com outros elementos do poder nacional (Departamento de Defesa dos EUA, 2006).

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) divulgou seus primeiros documentos voltados à Comunicação Estratégica somente no final da primeira década do século XXI. Em 2009, essa organização lançou o “NATO’s Strategic Communications Policy” e, em 2010, o “Military Concept for NATO Strategic Communications” (Schwether, 2024a). Segundo o primeiro documento, comunicação estratégica é a

utilização coordenada e apropriada das atividades e capacidades de comunicação da OTAN – Diplomacia Pública¹, Assuntos Públicos (PA), Assuntos Públicos Militares, Operações de Informação (InfoOps) e Operações Psicológicas (PSYOPS), conforme apropriado – em apoio às políticas, operações e atividades da Aliança, para fazer avançar os objetivos da OTAN (OTAN, 2009).

Mais recentemente, o documento “Allied Joint Doctrine for Strategic Communications” (AJP-10), publicado em 2023 pela OTAN, conceitua Comunicação Estratégica como “a integração das capacidades de comunicação e do pessoal de informação com outras atividades militares, a fim de compreender e

¹O conceito de diplomacia pública está, no sentido clássico do termo, relacionado ao diálogo de governos com públicos externos a fim de informar e influenciar a opinião destes.

moldar o ambiente de informação, em apoio aos objetivos estratégicos da OTAN” (Schwether, 2024b).

1.2 Comunicação Estratégica no Exército Brasileiro

Em que pese a existência de documentos estrangeiros tratando da Comunicação Estratégica em profundidade, parece claro que as visões externas acerca do tema não são capazes de responder completamente às especificidades de um país com a trajetória histórica e as dimensões política, geográfica e estratégica do Brasil (Nunes, 2022).

Dessa forma, estudos desenvolvidos no âmbito do Exército, como os realizados nos cursos de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), consubstanciados em projetos interdisciplinares acerca da Comunicação Estratégica, bem como no âmbito do Núcleo de Estudos Prospectivos, do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx), além de esforços das diversas subchefias do Estado-Maior do Exército e do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEEx), foram conformando uma compreensão institucional robusta acerca da temática.

Em 2019, em artigo publicado na Coleção Meira Mattos, tivemos a oportunidade de contribuir para esse esforço. À época, conceituamos Comunicação Estratégica como sendo a “comunicação integrada, sincronizada e alinhada com as ações realizadas por uma organização para atingir seus objetivos”. Ainda naquela oportunidade, destacamos que a Comunicação Estratégica abrangia a combinação de práticas adotadas no âmbito da Comunicação Social tradicional com relações institucionais sistematizadas e com o emprego de mídias digitais, aí incluídas as redes sociais (Nunes, 2019).

Em 2023, o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx) acrescentou o Caderno de Ensino de Comunicação Estratégica a esse esforço, estabelecendo orientações e princípios doutrinários a adotar no âmbito das escolas de formação, aperfeiçoamento e altos estudos do Exército (Brasil, 2023).

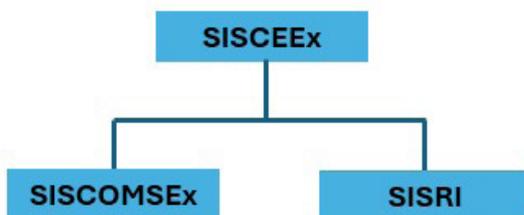
Assim, em 2024, quando o assunto já estava avançado na Instituição, o Exército Brasileiro definiu sua Política de Comunicação Estratégica no documento EB10-P-01.023 (Brasil, 2024a), que apresenta a Comunicação Estratégica como:

a sistematização contínua dos processos comunicacionais do Exército Brasileiro (EB) para todos os públicos de interesse, na busca do alinhamento, da integração e da sincronização da comunicação institucional, a fim de manter a legitimidade e a credibilidade, visando possuir liberdade de ação (Brasil, 2024a).

A Comunicação Estratégica é balizada pela missão da Força, confirmada pelas entregas à sociedade e alicerçada nos valores institucionais. Tem como objetivo final a sinergia de todos os esforços de comunicação, colimados no mais alto nível de governança e gestão, produzindo efeitos de longo prazo que cooperem com a concretização da visão de futuro do EB, contribuam para o atingimento dos Objetivos Estratégicos do Exército e mantenham a sociedade brasileira informada das ações, operações e valores do EB (Brasil, 2024a).

Alinhada com a Política de Comunicação Estratégica está a Diretriz Organizadora do Sistema de Comunicação Estratégica do Exército – EB20-D-02.039 – (Brasil, 2024b). Nesta, está definido que o Sistema de Comunicação Estratégica do Exército (SISCEEx) é composto pelo Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx) e pelo Sistema de Relações Institucionais (SISRI), os quais interagem contribuindo para a produção do conhecimento necessário, bem como para a consecução de ações que levem ao atingimento dos objetivos dos planos de Comunicação Estratégica.

Figura 1 – Sistema de Comunicação Estratégica do Exército Brasileiro



Fonte: Brasil, 2024b.

Essa diretriz estabelece que haja constante acompanhamento e análise do ambiente operacional, com ênfase na dimensão informacional. A avaliação da conjuntura e a medição de indicadores específicos, que contribuam para a manutenção da consciência situacional, deverão ser realizadas, desde a situação de paz, permitindo o assessoramento tempestivo e necessário à tomada de decisão.

O documento atribui ao Comando de Operações Terrestres (COTER), entre outras responsabilidades, a de emitir a Diretriz de Comunicação Estratégica para as Operações Militares, em coordenação com o CCOMSEx (Brasil, 2024b).

Nota-se, portanto, que o Exército Brasileiro possui um arcabouço normativo para o exercício da Comunicação Estratégica, que prevê a organização e as ações não só em tempo de paz, mas também durante as operações militares.

Com base no exposto, observa-se que a Comunicação Estratégica, tanto no contexto internacional quanto no âmbito do Exército Brasileiro, é um elemento essencial para o planejamento e a execução de operações militares contemporâneas. O arcabouço normativo desenvolvido pelo Exército Brasileiro, exemplificado pelos documentos EB10-P-01.023 (Brasil, 2024a) e EB20-D-02.039 (Brasil, 2024b), evidencia o esforço institucional para sistematizar e integrar ferramentas como o SISCOMSEx e o SISRI, promovendo abordagem coordenada e eficiente da comunicação, tanto em tempos de paz quanto em cenários operacionais complexos.

Nas próximas seções, ensinamentos extraídos da guerra na Ucrânia serão analisados, com foco na Comunicação Estratégica, a fim de verificar como essas lições podem ser incorporadas ao contexto brasileiro.

2. Ensinamentos da Guerra na Ucrânia

2.1 O ambiente informacional

O ambiente informacional do teatro de operações é o conjunto integrado de elementos, sistemas e processos que permitem a geração, a coleta, o processamento, a disseminação e a proteção de informações relevantes para a condução de operações militares. Esse ambiente inclui desde as infraestruturas de comunicação e redes de dados até aspectos cognitivos, como percepções, valores

e crenças dos diversos atores envolvidos, abrangendo tanto a dimensão física quanto a virtual. Em essência, é no ambiente informacional que se trava a disputa pelo domínio da informação e pela influência sobre as decisões e comportamentos de tropas próprias, de forças adversárias e de outros grupos que atuam no cenário de conflito.

A Comunicação Estratégica se insere diretamente nesse ambiente, pois é nele que ocorre a disputa por narrativas e pela percepção do público, impactando diretamente o planejamento e a execução das operações militares. Em outras palavras, a Comunicação Estratégica não ocorre no vácuo, mas dentro do ambiente informacional, no qual sua efetividade pode definir a coesão das tropas, desmoralizar o inimigo, mobilizar aliados e influenciar a opinião pública nacional e internacional.

A guerra na Ucrânia tem sido um exemplo paradigmático da relevância do ambiente informacional como parte da guerra moderna. Desde o início do conflito, tanto a Rússia quanto a Ucrânia têm investido pesadamente em estratégias de desinformação, propaganda e guerra psicológica, utilizando múltiplos canais para disseminar mensagens estratégicas. A disputa pelo controle da informação tem impacto direto no campo de batalha, moldando percepções e decisões não apenas dos combatentes, mas também de líderes políticos, organizações internacionais e da opinião pública global.

A seguir, serão analisados três aspectos fundamentais dessa disputa informacional no conflito ucraniano: (1) desinformação e propaganda, (2) mobilização de públicos domésticos e internacionais e (3) uso de tecnologias emergentes para potencializar a influência estratégica.

2.1.1 A desinformação e a propaganda

A desinformação e a propaganda são armas largamente utilizadas na guerra na Ucrânia. A desinformação pode ser entendida como a divulgação intencional de informações falsas ou enganosas, com o objetivo de manipular percepções, influenciar comportamentos ou causar prejuízos (seja a indivíduos, grupos ou instituições). Importa destacar que, no idioma inglês, a literatura apresenta, além do conceito de *disinformation*, o de *misinformation*, que difere do primeiro por ser

uma divulgação não intencional e inadvertida de informação falsa. Aqui, estamos tratando do primeiro caso, ou seja, da divulgação intencional de informações falsas ou enganosas.

A propaganda, por sua vez, pode ser definida como a difusão sistemática de mensagens (verdadeiras ou falsas) planejadas para moldar opiniões, atitudes e comportamentos de determinado público em favor de um objetivo político ou ideológico específico. Em outras palavras, a propaganda busca persuadir e mobilizar as pessoas por meio de narrativas estrategicamente elaboradas, podendo se valer de omissões, distorções, apelos emocionais ou manipulações de fatos para alcançar seus propósitos.

A Rússia herdou da União Soviética uma longa tradição na utilização do engano, da desinformação e da camuflagem como ferramenta importante para as operações. O termo que define esse amplo conjunto de ações é “maskirovka”, usado desde o nível estratégico para a desinformação até o nível tático para a camuflagem (Glantz, 1989).

A “maskirovka” russa, na campanha ucraniana, ancora-se na narrativa de que o mundo estaria ameaçado, de um lado, pelo extremismo religioso e político (incluindo islamistas, nazifascistas e nacionalistas) e, de outro, pelo liberalismo pós-moderno do Ocidente — por trás do qual estariam as ambições americanas de dominar o cenário global. Nessa visão, de acordo com a narrativa russa, o país se projetaria como o principal guardião da estabilidade internacional, da soberania estatal tradicional, além de promover a pluralidade civilizacional e política em âmbito mundial (Jacuch, 2021).

Nessa trilha, na guerra em curso na Ucrânia, há uma notória campanha de desinformação que tem como alvo a mídia internacional, procurando relacionar o governo e as forças militares ucranianas ao nazifascismo. A campanha busca apresentar tendências neonazistas e genocidas na forma como os ucranianos tratavam as comunidades separatistas pró-Rússia na região do Donbass (leste da Ucrânia). Trata-se, portanto, de uma narrativa que remonta ao início do conflito no Donbass, em 2014. Buscou-se, desde então, por exemplo, relacionar a atividade do Batalhão Azov – que ganhou notoriedade por sua postura exacerbadamente nacionalista e que combate como parte das forças armadas da Ucrânia – ao nazismo (Bachmann *et al.*, 2023).

Outro exemplo do uso de campanhas sofisticadas de desinformação conduzidas pela Rússia na guerra da Ucrânia é narrado por Catherine Belton no *Washington Post*. Ela apresenta um caso concreto e bem documentado de uma campanha que teve por objetivo enfraquecer a confiança da população ucraniana em sua liderança política, bem como semear dúvidas sobre a estabilidade do governo de Volodymyr Zelensky. A reportagem analisou documentos internos do Kremlin, demonstrando uma estratégia deliberada para disseminar narrativas falsas sobre uma suposta rivalidade entre Zelensky e seu então comandante militar, general Valery Zaluzhny (Belton, 2024).

De acordo com os documentos obtidos, desde janeiro de 2023, o Kremlin havia instruído estrategistas políticos a promover a ideia de que Zelensky pretendia demitir Zaluzhny por receio de que o general se tornasse um rival político. Para isso, foram utilizadas táticas como a produção e disseminação massiva de postagens falsas em mídias sociais, a publicação de artigos manipulados e a criação de *deepfakes* para alimentar a narrativa da instabilidade política em Kiev. Essa campanha, segundo a investigação, envolveu a publicação de mais de 1.300 textos e 37.000 comentários falsos por semana em mídias sociais ucranianas, além do uso de *sites* clonados para disseminar desinformação em plataformas europeias. A meta da operação era clara: desacreditar a liderança ucraniana, dividir as elites políticas e militares e minar o moral das tropas e da população. A demissão de Zaluzhny, que efetivamente ocorreu em fevereiro de 2024, foi comemorada pelos russos e vista como resultado exitoso de seus esforços informacionais (Belton, 2024).

Assim, fica claro que a desinformação e a propaganda podem ser utilizadas como armas estratégicas para desestabilizar governos, dividir sociedades e influenciar o curso de um conflito. As operações psicológicas e informacionais conduzidas pelo Kremlin evidenciam a necessidade de que instituições militares e estatais adotem diretrizes claras e eficazes de Comunicação Estratégica, que incluam medidas de monitoramento de postagens em mídias sociais, de modo a proteger a credibilidade de suas lideranças, garantir a coesão interna e manter o apoio da sociedade às suas ações.

2.1.2 Mobilização dos públicos de interesse

A mobilização de públicos de interesse pode ser definida como o conjunto de ações estratégicas voltadas para influenciar, engajar e alinhar diferentes audiências a um objetivo político, militar ou social. No contexto da guerra, essa mobilização de públicos-alvo ocorre tanto no nível interno, para garantir o apoio da população e das tropas ao esforço de guerra, quanto no nível externo, buscando consolidar alianças, obter suporte material e diplomático e moldar narrativas globais favoráveis.

Tal mobilização é uma das funções essenciais da Comunicação Estratégica, na medida em que permite moldar percepções, construir apoios e fortalecer a resiliência social frente a desafios militares e políticos impostos à sociedade.

No nível doméstico, a mobilização busca reforçar a coesão nacional, manter a confiança nas instituições e sustentar o moral das tropas e da população. Esse esforço inclui campanhas de comunicação governamental, iniciativas de propaganda e criação de narrativas que unifiquem o país diante do conflito.

Já no nível internacional, a mobilização tem como objetivo sensibilizar governos, organizações internacionais e a opinião pública global para garantir apoio militar, financeiro e humanitário. Nesse sentido, estratégias de diplomacia pública e o uso de mídias sociais e tradicionais desempenham papel essencial na construção da percepção internacional sobre o conflito.

Na guerra na Ucrânia, a ação do presidente Volodymyr Zelensky exemplifica claramente a importância da mobilização dos públicos interno e externo como um elemento central da Comunicação Estratégica, sendo utilizada para fortalecer a posição política e militar de seu país. Sua experiência como ator, que lhe confere ampla experiência em como se comportar perante audiências, certamente favoreceu seu inegável sucesso comunicacional.

A seguir, serão analisadas algumas das principais estratégias adotadas pelo presidente Zelensky nesse campo.

2.1.2.1 Iniciativas voltadas para a mobilização do público doméstico

Comunicação direta e emocional: Zelensky utiliza uma linguagem simples e acessível para criar conexões emocionais com o público. Ele também enfatiza repetidamente suas mensagens estratégicas para influenciar a audiência.

Presença física e visibilidade: Zelensky demonstra liderança ao aparecer em vídeos no centro de Kiev e em cidades próximas à linha da frente, realizar reuniões com soldados ucranianos e visitar regiões severamente afetadas pela ofensiva russa. Além disso, ele foi hábil ao criar uma marca pessoal, abandonando o paletó e a gravata e passando a trajar permanentemente roupas na cor verde-oliva, ornamentadas pelo brasão da república ucraniana, simbolizando seu papel como presidente de um país em guerra. Tal ação tem a clara intenção comunicacional de criar uma empatia com a população de seu país e aumentar a confiança das pessoas no governo.

Criação de meios de comunicação acessíveis à população: o governo ucraniano criou plataformas na internet, como a “Dovidka Info¹”, destinadas a fornecer informações úteis e dicas para a população civil sobre segurança, primeiros socorros e formas de resistência à invasão russa.

Uso de mídias sociais: Zelensky utiliza plataformas digitais como YouTube, Telegram e X (antigo Twitter) para se comunicar com a população, tanto em ucraniano quanto em outros idiomas, como inglês, eslovaco, polonês e georgiano, buscando manter a população informada e transmitindo as ideias-força que deseja fazer chegar à população de seu país.

2.1.2.2 Iniciativas voltadas para a mobilização do público internacional

Discursos em parlamentos internacionais: Zelensky tem discursado nos mais diversos fóruns internacionais, como no Congresso dos EUA, no Parlamento do Reino Unido e de outros países europeus, buscando apoio e destacando a

¹Disponível em: <https://dovidka.info/>.

importância de se combater um inimigo, que na visão da Ucrânia, é um inimigo comum a todos os europeus.

Comunicação multilíngue: a comunicação de Zelensky não se limita ao ucraniano, utiliza vários idiomas, visando alcançar uma audiência internacional mais ampla.

Narrativas de superioridade moral e heroísmo: as narrativas ucranianas buscam demonstrar a superioridade moral da Ucrânia sobre a Rússia e o heroísmo dos ucranianos no campo de batalha. A Rússia é retratada como um “estado terrorista”.

Cooperação com parceiros internacionais: a Ucrânia tem trabalhado com parceiros ocidentais para combater a desinformação russa, incluindo colaboração com a Força-Tarefa East StratCom, da União Europeia², e a OTAN.

Uso de redes sociais e conteúdo criativo: o governo da Ucrânia usa ativamente redes sociais e conteúdo criativo, como memes e sátiras, para combater a propaganda russa e atrair a atenção de um público internacional.

Dessa forma, a experiência ucraniana evidencia a importância de estratégias de mobilização bem estruturadas, tanto no nível doméstico quanto internacional. No Brasil, a Comunicação Estratégica do Exército Brasileiro já prevê ações voltadas para o fortalecimento da percepção pública acerca da Força e a integração de esforços comunicacionais com atores institucionais. No entanto, as lições da guerra na Ucrânia reforçam a necessidade de constante aprimoramento, principalmente no que diz respeito ao uso coordenado de mídias digitais e ao combate à desinformação.

2.1.3 Uso de tecnologias emergentes

Uso de inteligência artificial, algoritmos e *Big Data*: plataformas de inteligência artificial têm sido utilizadas pelos dois lados em conflito para antecipar tendências e analisar mudanças de humor da população e da comunidade internacional. Nessa linha, *bots* e algoritmos otimizam a disseminação de

²Disponível em: <https://euvsdisinfo.eu/ukraine/>.

mensagens, garantindo que alcancem públicos-alvo específicos, com maior eficiência, eficácia e efetividade. Além disso, a tecnologia de *deepfake* tem sido utilizada para criar conteúdos falsos altamente realistas, servindo como uma poderosa ferramenta de desinformação (Goncharuk, 2024).

Guerra cibernética e ataques a infraestruturas digitais: tanto a Rússia quanto a Ucrânia têm realizado ofensivas cibernéticas, utilizando *hackers*, contra infraestruturas críticas, incluindo sistemas de comunicações militares e civis, redes de energia e plataformas de mídia. Os ataques também têm o objetivo de criar desordem na cadeia de comando e sobrecarregar as defesas dos adversários (Lewis, 2022).

Uso de drones na guerra informacional e psicológica: drones são usados por ambos os adversários para registrar ataques e reforçar narrativas de sucesso no campo de batalha, aumentando o impacto psicológico nas tropas adversárias. Em outros usos possíveis dessa tecnologia emergente, drones têm sido utilizados para disseminar panfletos, transmitir mensagens de rádio ou até mesmo *hackear* comunicações adversárias. Além disso, a onipresença de tais equipamentos no campo de batalha tem gerado medo e apreensão nos soldados por causa de sua ampla difusão, sons distintos e enorme exposição nas mídias sociais. A presença constante dos drones no campo de batalha gera ansiedade nos combatentes, o que contribui para o surgimento de variados tipos de transtornos psicológicos (Pino e Pettigrew, 2024).

O uso de tecnologias emergentes na Comunicação Estratégica transformou a maneira como a guerra informacional é conduzida. A combinação de inteligência artificial, guerra cibernética, redes sociais e drones permitiu à Ucrânia maximizar sua capacidade de mobilização interna e externa, enquanto a Rússia empregou táticas sofisticadas de desinformação para tentar desestabilizar seu adversário.

O aprendizado oriundo desse conflito indica que a Comunicação Estratégica contemporânea deve estar altamente integrada ao domínio tecnológico, permitindo às forças militares não apenas controlar a narrativa do conflito, mas também proteger suas infraestruturas críticas e neutralizar operações informacionais adversárias.

3. Lições para o Exército Brasileiro

Diante da análise da Comunicação Estratégica empregada na guerra da Ucrânia, torna-se evidente que o Exército Brasileiro deve continuar aprimorando suas capacidades nesse campo. A guerra informacional, uma realidade antiga, vê sua relevância crescer nos conflitos contemporâneos. Nesse contexto, as lições a seguir descritas emergem como aspectos fundamentais a serem incorporados no desenvolvimento doutrinário da Força.

3.1 Preparação para o ambiente de desinformação

O Exército deve capacitar seu pessoal para lidar com a desinformação, em um mundo em que o ambiente informacional se caracteriza pela precipitação, superficialidade, imediatismo e conturbação (Nunes, 2022, 2023; Gomes Filho, 2023). Os acontecimentos atuais comprovam que essa é uma realidade tanto nos campos de batalha ucranianos, quanto no dia a dia da atual sociedade, na qual a onipresença da informação, em um ambiente de radicalização política e social, requer dos militares conhecimentos teóricos e práticos acerca da realidade informacional que os cerca.

Nesse sentido, destaca-se a importância do desenvolvimento nos militares do Exército da capacidade de discernimento entre informações verdadeiras e manipuladas. É essencial o desenvolvimento do pensamento crítico que habilita o indivíduo a identificar mais facilmente a desinformação e a propaganda ao fornecer um cabedal de conhecimentos teóricos e práticos acerca do assunto.

O desenvolvimento desse pensamento crítico já acontece nas escolas do Exército. Entretanto, é mister que os comandantes, em todos os níveis, estimulem o desenvolvimento dessa habilidade em seus subordinados, promovendo análises e discussões dirigidas, além de alertar constantemente acerca das campanhas de desinformação às quais os militares são submetidos.

Outra medida imprescindível seria aprimorar as ferramentas à disposição do SISCEEx para o monitoramento contínuo do ambiente informacional, capacitando esse sistema para as tarefas de detecção e resposta ágil e eficaz às campanhas de desinformação que tenham o Exército como alvo. A criação, no

Centro de Comunicação Social do Exército, de uma seção de verificação ou o estabelecimento de parcerias com esse propósito poderia ser útil para fortalecer a capacidade do Exército em responder pronta e eficazmente à desinformação.

3.2 Integração de capacidades digitais

A guerra na Ucrânia demonstra o amplo uso, pelas duas partes em conflito, bem como por seus aliados, de ferramentas tecnológicas para moldar o ambiente informacional.

Dessa forma, o SISCEEx deve ampliar o emprego da Inteligência Artificial como uma ferramenta no processamento de grandes volumes de dados, detectando padrões de comportamento digital e antecipando-se a campanhas de desinformação.

Outra medida é a intensificação e o contínuo aprimoramento pelo Exército do uso de redes sociais e ferramentas digitais para fortalecer sua presença *on-line* e disseminar sua narrativa oficial.

3.3 Coordenação Interagências

A Comunicação Estratégica deve ser integrada a outras atividades governamentais, alinhando objetivos militares, diplomáticos e econômicos.

Nesse sentido, integrado ao âmbito do Ministério da Defesa, o Exército deve trabalhar em conjunto com as demais forças armadas, agências e órgãos do Estado para garantir uma abordagem integrada na comunicação estratégica do país.

No âmbito internacional, o Exército deve continuar a participar de fóruns internacionais e desenvolver redes de contato com aliados estratégicos, de modo a fortalecer a credibilidade e a influência brasileira por meio da diplomacia de defesa.

A interação do SISCEEx com os setores acadêmico e empresarial deve ser aprofundada. Empresas de tecnologia, universidades e startups especializadas em cibersegurança constituem importantes aliados na modernização das capacidades de Comunicação Estratégica do Exército.

3.4 Desenvolvimento doutrinário

As lições aprendidas da guerra na Ucrânia devem ser incorporadas à doutrina do Exército Brasileiro, atualizando, no que couber, os conceitos de operações psicológicas, guerra informacional e, mais amplamente, de Comunicação Estratégica.

Assim como os EUA possuem o *Cyber Command* e a OTAN investe em centros de excelência em comunicação estratégica, o Exército Brasileiro pode considerar o aprimoramento das estruturas já existentes para essa finalidade.

As simulações de combate e jogos de guerra regularmente realizados no âmbito do Exército devem, sempre que possível, incluir cenários e problemas militares que envolvam campanhas de desinformação, ataques cibernéticos e operações psicológicas.

A guerra na Ucrânia demonstrou que a Comunicação Estratégica e a guerra informacional são dimensões essenciais dos conflitos modernos. O Exército Brasileiro deve continuar investindo no aprimoramento de suas capacidades nesse campo, fortalecendo sua resiliência contra campanhas de desinformação, modernizando suas ferramentas digitais e ampliando sua integração com outros setores do governo e da sociedade. A implementação dessas lições pode garantir que a Força esteja preparada para enfrentar desafios no ambiente informacional contemporâneo, protegendo sua soberania e seus interesses estratégicos.

4. Conclusão

A guerra na Ucrânia evidenciou a centralidade da Comunicação Estratégica nos conflitos contemporâneos, demonstrando que a batalha pelo controle do ambiente informacional pode ser tão decisiva quanto as operações militares convencionais. A capacidade de influenciar percepções, de mobilizar públicos e de combater campanhas de desinformação tornou-se um fator essencial para a condução das hostilidades e a manutenção do apoio doméstico e internacional. Nesse contexto, o Exército Brasileiro deve continuar aprimorando sua doutrina, capacidades e estrutura organizacional voltadas à Comunicação Estratégica,

aprendendo com as experiências do conflito ucraniano e adaptando-as à sua realidade institucional e operacional.

As lições extraídas da guerra na Ucrânia reforçam a necessidade de aperfeiçoamento contínuo das estratégias de combate à desinformação, fortalecimento da mobilização de públicos internos e externos e incorporação de tecnologias emergentes no ambiente digital, como inteligência artificial e defesa cibernética. Além disso, destaca-se a importância da integração interagências, do fortalecimento da cooperação internacional e da ampliação da interação do Exército com o setor acadêmico e privado, especialmente nas áreas de segurança cibernética e análise de dados.

A implementação dessas medidas exigirá investimentos em capacitação, o desenvolvimento de uma cultura institucional que valorize a comunicação como um instrumento estratégico e a modernização de infraestruturas e processos voltados para o monitoramento do ambiente informacional. A criação de estruturas específicas dentro do SISCEEx para lidar com ameaças informacionais, bem como o aprimoramento da doutrina de guerra informacional e sua inclusão em exercícios militares, contribuirá para aumentar a resiliência do Exército frente aos desafios do século XXI.

Por fim, a guerra na Ucrânia deixa uma mensagem clara: a Comunicação Estratégica não é um elemento secundário nas operações militares, mas sim uma ferramenta indispensável para a construção da legitimidade, da credibilidade e da liberdade de ação das forças armadas. O Exército Brasileiro deve, portanto, consolidar e expandir sua atuação nesse campo, assegurando que sua narrativa seja forte, coesa e adaptada às dinâmicas do atual cenário global. O sucesso na guerra informacional pode não apenas definir os rumos de um conflito, mas também proteger a soberania e os interesses estratégicos do Brasil em um mundo cada vez mais influenciado pelo poder da informação.

Referências

BACHMANN, S.; PUTTER, D.; DUCZYNSKI, G. Hybrid warfare and disinformation: a Ukraine war perspective. *Global Policy*, [S.l.], v. 14, n. 5, p. 743-

752, nov. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1758-5899.13257>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BELTON, C. Russia's secret propaganda war against Ukraine's leader. *The Washington Post*, Washington, 16 fev. 2024. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. Exército Brasileiro. *Caderno de Ensino de Comunicação Estratégica*. Rio de Janeiro: Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. *Diretriz Organizadora do Sistema de Comunicação Estratégica do Exército (EB20-D-02.039)*. Brasília: EME, 2024b.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. *Política de Comunicação Estratégica do Exército Brasileiro (EB10-P-01.023)*. Brasília: EME, 2024a.

DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS ESTADOS UNIDOS. *National Strategic Communication Strategy*. Washington, D.C.: DoD, 2006.

GLANTZ, D. *Soviet military deception in World War II*. London: Frank Cass, 1989.

GLAPIAK, A. Implications of the war in Ukraine for the strategic communication system of the Polish Ministry of National Defence. *Security and Defence Quarterly*, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://securityanddefence.pl/pdf-173070-96089?filename=Implications%20of%20the%20war.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.

GOMES FILHO, P. A resiliência em um mundo precipitado, superficial, imediatista e conturbado. *Blog do Exército*, 2023. Disponível em: <https://eblog.eb.mil.br/w/a-resiliencia-em-um-mundo-precipitado-superficial-imediatista-e-conturbado>. Acesso em: 9 jan. 2025.

GONCHARUK, V. Russia's War in Ukraine: artificial intelligence in defence of Ukraine. *International Centre for Defence and Security (ICDS)*, 2024. Disponível em: <https://icds.ee/en/russias-war-in-ukraine-artificial-intelligence-in-defence-of-ukraine/>. Acesso em: 1 fev. 2025.

JACUCH, A. Disinformation and propaganda target Europe – Russia's disinformation activities against Ukraine. *Studia de Securitate*, [S.l.], 2021. Disponível em: https://studiadesecuritate.uken.krakow.pl/wp-content/uploads/sites/43/2021/06/1_Jacuch.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

KUTIDZE, D. Ukraine's strategic communication against the russian disinformation. *Gnomon Wise*, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://gnomonwise.org/public/storage/publications/October2023/mOEblCoTHtfxaBp8ql6p.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.

LEWIS, J. *Cyber war and Ukraine*. Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2022. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/cyber-war-and-ukraine>. Acesso em: 1 fev. 2025.

MOREIRA, A. *et al. A Comunicação Estratégica como vetor da consecução dos objetivos estratégicos do Exército*. Projeto Interdisciplinar. Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2021.

NILSSON, P.; EKMAN, I. Be brave like Ukraine: strategic communication and the mediatization of war. *National Security and the Future*, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.nsf-journal.hr/Portals/0/Dokumenti/Volume25,%20No1%202024/005-NSF-2024-VOL-25-No%201%20-%20Nilsson,%20Ekman%20021-064.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.

NILSSON, P.; EKMAN, I. Ukraine's information front: strategic communication during Russia's full-scale invasion of Ukraine. *ResearchGate*, [S.l.], 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/376751864_Ukraine's_

Information_Front_Strategic_Communication_during_Russia's_Full-Scale_Invasion_of_Ukraine. Acesso em: 6 jan. 2025.

NUNES, R. F. A Comunicação Estratégica do Exército e a Dimensão Informacional. *Coleção Meira Mattos*, [S.l.], v. 13, n. 48, p. 5-6, 2019.

NUNES, R. F. A liderança estratégica ante os desafios do mundo PSIC. *Blog do Exército Brasileiro*, 2023. Disponível em: <https://eblog.eb.mil.br/w/a-lideranca-estrategica-ante-os-desafios-do-mundo-ptic>. Acesso em: 8 jan. 2025.

NUNES, R. F. O mundo em acrônimos e a Comunicação Estratégica do Exército. *Blog do Exército Brasileiro*, 2022. Disponível em: <https://eblog.eb.mil.br/w/o-mundo-em-acronimos-e-a-comunicacao-estrategica-do-exercito>. Acesso em: 8 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE – OTAN. *Allied joint doctrine for strategic communications (AJP-10)*. Bruxelas: NATO, 2023.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE OTAN – OTAN. *NATO's strategic communications policy*. Bruxelas: NATO, 2009.

PINO, A.; PETTIGREW, S. Drones having psychological impact on soldiers. *TRADOC Army*, 2024. Disponível em: <https://oe.tradoc.army.mil/2024/12/11/drones-having-psychological-impact-on-soldiers/>. Acesso em: 1 fev. 2025.

SCHWETHER, N. A comunicação estratégica na Aliança Atlântica: conceito, estrutura e prática. *Análise Estratégica*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, p. 29-43, 2024a. Disponível em: <https://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/13160>. Acesso em: 7 jan. 2025.

SCHWETHER, N. Comunicação estratégica: primeiros aportes. *Análise Estratégica*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 27-41, 2024b. Disponível em: <https://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/13001>. Acesso em: 7 jan. 2025.

IV - Governança Internacional

A GUERRA NA UCRÂNIA: LIMITES E FRAGILIDADES DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA COLETIVA

Alcides Costa Vaz

Introdução

A guerra na Ucrânia impôs um conjunto complexo de desafios à governança internacional da segurança, tanto em nível regional quanto global. A invasão do território ucraniano pela Rússia, em fevereiro de 2022, marcou o retorno do conflito armado interestatal ao continente europeu. Essa ofensiva provocou reações imediatas dos países europeus e também dos Estados Unidos, que atuaram como garantes da segurança de seus aliados na região, ampliando o alcance do conflito para além da Europa.

Representou uma afronta direta à Carta das Nações Unidas e aos princípios vetores de promoção da paz e da segurança internacional. Impôs-se, assim, à comunidade internacional, o desafio de concertar respostas coletivas face à guerra que se instaurara, o que trouxe para o centro das atenções o papel dos mecanismos de segurança coletiva e sua eficácia em responder e conter o conflito e em conduzi-lo a termo. Nesse sentido, a continuidade e intensificação da guerra ao longo de três anos parece atestar a inoperância dos mecanismos de segurança coletiva.

No entanto, um exame mais detido da atuação de um diverso conjunto de mecanismos de segurança coletiva voltados em diferentes formas na guerra na Ucrânia permite não somente qualificar diagnósticos, mas também aduzir alguns ensinamentos sobre a importância e o papel da segurança coletiva em face de um conflito bélico de grande magnitude em sua dimensão e implicações políticas, de segurança e humanitárias. Este é o propósito da presente análise que está assim organizada: a primeira seção trata da segurança coletiva conceitualmente e como abordagem à promoção da segurança internacional; a segunda oferece um breve panorama da segurança coletiva e seus desafios no mundo contemporâneo; a terceira analisa o sistema de segurança coletiva provido pela Organização das

Nações Unidas e como o mesmo reagiu à guerra na Ucrânia; a quarta seção trata da arquitetura da segurança coletiva na Europa, colocando em foco o papel e atuação de duas alianças militares: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC); e, por fim, da Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE), seguindo-se, à guisa de conclusão, a indicação de lições aduzidas a respeito da importância e do papel que têm cumprido os mecanismos de segurança coletiva no marco da guerra na Ucrânia.

1. A segurança coletiva: considerações conceituais

A literatura dá conta de que a persecução pelos Estados e seus governos de interesses e objetivos de segurança no plano internacional se ampara, via de regra, em duas abordagens alternativas que representam, cada qual, opção estratégica assentada em premissas teóricas e políticas distintas e cuja definição reflete a tentativa de alinhar aqueles interesses e objetivos almejados no plano da segurança e os recursos disponíveis para fazê-lo. São elas: o equilíbrio de poder e a segurança coletiva. A promoção da segurança por meio do equilíbrio de poder repousa sobre a premissa de que a simetria de capacidades, em particular militares, inibe ou, no limite, dissuade ambições e desígnios de imposição de um Estado a outro por meios coercitivos ao aumentar concomitantemente riscos e custos políticos, econômicos, materiais e humanos de tal empreendimento. Em outras palavras, a simetria de poder inibe desígnios de domínio e potenciais agressões e, por consequência, gera um ambiente internacional mais seguro. Tal abordagem tem amparo nos enunciados básicos do realismo político no que tange à centralidade do poder, a escolha racional e a lógica da autoajuda como definidores essenciais do comportamento internacional dos Estados de modo geral e, em particular, no plano da segurança, em um ambiente caracterizado pela anarquia, ou seja, desprovido de qualquer forma de autoridade superior apta a sujeitar os próprios Estados.

A segurança coletiva concebe a promoção da segurança como um empreendimento conjunto, conduzido em um contexto cooperativo por Estados que compartilham interesses, preocupações e objetivos comuns, e que estejam

dispostos a adotar princípios compartilhados e assumir compromissos mútuos nesse campo. Trata-se, portanto, de uma concepção mais ampla do que a de uma aliança militar, cujo objetivo principal é reunir capacidades militares para fins defensivos ou ofensivos, com foco predominante na condução da guerra. A segurança coletiva, embora possa incluir ações conjuntas de natureza militar, abrange também outras formas de cooperação voltadas à mitigação de riscos, vulnerabilidades e ameaças à segurança dos Estados participantes. Além disso, expressa a disposição genuína desses Estados de reagirem coletivamente a ameaças que lhes sejam impostas, seja de forma individual ou conjunta.

A despeito dos aspectos que as diferenciam de simples alianças militares, dentre os quais o reconhecimento da importância de outros desafios de segurança para além das ameaças militares, é forçoso reconhecer que, historicamente, as iniciativas de segurança coletiva estiveram sim voltadas para o objetivo de evitar a guerra, do que foram exemplos o Concerto Europeu no século XIX, a Liga das Nações (1919-1946) e a Organização das Nações Unidas (1945 ao presente), além de uma miríade de iniciativas de alcance regional em larga medida concebidas no contexto da Guerra Fria. Porém, o próprio alargamento do escopo da segurança internacional se fez expressar nos mecanismos de segurança coletiva contemporaneamente que hoje abraçam um diverso conjunto de desafios de segurança, tais como: o terrorismo, o crime organizado transnacional, a segurança ambiental, alimentar, energética, cibernética, dentre muitos outros. Mesmo assim, evitar a guerra e/ou reagir a atos de agressão se mantêm como objetivos fulcrais da segurança coletiva, particularmente em um contexto internacional em que confrontos armados entre grandes potências deixam de ser percebidos como desenvolvimento pouco provável no curto e médio prazo, como se afigura a partir da guerra em curso na Ucrânia e da intensificação da disputa hegemônica entre Estados Unidos e China no plano global.

Em tal contexto, aumentam os incentivos à expansão dos gastos militares e ao armamentismo, fenômenos que se veem impulsionados também pela atratividade de uma nova geração de tecnologias e sistemas de armamentos, muitos tidos como disruptivos. Naturalmente, o armamentismo guarda relação estreita com a lógica do equilíbrio de poder, ao mesmo tempo em que alimenta questionamentos sobre a eficácia dos mecanismos de segurança coletiva para

contê-lo e para prevenir ou dirimir conflitos armados. A esse respeito e segundo Herd e Dunay (2011, p. 45),

(...) para que os sistemas de segurança coletiva funcionem efetivamente, três condições referidas a seguir devem ser atendidas: 1. Todos os Estados, especialmente os mais poderosos, devem assinar um acordo juridicamente vinculante; 2. Todos os Estados devem concordar sobre qual estado é o agressor em qualquer conflito. 3. Todos os Estados devem ser capazes e estar dispostos a se opor ativamente à agressão e ao agressor, recorrendo à ameaça de ação coletiva contra um agressor como último recurso.

Naturalmente, as condições acima enunciadas serão mais facilmente atendidas quanto mais restrito e homogêneo for o universo de atores envolvidos. No entanto, no mundo contemporâneo, as iniciativas de segurança coletiva de alcance global e regional são muito diversas quanto aos seus membros e aos interesses e posições que estes ostentam particularmente diante de situações conflituosas, tornando a construção de consensos um processo sempre moroso e, quando não, inalcançável.

O que está em questão no esforço de aduzir ensinamentos acerca da efetividade da segurança coletiva em situações em que o conflito armado é iminente ou se converteu em realidade são os incentivos e as condições para que se produzam convergências sobre as quais se possam definir e perseguir objetivos e linhas de ação conducentes à prevenção e à superação deles. Ou seja, ao se avaliar os mecanismos de segurança coletiva face a conflitos armados, é necessário transcender critérios adstritos à constatação da ocorrência/não ocorrência de guerras e do êxito ou fracasso dos esforços para encerrá-las. Deve considerar também a incidência e peso relativo do(s) mecanismo(s) de segurança coletiva na geração de contextos favoráveis àqueles desenvolvimentos mediante a facilitação do diálogo político, o provimento de espaços de negociação e de mediação, a prestação de ajuda em situações de emergência humanitária e, no limite, a intervenção direta, como em operações de paz. Deve considerar, por fim, a forma com que possam lidar com a amplitude e a complexidade dos fatores conducentes à guerra e também ao seu encerramento negociado. Com base nessa premissa, cabe analisar a importância da segurança coletiva no mundo contemporâneo para melhor aduzir as lições da guerra na Ucrânia sobre ela.

2. A segurança coletiva no mundo contemporâneo

Após o fracasso da Liga das Nações, a segurança coletiva recobrou fôlego com o impulso idealista que se instaurou no imediato pós-Segunda Guerra Mundial e, de modo particular, com o advento da Organização das Nações Unidas, que passaria a ser a espinha dorsal de um regime global de paz e segurança amparado nos princípios consagrados na Carta de São Francisco, no compromisso dos Estados de resolverem controvérsias pacificamente, na renúncia ao emprego da força para quaisquer outros fins que não a autodefesa e na delegação ao Conselho de Segurança da prerrogativa de empregar a força, quando necessário, em nome da comunidade internacional para conter ou cessar uma agressão a um país membro. Nesse sentido, cabe lembrar que a Carta de São Francisco autoriza expressamente a ONU a tomar medidas coletivas efetivas para evitar ameaças à paz e para reprimir atos de agressão ou qualquer outra forma de ruptura da paz, sendo o Conselho de Segurança a instância incumbida da tomada de decisão a respeito, devendo fazê-lo com base nos capítulos VI e VII da referida Carta. Como sabido, o Capítulo VI trata da resolução pacífica das controvérsias mediante recurso “à negociação, investigação, mediação, conciliação, arbitragem, arranjo judicial, recurso a organismos ou acordos regionais ou outros meios pacíficos de sua escolha.” Já o Capítulo VII se volta para respostas a ameaças ou ruptura da paz e a atos de agressão, o que pode envolver medidas envolvendo ou não o emprego da força segundo assim o considere o próprio Conselho de Segurança. É oportuno fazer referência também ao Capítulo VIII que alude à importância dos acordos ou organismos regionais na promoção da paz e da segurança e para a resolução pacífica de controvérsias.

Os capítulos da Carta da ONU acima referidos são usualmente associados às missões de paz, mas é igualmente oportuno recordar que o amplo repertório de missões ou operações de paz em seus diferentes propósitos e modalidades (construção, manutenção e imposição da paz) conduzidas sob a égide da ONU a partir da iniciativa pioneira de 1947 nos Balcãs não foi objeto de definições apriorísticas da própria Carta; resulta, antes, de um largo processo de aprendizado e de sedimentação de respostas adaptativas no transcurso de já quase oito décadas. Isso significa que o sistema de segurança coletiva provido pela ONU - e por

organismos regionais, com destaque para a Organização para a Unidade Africana (OUA) - por meio das missões de paz, tem se mostrado responsivo à grande diversidade de motivações e expressões que a violência armada assumiu desde a Segunda Guerra Mundial ao presente, em contextos geográficos e políticos igualmente muito diversos, representando, por conseguinte, um ativo de grande importância para a manutenção da paz e da estabilidade internacional.

A segurança coletiva também teve – e ainda desempenha – papel de singular importância ao contribuir para a distensão do panorama da segurança internacional e das relações entre potências rivais ao ensejar o tratamento multilateral de questões de alta sensibilidade e valor estratégico, tais como: controle de armas, desarmamento nuclear e convencional, a proliferação de armas de destruição de massa, controle de bens e tecnologias sensíveis, terrorismo, expansão do crime organizado, além de novos desafios de segurança suscitados nos planos ambiental, energético, alimentar, cibernético e da saúde global. Dito de outra maneira, a segurança coletiva tem atuado como fator de moderação e contenção das dinâmicas de disputas de poder, mesmo quando suas instâncias se transformam em palcos dessas mesmas disputas, como é notoriamente o caso do Conselho de Segurança da ONU, como se verá adiante.

É possível argumentar, por outro lado, que na mesma medida em que a segurança coletiva se mostra permeável e responsiva a novos desafios de segurança internacional, em particular as ameaças não militares, mostra-se menos efetiva no que diz respeito à prevenção e à terminação de conflitos armados. Tal argumento, porém, deve ser ponderado à luz do contributo das operações de paz conduzidas sob a égide da ONU e de organismos regionais ao largo de quase oito décadas, como antes referido, bem como dos avanços logrados, particularmente a partir dos anos 2000, no plano normativo relativamente à segurança humana, à proteção de civis e ao Direito Internacional Humanitário. Tais avanços se deram em resposta aos desafios suscitados pelo amplo reconhecimento dos indivíduos como referentes da segurança internacional, atributo antes praticamente exclusivo dos Estados, e pelo vertiginoso aumento dos conflitos intraestatais no pós-Guerra Fria, enraizados em animosidades étnicas, religiosas e culturais e também em disputas em torno do acesso e controle de recursos naturais e do domínio de espaços por agentes do crime organizado em suas diferentes expressões, todos com grandes

custos humanitários. A despeito das muitas controvérsias suscitadas em torno da agenda da segurança humana nas últimas décadas, é forçoso reconhecer que se produziram avanços políticos importantes no tratamento de conflitos armados em aspectos não contemplados pela via e pela lógica do equilíbrio de poder.

O grande flanco de vulnerabilidade da segurança coletiva no contexto da política e da segurança internacional no mundo contemporâneo está relacionado a um fenômeno que a emoldura, a alcança e a ultrapassa, qual seja, a crise do multilateralismo que, por sua vez, é faceta eloquente da crise da ordem liberal instaurada após a Segunda Guerra Mundial e em cujo marco se definiu a governança global em diversas áreas temáticas, dentre as quais, a própria segurança internacional. Erigida sob a égide da hegemonia norte-americana, a ordem liberal e seu vasto arcabouço de instituições multilaterais testemunhou o vertiginoso e inédito aumento do número de estados nacionais que quadruplicou em cerca de meio século em razão, primeiramente, da terceira e maior onda de descolonização que ocorreu entre a segunda metade da década de quarenta e meados dos anos setenta do século passado, e em seguida, da implosão da União Soviética e do fim da Guerra Fria no início dos anos noventa.

Se por um lado, o surgimento de várias dezenas de Estados suplantava tensões e conflitos inerentes ao domínio colonial em diferentes partes do globo, por outro, acarretou custos políticos e transacionais muito expressivos ao multilateralismo enquanto instituição internacional. Com efeito, o multilateralismo em sua acepção global passou a refletir o peso de profundas assimetrias de poder, a crescente complexidade, os impasses e a morosidade da construção de agendas, das negociações e da tomada de decisões. Assim, paulatinamente deixou de atender, mesmo que apenas satisfatoriamente, a crescente demanda por governança imposta pela expansão e aprofundamento da interdependência em múltiplos planos e pelas pressões advindas do aumento da população mundial, da deterioração do meio ambiente, do aquecimento global e dos riscos à saúde global.

À medida em que o multilateralismo deixa de cumprir funções importantes e passa a ter sua efetividade questionada ou mesmo, como no presente, contestada por importantes atores e forças políticas, aumenta a atratividade de pulsões unilaterais por parte de grandes potências e a persecução de estratégias

autonomistas por uma plêiade de países que se percebem vulneráveis e, muitas vezes, insatisfeitos com seu *status quo* de poder, o que aponta no sentido de uma crescente fragmentação política que torna estéreis esforços de ação coletiva em diversos âmbitos da vida internacional.

A crise do multilateralismo, por sua vez, encontra origem e correspondência no longo processo de declínio da hegemonia norte-americana que presidiu a construção da ordem liberal após a Segunda Guerra Mundial e que se torna patente com a vertiginosa ascensão comercial e econômica da China e com seu crescente ativismo nos planos político, diplomático, estratégico, militar e científico-tecnológico, tanto regionalmente como em termos globais, desafiando a condição de proeminência de que os Estados Unidos gozam há quase um século. Com isso, abrem-se possibilidades de realinhamentos em um contexto que pende a proclive a uma *multipolaridade segmentada* no sentido de que há, em um primeiro plano, dois grandes núcleos incontestes de poder: o primeiro segue estabelecido em torno dos Estados Unidos, com sua hegemonia em declínio e o segundo em torno da China, em franca ascensão. Estes dois polos estão secundados, respectivamente, por dois atores que se defrontam também com perspectivas declinantes: a Europa e a Rússia. Em um terceiro plano, estão países cujo *status quo* de poder, a partir de seu substrato regional, se encontra em ascensão, como são os casos da Índia, de Israel e do Irã.

O que é importante salientar a respeito da ascensão de uma ordem multipolar é que ela não possui o multilateralismo como corolário exequível, deixando aberto o caminho para que o equilíbrio de poder se consolide como abordagem e forma de persecução prevalentes da segurança internacional. A questão que se coloca, para a presente análise, diz respeito ao papel que a segurança coletiva pode cumprir em tal contexto e sua importância relativa para a estabilidade internacional. Para adentrar essa questão, passaremos a considerar a atuação das Nações Unidas, como mecanismo de segurança coletiva, face à invasão russa à Ucrânia.

3. O sistema de segurança coletiva das Nações Unidas e a guerra na Ucrânia

Na seção anterior foram apresentados os pressupostos e aspectos políticos, institucionais e normativos que sustentam a Organização das Nações Unidas

como mecanismo mor de segurança coletiva em termos globais. Como sabido, as questões de segurança da Europa transcendem a dimensão estritamente regional, dadas sua importância política, econômica e estratégica no plano global e também como palco privilegiado de disputas hegemônicas, atraindo interesses de um diverso conjunto de atores extrarregionais. Apesar de seu afastamento do eixo de poder global, com o fim da Guerra Fria, e a concomitante ascensão da Ásia e da Bacia do Pacífico, a Europa permanece importante espaço de definição de dinâmicas e tendências que alcançam e definem, em larga medida, o panorama da segurança globalmente, além do peso das grandes potências europeias nos processos decisórios internacionais em matéria de segurança consignado no fato de três dos cinco assentos permanentes do Conselho de Segurança da ONU serem ocupados por potências europeias.

Em tal contexto, a ONU foi arrastada para o centro das tratativas internacionais sobre a guerra na Ucrânia deflagrada a partir da ofensiva russa que, ao violar a integridade territorial e a soberania da Ucrânia, feriu diretamente princípios vetores da Carta das Nações Unidas, levando a que a Assembleia Geral adotasse resolução uma semana após a invasão, condenando-a. A partir de então, a guerra esteve na pauta de inúmeras reuniões do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral.

O Conselho de Segurança tornou-se palco do confronto de visões acerca do conflito, sem, contudo, lograr decisão de maior relevo e capaz de alterar o curso da guerra e, menos ainda, de abrir possibilidades para um desfecho negociado. O exercício do poder de veto, sobretudo por parte da Rússia, não somente evita a condenação da invasão pelo Conselho, mas retira a possibilidade de que a mais importante instância da ONU em questões relativas à paz e à segurança internacional exerça papel efetivo em definir condições conducentes ao desfecho negociado da guerra.

A paralisia do Conselho de Segurança tem aberto espaço para uma maior presença da guerra na Ucrânia na pauta da Assembleia Geral, pois segundo a Resolução 377A(V) quando o Conselho de Segurança se vê paralisado pela falta de consenso entre seus membros permanentes, falhando em sua missão de manter a paz e segurança internacionais, a Assembleia Geral pode se reunir em caráter especial e emergencial para posicionar-se sobre o tema em questão. Porém, cabe

ressalvar que suas resoluções não são vinculantes. Apesar disso, é significativo que as resoluções emanadas da Assembleia Geral condenam a agressão russa e instam ao cessar fogo e colocam em destaque a preocupação com a proteção de civis. Com isso, sem contar com a atuação efetiva do Conselho de Segurança no sentido de mobilizar esforços e empreender ações aptas a incidir no curso do conflito com vistas ao seu encerramento, o papel da ONU resulta circunscrito a prover fórum para reiteração de posições dos países membros sobre o conflito, mantendo-se, porém, politicamente alijada das tentativas de negociação para o fim do conflito, a despeito dos esforços de seu Secretário Geral de se manter ativo, no limite de suas competências, para aquele mesmo propósito.

Na ausência de protagonismo e influência política direta no que tange à saída negociada do conflito, a ONU se voltou para a proteção de civis, o apoio humanitário a refugiados, a proteção de crianças, e o apoio médico e alimentar e financeiro como eixos de atuação na Ucrânia (ONU, 2025), mobilizando suas agências e outros organismos internacionais em tais sentido, com destaque ao papel desempenhado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), promovendo ações articuladas com a Organização Mundial da Saúde (OMS), com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Embora de inquestionável valor e impacto particularmente junto à população diretamente alcançada pelo conflito e que apontem para outras agendas de segurança, as prioridades e ações referidas acima não são suficientes para vinculá-las, analiticamente, como indicativas de uma atuação robusta da ONU como mecanismo de segurança coletiva. A esse respeito é preciso considerar o peso da paralisia decisória que acomete o Conselho de Segurança, cujas decisões, diferentemente das resoluções da Assembleia Geral, são vinculantes. As perspectivas de que a atuação da ONU em relação à guerra da Ucrânia venha a se alterar residem, no presente, ao papel que possa cumprir ou a outros que lhe sejam assignados pelas partes diretamente envolvidas em um eventual acordo que ponha fim ao conflito, mesmo sem seu concurso direto. Ou seja, a melhor possibilidade de um protagonismo efetivo da ONU em relação à Ucrânia se desenha hoje no

horizonte do pós-conflito. Não se trata somente da mera continuidade das ações de suas agências especializadas e de seus programas voltados ao atendimento de necessidades humanitárias, como antes referido. Os desafios pós-conflito são mais amplos e, nesse sentido, é forçoso reconhecer a importância do grande cabedal de experiências de que a ONU é depositária e auferidas em mais de setenta operações de paz empreendidas desde sua criação em diferentes cenários e que serão certamente úteis na Ucrânia uma vez encerrado o conflito.

No entanto, a segurança coletiva na Europa não é caudatária apenas das Nações Unidas. Envolve também outros mecanismos e iniciativas regionais, inclusive alianças militares e que, por consequência, devem ser considerados para uma adequada compreensão das possibilidades e limites da segurança coletiva em face da guerra em curso na Ucrânia. O arcabouço da segurança coletiva na Europa é abordado na seção a seguir.

4. Segurança coletiva europeia e a guerra na Ucrânia

A arquitetura da segurança coletiva na Europa é um arranjo complexo cujo fundamento maior é dado pelos compromissos de defesa mútua celebrados no marco da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), originada em 1949, nos albores da Guerra Fria, e atualmente integrada por trinta e dois países, dos quais dois (Estados Unidos e Canadá) não são europeus. A OTAN é basicamente uma aliança militar, ou seja, um mecanismo de defesa coletiva instaurado sob a égide da Guerra Fria e sob liderança dos Estados Unidos, tendo como inimigos a União Soviética e os países de sua esfera de influência no Leste Europeu, posteriormente reunidos sob o Pacto de Varsóvia. Durante todo o transcurso da Guerra Fria, a OTAN não foi mobilizada para nenhuma incursão armada, mas atuou simultaneamente como componente direto e ativo de uma política de equilíbrio de poder e como pilar básico da segurança coletiva dos países europeus aliados aos Estados Unidos frente à União Soviética e seus aliados do Pacto de Varsóvia.

Como fim da Guerra Fria, a implosão da União Soviética e o desmantelamento do Pacto de Varsóvia, a OTAN passou por reformas e um processo de ampliação visando adequar-se às novas realidades e desafios de defesa e de segurança do

mundo pós-Guerra Fria. Com efeito, a partir da invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1991, e da Guerra na Bósnia, no ano seguinte, a OTAN empreendeu seis operações militares (a estas duas se seguiram a Guerra do Kosovo, a intervenção no Afeganistão, a missão de treinamento no Iraque, o combate à pirataria no Golfo de Áden e a intervenção na Líbia) todas empreendidas extraterritorialmente, isto é, fora do território dos países membros. Mas foi o movimento de ampliação da aliança em direção a países vizinhos da Federação Russa, tendo como elemento fulcral a aproximação da Ucrânia e sua eventual incorporação à OTAN, que viria a se transformar, ao lado das incursões russas na Geórgia e na anexação da Criméia, na questão estrategicamente mais sensível do cenário geopolítico europeu.

Nesse sentido, ao analisarmos a OTAN como pilar do mecanismo de segurança coletiva face à Guerra na Ucrânia, é forçoso reconhecer que ela tem tido um papel de grande importância na conformação do contexto político e de segurança no qual se instaurou o conflito e também em seu transcurso, mesmo que indiretamente, uma vez que a ajuda militar à Ucrânia é prestada individualmente pelos países membros da OTAN e não pela aliança em si, que, sob este ponto de vista, não pode ser considerada parte ativa daquele conflito. Porém, é importante recordar que quando da anexação da Crimeia, situada ao sul da Ucrânia, pela Rússia, a OTAN posicionou, pela primeira vez, batalhões militares na Estônia, Letônia, Lituânia e Polônia, além de uma brigada multinacional na Romênia, com o que se incorporou efetivamente ao cenário geopolítico da guerra na Ucrânia. Para além disso, os países membros instauraram, em julho de 2024, um mecanismo específico, sob a forma de um Comando, incumbido de coordenar a ajuda militar à Ucrânia, denominado Assistência e Treinamento de Segurança da Otan para a Ucrânia (NSATU), com cujo foco precípua é o repasse de equipamento militar e a condução de ações de treinamento de soldados ucranianos para operá-los. Segundo a declaração dos líderes da OTAN, a NSATU almeja prover bases duradouras para a assistência de segurança à Ucrânia e garantir apoio estável, previsível e coerente, sem, contudo, tornar a OTAN parte do conflito, mas afirmando um compromisso de longo prazo com o país envolvendo financiamento da ordem mínima de 40 bilhões de euros para as necessidades de segurança do país. (CONSELHO EUROPEU, 2024).

Portanto, mesmo não atuando diretamente nos teatros de operação da guerra na Ucrânia, a OTAN comparece, em seu papel e peso híbrido de uma aliança militar e de mecanismo de segurança coletiva, ambos, no entanto, matizados e relativizados pela preocupação em evitar a escalada e o transbordamento do conflito que seu engajamento direto como parte ativa no mesmo certamente facilitaria ou mesmo ensinaria. Por essa razão, a OTAN, mesmo que possua valor preponderantemente instrumental e não como instância de decisão política em si mesma, será importante fator de influência no desfecho do conflito e na configuração do ambiente geopolítico regional e global que se seguirá, na medida em que não há perspectiva de que ela venha a ser suplantada por outro mecanismo de defesa seja por força da vontade política dos países europeus seja por parte dos Estados Unidos que também não se acham em condições de dela prescindir enquanto substrato militar de sua própria hegemonia na Europa, particularmente quando esta condição hegemônica enfrenta desafios diretos.

O retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos afeta diretamente as perspectivas da OTAN, uma vez que desde seu primeiro mandato questionou o que considera ser uma distribuição desigual de custos e responsabilidades da defesa da Europa, tendo, também desde então, instado as potências aliadas europeias a assumirem maiores responsabilidades e custos de sua própria defesa, o que não implica necessariamente, um desengajamento da OTAN, mas uma redistribuição daqueles custos e responsabilidades em seu próprio seio

No entanto, a análise dos mecanismos de segurança coletiva existentes no contexto europeu e no entorno da Rússia no tocante à guerra na Ucrânia deve considerar, para além da própria OTAN, o papel da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), aliança militar criada em 1992, mediante a assinatura do Tratado de Segurança Coletiva ou Pacto de Tashkent - na esteira da implosão da União Soviética e da dissolução do Pacto de Varsóvia, congregando Rússia, Armênia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, países que integravam a recém-criada Comunidade dos Estados Independentes. No ano seguinte, Azerbaijão, Belarus e Geórgia se incorporaram ao TSC que entrou em vigor em 1994, por um período inicial de cinco anos. Em 1999, por meio de protocolo adicional firmado pela Armênia, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão,

Rússia e Tadjiquistão, o Tratado foi renovado por mais cinco anos. No entanto, o Azerbaijão, Geórgia e Uzbequistão não apoiaram a extensão do Tratado. Em 1992, os demais seis países criaram a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), com sede em Moscou, com o objetivo declarado de “fortalecer a paz, segurança e estabilidade internacional e regional, proteção coletiva da independência, integridade territorial e soberania dos Estados membros, para o qual os Estados membros dão prioridade aos meios políticos” (OTSC, 2025). Em 1994, Azerbaijão, Geórgia e Uzbequistão se retiraram do Tratado. Este último reingressou em 2006 e solicitou sua suspensão em 2012. Em novembro de 2024, a Armênia fez o mesmo.

À semelhança da OTAN, a OTSC é essencialmente uma aliança militar, muito embora sua atuação tenha se caracterizado mais por estar voltada a situações de crise nos países membros, como o envio de tropas para reprimir protestos e tentativa de golpe de estado no Cazaquistão em 2022 e pela inoperância em situações de conflito, como aqueles envolvendo Armênia e o Azerbaijão que disputam o controle da região de Nagorno-Karabakh e as disputas fronteiriças entre Quirguistão e Tajiquistão.

No tocante à guerra na Ucrânia, apesar de rumores de que a OTSC cogitara o envio de tropas para territórios no leste da Ucrânia controlados por separatistas apoiados pela Rússia, há um quadro de absoluta inoperância que é explicada pelo fato de a Rússia, por não se ver oficialmente em guerra, mas empreendendo uma “Operação Militar Especial”, não invocou o artigo 4º do Tratado de Segurança Coletiva que conclama à reação coletiva a uma agressão a um Estado membro, o que também denota sua disposição de prescindir da ajuda dos países sob sua órbita de influência como modo de afirmar sua proeminência em seu entorno. Ao mesmo tempo, à exceção de Belarus que tem apoiado a Rússia inclusive militarmente, os demais países da OTSC têm se absterido de tomar posição em relação às iniciativas militares russas, como na Geórgia, na Crimeia e na Ucrânia. Assim, diferentemente da OTAN, não se espera que a OTSC venha a exercer qualquer papel ou forma de influência no transcurso da guerra na Ucrânia pela falta de vontade de interesse tanto de parte da Rússia, país líder daquela aliança, como de parte dos países membros no sentido de privilegiar ou instrumentalizar

a OTSC para a consecução de objetivos relacionados à guerra ora em curso na Ucrânia.

Completando o rol de iniciativas de segurança coletiva existentes no contexto dos países europeus, passa-se a considerar o papel da Organização para a Cooperação e Segurança na Europa (OSCE), entidade criada em 1975, em Helsinque, e que conta, no presente, com 57 países membros abrangendo todos os europeus, inclusive a Federação Russa, outros da Ásia (Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão), além dos Estados Unidos e Canadá, na América do Norte, e da Austrália, na Oceania. A despeito de seus membros estarem situados em diferentes continentes, o que dá conta dos profundos vínculos entre a segurança europeia e a segurança global, a OSCE é reconhecida como organismo regional perante as Nações Unidas e atua em um amplo conjunto de desafios de segurança, compreendendo a prevenção e resolução de conflitos, controle de armas, segurança das fronteiras, combate ao terrorismo e às diferentes formas de tráfico, segurança cibernética, dentre outras (OSCE, 2025).

Trata-se, portanto, de um amplo fórum de cooperação em segurança, mas que não reúne todos os atributos próprios de um mecanismo de segurança coletiva, na medida em que lhe faltam o substrato institucional e os recursos para atuar militarmente. Por outro lado, possui um sólido arcabouço institucional e de iniciativas de cooperação em diferentes domínios por meio dos quais almeja fomentar e promover a segurança entre os países membros, o que lhe confere forte aproximação com os propósitos e meios da segurança coletiva, como abordado nas partes precedentes desta análise.

Como visto, a resolução de conflitos se inscreve entre os objetivos essenciais da OSCE, cabendo, portanto, inquirir sobre seu papel em relação à guerra na Ucrânia. Para tanto, é preciso considerar, inicialmente, que a OSCE organiza suas ações em missões regionais compreendendo o sudeste do continente europeu, o leste europeu, a região ao sul do Cáucaso e a Ásia Central. Mantém um robusto repertório de medidas de construção de confiança mútua e uma Corte de Conciliação e Arbitragem que lhe confere condição de atuar na prevenção e resolução pacífica de controvérsias. Dispõe também de instâncias e expertise particularmente voltadas para a atuação em situações pós-conflito. Por abraçar

uma concepção bastante ampla de segurança e de desafios correspondentes e por não dispor de recursos militares para intervir em conflitos bélicos, sua atuação se desenvolve no exercício de recursos de *soft power* com o sentido de prevenir conflitos armados e/ou de lidar com os desafios pós-conflito.

No caso da Ucrânia, a OSCE tem mantido, neste país, cerca de 20 projetos de apoio às instituições de estado e da sociedade civil com o fito de preservá-las tendo em vista o papel fundamental que desempenham junto à população tanto no decurso do conflito, como também, e principalmente, os que necessariamente desempenharão em um cenário pós-conflito. De modo imediato, os objetivos e ações prioritárias da OSCE estão remetidos às necessidades humanitárias, à prevenção e ao combate ao tráfico ilícito de armas, munições e explosivos e aos danos ambientais derivados do conflito (OSCE, 2025a).

Assim, embora sem nenhuma forma significativa de incidência nas decisões que determinam o curso e, eventualmente, o desfecho do conflito armado, a OSCE possui a condição absolutamente singular de congregar as partes diretamente envolvidas na guerra e de entabular ações cooperativas que contribuem para distender tensões no terreno e para responder a necessidades humanitárias. Como as decisões do organismo são tomadas consensualmente, a OSCE termina também cumprindo a função de prover fórum para o diálogo político ainda que adstrito às áreas e às formas de cooperação, tais como as acima referidas, em que haja convergência suficiente entre as partes para assumi-las e sustentá-las. Portanto, embora com papel praticamente nulo em torno das questões políticas e estratégicas determinantes para o desfecho do conflito, a OSCE, por meio de suas missões e a exemplo da ONU, pode vir a desempenhar papel relevante no pós-conflito, particularmente no que diz respeito ao atendimento de necessidades humanitárias, de reconstrução e na construção de medidas de confiança mútua em que possui um vasto repertório de experiências bem-sucedidas.

5. Conclusão: ensinamentos da guerra na Ucrânia sobre segurança coletiva

O exame da importância e da atuação dos diferentes mecanismos de segurança coletiva de alcance global e regional no contexto da guerra na Ucrânia permite aduzir, para além de aspectos atinentes a aspectos contextuais e às

respectivas singularidades acerca do papel que cada qual tem desempenhado no marco do conflito e que foram já apresentados nas partes precedentes, alguns ensinamentos sobre condições e aspectos que passíveis de tornar mais efetiva a incidência da segurança coletiva em sua maior ou menor centralidade como componente da estratégia dos países diretamente envolvidos no conflito e daqueles outros cujos interesses, preocupações e compromissos de segurança tenham sido postos em questão pelo mesmo de modo a justificar seu próprio envolvimento - quer se engajando diretamente ou apoiando uma das partes - ou atuando em um marco coletivo com vistas a favorecer um desfecho negociado.

Nesse sentido, um primeiro aspecto a ser salientado é que a efetividade — maior ou menor — da segurança coletiva, em contextos nos quais o conflito já se instalou, depende fundamentalmente da vontade política dos países envolvidos em priorizá-la em suas estratégias internacionais diante do enfrentamento. Esse fator explica, como visto, porque a OTAN comparece como fator de peso significativo na definição do contexto em que o conflito se desenvolve como, também o será, muito possivelmente, no cenário pós-conflito, uma vez que tanto a Ucrânia, como os Estados Unidos e seus aliados europeus, mesmo que por vezes com posições e cautelas diversas, demonstram vontade política de privilegiarem a OTAN como instrumento de suas estratégias políticas em relação ao conflito. Isso contrasta fortemente com a perspectiva da Rússia em relação à Organização do Tratado de Segurança Coletiva que é por ela mantida alijada do conflito. Também contrasta com a paralisia imposta ao Conselho de Segurança por seus próprios membros permanentes, notadamente a Rússia, por meio do exercício do poder de veto. Portanto, sob esse aspecto, a maior ou menor efetividade da segurança coletiva não decorre de aspectos inerentes à sua própria natureza e aos seus propósitos, mesmo em se tratando de alianças militares, mas antes da avaliação que fazem os países da oportunidade de a privilegiarem em suas respectivas estratégias internacionais face ao conflito.

Um segundo aspecto diz respeito ao peso da dimensão militar nos arranjos de segurança coletiva. Obviamente, que uma vez instalado o conflito, a possibilidade de nele incidir como resposta a uma agressão sofrida por um país parceiro em tal arranjo, como referido por Herd e Dunay (2011) citados na primeira seção, ou com o propósito de contê-lo e levá-lo a termo requer a

disposição de atuar militarmente. Portanto, aqueles mecanismos de segurança coletiva que dispõem de condições político-institucionais, materiais e humanas para mobilizar recursos de força estarão em condições de exercer influência tanto no curso do conflito armado como no ambiente político em torno dele. Porém, como o indica o caso da OTAN que é um ator relevante sem ser parte direta do conflito uma vez que a ajuda militar prestada à Ucrânia, embora coordenada, como visto, por sua NSATU, provém dos países membros individualmente. Embora seja um subterfúgio político, trata-se também de um recurso importante não apenas para preservar a própria aliança e evitar a escalada do conflito, mesmo que circunstancialmente, mas por ampliar o leque de opções quanto à forma de promover ou apoiar o engajamento militar.

Um terceiro aspecto aduzido dos casos examinados se relaciona às ações não militares tanto no transcurso do confronto armado como no contexto pós-conflito. A esse respeito, as iniciativas conduzidas sob a égide das Nações Unidas e aquelas sob a égide da OSCE e suas missões dão conta de que a importância dos mecanismos de segurança não se prende tão somente à prevenção, resposta a agressões e superação dos conflitos armados, mas se estende a dimensões não militares, como a assistência humanitária, a proteção de civis e das instituições de estado e da sociedade, tratamento de riscos e danos ambientais, segurança alimentar, dentre outras, e que são de fundamental importância durante e após o conflito armado.

Por fim, depreende-se que, mesmo quando inteiramente alijados das ações militares propriamente e/ou dos espaços de diálogo e decisão política, mecanismos de segurança coletiva podem encontrar espaços de funcionalidade de maior ou menor relevância segundo a valoração que lhes sejam prestados pelas partes diretas do conflito ou também por seus países membro. Isso pode ocorrer tanto no próprio transcurso do conflito armado como no pós-conflito. A segurança coletiva como forma de promoção da segurança internacional frente ao seu maior desafio que é o ato de guerra, se configura, portanto, como opção possível, embora não imprescindível; mas, como o exemplifica a guerra na Ucrânia, termina oferecendo possibilidades importantes e atrativas o suficiente para que, do ponto de vista político, diplomático, estratégico-militar e humanitário, se mantenham presentes

no repertório dos instrumentos a que recorrem as partes diretas do conflito e os países por ele alcançados.

Referências

CONSELHO EUROPEU. Mecanismo para a Ucrânia. *Consilium*, 2004. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/py/policies/ukraine/facility>. Acesso em: 15 jan. 2025.

HERD, Graeme P.; DUNAY, Pál. The European Security Treaty (EST): collective security or collective inaction? *In: Institute for Peace Research and Security Policy at the University of Hamburg (Ed.). OSCE Yearbook 2010*. Baden-Baden: Nomos, 2011. p. 45-59.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). ONU reforça assistência humanitária na Ucrânia. 2025. Disponível em: <https://unric.org/pt/onu-reforca-assistencia-humanitaria-na-ucrania>. Acesso em: 24 jan. 2025.

ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE (OSCE). Mission, institutions and structure. 2025. Disponível em: <https://www.osce.org/what-we-do>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE (OSCE). OSCE in Ukraine. 2025. Disponível em: <https://www.osce.org/osce-in-ukraine>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE SEGURANÇA COLETIVA (OTSC). Tratado de Segurança Coletiva. 2025. Disponível em: <https://en.odkb-csto.org/documents>. Acesso em: 5 jan. 2025.

A GUERRA NA UCRÂNIA E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Carlos Frederico Cinelli

Introdução

A guerra entre Rússia e Ucrânia é um conflito complexo, com raízes históricas, políticas, econômicas e culturais. Sua eclosão em 2014¹, atingindo intensidade sem precedentes em 2022, pode ser explicada por uma combinação de causas remotas e imediatas, antecedentes históricos e eventos específicos. Rússia e Ucrânia compartilham uma história que remonta ao Estado eslavo de Kiev (Rus' de Kiev), do qual ambos os países se consideram herdeiros. No entanto, após séculos de domínio do Império Russo e da União Soviética, emergiram tensões sobre identidade nacional e independência. Enquanto parte da população ucraniana busca maior integração com a Europa, outra, especialmente no leste e na Crimeia, tende a se identificar mais com a Rússia.

A dissolução da URSS resultou na independência da Ucrânia, mas também deixou disputas não resolvidas sobre fronteiras, alianças políticas e controle territorial, especialmente na Crimeia e no leste ucraniano. Do mesmo modo, a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia aguçou a percepção russa quanto a ameaças à sua segurança. Nesse sentido, a Rússia vê a Ucrânia como parte de sua esfera de influência e se opõe à sua orientação pró-Occidente.

O Direito internacional humanitário (DIH), também conhecido como Direito Internacional dos Conflitos Armados, é um ramo do Direito Internacional

¹Em 2014, a Rússia anexou a península da Crimeia, alegando proteger a população de etnia russa. Esse ato foi condenado internacionalmente como uma violação da soberania ucraniana. Por sua vez, separatistas pró-Rússia, apoiados por Moscou, iniciaram uma guerra nas regiões de Donetsk e Luhansk, resultando em milhares de mortes e mergulhando as populações da área numa grave crise humanitária. Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão em larga escala, alegando proteger populações russófonas e desmilitarizar o país. No entanto, especialistas apontam que o objetivo de Moscou, na verdade, foi impedir a integração da Ucrânia à OTAN e reafirmar seu poder regional. Causas à parte, trata-se de um conflito armado que, supunha-se, seria de curta duração, dada a assimetria de poder de combate entre ambos os contendores.

que busca limitar os efeitos da guerra, protegendo aqueles que não participam diretamente das hostilidades e regulando os meios e métodos de combate. O conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia trouxe à tona importantes reflexões e lições para a aplicação e o aprimoramento do DIH, bem como lançou luz sobre antigos e novos desafios para a efetividade das normas humanitárias em cenários contemporâneos de guerra.

Desse modo, tendo como linha-base argumentativa a fonte principiológica do DIH (ou seja, os princípios fundamentais da *humanidade, distinção, necessidade militar, proporcionalidade e limitação*), este capítulo assinala alguns dos ensinamentos e lições aprendidas a partir desse conflito, sempre que possível ilustrados por casos concretos ocorridos naqueles campos de batalha.

1. O Direito Internacional Humanitário (DIH)

A guerra, como fenômeno social exteriorizado pelo uso da violência, sempre acompanhou a trajetória evolutiva humana e seus processos civilizatórios. Quer como um fim em si mesmo, quer como instrumento para a resolução de choques entre vontades antagônicas, o recurso aos meios violentos é uma marca, ainda que indesejável, do comportamento humano. Deitando raízes que remontam às primeiras civilizações conhecidas, passando pelas concepções dos filósofos religiosos medievais — em especial Santo Agostinho e São Tomás de Aquino —, até desaguar no berço da formação dos modernos Estados-nação, conflitos armados² permearam relações de poder e influenciaram decisivamente o nascimento do Direito Internacional Público.

Muitos desses conflitos armados tiveram causas religiosas — como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) — e, não obstante, diferentes métodos desumanos de combate foram largamente empregados. A brutalidade da Guerra dos Trinta

²N. do A.: a expressão *conflito armado* tem sido tecnicamente preferida pelos juristas internacionais como sinônimo de *guerra*, já que esta última pode suscitar, no plano legal interno dos Estados, alegações jurídicas direcionadas a justificar uma desnecessidade de vinculação do Estado a um *direito de guerra* caso não haja uma declaração formal de guerra, um instituto que feneceu à época da 2ª Guerra Mundial. O Direito Internacional Humanitário (DIH), sinônimo de Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), é aplicável em qualquer conflito armado, exista ou não um “estado de guerra” entre as partes.

Anos, em especial, sensibilizou um jurista holandês, Hugo Grotius³, autor de obra considerada seminal para o atual Direito Internacional Público. Algumas de suas ideias seriam as precursoras das atuais premissas da condução da guerra. Foi justamente para tentar uma solução normativa permanente para o problema da guerra que se criou o direito internacional. A sua primeira sistematização deveu-se ao próprio Grotius, em sua obra “De iure belli ac pacis” [Das leis da guerra e paz] publicada em 1625, fundada no fato bélico e comportando duas partes: o direito preventivo da guerra (*ius ad bellum*) e a regulação jurídica da situação ou estado de guerra (*ius in bello*)⁴. Para nossos fins neste capítulo, nos deteremos na vertente do *ius in bello*, considerado o Direito Internacional Humanitário *stricto sensu*, já que o corpo de normas a regular o *ius ad bellum* (ou as regras internacionais para o uso da força), ancoradas na Carta da ONU, ensejaria, no caso da Guerra Russo-Ucraniana, dada a potencial controvérsia inerente, uma abordagem em texto apartado.

Em 1859, Henry Dunant, um comerciante suíço a caminho de uma audiência de negócios com o Imperador Napoleão III da França, deparou-se com uma batalha campal envolvendo franceses e austríacos, na região que hoje é o norte da Itália. Horrorizado pelo modo como os combatentes feridos eram deixados à própria sorte, com seus corpos insepultos sendo abandonados ao apetite de aves de rapina, Dunant interrompeu sua viagem. Valendo-se de civis voluntários da própria comunidade cujo nome batizava a batalha — Solferino —, ele organizou um mutirão improvisado para prestar ajuda humanitária aos soldados moribundos e sepultar dignamente os cadáveres. No retorno à Suíça, com o apoio de outros influentes compatriotas helvéticos, criou em 1863 o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Em 1864 foi assinada a primeira Convenção de Genebra, e daquele ano em diante vários tratados foram pactuados sob a égide do CICV, a quem cabe a promoção e a difusão do Direito Internacional Humanitário.

³N. do A.: sistematizador do *jusnaturalismo*, Grotius opôs-se às doutrinas teológicas do feudalismo e afirmou que o fundamento do direito reside na própria natureza humana. Para ele, o *direito natural* é um direito espontâneo, que se origina da própria natureza social do homem e resulta da conjugação entre experiência e razão.

⁴Comparato, F.K. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 612. São Paulo: Companhia das Letras: 2006

Tendo por base tratados celebrados principalmente em Genebra e na Haia, o DIH busca, de um lado, proteger pessoas e bens civis dos efeitos dos combates; de outro, regular meios e métodos de guerra, não permitindo que a sua escolha fique inteiramente à mercê da vontade das partes contendoras. Em resumo, o DIH moderno surgiu na segunda metade do século XIX e sua evolução está intimamente ligada ao desenvolvimento do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, uma instituição estritamente neutra.

Em termos muito gerais, podemos dizer que o DIH é um direito de exceção, aplicável apenas às situações de conflito armado, quer internacional (entre Estados, como no caso da Guerra Russo-Ucraniana), quer não-internacional (grupos armados não-estatais combatendo entre si ou enfrentando um Estado constituído, tudo dentro um mesmo território). Esse ramo do direito oferece aos indivíduos diferentes tipos de proteção, dependendo da categoria a que pertençam. Por exemplo, existem regras específicas para doentes e feridos, náufragos, prisioneiros de guerra e população civil. Ele também vincula não apenas os Estados, mas engloba atores não-estatais, particularmente grupos armados, e se aplica a qualquer conflito armado, independentemente de onde ele ocorra. Além disso, as regras específicas do DIH aplicáveis a um determinado conflito dependerão da natureza (do *tipo*) desse conflito. Por exemplo, todo o corpo do DIH se aplica a um conflito armado internacional, enquanto apenas algumas regras se aplicam aos conflitos armados não internacionais.

2. O que aprendemos sobre o Direito Internacional Humanitário neste conflito?

As guerras – ou, tecnicamente, conflitos armados – são usualmente classificadas segundo variados critérios: duração no tempo, nível de intensidade das hostilidades, natureza dos contendores, formas de apoio externo às partes em conflito, ambiente operacional etc. Nas últimas décadas, uma abordagem de

cunho *geracional*¹ ganhou relevância, agrupando-as segundo determinadas características comuns. Essa perspectiva contemplava também a ideia de uma progressividade irreversível, ou seja, cada geração seguinte sucederia a anterior, supostamente de modo definitivo.

Embora a eclosão da Guerra na Ucrânia tenha servido para demonstrar a inconsistência dessa suposta irreversibilidade geracional – ou seja, houve a eclosão de um conflito de geração anterior à atualmente predominante –, decerto que a abordagem permanece válida como indutora de um padrão para análise das técnicas, táticas, procedimentos, objetivos políticos e outros aspectos doutrinários de cada um dos modelos. A contenda entre Rússia e Ucrânia enquadra-se, portanto, em um conflito de padrão 3^a geração², caracterizado pela predominância de manobras militares clássicas e pelo emprego massivo, por ambos os lados, de armamentos de alta letalidade e amplo alcance.

Por sua vez, na vertente da classificação jurídica, a guerra entre Rússia e Ucrânia é um acabado exemplo de conflito armado internacional, fazendo com que todo o arcabouço legal do DIH seja aplicável, o que, de certa forma, torna a análise das condutas no campo de batalha mais diversa e, na maior parte dos casos,

¹N. do A.: essa abordagem geracional refere-se ao modelo de classificação das guerras proposto por William S. Lind e seus colaboradores em 1989, aplicável aos conflitos armados pós-westfalianos, ou seja, a partir do término da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), evento que marca o nascimento do conceito de Estado como detentor legítimo do monopólio territorial da violência organizada. Nesse sentido, para Lind a história das guerras “modernas” seria dividida em quatro gerações distintas, a partir da predominância de certas características, e com base em mudanças tecnológicas, operacionais e táticas observadas na condução das hostilidades bélicas: 1^a Geração: caracterizadas pela guerra em linhas, estática, com foco no uso de artilharia e em esporádicos ataques rápidos de pouca envergadura (ex: Guerra Franco-Prussiana, 1870-71); 2^a Geração: marcadas pelo uso intensivo do fogo concentrado, especialmente a artilharia, e pela busca da manobra de grandes efetivos, porém limitadas a ataques frontais de infantaria a pé (ex: 1^a Guerra Mundial, 1914-18); 3^a Geração: busca de um choque rápido, decisivo e baseado na surpresa estratégica, graças ao emprego de aeronaves e de massivas forças blindadas, desbordando e envolvendo as posições inimigas, a fim de provocar a sua destruição em posição (ex: 2^a Guerra Mundial, 1939-45); 4^a Geração: notabilizada pelo uso de estratégias mais descentralizadas, com foco em conflitos irregulares de baixa intensidade e na perda do monopólio da violência pelo Estado, tendo como atores, além das forças armadas nacionais, variados grupos armados não estatais, que se enfrentam entre si ou antepõem-se militarmente ao ente estatal, movidos por questões étnicas, comerciais, religiosas, políticas etc (ex: Guerra do Afeganistão, 2001-21).

²N. do A.: como leitura correlata, sugere-se o artigo “Modern Positional Warfare and How To Win in It”, de Valerii Zaluzhnyi, disponível em <https://nsarchive.gwu.edu/sites/default/files/documents/semon9-ryglx/2023-11-00-Zaluzhny-Modern-Positional-Warfare-and-How-to-Win-It-Economist-website.pdf>

menos controversa. Isso porque, diante da indiscutível distinção sobre quem é civil e quem é combatente, sobre o que pode ser alvejado, e o que não pode, a “névoa da guerra” dissipa-se, dando aos comportamentos e ações contornos mais claros de permissividade ou de vedação.

No que concerne à estrutura legal aplicável aos conflitos armados, o art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça lista, como sendo as fontes do direito internacional:

- as convenções e tratados dos quais os Estados em disputa são partes;
- o direito consuetudinário (costume) internacional;
- os princípios gerais do direito reconhecidos pelas nações civilizadas;
- as decisões judiciais de cortes internacionais (jurisprudência) e;
- a doutrina dos juristas mais qualificados.

Os tratados são considerados as fontes por excelência do DIH. Como uma norma imperativa só pode ser derogada³ por um novo consentimento geral da comunidade internacional, sua erosão por meio da violação é praticamente impossível.⁴ Além de proibir que outros tratados sejam celebrados se houver neles violação às normas humanitárias, os tratados de DIH não podem ser denunciados em tempo de conflito armado por uma das partes envolvidas.^{5 6}

Uma parte considerável do DIH encontra-se nas quatro Convenções de Genebra de 1949. Quase todos os países do mundo aceitaram a vinculação às Convenções, que foram desenvolvidas e completadas por mais dois acordos — os Protocolos Adicionais de 1977. Existem ainda vários acordos que proíbem o uso de certas armas e táticas militares, entre os quais: as Convenções da Haia de 1907; a Convenção de Armas Bacteriológicas (Biológicas) de 1972; a Convenção de Certas Armas Convencionais de 1980; a Convenção das Armas Químicas de 1993; a Convenção da Haia de 1954, protege o patrimônio cultural em tempo de conflito armado. Hoje em dia, muitas das normas mais importantes do DIH são aceitas como direito consuetudinário, ou seja, como costume internacional.

³Do latim, *derogatio*: anulação de uma lei por outra; revogação parcial de uma lei por outra (PEREIRA, 2004, p. 124).

⁴Mello, 1997, p. 147.

⁵Cherem, 2003, p. 57.

⁶Conforme ensina Accioly (1982, p. 136), a denúncia de um tratado é o ato pelo qual uma das partes contratantes comunica à outra, ou às outras, a sua intenção de dar por findo esse tratado, ou de se retirar dele.

Isso significa, entre outros aspectos, que não há que se falar em não ratificação de determinado tratado como escusa ao descumprimento de determinada norma humanitária consagrada pelo costume.

Algumas vezes, tanto os tratados quanto o costume internacional não proporcionam orientações suficientes para uma abordagem mais abrangente, o que pode vir a ser obtido por meio dos princípios fundamentais. Destarte, no universo das fontes do DIH, os princípios fundamentais detêm um lugar primacial, porque eles são a base do direito [humanitário] positivo, cujas regras são apenas a cristalização e a concretização dos ditos princípios.⁷

Portanto, as verdadeiras bases cognitivas para a compreensão das regras do DIH depositam-se primordialmente nos princípios que o regem. Bem assimilados, eles serão facilmente identificados, vis-à-vis, por ocasião do enquadramento nas respectivas regras positivadas, além de servirem como esteios, como guardiões residuais da eficácia jurídica em caso de não aplicabilidade objetiva daquelas mesmas regras.

Os princípios fundamentais são, em essência, as fibras do tecido do direito internacional humanitário. Sua aplicabilidade como norteadores das condutas em combate será tão mais concreta quanto mais civilizada for a autoimagem daqueles que executam essas ações. Caso enxerguem-se como lídimos soldados, eis que se fazem presentes as condições para uma guerra legítima. Caso contrário, estão lançadas as bases para o culto à barbárie.

2.1 A Guerra na Ucrânia e os Princípios Fundamentais do DIH

2.1.1 O Princípio da Humanidade

A finalidade do princípio da humanidade é evitar e aliviar, a todo custo, em qualquer situação, o sofrimento humano. Um dos exemplos de observância desse princípio é o que refere a como os prisioneiros de guerra são tratados pelas partes. Até mesmo Lênin o manteve em vigência após a Revolução Bolchevique de 1917, por considerá-lo “parte do patrimônio comum da humanidade”.⁸ No conflito entre

⁷Acioly, 1982, p. 5.

⁸Swinarski, 1991, p. 14.

Rússia e Ucrânia houve, como no mais ocorre de modo generalizado em guerras mundo afora, acusações, de parte a parte, de execuções sumárias, tortura e exposição pública humilhante.¹ Mas o que dizem as normas?

Em caso de captura pelo inimigo será concedida a todo aquele que está participando diretamente das hostilidades, quer lícita, quer ilícitamente, a *condição* de prisioneiro de guerra (PG), que lhe prestará certos privilégios enquanto estiver detido: tratamento humano e justo, o direito de não ser insultado, cuidados médicos gratuitos e imunidade contra atos de represália. Caso o indivíduo tenha-se engajado direta e legalmente nas hostilidades (e, por tal, lhe tenha sido atribuído o *status* de combatente), importantes prerrogativas para ele afloram: a imunidade à persecução penal e o direito de ser repatriado sem demora ao término das hostilidades.²

Essa imunidade como combatente é a imunidade de ser julgado por atos de guerra ou atos cometidos antes de ser capturado como prisioneiro de guerra. Diferentemente da *condição* de prisioneiro de guerra, que se oferece também a certos civis ilegalmente engajados nas hostilidades, a imunidade como combatente é disponível apenas aos combatentes. Portanto, há que se diferenciar a *aquisição do status de PG* – circunstancial – do *tratamento equivalente ao de PG* – humano, ético e obrigatório, qualquer que seja a situação de captura.³ São, portanto, nuances diferentes de um mesmo núcleo protetivo.

Nesse sentido, é interessante observar que, no caso do conflito na Ucrânia, nem mesmo a hiperconectividade em rede das sociedades modernas (e, supostamente, de suas guerras) foi capaz de assegurar que os que deviam ser protegidos, uma vez rendidos, feridos ou doentes, o fossem. Também não somente o chamado “fator CNN” (a presença fluida da imprensa livre nos ambientes de combate) teve o condão de garantir que o tratamento humano correspondente fosse dispensado aos prisioneiros.

Como se verifica, portanto, tanto o senso ético dos comandantes, como o papel fundamental exercido pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha em suas

¹N. do A.: ironicamente, a História registra que foi a Rússia também quem primeiro propôs a formalização, em um tratado, do fundamento que proíbe atos desnecessariamente cruéis ou que causem sofrimento evitável (a Declaração de São Petersburgo, de 1868).

²IV Convenção de Genebra, art. 118.

³Protocolo Adicional I (1977), artigos 44 (4); 45 (3); 75.

visitas e inspeções, permanecem constituindo o principal binômio fomentador e fiscalizador do que se espera quanto à aplicabilidade do princípio da humanidade. Em consequência, podemos afirmar que o respeito às normas sobre prisioneiros de guerra requer, entre outras medidas, monitoramento contínuo e fortalecimento de mecanismos de responsabilização.

2.1.2 O Princípio da Distinção

É sobre o princípio da distinção que se assenta todo o edifício do DIH como corpo normativo destinado à proteção de pessoas e de bens. Ele visa, por exemplo, a impedir ataques amplos e indiscriminados sem preocupação com baixas civis ou danos à propriedade.

Ele se baseia, por um lado, na definição de objetivo militar – quando impõe que as operações sejam orientadas a esses objetivos – e, por outro lado, na adequada distinção entre os que são considerados população civil e aqueles que possuem o *status* de combatente. Em outras palavras, identificam-se nitidamente duas dicotomias necessárias: *civil x combatente* e *bem civil x objetivo militar*⁴. Sem esse enquadramento, os beligerantes gozariam, como outrora, de liberdade irrestrita para eleger os objetivos militares aleatória e empiricamente, além de direcionar as hostilidades a qualquer indivíduo, indistintamente.⁵

Uma das principais consequências da maior “urbanização” das guerras — como a que se desenrola entre Rússia e Ucrânia — é a mudança drástica no perfil dos atingidos pelos seus efeitos: cada vez mais os civis tornam-se vítimas dos conflitos. Além das guerras mais urbanas, há outros três fatores que contribuem para essa progressiva inversão: a tecnologia como aliada dos militares

⁴A distinção tem duas partes que precisam ser sequencialmente respeitadas. A primeira parte é a distinção entre civis e combatentes. A segunda parte — atacar somente combatentes e objetivos militares — somente é possível quando as partes já distinguiram os combatentes dos civis. A separação de exércitos (combatentes) dos habitantes pacíficos (civis) em duas classes distintas foi talvez o maior triunfo da lei internacional (Maxwell, 2005, p. 78) e o seu efeito em mitigar as crueldades da guerra tem sido incalculável (Spaight, *apud idem*).

⁵Nesse sentido, o art. 48 do Protocolo Adicional I (1977) estipula, como regra fundamental que, “com vistas a assegurar o respeito e a proteção da população civil e dos bens de caráter civil, as Partes em conflito devem sempre fazer a distinção entre população civil e combatentes, assim como entre bens de caráter civil e objetivos militares, devendo, portanto, dirigir suas operações unicamente contra objetivos militares”.

(capacetes e coletes balísticos, viaturas blindadas, armamentos à prova de falhas), os resíduos de guerra (minas, munições de fragmentação etc.) e a indefinição dos atores no campo de batalha (misturando combatentes ilegais aos civis e aos próprios militares).

Por exemplo, os ataques a áreas urbanas densamente povoadas, tanto por russos quanto por ucranianos, violaram frontalmente o princípio da distinção, gerando mortes de civis e destruição de infraestrutura civil essencial. A seleção, como objetivos militares a serem atacados, de bens civis protegidos pelas normas humanitárias, colide com a distinção imposta pelo DIH. Os casos das maternidades ucranianas bombardeadas em Mariupol e em Vilnyansk (esta última, na região de Zaporizhzhia) são emblemáticos nesse sentido, já que hospitais e outras instalações de saúde devem ser especialmente protegidos dos efeitos dos combates. Do mesmo modo, eleger cidades inteiras como objetivos militares viola as normas humanitárias, já que essa conduta despreza a obrigatoriedade de haver uma discriminação espacial do objetivo a ser atacado.⁶

Extrai-se daí, portanto, que a violação da distinção nesse conflito demonstra a importância de fortalecer mecanismos de treinamento para os militares, monitorados por agentes do Estado capacitados para tal, e por organizações internacionais, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

2.1.3 O Princípio da Necessidade Militar

A necessidade militar permite o uso proporcional da força durante um conflito armado para conseguir que o inimigo se renda ou para degradar suas forças armadas. No entanto, existem limites aos métodos e meios empregados e as necessidades militares não são uma escusa a um comportamento desumano nem a alguma atividade proibida. Em outras palavras, somente são justificáveis as medidas indispensáveis para o cumprimento da missão, desde que não contrárias ao DIH e obedecendo a quatro elementos básicos:

⁶Protocolo Adicional I (1977), art. 51 (5): “Serão considerados como efetuados sem discriminação, entre outros, [...] os ataques por bombardeio, quaisquer que sejam os métodos ou meios utilizados, que tratem como objetivo militar único um certo número de objetivos militares nitidamente separados e distintos, situados em uma cidade”.

1. a força utilizada pode ser e está sendo controlada;
2. uma vez que a necessidade militar só permite o uso da força se “não for de outra forma proibido pela lei humanitária”, a necessidade não pode justificar um descumprimento dessa lei;
3. o uso da força de maneira que, de outra forma, não seria proibido, é legítimo se for necessário para alcançar, o mais rapidamente possível, a total ou parcial submissão do inimigo;
4. inversamente, é ilegal o uso da força que não é necessário, uma vez que envolve assassinato ou destruição excessiva.

Grosso modo, dizemos que o ataque precisa ser “lucrativo” para as forças armadas no uso da violência, ou seja, precisa ser *militarmente necessário* para atingir um objetivo operativo *permissível*.⁷ Isso significa que o mero fato de essas instalações constituírem objetivos militares segundo os critérios gerais, não justifica um ataque, exceto em algumas situações em que elas abandonem seus propósitos originais ligados aos assuntos militares e, com isso, sua utilização excede a contribuição normal às atividades militares, ou seja, elas tenham como fim apoiar diretamente operações militares.

O conflito em território ucraniano, inclusive pela sua característica de conflito interestatal de alta intensidade, em certa medida ressuscitou o método de bombardear instalações e construções cuja liberação de forças constitui evento de alta e incontrolável potencialidade destrutiva. Foi o caso do ataque russo a uma área vizinha ao perímetro da usina nuclear de Zaporizhzhia, a maior da Europa, causando grande apreensão e trazendo à memória as terríveis consequências do acidente de 1986 na usina de Chernobyl (à época território soviético, atualmente situada na Ucrânia, a cerca de 700km de Zaporizhzhia). Também pode ser citado o ataque — esse, deliberado e provavelmente intencional — à barragem de Nova Kakhovka, na região de Kherson, no sul da Ucrânia, à época uma área sob controle russo, cujas lideranças afirmaram ter sido um ato terrorista ucraniano. Além das

⁷A esse respeito, assim claramente estabelece, por exemplo, fragmento do artigo 56 do Protocolo Adicional I (1977): “As obras e instalações que contêm forças perigosas, a saber, os diques, as represas e as centrais nucleares de energia elétrica, não serão objeto de ataques, mesmo que sejam objetivos militares, quando tais ataques possam produzir a liberação de forças perigosas e causar, em consequência, perdas severas na população civil”.

diretas consequências humanitárias — 22 mil pessoas em cerca de 80 povoados afetados —, também outros efeitos subjacentes eclodiram: como exemplo, o risco do afloramento e deslocamento de minas terrestres que vinham sendo localizadas e retiradas pelas equipes de desminagem.

Como lição a ser lembrada, os métodos e armas empregados para alcançar um objetivo de cunho militar devem estar em proporção adequada à destruição e ao sofrimento infligidos pela operação. Nesse diapasão, a valoração da necessidade militar traz importantes consequências práticas, tanto que permite restrições de algumas normas humanitárias, o que pode fazer a diferença entre um ato beligerante lícito à luz do DIH e um crime de guerra. Ser “militarmente necessário” exprime a possibilidade de realização de atos tidos como indispensáveis em relação ao objetivo individual de vencer o adversário. Trata-se, desse modo, de um princípio muito sensível aos Estados, já que pode estar atrelado à própria noção de sobrevivência estatal.

2.1.4 O Princípio da Proporcionalidade

A proporcionalidade é observada quando uma ação militar não causa vítimas nem danos civis excessivos em relação ao resultado global esperado. Também a utilização dos meios e métodos de combate não deve ser excessiva (portanto desproporcional) em relação à vantagem militar concreta e direta obtida a partir do seu uso.⁸ Desse modo, o princípio da proporcionalidade desdobra-se basicamente em duas dimensões de influência: o uso de certas armas (meios) e o emprego de determinados métodos de combate.⁹

A proporcionalidade, assim como a necessidade militar, com a qual tem numerosos pontos em comum, é um dos componentes essenciais do

⁸Por “concreta e direta” a norma pretende demonstrar que a vantagem respectiva deve ser substancial e estar relativamente próxima, e que vantagens que sejam de difícil percepção e aquelas que somente apareceriam a longo prazo devem ser desconsideradas (Sandoz, Swinarski e Zimmerman, *apud* Balguy-Gallois, 2004, p. 14).

⁹N. do A.: o moderno conceito de *Guerra Centrada em Efeitos* relaciona-se de modo bastante íntimo ao princípio da proporcionalidade, ao condicionar as ações militares e seus graus de letalidade aos respectivos efeitos que se busca obter.

Direito Internacional Humanitário.¹⁰ O termo fundamental a ser analisado na equação de proporcionalidade é a palavra *excessivo*. Embora a avaliação da proporcionalidade na guerra inclua necessariamente elementos subjetivos, é possível extrair alguns critérios de orientação objetivos a partir da terminologia utilizada nos tratados. Por exemplo, as lesões provocadas a pessoas ou bens protegidos somente podem justificar-se por vantagens de natureza *militar*, não de ordem política ou econômica. Além disso, a vantagem deve ser *concreta e direta*, não puramente hipotética, especulativa ou indireta. Além disso, a vantagem deve ser igualmente o resultado de um ataque ou de uma operação militar *específicos*, e não de uma campanha militar no seu conjunto.¹¹ Para se determinar se um ataque foi proporcional, é necessário examinar se uma pessoa razoavelmente bem informada, estando nas mesmas circunstâncias do perpetrador real (tempo e local da decisão), e fazendo uso razoável da informação disponível a ele ou a ela, poderia ter previsto excessivas baixas acidentais de civis como resultado desse ataque. Do mesmo modo, ferimentos colaterais na população civil têm que ser minimizados por meio de providências operacionais acerca dos ataques que são desferidos: exata delimitação dos alvos, uso de armas capazes de alvejar precisamente e outras medidas de precaução no planejamento e na implementação de operações militares.¹²

No início dos combates, por volta de março de 2022, de fato as autoridades russas tomaram providências para emitir comunicados de evacuação aos moradores de áreas selecionadas para os ataques. Porém, essa medida foi abandonada progressivamente, sob a argumentação de que os alertas à população funcionariam também como sinalização às forças inimigas, desse modo quebrando

¹⁰Esse princípio encontra-se evidenciado, por exemplo, na dicção do art. 57 do Protocolo Adicional I (1977): “Abster-se de lançar um ataque do qual se possa esperar que venha a causar acidentalmente perdas de vidas humanas na população civil, ferimentos nos civis, danos nos bens de caráter civil ou uma combinação dessas perdas e danos que seriam excessivos relativamente à vantagem militar concreta e direta esperada. [...] Quando for possível a escolha entre vários objetivos militares que proporcionem vantagem militar equivalente, a escolha deverá recair sobre o objetivo cujo ataque parece representar o menor perigo para os civis ou para os bens de caráter civil.”

¹¹Solis, 2010, p. 274.

¹²A esse respeito, preceitua trecho do artigo 57 do Protocolo Adicional I (1977): “Um ataque deverá ser cancelado ou interrompido quando parecer que seu objetivo não é militar, ou é beneficiário de uma proteção especial [...]. Dar-se-á aviso, com a devida antecipação e por meios eficazes, de qualquer ataque que possa afetar a população civil, exceto se as circunstâncias não o permitam”.

a desejável surpresa tática. Na verdade, fornecer um alerta de evacuação oportuno à população embute consideráveis vantagens para o atacante. Em primeiro lugar, demonstra visivelmente o esforço do comandante em evitar o envolvimento dos civis nos combates. Além disso, funciona como um eficaz instrumento de influência psicológica (“Saíam, pois suas forças militares não serão capazes de se opor às nossas”). Por fim, o movimento dos civis se dará na direção do inimigo, interferindo, portanto, em suas operações.

Na Guerra da Ucrânia, a destruição de infraestruturas críticas, como usinas e centros nodais de distribuição de energia, evidencia desafios à aplicação do princípio da proporcionalidade. Embora essas instalações possam ter valor militar, os danos causados aos civis foram patentemente desproporcionais. Em última análise, é importante sempre reforçar que a exigência aos comandantes é nada mais do que um sincero esforço para lidar com o problema dos danos colaterais, aplicando adequadamente o senso comum. O DIH é dependente de um inerente senso de humanidade, e de respeito por ela, cujo impulso precisa ser o de evitar ataques que causem danos colaterais catastróficos quando o objetivo for apenas de importância marginal, ou seja, evitar a flagrante desproporcionalidade.¹³ Desse contexto advém a necessidade de aprimorar a avaliação de proporcionalidade e de implementar medidas preventivas para minimizar danos colaterais.

2.1.5 O Princípio da Limitação

Os meios e métodos de combate a serem empregados no conflito não são ilimitados, evitando-se, por exemplo, danos supérfluos, sofrimento desnecessário e agressão ao meio ambiente. Nesse sentido, o art. 22 do Regulamento da IV Convenção da Haia (1907) já citava que os beligerantes não têm um direito ilimitado quanto à eleição dos meios de prejudicar o inimigo¹⁴, o que foi posteriormente reiterado pelo Protocolo Adicional I (1977).¹⁵

¹³Fleck, D. *et al.*, 1995.

¹⁴N. do A.: muito embora um famoso dito popular afirme o contrário (“no amor e na guerra vale tudo”).

¹⁵Art. 35: “Em qualquer conflito armado, o direito de as partes no conflito escolherem os meios ou métodos de guerra não é ilimitado”.

A caracterização do princípio da limitação não é precisa, mas seu objetivo é o de limitar o uso de determinados meios de combate que possam causar danos desnecessários e excessivos, que vão além do objetivo definido na guerra, que é derrotar as forças armadas inimigas¹⁶. Nessa direção vai o Protocolo Adicional I, que em seu art. 52, parágrafo 2º estabelece que os ataques devem-se limitar estritamente aos objetivos militares. No conflito Rússia-Ucrânia, o uso de munições de fragmentação e de armas incendiárias, por exemplo — essas últimas tendo causado danos ambientais significativos — levantou sérias críticas, por parte da comunidade internacional, sobre a observância deste princípio aplicado aos *meios de combate* proibidos. Mas o rol de *métodos de combate* ilícitos cujo emprego, tanto por russos quanto por ucranianos, foi notoriamente identificado, vai muito além: ataques a patrimônio histórico, religioso e cultural; ataques a obras e instalações que continham forças perigosas; ataques à população civil e aos bens civis; ataques a meios de subsistência dos civis; ataques ao meio ambiente natural; ataques a unidades, estabelecimentos e transportes sanitários; ataques cuja direção e momento não levem em consideração a mitigação de danos colaterais; ataques a conjuntos de objetivos militares separados com se se tratassem de um objetivo militar único.

O princípio da limitação, em suma, relaciona-se intimamente ao da proporcionalidade, na medida em que tenta condicionar os métodos e meios a um cumprimento da missão que não ultrapasse um limite tolerável ou razoável de sofrimento. Como já exposto, é extremamente difícil a quantificação desse grau de tolerância, restando aos dispositivos legais tentar estabelecer limitações que possam reduzir a ocorrência de sofrimentos, danos inúteis ou inaceitáveis aos propósitos da guerra.¹⁷

Por exemplo, os ataques russos em áreas densamente povoadas, como Kiev e Kharkiv, ilustram violações a esse dispositivo, uma vez que os vários bombardeios aéreos e o uso de artilharia pesada resultaram em alto número

¹⁶Cherem, 2003, p. 62.

¹⁷art. 51, parágrafo 4º do Protocolo Adicional I (1977): “Os ataques indiscriminados são proibidos. A expressão ‘ataques indiscriminados’ designa: (a) os ataques não dirigidos contra um objetivo militar determinado; (b) os ataques em que forem utilizados métodos ou meios de combate que não possam ser dirigidos contra um objetivo militar determinado; ou os ataques em que forem utilizados métodos ou meios de combate cujos efeitos não possam ser limitados, como é prescrito pelo presente Protocolo (...). [grifo nosso]

de mortes de civis e na destruição de infraestruturas vitais à sobrevivência da população.

A questão da proteção do patrimônio cultural é outro ponto relevante, sobretudo nos conflitos que se desdobram em áreas cujo legado histórico-cultural é vasto e rico, tal como ocorre nos terrenos do outrora Império Russo. A Convenção sobre a Proteção dos Bens Culturais (CBC, 1954) e seus Protocolos buscam salvaguardar o patrimônio cultural em tempos de guerra. O DIH define os bens culturais como sendo qualquer bem religioso ou laico, móvel ou imóvel, que se reveste de uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como monumentos arquitetônicos ou históricos, sítios arqueológicos, obras de arte, livros, museus, bibliotecas e outras construções que contêm propriedade cultural. Assim sendo, o bombardeio de igrejas em Kharkiv e de locais como o Teatro de Mariupol e o Museu de História de Ivankiv evidenciaram violações flagrantes do artigo 4º CBC, o que demonstra a extrema dificuldade de implementação efetiva dessas normas. Porém, no que se refere a métodos de combate proibidos, talvez o caso mais emblemático seja o do sítio da cidade de Mariupol, conduzido pelos russos.

Isso porque, ao decidir conquistar uma cidade, é preciso que o planejador militar tenha em mente tentar inicialmente apenas isolá-la ou cercá-la, caso possível. Na maior parte das situações táticas, esse procedimento por si só já proporcionará a *vantagem militar* desejada, não sendo necessário efetuar um ataque por terra para ocupar o seu interior, o chamado *investimento*. Na verdade, algumas vezes será inclusive impossível investir sobre uma cidade, dado o seu tamanho e/ou os recursos necessários para tal.

Do ponto de vista da doutrina militar de ataque a áreas urbanas, numa operação de *cercos* há não somente o controle dos eixos de acesso a ela, mas sim um verdadeiro bloqueio contínuo de todo o perímetro, o que consome muito mais recursos materiais e humanos. Entretanto, num cerco, são obrigatórias algumas medidas para que não se caracterize o *sítio*, que

é a mais antiga forma de guerra total. Presos no círculo fechado das muralhas, civis e soldados estão expostos aos mesmos riscos. A proximidade e a escassez igualam sua vulnerabilidade [...]. Se existe uma norma geral de que não se deve ter como objetivo a

*morte de civis, o sítio é uma enorme exceção. [...] Como pode ser considerado correto trancar civis na armadilha mortal de uma cidade cercada?*¹⁸

Ao se decidir efetuar um cerco, é preciso que sejam proporcionadas condições para que os civis possam voluntariamente abandonar a cidade em segurança, o que pode ser feito por meio de rotas estabelecidas para esse fim, os chamados *corredores humanitários*. O oferecimento de livre saída isenta o comandante de responsabilidade pela morte de civis e, ao fazer isso, ele estará de fato cumprindo um dever moral acima mesmo do dever legal.

O sítio, como método de combate, embora moralmente condenável, não possui uma vedação expressa no direito de guerra. Nem ao menos consta como termo legal. Embora não proibido por si só, ele enseja restrições que o tornam um método ilegal de combate: utiliza os civis como alvos, emprega a fome como método e veda o acesso de ajuda humanitária. A História é rica de exemplos: Constantinopla pelos turco-otomanos (717-718), Leningrado pelos alemães (1941-1944), Sarajevo pelos sérvios (1992-1994)¹⁹ e, fatidicamente, Mariupol pelos russos (fevereiro a maio de 2022), resultando em sofrimento humanitário extremo, com falta de suprimentos básicos e impedimento do acesso à assistência médica.

3. Considerações finais: desafios e perspectivas para o DIH

A guerra é a primeira e a mais antiga manifestação das relações internacionais. Já nos tempos antes da História escrita, o sucesso guerreiro aparecera muito cedo, com seu aspecto de o mais violento e teatral entre os fenômenos sociais.

O arcabouço normativo que busca regular as leis e os costumes da guerra, bem como proteger pessoas e bens que não devam ser afetados pelos efeitos das hostilidades, sempre procurou acompanhar a evolução da arte de combater.

¹⁸Walzer, 2003, p. 272-275

¹⁹N. do A.: o Projeto de Lei de Implementação do Estatuto de Roma no direito brasileiro contempla o sítio como crime de guerra sob o tipo penal de *crime de guerra por inanição de civis* (art. 78).

Embora nascido do espírito humanitário protetivo, o Direito Internacional Humanitário possui uma acepção realística significativa, que não desconsidera a guerra como parte da condição humana e de seus processos de interação social.

Nesse sentido, a relevância dos princípios fundamentais do DIH reside na sua característica de serem base para a interpretação das normas e para a análise dos casos concretos. Eles têm como fundamento a dignidade da pessoa humana, pedra angular do mundo ético. Podemos assinalar, sem risco de errar, que as lições aprendidas com o conflito entre Rússia e Ucrânia reforçam a relevância do DIH como um instrumento essencial para proteger vidas humanas durante os conflitos armados.

Sem embargo, é preciso destacar que remanescem alguns grandes desafios à aplicação, ao cumprimento e à implementação das normas humanitárias, tais como: uma efetiva responsabilização penal por crimes de guerra (exemplo do massacre impune de civis ocorrido na cidade de Bucha); a regulação do emprego de drones, ciberataques e sistemas de armas letais autônomos; a adaptação dos estatutos jurídicos de modo a contemplar a miríade de atores atuando nos campos de batalha contemporâneos; a disseminação abrangente das normas e a capacitação permanente dos membros das forças armadas nacionais.

Para comandantes militares atuais, as principais lições oriundas do conflito russo-ucraniano incluem a valorização da ética no planejamento e na execução de operações e a necessidade de priorizar a proteção de civis. Como dito, tendências futuras indicam um aumento no papel da tecnologia e uma demanda por normas mais robustas que regulem sua aplicação.

Em termos gerais, o sofrimento humano e os danos materiais causados por qualquer conflito armado são de muito maior magnitude quando não se respeita a proteção conferida pelo DIH, e seus efeitos são sentidos a longo prazo. Além disso, reconciliações plenas, quando acontecem, são mais penosas e demoradas.

Diferentemente do que se possa pressupor, porém, agir conforme os preceitos normativos humanitários mínimos não depende da natureza das partes, mas sim das decisões racionais que essas partes tomam.²⁰ Em outras

²⁰Bangerter, 2011, p. 79

palavras, a supremacia moral,²¹ pedra angular do comportamento ético em combate, e ínsita nos recônditos fundamentos filosóficos do DIH, precisa nortear os soldados profissionais em todos os momentos. Em conflitos onde violações podem ser cometidas por indivíduos da mesma sociedade, tal como ocorre na guerra russo-ucraniana, os valores incrustados no DIH devem ser honrados independentemente de sua moldura política. Todavia, do ponto de vista da gestão estratégica de uma estabilização pós-conflito, não apenas a natureza dos atos hostis pregressos precisará ser levada em conta para garantir a transição pacífica e prevenir uma indesejável reversibilidade. Também as possibilidades de reintegração e de retomada de crença numa paz duradoura, a serem oferecidas a esses mesmos atores, precisam integrar o cardápio de possibilidades de sucesso. Desconsiderar isso é olhar apenas para a árvore, ao invés de enxergar a floresta.

Referências

ACCIOLY, H. *Manual de direito internacional público*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1982.

BALGUY-GALLOIS, A. The protection of journalists and news media personnel in armed conflict. *International Review of the Red Cross*, v. 86, n. 853, p. 37-67, mar. 2004.

BANGERTER, O. Motivos por los que los grupos armados deciden respetar o no el derecho internacional humanitario. *International Review of the Red Cross*, n. 882, p. 75-109, jun. 2011.

CHEREM, M. T. C. S. *Direito Internacional Humanitário*. Curitiba: Juruá, 2003.

³³N. do A.: esse termo foi cunhado pelo Senador dos EUA John McCain, ao justificar, com base em sua experiência como prisioneiro de guerra no conflito do Vietnã, porque ele era contra as técnicas de “interrogatório aprimorado” (*enhanced interrogation*), um eufemismo criado pelo governo do Partido Republicano estadunidense para torturar presos considerados envolvidos em atividades terroristas contra os EUA (informação verbal obtida pelo autor, então aluno-ouvinte, durante aula de *Law of Armed Conflicts* ministrada pelo Coronel David Wallace, do Corpo de Advogados Militares do Exército dos EUA, Subchefe do Departamento de Direito da Academia Militar de West Point, EUA, em 2012).

CINELLI, C.F.G. *Direito internacional humanitário: ética e legitimidade no uso da força em conflitos armados*. 2 ed. rev. e amp. Curitiba: Juruá, 2016.

CINELLI, C. F. G. *Em busca da paz duradoura: o Direito Internacional dos Conflitos Armados como diferencial estratégico para a estabilização pós-conflito assimétrico*. Tese (Doutorado em Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, 2017. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/CPem25%20TESE%20CEL%20EB%20CINELLI.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949*. Genebra: CICV, 1992.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Protocolos adicionais às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949*. Genebra: CICV, 1992.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Comentários ao Protocolo Adicional I*. Genebra: CICV, [s.d.].

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Direito internacional relativo à condução das hostilidades: compilação de convenções da Haia e de alguns outros instrumentos jurídicos*. Genebra: CICV, 1990.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *Estatuto de Roma para o Tribunal Penal Internacional*. Genebra, 2002.

COMPARATO, F. K. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

FLECK, D. *et al. The handbook of humanitarian law in armed conflicts*. New York: Oxford University Press, 1995.

GUTMAN, R. *et al. Crimes of war: what the public should know*. 2. ed. New York: W.W. Norton & Company, Inc., 2007.

HENCKAERTS, Jean-Marie; DOSWALD-BECK, Louise. *El derecho internacional humanitario consuetudinario*. v. I: Normas. Buenos Aires: Comité Internacional de la Cruz Roja, 2007

JARDIM, T. DAL MASO. *O Brasil e o direito internacional dos conflitos armados*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2006. t. I.

MAXWELL, M. D. A lei da guerra e os civis no campo de batalha. *Military Review*. jan-fev. Fort Leavenworth, 2005.

MELLO, C. D. A. *Direitos humanos e conflitos armados*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

SOLIS, G. D. *The law of armed conflict: international humanitarian law in war*. New York: Cambridge University Press, 2010.

SWINARSKI, C. *A norma e a guerra*. Buenos Aires: CICR, 1991. 59p.

SWINARSKI, C. *Introdução ao Direito Internacional Humanitário*. Brasília, DF: CICR, 1996. 73p.

VERRI, P. *Diccionario de derecho internacional de los conflictos armados*. Ginebra: Comité Internacional da Cruz Vermelha, 1998.

WALZER, M. *Guerras justas e injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

V – Tecnologia

ARTILHARIA, DRONES E MÍSSEIS NA GUERRA RUSSO-UCRANIANA

*Augusto W. M. Teixeira Júnior
Maria Mont Serrat Bomfim Mariano dos Santos
Cinthya Araújo Gomes*

Introdução

A guerra russo-ucraniana é o principal conflito armado até o momento no século XXI. Marcada por sua alta intensidade, assistimos diariamente o emprego de plataformas e sistemas de armas em escala não vistas desde a Guerra da Coreia. Apesar de uma fase inicial de rápida mudança no controle territorial, a guerra mudou a sua característica de movimento para posicional. Esta não foi uma simples opção por parte da Rússia ou da Ucrânia, mas uma necessidade em virtude da realidade nas diversas frentes, onde se notabilizaram elevadas perdas humanas e de material. Uma característica fulcral de nosso argumento consiste em que, na respectiva guerra, a luta de ambos os lados por retomar a iniciativa foi amplamente influenciada pelo emprego de armamentos — novos e antigos — que lograram neutralizar ou reduzir (temporariamente) vantagens ligadas a assimetria dos beligerantes e de seus sistemas de armas.

Entre os sistemas de armas que ilustram a relação entre tecnologia e estratégia militar, selecionamos os meios de artilharia, mísseis e drones. Sistemas de artilharia – de defesa antiaérea a lançadores múltiplos de foguetes (MLRS) – provocaram não apenas elevada degradação material em ambos os lados, como forçaram a mudança de técnicas, táticas e procedimentos (TTP). Se no domínio aéreo a liberdade de ação foi ameaçada por defesas antiaéreas em camadas, em terra o emprego das mais variadas formas de artilharia provocou desde a dispersão de tropas até a necessidade de se dar maior profundidade à retaguarda. Por sua vez, o emprego de mísseis foi crucial para a destruição de alvos de alto valor de ambos os lados. Da destruição de sistemas de transmissão de energia na Ucrânia ao arruinamento de linhas de produção na Rússia, a produção de efeito estratégico com o emprego de mísseis tem sido colocada à prova. Por último e

não menos importante, sistemas remotamente pilotados (doravante denominados de drones), surgiram desde um complemento a capacidades existentes até um mecanismo a partir do qual um país sem marinha – a Ucrânia – pôde causar elevado prejuízo à Frota do Mar Negro.

Como se observa, apesar do seu caráter trágico, a guerra russo-ucraniana é um laboratório para os estudos estratégicos e de defesa, sendo possível extrair lições sobre a relação entre tecnologia e estratégia militar. Para esse fim, o capítulo consiste em um estudo de caso da guerra da Ucrânia, com recorte temporal entre 2022 e 2024, cujas inferências foram feitas com base em dados de fontes ocidentais e russas. O capítulo está organizado conforme descrito a seguir. Após esta introdução, analisamos a relação entre tecnologia e estratégia militar sob o enfoque dos meios de artilharia de campanha e antiaérea. Em seguida, submetemos o mesmo enquadramento analítico aos mísseis e, subsequentemente, aos drones. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais lições aprendidas e a sua relevância para a Defesa.

1. Artilharia

A guerra russo-ucraniana apresenta um traço distintivo no tocante à centralidade da artilharia na guerra terrestre e aérea. Já nas primeiras horas do conflito, as defesas antiaéreas estáticas ucranianas foram em grande parte destruídas pela campanha aeroestratégica russa na abertura das hostilidades. A supressão e destruição da defesa antiaérea inimiga criou uma janela que permitiu a operação de vetores de superioridade aérea russos no espaço aéreo ucraniano, levando a uma defesa desesperada por parte de Kiev com o fito de negar a liberdade de ação do oponente em seu território (Zabrotskyi *et al.*, 2022). Se boa parte das defesas antiaéreas estáticas foi degradada ou destruída, não se pode afirmar o mesmo dos ativos móveis de artilharia antiaérea (AAAe), os quais incrementaram o risco de operar nos ares ucranianos. Se inicialmente plataformas da era soviética, como modelos S-300 e Buk-M1, foram importantes para atritar os russos, progressivamente parceiros ocidentais doaram à Ucrânia plataformas padrão OTAN, desde meios de baixa altura como o *Stinger* até sistemas para grande altura, como baterias *Patriot* (Bronk; Reynolds; Watling, 2022). Por sua

vez, a Rússia empregou uma miríade de plataformas em seu sistema de defesa antiaérea. Desde sistemas para baixa e média alturas como o *Pantsir-S1* até os mais recentes S-400 *Triumf* foram utilizados, tais como equipamentos em comum com o oponente ucraniano, a exemplo de variações do sistema Buk-M1 e S-300 (Watling, 2023).

Entre os efeitos de um espaço aéreo contestado por um sistema de defesa aérea cada vez mais integrado, a operação no teatro de aeronaves de asa fixa tripuladas tornou-se profundamente proibitiva, surgindo ao menos duas soluções inovadoras para esse impasse. Primeiro, verificou-se o amplo emprego de mísseis balísticos e de cruzeiro de ataque terrestre, de médio e longo alcances, objetivando a produção de efeitos típicos da aviação, somado ao massivo uso de drones aéreos, muitas vezes combinados com *decoys* e mísseis para maximizar o dano almejado (Bronk; Watling, 2024). Uma segunda inovação, a qual trouxe a aviação de asas rotativas de volta a uma posição de expressivo relevo, foi o desenvolvimento de munições *stand-off*, somadas a kits planadores anexados a bombas “burras”, tornando-as planadoras com elevada precisão¹. Embora Ucrânia e Rússia tenham se notabilizado por soluções criativas para problemas militares, ambos enfrentaram o desafio da disponibilidade de meios. O problema da escassez provocada pelo elevado volume de fogos impediu a defesa antiaérea de todo o seu território, sendo necessária a priorização de importantes ativos estratégicos, de instalações logísticas na retaguarda e da capital. O mesmo desafio se verificou com o emprego dos meios de artilharia de campanha.

Não obstante as perspectivas distintas sobre o papel dos fogos no combate, Rússia e Ucrânia tiveram na artilharia de campanha um elemento central para a guerra terrestre. No entanto, a guerra aqui em análise apresentou o choque entre duas perspectivas distintas sobre como guerrear e, em particular, o papel que os fogos desempenham para esse fim. A guerra russo-ucraniana é caracterizada por dois exércitos cuja tradição repousa no domínio dos fogos sobre os elementos de manobra (Grau; Bartles, 2016). Esse dado é ilustrado pela existência de plataformas compartilhadas entre russos e ucranianos, como os sistemas BM-

¹Como veremos na seção sobre mísseis, esse desdobramento teve como resposta por parte da Ucrânia o emprego de mísseis de curto e médio alcance - como os ATACMS e *Storm Shadow* - orientados a degradar bases aéreas no território russo.

21 *Grad* e *BM-30 Smerch*, e pelo legado da educação militar soviética. A forma russa de guerrear tende a considerar que a manobra é uma condição facilitadora para o apoio de fogo. Com ênfase na atrição, o sistema manobra busca concentrar o oponente de forma a que possam ser neutralizados por fogos e assim se conquiste terreno. Embora as primeiras semanas da guerra não expressem essa concepção doutrinária, em virtude da manobra em profundidade promovida em quatro direções estratégicas (N, NE, E e S) por parte da Rússia, após o término da primeira fase do conflito – meados de abril de 2022 – deu-se sequência a uma estratégia focada na atrição, na qual fogos tiveram primazia. O emprego de lançadores múltiplos de foguetes como o TOS-1A, com munição termobárica, simboliza a centralidade exercida por fogos de artilharia (Svartman; Teixeira Júnior; Santos, 2024).

Na perspectiva russa, sua artilharia foi essencial para degradar posições ucranianas e apoiar o avanço de suas forças mecanizadas que conquistavam cidades e vilarejos ou optavam por cercá-los na fase de movimento da guerra, entre fevereiro e março de 2022. Com a mudança da característica da guerra de movimento para posicional, a artilharia passou a ganhar um protagonismo crescente em detrimento dos meios de manobra (Zaluzhnyi, 2023). Supõe-se que a ordem de batalha russa esperava que a superioridade de fogos combinada com a superioridade de meios mecanizados para manobra permitiriam destruir as posições ucranianas, forçando o inimigo a recuar, ou criando rupturas em suas linhas defensivas, o que favoreceria o avanço e conquista de terreno. Para isso, a artilharia, em especial os fogos em profundidade, contribuiu para destruir meios e concentrações de forças inimigas, na frente e na retaguarda, tal como os seus centros de comando e controle e infraestruturas logísticas (Svartman; Teixeira Júnior; Santos, 2024). Com a redução no ritmo de avanço de ambas as forças e o claro caráter posicional do conflito, considerou-se o papel do volume de fogos na dimensão moral adversária, contribuindo para baixá-la. Isso seria possível, inclusive, pela expressiva dotação de plataformas de artilharia de diversos tipos nas unidades orgânicas – como os *Battle Tactical Groups* (BTGs) – em tese protegidos por camadas de defesa antiaérea (Ferreira, 2022). Isso, em princípio, garantiria a sobrevivência dos meios e liberdade de ação das plataformas de artilharia.

Para os países que seguem doutrinas da OTAN, meios de apoio de fogo tendem a ser interpretados como um importante instrumento de apoio ao combate e multiplicador de força, tomando em conta que a manobra de armas combinadas, no nível tático, é essencial para a produção do sucesso militar. Essa ideia pode ser sintetizada pela teoria de que o sistema manobra é o responsável pelo sucesso militar no nível tático e operacional. Desde o adensamento da cooperação militar e de defesa entre OTAN e Ucrânia, a partir de 2014, o país eslavo passou a modernizar as suas forças em termos materiais e doutrinários. À luz dessa concepção doutrinária, privilegia-se a guerra de movimento, iniciando-se uma mudança doutrinária e de educação nas Forças Armadas da Ucrânia (Filho; Gabriel, 2022), conforme exemplificada pelo sucesso da contraofensiva de Kharkiv. Contudo, outros desafios se impunham. A inferioridade de fogos foi um problema ao qual se buscou uma forma de mitigação em diversos momentos do conflito. A escassez de munições de artilharia foi balanceada pela inventividade no emprego massivo de drones não apenas contra pequenas frações de tropa – às vezes contra indivíduos – como também a realização de ataques extensivos contra meios de artilharia, comando e controle (C2), infraestruturas inimigas e de alvos de alto valor. Viu-se com isso um amplo emprego de drones – aqui usados como meios de fogos em profundidade – como forma de complementar e mitigar a escassez de meios aéreos (Watling, 2023).

Entretanto, como a artilharia realmente impactou a conduta da guerra para ambos os contendores? Primeiramente, observou-se na Ucrânia uma relativa substituição de meios de aeronaves de caça e bombardeiros por drones, mísseis, foguetes e granadas de artilharia. O espaço aéreo contestado e a miríade de contramedidas contribuíram para uma guerra aérea essencialmente de baixa altura, com amplo emprego de veículos aéreos não tripulados e helicópteros, com destaque para o Kamov Ka-50 (*Alligator*). Em segundo lugar, a centralidade da artilharia por parte de ambos os contendores levou à redução das condições de sobrevivência destas plataformas. Além de medidas de guerra eletrônica, técnicas de fogo de contrabateria evoluíram rapidamente, levando não apenas à maior dispersão das baterias de artilharia, como à priorização de obuseiros e lançadores de alta mobilidade tática (sob rodas ou lagartas). O efeito de dispersão se deu não apenas entre os meios de artilharia, como também nas formações de carros

de combate, combate de infantaria e veículos de transporte, tal como a opção pela priorização das pequenas frações de tropa para garantir a sua sobrevivência e capacidade de progressão no terreno. Em terceiro lugar, apesar do aspecto posicional de boa parte do conflito – simbolizado pelo retorno ao emprego de sistemas de trincheiras e fortificações – observou-se que, mesmo no contexto de brutal volume de fogos, o moral combatente do lado defensor foi dificilmente foi quebrado. Por fim, embora a dimensão dos fogos de artilharia na guerra da Ucrânia sinalize para o retorno da guerra industrial em massa, a precisão ainda importa. A seguir, discutiremos como os mísseis têm impactado o teatro de operações ucraniano e o que podemos aprender de seu emprego.

2. Mísseis

As transformações tecnológicas no modo de fazer guerra (*warfare*) são tanto um dado da história militar, como uma realidade na guerra russo-ucraniana. Nesse sentido, como os mísseis compõem o panorama estratégico aqui em análise? Como essa tecnologia dialoga com distintas possibilidades estratégicas? Ao lado das plataformas de artilharia, tradicionalmente pensadas para estratégias de controle e força bruta, ocorrem também ações coercitivas no teatro de operações ucraniano a partir do emprego das chamadas tecnologias disruptivas de combate. Entre essas, destacam-se aquelas empregadas pela Rússia no conflito, dentre as quais estão os mísseis balísticos hipersônicos *Kinzhal*² e *Oreshnik*, sendo o primeiro lançado do ar e o segundo lançado de plataformas terrestres móveis (Stefanovich, 2025). Ambos possuem capacidade dual, isto é, podem ser empregados de maneira convencional ou armados com ogivas nucleares. Isso demonstra, por um lado, a liderança russa no uso de sistemas de mísseis de alta-precisão e longo alcance em conflitos armados (Stefanovich, 2025), o que chama a atenção, já que o Ocidente tem liderado as tecnologias convencionais de guerra nas últimas décadas.

²Apesar das alegações russas de que ele pode viajar a Mach 10, o *Kinzhal* não é considerado propriamente um míssil hipersônico (Turner, 2023), já que não é um míssil de cruzeiro tampouco possui um veículo planador e quiçá não possa alcançar a velocidade mínima de Mach 5 (para ser considerado hipersônico), uma vez que vem sendo interceptado pelo Patriot.

Por outro lado, pode-se compreender essa liderança no uso de tecnologias hipersônicas pela Rússia como desestabilizadora, uma vez que agrava a percepção de ameaça deste país pelo Ocidente. Afinal, a escala em que uma ameaça é percebida é crucial para determinar suas consequências (Stefanovich, 2025), especialmente quando a Federação Russa busca destacar essa imagem, como evidenciado pela divulgação feita pela mídia estatal russa *Russian Times* (RT) de um gráfico estimando o tempo que o míssil *Oreshnik* levaria para atingir as principais capitais europeias (Kaushal; Savill, 2024). Demonstração essa que, aliada à revisão da Doutrina Nuclear Russa, visa reduzir o limiar nuclear do conflito com o objetivo de coagir o Ocidente a cessar seu apoio à Ucrânia. De maneira similar ao estacionamento, ou desdobramento, no início do conflito, de mísseis Iskander-M, também com capacidade dual, ainda que com menor alcance, em Belarus. Assim, a Rússia mantém sua postura de dissuasão, enquanto busca controlar a escalada do conflito.

Nesse sentido, a Federação Russa foi progressivamente aumentando o nível de suas ameaças e, conseqüentemente, baixando o limiar nuclear em uma campanha de coerção que até o momento, só conseguiu relativo sucesso, ao retardar o compromisso do Ocidente em prover armamentos com maiores capacidades ofensivas para a Ucrânia, comprometendo, assim, sua posição estratégica. Ademais, a postura de intimidação russa está dentro do seu entendimento de dissuasão, a qual engloba uma perspectiva holística da estratégia, incluindo meios militares e não-militares (Kofman; Fink, 2022). Isto é, ao empregar o míssil *Oreshnik*, a Rússia não almeja simplesmente seus efeitos táticos, mas também seus efeitos psicológicos, especialmente contra o Ocidente, alvo da dissuasão russa (Kaushal; Savill, 2024).

Sendo um armamento hipersônico, o míssil *Oreshnik* pode chegar à velocidade de Mach 10, isto é, 10 vezes a velocidade do som. Dessa forma, uma vez que essa velocidade de voo seja atingida, sua interceptação torna-se inviável para o sistema de defesa americano *Patriot*, que é usado pela Ucrânia. Isso se deve, especialmente, à capacidade do *Oreshnik* de mover-se em zigue-zague em velocidades hipersônicas. Apesar do sucesso de mísseis alegadamente hipersônicos empregados pela Rússia como o *Oreshnik*, mísseis supersônicos como o *Kinzhal*, cuja velocidade pode chegar a Mach 5 e cujo alcance chega

a 1.500 km (Michell, 2023), têm sido interceptados com sucesso pelo sistema *Patriot*, mostrando que a nova geração de armas do século XXI não é invulnerável nem revolucionária (Turner, 2023).

Naturalmente, as vantagens do *Oreshnik* aumentam a efetividade dos ataques russos, já que reduzem a necessidade de sobrecarregar as defesas antiaéreas ucranianas em números. Se não há alta probabilidade de os mísseis serem interceptados, o ataque aéreo não precisa ser grande o bastante para suprimir as defesas antiaéreas e cumprir a missão (Watling, 2023). Este último torna-se suficiente. Assim, a introdução dessa tecnologia ao combate no teatro de operações ucraniano denota mísseis mais rápidos e mais manobráveis, além de menos suscetíveis à defesa antiaérea (Stefanovich, 2025). Ademais dos efeitos táticos dessas armas, destacam-se seus efeitos estratégicos, no caso, coercitivos. Isso porque, além da maior velocidade, seu alcance ultrapassa muito o do *Iskander*, já que o *Oreshnik* pode ser classificado como um míssil balístico de alcance intermediário (IRBM), enquanto o *Iskander* possui alcance de 500 km. É, portanto, notório o desejo russo de demonstrar seu poder, neste caso exemplificado pelo emprego bem-sucedido de seu armamento.

Diante do desenvolvimento do conflito, quais lições extrair? Pode-se depreender que a Rússia buscou, progressivamente, desde o desdobramento dos mísseis *Iskander-M* em Belarus até o emprego dos hipersônicos *Kinzhal* e *Oreshnik*, controlar a escalada do conflito com armamentos cada vez mais tecnológicos e, especialmente, baixando o limiar nuclear do conflito. Isso porque esteve comprometida em empregar mísseis convencionais — sem renunciar à sua postura de dissuasão —, contudo destacando suas capacidades nucleares. Todavia, pode-se dizer que a Rússia falhou em impedir o envio de armamentos ofensivos para a Ucrânia, bem como seu uso contra si, como se viu com os EUA autorizando e treinando pilotos para uso dos caças F-16, ademais dos mísseis de cruzeiro ATACMS (Kaushal; Savill, 2024).

Otrossim, a dissuasão nuclear funcionou durante este conflito, impedindo o embate direto entre duas grandes potências quando cada uma dispõe de razões poderosas para escalar (Lewis; Stein, 2022). Não obstante, outra lição que se pode destacar é que a Rússia provavelmente estimou mal o nível de comprometimento dos EUA e do Ocidente, por extensão, em relação à Ucrânia. Isso porque o teatro

de operações ucraniano tornou-se o palco europeu para as disputas de mísseis, drones, táticas de resistência a novas tecnologias em batalha, mas principalmente para um teste quanto à resolução de cada lado. Após três anos de conflito, está claro que a Federação Russa não enfrenta somente a Ucrânia, mas toda a OTAN, ainda que não diretamente.

Soma-se a isso à capacidade russa de, mesmo em meio a severas sanções econômicas, manter sua economia de guerra. Destarte, já não é uma tarefa viável sustentar um bloqueio continental em um mundo com cadeias de produção e comércio profundamente interconectadas. Outrossim, graças às economias emergentes, especialmente na Ásia, cada vez mais capazes de competir comercialmente com o Ocidente, a economia russa não colapsou, apesar das expectativas ocidentais no primeiro ano do conflito. Isso porque o mercado russo buscou alternativas aos mercados ocidentais na Ásia, em países como Índia e China, além de mediadores para comprar suprimento tecnológico para seus mísseis, como os semicondutores americanos.

3. Drones

Historicamente, a capacidade de projeção de poder através e a partir do ar tem oferecido às forças armadas vantagens estratégicas relevantes, e assim como outros ambientes operacionais, também traz à tona a inevitável demanda por contínua adaptação frente à evolução tecnológica dentro de um teatro de operações progressivamente mais complexificado. Logo, o surgimento dos drones, ou veículos aéreos não-tripulados (VANTs)¹, marca mais uma etapa desse progresso tecnológico na perspectiva da guerra aérea. A isto se destaca o fato de que o aperfeiçoamento dos drones foi catalisado por inovações nas tecnologias de sensores, inteligência artificial e comunicação, possibilitando operações tanto autônomas quanto semiautônomas que transformaram a coleta de informações, a monitorização e a execução de ataques de alta precisão (Watling, 2023).

O conflito na Ucrânia, iniciado com a ofensiva russa em fevereiro de 2022, emergiu como um campo de testes contemporâneo para novas tecnologias militares, evidenciando a relevância e a efetividade dos drones na guerra moderna.

¹*Unmanned Aerial Vehicle* (UAV), em inglês.

Assim, o embate revelou como os drones podem ser utilizados de forma estratégica para modificar a dinâmica de poder, oferecendo capacidades essenciais de ISR (Inteligência, Vigilância e Reconhecimento, em inglês), e colocando assim uma transparência maior no campo de batalha, além da realização de ataques de alta precisão (Fedorchak, 2024). Os drones oferecem uma mescla singular de alcance, durabilidade e precisão, características que são difíceis de serem obtidas com aeronaves tripuladas convencionais (Kunertova, 2023a). Ademais, os drones minimizam os riscos para os operadores humanos, possibilitando a realização de operações em ambientes perigosos sem expor a vida humana a ameaças diretas e, não obstante, os drones conseguem complementar as ações pontuais das forças terrestres, na ausência de uma força aérea robusta, como é o caso da Ucrânia (Fedorchak, 2024).

No contexto da Guerra da Ucrânia, os drones têm desempenhado um papel crucial em várias frentes. A utilização de drones pela Ucrânia não apenas possibilitou a resposta tática ucraniana frente à força aérea russa, como teve um impacto psicológico nas forças russas (Rosa; Silva; Ribeiro, 2024; Fedorchak, 2024). A presença constante de drones no campo de batalha cria um ambiente de vigilância contínua, onde as forças inimigas estão constantemente sob ameaça de ataques aéreos precisos (Fedorchak, 2024). Este efeito psicológico pode desmoralizar as tropas inimigas e reduzir sua eficácia de combate. A capacidade de drones como o *Bayraktar* TB2 – de desenvolvimento turco – em realizar missões de reconhecimento e ataque permitiu que as forças ucranianas realizassem operações cirúrgicas contra alvos de alto valor, como tanques, sistemas de defesa antiaérea e instalações de C2, assim como forneceu inteligência em tempo real (Fedorchak, 2024). O *Shahed-2*, por outro lado, é um drone de fabricação iraniana utilizado pelas forças russas. Este é conhecido por sua capacidade de realizar missões de ataque de longo alcance e tem sido empregado para atingir infraestruturas críticas na Ucrânia (Kunertova, 2023b; Fedorchak, 2024).

A Ucrânia, por sua vez, tem demonstrado uma notável capacidade de inovação e adaptação no uso de drones comerciais e militares (Kunertova, 2023). As forças ucranianas têm modificado drones comerciais para uso militar, equipando-os com explosivos e sensores improvisados (Kunertova, 2023a). Esta customização permite que drones comerciais desempenhem funções táticas

importantes, como reconhecimento e ataques precisos contra alvos russos (Watling, 2023). Além disso, a Ucrânia tem desenvolvido suas próprias plataformas de drones, adaptando tecnologias existentes para atender às necessidades específicas do campo de batalha. Estas inovações incluem a integração de sistemas de comunicação seguros e contramedidas eletrônicas para evitar a detecção e a neutralização pelos sistemas de guerra eletrônica russos (Watling, 2023).

No entanto, um dos principais desafios enfrentados pela Ucrânia no uso de drones é a guerra eletrônica russa. As forças russas têm empregado uma ampla gama de técnicas de guerra eletrônica como o *jamming* e *spoofing* (Watling, 2024), dificultando a operação segura e eficaz dos drones (Watling 2023). Para mitigar os efeitos da guerra eletrônica imposta pela Rússia, a Ucrânia tem trabalhado no desenvolvimento de contramedidas, incluindo o fortalecimento da criptografia das comunicações dos drones e a implementação de técnicas de navegação inercial que não dependem de sinais GPS (Kunertova, 2023b).

Não obstante, as estratégias de combate aéreo agora incluem o uso coordenado de drones e aeronaves tripuladas, maximizando as vantagens de ambas as plataformas; logo, ainda que as medidas contra a guerra eletrônica não sejam efetivas, o aumento no quantitativo de drones também atua como uma forma de tornar o ambiente aéreo menos favorável para as forças russas (Kunertova, 2023b). Não obstante, outro desafio dentro do ambiente de guerra eletrônica é o risco de abater seus próprios drones (Watling, 2024, p. 38). Como se observa, o uso extensivo de drones na Guerra da Ucrânia oferece uma combinação única de persistência, alcance e precisão que é difícil de igualar com aeronaves tripuladas tradicionais. Uma vez que o amplo uso dos drones também favorece a balança de custo-benefício (Kunertova, 2023a), ou seja, sua aplicação na maioria dos casos não se refere apenas à sofisticação tecnológica, mas à capacidade de empregar maior número, aferindo maior dano ao inimigo sob menor custo próprio (Kunertova, 2023a). A capacidade de realizar operações de reconhecimento contínuo e ataques precisos com drones tem alterado a dinâmica do campo de batalha, permitindo que as forças ucranianas conduzam operações de modo efetivo, ainda que com recursos limitados, e reduzam os riscos para os operadores humanos (Fedorchak, 2024).

Nesse diapasão, convém entrar no ponto condutor do presente livro: quais lições podemos extrair do conflito russo-ucraniano? Depreende-se a importância de possuir materiais antiaéreos para várias faixas de emprego (curto, médio e grande alcance) a fim de escalar a defesa antiaérea (Kunertova, 2023b). Assim, reitera-se o argumento de Fuller Jr. (2014), que destaca a importância em acostumar o olhar analítico a reconhecer padrões, variações e dissimilaridades a fim de reconhecer aspectos característicos na guerra do futuro. Ainda que o conflito escolhido para ser abordado não seja um manual definitivo de como serão as guerras por vir, é possível compreender que a guerra do futuro será travada em meio a constantes atualizações tecnológicas que afetam a forma de se fazer guerra em sincronia com forças tradicionais (Fedorchak, 2024).

O caso do conflito russo-ucraniano aponta para a importância na aplicação dos drones, no entanto, sua utilidade e a capacidade de sustentar sua operação no campo de batalha também depende da capacidade de o Estado em questão manter uma certa competitividade na produção em escala (Stefanovich, 2025). Destarte, a Ucrânia demonstrou a habilidade de modificar drones comerciais para funções militares, como forma de flexibilizar o acesso em massa desses equipamentos. Em eco aos argumentos de Kunertova (2023b) e Stefanovich (2025), não basta possuir um número limitado de drones sofisticados; é fundamental a sustentação de fabricação em larga escala desses equipamentos a um custo reduzido.

Por sua vez, o general prussiano Helmut von Moltke nos deixou uma valiosa lição: “nenhum plano sobrevive ao primeiro contato com o inimigo”, e tendo em vista que o conflito na Ucrânia já marca três anos, ambos os lados beligerantes têm imposto desafios constantes aos adversários, forçando-os à engenhosidade. Como exemplo dessa assertiva, tanto a Rússia como a Ucrânia tem lançado mão da combinação de tecnologias correntes, como drones e medidas de guerra eletrônica, porém, integrando-as e demais plataformas de forma inovadora a tecnologias como a Inteligência Artificial (IA) e novos dispositivos mecânicos a fim de evadir das contramedidas eletrônicas (Barno; Bensahel, 2023; Ávila; Salgueiro, 2025). Enquanto a Ucrânia tem se adiantado nas ferramentas de IA, a Rússia tem recorrido ao uso de cabos de fibra ótica para manter o curso de drones, como visto exponencialmente em Kursk (Barno; Bensahel, 2023; Desmarais, 2024; Ávila; Salgueiro, 2025). Logo, dessa observação, extrai-se uma terceira

lição: os drones não garantem superioridade aérea *per se*, mas, quando combinados com outras plataformas, como mísseis e artilharia, tornam-se multiplicadores de força. Como evidenciado por Watling (2024), os drones, uma vez utilizados para vigilância e reconhecimento, permitem que as tropas em campo possam ter uma visão mais transparente do teatro de operações.

4. Considerações Finais

Este capítulo teve como objetivo identificar as principais lições aprendidas sobre o papel de sistemas de artilharia, drones e mísseis na guerra russo-ucraniana. Conforme demonstrado, as lições aqui sintetizadas explanam a complexidade da guerra contemporânea através da interface entre tecnologia e estratégia militar. Não obstante as lições aqui elencadas ecoem no campo do debate operacional e estratégico, elas também transbordam para arenas mais amplas, como a política e a economia de defesa. Assim, resumizamos a seguir as principais lições de cada seção que compõe o capítulo.

A guerra na Ucrânia revelou uma mudança significativa no emprego de meios aéreos, com a substituição parcial de aeronaves embarcadas por drones, mísseis e foguetes. Esses sistemas, no entanto, não agem como simples substitutos, mas, sim, como complementos integrados a plataformas tradicionais. A prevalência da artilharia no conflito, combinada com o desenvolvimento de sistemas de reconhecimento e ataque baseados em drones, aumentou a vulnerabilidade das baterias em campo, tornando a mobilidade essencial para sua sobrevivência. Assim, peças autopropulsadas se mostram mais resilientes, promovendo a mobilidade e a dispersão tanto da artilharia quanto de tropas e veículos de apoio. Não menos importante, a guerra reforça a importância da combinação entre massa e precisão: a massa, necessária pela alta intensidade do conflito, e a precisão, possibilitada pela evolução de sensores e sistemas de orientação, que tornam o campo de batalha cada vez mais “transparente”.

Na seção de mísseis, observamos como o uso destes no conflito na Ucrânia salientou lições estratégicas e operacionais. A Rússia buscou controlar a escalada do conflito ao empregar armamentos cada vez mais avançados, como o míssil hipersônico *Oreshnik*, enquanto mantinha uma postura de dissuasão estratégica.

No entanto, falhou em impedir o envio de armamentos ofensivos à Ucrânia, como os mísseis ATACMS e caças F-16 fornecidos pelos EUA, revelando uma falta de credibilidade em suas ameaças. A dissuasão nuclear, por outro lado, evitou um embate direto entre grandes potências até o momento, não tendo nenhum lado cruzado “linhas vermelhas”, enquanto no campo convencional, mísseis constituem um instrumento essencial de coerção, interdição e decapitação por parte de ambos os lados da guerra.

Na seção de drones analisamos o emprego desses equipamentos no conflito russo-ucraniano e sua importância como multiplicadores de força no teatro de operações. Para além das funções tradicionais – como reconhecimento e vigilância – os drones têm evoluído para atividades de suporte logístico e ataques de precisão. Mais do que isso, configuram parte essencial de complexos de reconhecimento, busca de alvos e ataque, combinando-se com plataformas de artilharia, mísseis e foguetes. Outrossim, o conflito demonstrou que a inovação tecnológica e a adaptação operacional são fatores essenciais para maximizar o impacto desses drones, permitindo que a Ucrânia, mesmo sem uma força aérea convencional dominante, utilize drones para desestabilizar as operações russas. Dessa forma, a combinação de drones comerciais adaptados e modelos militares sofisticados ressaltou a capacidade de compensar assimetrias estratégicas. Por outro lado, seu uso em larga escala evidenciou o potencial de saturação do espaço aéreo, tornando a tradicional superioridade aérea cada vez mais desafiadora. Contudo, o conflito também revelou limitações significativas, especialmente diante das reiteradas táticas de guerra eletrônica que ambos os lados utilizaram, forçando-os a buscar alternativas contramedidas. Assim, o uso de drones, embora possa ser percebido como evolucionário, não substituiu completamente as capacidades bélicas tradicionais, mas atua como um complemento essencial a sistemas de mísseis, artilharia e operações terrestres, demonstrando que o futuro da guerra aérea dependerá da sinergia entre diferentes meios, ao invés de predominância absoluta de uma única tecnologia.

Com base nesses achados, aprendemos que a rápida evolução tecnológica e inovação vivenciadas em mais de três anos de guerra nos ensinam que, sem uma subordinação dos meios a uma lógica estratégica e objetivos políticos dimensionados, meios de força modernos não são produtores de vitória. Não

obstante a onipresença da artilharia na guerra, o moral de ambos os lados não foi quebrado, tal como o rápido colapso das linhas inimigas batidas por fogos em favor da manobra não foi um evento comum. Embora o amplo, variado e massivo emprego de mísseis – objetivando os mais diversos efeitos – seja uma marca da relevância desse instrumento de poder militar na atualidade, tanto Rússia como a Ucrânia demonstraram resiliência para continuar a lutar mesmo quando estruturas geradoras de poder de combate, de valor estratégico, foram degradadas. Por sua vez, a novidade dos drones na guerra, em todos os domínios de operações, proporciona novas formas de fazer a guerra, mas não substituem em sua plenitude plataformas tradicionais, mas de fato as complementam.

Por fim, a principal lição que extraímos da análise sobre a relação entre tecnologia e estratégia na guerra russo-ucraniana consiste na centralidade do desenvolvimento de uma força combatente estruturada de forma conjunta, dotada de um sistema de defesa aérea integrada, apta a projetar fogos de profundidade e a manobrar para promover a ruptura e a exploração do êxito. Mais do que isso, os sistemas que operacionalizam o poder militar precisam se apoiar não apenas na competência de seus militares, como também na sua capacidade de produção industrial e na resiliência de seus líderes e povo. Pois, em sua essência, a guerra nada mais é do que a continuação da política por outros meios.

Referências

ÁVILA, Gabriela; SALGUEIRO, Júlia. Inovações tecnológicas e Inteligência Artificial na Guerra da Ucrânia. *OPEU*, 9 fev. 2025. Disponível em: <https://www.opecu.org.br/2025/02/09/inovacoes-tecnologicas-e-inteligencia-artificial-na-guerra-da-ucrania/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BARNO, David; BENSACHEL, Nora. Learning from Real Wars: Gaza and Ukraine. *War on the Rocks*, 2023. Disponível em: <https://warontherocks.com/2023/12/learning-from-real-wars-gaza-and-ukraine/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRONK, Justin; REYNOLDS, Nick; WATLING, Jack. *The Russian air war and Ukrainian requirements for air defence*. Londres: Royal United Services Institute, 2022. Disponível em: <https://rusi.org/explore-our-research/publications/special->

resources/russian-air-war-and-ukrainian-requirements-air-defence. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRONK, Justin; WATLING, Jack. *Mass precision strike: designing UAV complexes for land forces*. Londres: Royal United Services Institute, 2024. Disponível em: <https://static.rusi.org/mass-precision-strike-final.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

DESMARAIS, Anna. Guerra na Ucrânia: como e por que a Rússia está a usar drones “quase indetetáveis”. *Euronews*, 2024. Disponível em: <https://pt.euronews.com/next/2024/09/01/guerra-na-ucrania-como-e-porque-a-russia-esta-a-usar-drones-quase-indetetaveis>. Acesso em: 14 fev. 2025.

KOFMAN, Michael; FINK, Anya Loukianova. Escalation Management and Nuclear Employment in Russian Military Strategy. *War on the Rocks*, 2022. Disponível em: <https://warontherocks.com/2022/09/escalation-management-and-nuclear-employment-in-russian-military-strategy-2/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

FEDORCHAK, Viktoriya. *The Russia-Ukraine war: towards resilient fighting power*. 1. ed. London: Routledge, 2024.

FERREIRA, Walter da Costa. Avaliação Estrutural do Grupo Tático de Batalhão do Exército Russo. *Doutrina Militar Terrestre em Revista*. v. 3, n. 31, p. 04–11, nov. 2022. Disponível em: <https://www.ebrevistas.eb.mil.br/DMT/article/view/10923/8805>. Acesso em: 14 fev. 2025.

FILHO, Pedro Barboza de Souza; GABRIEL, Pedro Henrique Luz. A Artilharia na Guerra Russo – Ucraniana 2014/2022. *Doutrina Militar Terrestre em Revista*, v. 3, n. 31, p. 42–51, nov. 2022. Disponível em: <https://ebrevistas.eb.mil.br/DMT/article/view/10930>. Acesso em: 14 fev. 2025.

FULLER JR., William C. What is a military lesson? . In: MAHNKEN, Thomas G.; MAIOLO, Joseph A. (Orgs.). *Strategic studies: a reader*. Second edition. Abingdon, Oxon ; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2014.

GRAU, Lester W.; BARTLES, Charles K. *The Russian way of war*. Fort Leavenworth, Kansas: Foreign Military Studies Office, 2016.

KUNERTOVA, Dominika. Drones have boots: Learning from Russia's war in Ukraine. *Contemporary Security Policy*, v. 44, n. 4, p. 576–591, 2023a. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13523260.2023.2262792>. Acesso em: 14 fev. 2025.

KUNERTOVA, Dominika. The war in Ukraine shows the game-changing effect of drones depends on the game. *Bulletin of the Atomic Scientists*, v. 79, n. 2, p. 95–102, 2023b. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0963402.2023.2178180>. Acesso em: 14 fev. 2025.

LEWIS, Jeffrey; STEIN, Aaron. Who Is Deterring Whom? The Place of Nuclear Weapons in Modern War. *War on the Rocks*, 2022. Disponível em: <https://warontherocks.com/2022/06/who-is-deterring-whom-the-place-of-nuclear-weapons-in-modern-war/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

MITCHELL, Peter. Hypersonic Hype? Russia's Kinzhal Missiles and the Lessons for Air Defense. *Modern War Institute*, 2023. Disponível em: <https://mwi.westpoint.edu/hypersonic-hype-russias-kinzhal-missiles-and-the-lessons-for-air-defense/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ROSA, Carlos Eduardo Valle; SILVA, Eduardo Araújo Da; RIBEIRO, Pedro Barbezani Carvalho E. A Geoestratégia dos Drones Aéreos. *Revista de Geopolítica*, v. 15, n. 1, p. 62–83, 2024. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/index>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SAVILL, Matthew; KAUSHAL, Sidharth. *The Oreshnik Ballistic Missile: From Russia with Love?* RUSI. Disponível em: <https://rusi.orghttps://rusi.org>. Acesso em: 14 fev. 2025.

STEFANOVICH, Dmitry V. Disruptive Technologies as a Source of Strategic Destabilization. *Russia in Global Affairs*, v. 23, n. 1, p. 176–187, 2025. Disponível

em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/disruptive-tech-stefanovich/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz; TEIXEIRA JUNIOR, Augusto W. M.; SANTOS, Tamiris Pereira Dos. Deep fires and the British strategic posture: does the war in Ukraine validate it? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 67, n. 1, p. e003, 2024. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292024000100203&tlng=en. Acesso em: 15 fev. 2025.

TURNER, Grant. *Russia's Hypersonic Defeat. Or Was It?* CEPA, 2023. Disponível em: <https://cepa.org/article/russias-hypersonic-defeat-or-was-it/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

WATLING, Jack. *The arms of the future: technology and close combat in the twenty-first century*. 1st ed. London: Bloomsbury Academic, 2024.

ZABRODSKYI, Mykhaylo; WATLING, Jack; DANYLYUK, Oleksandr V; REYNOLDS, Nick. *Preliminary lessons from Russia's invasion of Ukraine: February–July 2022*. Londres: Royal United Services Institute, 2022. Disponível em: <https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/special-resources/preliminary-lessons-conventional-warfighting-russias-invasion-ukraine-february-july-2022>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ZALUZHNYI, Valerii. Modern positional warfare and how to win in it. *The Economist*, UDC 355, 2023. Disponível em: https://infographics.economist.com/2023/ExternalContent/ZALUZHNYI_FULL_VERSION.pdf. Acesso em: 13 jan. 2025.

GUERRA ELETRÔNICA, CIBERNÉTICA E ESPACIAL NA UCRÂNIA: AÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA OS CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS

Danielle Jacon Ayres Pinto

Introdução

A evolução tecnológica nas últimas décadas tem tornado a guerra cada vez mais dependente de sistemas eletrônicos, redes de computadores e infraestrutura espacial. Nesse sentido, três dimensões vêm se mostrando cruciais nos conflitos recentes: Guerra Eletrônica, Guerra Cibernética e Operações Espaciais (também chamadas de Guerra ou Poder Espacial). A guerra na Ucrânia — intensificada em 2022 com a invasão russa em grande escala — tem evidenciado o peso desses três domínios, que se combinam para moldar as estratégias, táticas e resultados em campo.

Este capítulo tem como objetivo oferecer uma análise da convergência e do uso desses três tipos de guerra – Eletrônica, Cibernética e Espacial — no conflito entre Rússia e Ucrânia. Para tanto, faz-se um panorama histórico, conceitual e empírico do emprego dessas capacidades, bem como de suas implicações estratégicas e do surgimento de novos desafios e oportunidades.

1. Desenvolvimento histórico e doutrinas militares

A evolução tecnológica nas últimas décadas tem tornado a guerra cada vez mais dependente de sistemas eletrônicos, redes de computadores e infraestrutura espacial. Nesse sentido, três dimensões vêm se mostrando cruciais nos conflitos recentes: Guerra Eletrônica, Guerra Cibernética e Operações Espaciais (também chamadas de Guerra ou Poder Espacial). A guerra na Ucrânia — intensificada em 2022 com a invasão russa em grande escala — tem evidenciado o peso desses três domínios, que se combinam para moldar as estratégias, táticas e resultados em campo.

Este capítulo tem como objetivo oferecer uma análise da convergência e do uso desses três tipos de guerra – Eletrônica, Cibernética e Espacial — no conflito entre Rússia e Ucrânia. Para tanto, faz-se um panorama histórico, conceitual e empírico do emprego dessas capacidades, bem como de suas implicações estratégicas e do surgimento de novos desafios e oportunidades.

1.1 Raízes da Guerra Eletrônica: das Primeiras Interferências à Era das Contramedidas

A Guerra Eletrônica (GE) remonta a experiências que antecedem em muito à Primeira Guerra Mundial. Na Guerra Civil Americana, por exemplo, já se registravam tentativas de interceptar e sabotar linhas de telégrafo (Neto, 2017). Entretanto, foi no início do século XX que as técnicas de *jamming* (bloqueio de sinais) e interceptação se consolidaram como ferramentas estratégicas, sobretudo depois que o rádio passou a ter importância militar. Em 1904, durante a Guerra Russo-Japonesa, houve relatos de interferências bem-sucedidas nos sistemas de comunicações navais (Collins, 2018). Esse episódio, hoje, é frequentemente citado pelos teóricos russos como marco inicial do combate rádio-eletrônico.²

A Primeira Guerra Mundial (1914–1918) ampliou a importância dos sistemas de rádio e telegrafia sem fio, exigindo soluções para interceptar mensagens e evitar espionagem do inimigo. Ainda assim, esses esforços eram incipientes e localizados. Foi somente na Segunda Guerra Mundial que a GE se tornou elemento essencial nos teatros de operação (Neto, 2017). A introdução de radares para detecção aérea, como os britânicos *Chain Home*, gerou a necessidade de contramedidas para enganar ou suprimir essas ondas. Nesse sentido, surgiram as contramedidas eletrônicas (*Electronic Countermeasures*), como o uso de *chaff* (pequenas tiras de alumínio lançadas pelos aviões) para criar ecos falsos nos radares inimigos (Smith, 2020). Em paralelo, os alemães desenvolveram sistemas de navegação por feixe de rádio, e os britânicos responderam com contramedidas conhecidas como *Battle of the Beams*.

²Esse combate também é conhecido na doutrina russa como *Radioelektronnaya Bor'ba* – para saber mais consulte: https://icds.ee/wpcontent/uploads/2018/ICDS_Report_Russias_Electronic_Warfare_to_2025.pdf.

O avanço das contramedidas (ECM) e, simultaneamente, das ações contra as contramedidas³, continuou na Guerra Fria, período em que EUA e URSS perceberam o potencial do espectro eletromagnético não só para detecção de mísseis e aviões como também para negar capacidades ao rival (Bowen, 2022). Surgiu um “jogo de gato e rato” tecnológico: os aviões de combate começaram a incorporar *pods* de interferência, e os radares de defesa aérea evoluíam para contrabalançar os bloqueios, introduzindo varredura de frequência, lógicas de rejeição de ruído etc. Na URSS, criaram-se unidades específicas dedicadas à *radioelektronnaya bor'ba*, ancoradas em centros de pesquisa e institutos militares (McDermott, 2017). Assim, a guerra era travada antes do embate real, era uma estratégia que busca usar o meio eletrônico para desabilitar a capacidade de ação do oponente.

Com o colapso soviético (1991), muito da pesquisa na Rússia perdeu fôlego, mas a Guerra do Golfo (1991) serviu de alerta ao mostrar como o domínio do espectro poderia ser decisivo. As forças de coalizão lideradas pelos EUA usaram extensivamente a supressão de defesas aéreas inimigas (SEAD) por meio de GE — atacando radares e comunicações do Iraque. Doutrinadores russos passaram a estudar esse modelo, percebendo que as próximas guerras não seriam apenas trocas de fogo, mas disputas para quem controlasse as ondas eletromagnéticas (Smith, 2020). Tal evolução doutrinária ficou evidente no caso russo na Guerra da Ucrânia, onde vem sendo empregado, de modo extensivo, esta capacidade das ferramentas eletrônicas desenvolvidas pela Rússia, levando não só a uma eficácia maior no terreno como também a própria evolução doutrinária desse país (McDermott, 2017).

Para entender melhor a GE vamos ver suas características. A Guerra Eletrônica abrange o conjunto de ações de um ator para explorar, negar, degradar ou destruir o uso do espectro eletromagnético pelo inimigo, ao mesmo tempo em que protege o seu próprio espaço (Neto, 2017). Tal guerra engloba três componentes principais: a) Ataque Eletrônico (EA): uso de energia eletromagnética (ou dirigida) para interferir, enganar ou suprimir sistemas adversários de comunicação, radar etc; b) Proteção Eletrônica (EP): medidas que salvaguardam a capacidade de utilizar o espectro, assegurando que as forças próprias não sejam facilmente

³O termo em inglês para essa ação *Electronic CounterCountermeasures* (ECCM).

bloqueadas ou enganadas; c) Suporte Eletrônico (ES): monitora e coleta sinais eletromagnéticos inimigos (e mesmo amigos), produzindo inteligência de sinais (SIGINT) e auxiliando a detecção de ameaças.

O uso efetivo da GE tem impacto na capacidade de comando e controle do oponente, afeta comunicações táticas e defensivas (como radares de defesa aérea) e pode complementar diretamente ações cinéticas de artilharia, aeronaves e mísseis (McDermott, 2017; Collins, 2018).

1.2 Ascensão da Guerra Cibernética: da teoria à prática

Paralelamente à evolução da GE, o ciberespaço despontou como um novo campo de disputa. Nos anos 1970, já se vislumbrava a possibilidade de usar redes de computadores para troca de informações e conseqüentemente para a possibilidade de espionagem. Porém, a preocupação com ataques cibernéticos em larga escala só passou a ser premente a partir dos anos 1990, quando a difusão da internet e a digitalização de infraestruturas críticas se intensificaram (Ayres Pinto, Grassi, 2020), fenômeno que Joseph Nye Jr vai chamar difusão e transição do poder (Nye, 2012).

No final do século XX, a doutrina militar dos EUA já discutia *Netwar* e *Cyberwar*, especialmente após incidentes como a Operação *Allied Force* no Kosovo em 1999, em que os EUA fizeram uso de sistemas de informação para coordenação precisa no uso de alguns tipos de armamentos. Porém, a ideia de que um ataque cibernético isolado poderia equivaler a um ato de guerra já estava presente nos debates sobre o uso da cibernética na guerra, principalmente em trabalhos como os de John Arquilla e David Ronfeldt (Rid, 2012), mas ainda assim o grande debate nessa seara era letalidade efetiva desses ataques e se eles poderiam, seu próprio embate, ser chamados de guerra.

O ponto de virada que torna a capacidade cibernética um grande recurso da guerra é o caso do Estônia 2007 (série de ataques de negação de serviço contra *sites* governamentais e de infraestrutura do país) que marcou a atenção global. A ciberguerra passou a ser considerada um elemento tangível de conflito, ainda que, naquele episódio, os danos físicos fossem limitados (Stone, 2013). Em 2010, o descobrimento do *Stuxnet* — *malware* que atacou centrífugas do

programa nuclear iraniano — consolidou a percepção de que o ciberespaço podia ter consequências físicas concretas.

Frente a esse cenário de desenvolvimento das capacidades cibernéticas para guerra, a Rússia desenvolveu estratégias híbridas, envolvendo meios cibernéticos, propaganda e operações de influência como a sua grande maneira de utilizar tais ações para o efetivo uso do poder na guerra (Rid, 2012). Em seus documentos estratégicos é possível ver a noção clara que tais recursos de controle da informação e comunicação seriam usados numa lógica híbrida nos conflitos onde a Rússia estivesse inserida, ou seja, espionagem e sabotagem se tornariam elementos centrais dessa nova dimensão da guerra (Figueiredo *et. al*, 2021). No conflito Rússia e Ucrânia entre 2015 e 2016, a rede elétrica ucraniana foi alvo de ataques complexos, levando a blecautes regionais — algo inédito na história. Esses episódios, atribuídos a grupos russos (como *Sandworm*, vinculados ao GRU¹), evidenciaram a sofisticação das ferramentas de ataque, como *BlackEnergy* e *Industroyer*, bem como a intencionalidade de causar impacto estratégico para auxiliar esforços tradicionais de combate contra inimigos, aqui no caso a Ucrânia. (Ayres Pinto; Grassi, 2020)

Dessa forma, o período entre 2007 e 2016 consolidou o conceito de Guerra Cibernética como parte inseparável dos conflitos modernos, ainda que alguns autores, como Thomas Rid (2012), questionem se esses ataques equivaleriam a atos de guerra no sentido tradicional. A prática russa, ao promover ataques pontuais, cuidadosamente calibrados para impactos políticos, reforça a noção de operações cibernéticas como instrumento de coerção e influência. E, ao contrário da GE, historicamente mais voltada ao campo tático-operacional, a guerra cibernética chega até a frente estratégica e política, mirando infraestrutura crítica e opinião pública.

Assim, a guerra cibernética diz respeito às atividades voltadas a atacar, defender, espionar ou manipular sistemas de informação conectados em redes (Rid, 2012; Stone, 2013). Essa dimensão inclui: a) ataques cibernéticos contra infraestruturas críticas (redes de energia, bancos, telecomunicações); b) defesa

¹Para conhecer sobre o grupo Sandworm, sua vinculação com o setor de inteligência russo e suas ações no período relatado consultar: <https://www.welivesecurity.com/br/2022/03/25/sandworm-historico-de-ciberataques-devastadores-atribuidos-ao-grupo>.

cibernética de sistemas militares e civis; c) ciberespionagem, visando colher dados estratégicos (ex.: planos de batalha, localização de tropas, inteligência industrial); d) operações de influência e desinformação, que se valem de redes sociais e canais online para afetar moral e coesão adversários.

Muitos especialistas destacam que, embora a *cyber war* pura ainda seja rara, as operações cibernéticas tornaram-se centrais nos conflitos híbridos — em especial na Ucrânia, onde houve ataques à rede elétrica e à plataformas de comunicação desde 2015 (Ayres Pinto; Grassi, 2020; Harper, 2019).

1.3 Militarização do espaço: da corrida espacial à “armadilha” antissatélite

O terceiro pilar dessa evolução histórica é a militarização do espaço. Na origem, as décadas de 1950 e 1960 testemunharam o início da corrida espacial entre EUA e URSS, com lançamentos de satélites científicos e demonstrações de poder tecnológico (*Sputnik, Luna, Vostok, Mercury, Apollo* etc.). Contudo, esses não seriam os principais avanços no que toca a guerra no espaço. Paralelamente, esses Estados lançavam satélites de reconhecimento e comunicação com finalidades militares, antevendo as necessidades e potencialidades dessas tecnologias para o exercício do poder nos conflitos (Bowen, 2020). Já em meados dos anos 1960, a URSS testava armas antissatélite orbitais, e os EUA pesquisavam mísseis de lançamento aéreo com intenção de inviabilizar a ação de satélites (ASAT).

Durante a Guerra Fria, a existência de satélites espíões (como os norte-americanos Corona e os soviéticos Zenit) se tornou decisiva na coleta de inteligência estratégica, reduzindo o risco de surpresas nucleares. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se a ideia de defesa espacial, emblemática no Projeto *Strategic Defense Initiative* (SDI), também conhecido como Guerra nas Estrelas, lançado pelo presidente Ronald Reagan no início da década 1980 (Bowen, 2022). Embora muitos sistemas propostos nunca tenham se tornado operacionais, a iniciativa estimulou pesquisa avançada em *lasers* de alta potência, interceptores cinéticos e radares de alerta precoce.

Com o fim da URSS, a cooperação internacional no espaço ganhou certo impulso, mas a utilização militar não diminuiu. Ao contrário, emergiu uma nova era de constelações de navegação por satélite (GPS, GLONASS, Galileo), cruciais

para guiar munições de precisão. Com as Operações na guerra do Golfo (1991) e no Kosovo (1999), consolidou-se a noção de força apoiada por espaço (*space-enabled force*), na qual a superioridade espacial concedia vantajosa consciência situacional e condução de operações (Bowen, 2020).

Entrando no século XXI, observou-se a disseminação de tecnologias de lançamento de satélites mais baratas e o aumento do número de atores privados ocupando esse espaço (*SpaceX, OneWeb, Planet* etc.). Tal democratização do acesso ao espaço implicou maior oferta de serviços de imagens de satélite, comunicações seguras, rastreamento de navios e aeronaves, entre outros (Peperkamp; Bolder, 2024). Esse movimento também trouxe a militarização de “constelações comerciais”: hoje, é possível contratar serviços de observação em alta resolução ou comunicações globais para fins militares. Assim, o espaço deixa de ser um monopólio de superpotências para se tornar um terreno de múltiplos competidores, inclusive estatais e privados o que altera a lógica do conflito e a própria noção que de quem seriam os reais atores no teatro da guerra (Dickey; Gleason, 2024).

No que concerne a armamentos, a Rússia, herdando projetos soviéticos, prosseguiu com testes de mísseis ASAT de ascensão direta e de satélites coorbitais que podem se aproximar de ativos orbitais inimigos, potencialmente os manipulando ou destruindo. Em 2021, a destruição de um de seus próprios satélites por míssil *Nudol* gerou ampla condenação internacional, pois produziu milhares de detritos, perigosos a outros satélites (Bowen, 2020; Bowen, 2022). Na perspectiva doutrinária russa, tais capacidades contraespaciais fazem parte de um pacote maior, que integra *Radioelektronnaya Bor'ba* e ataques cibernéticos em terra para alcançar a supressão integrada das capacidades do adversário, ou seja, a materialização da dimensão híbrida real da guerra contemporânea para doutrina russa.

Assim, a guerra espacial compreende o uso militar de satélites, foguetes de lançamento, sistemas de posicionamento (GPS/GLONASS), comunicações via satélite, vigilância orbital e até capacidades antissatélite (ASAT) (Bowen, 2020; Bowen, 2022; Rietjens, 2024). Suas principais ações são: a) força de apoio espacial: comunicações seguras, sensoriamento remoto (imagens, radares de abertura sintética), vigilância meteorológica e sistemas de navegação por satélite

(PNT); b) controle espacial: meios ofensivos (destruir ou degradar satélites) e defensivos (proteger constelações amigas de interferência, *spoofing* etc.); c) Forças de aplicação espacial: uso de armas colocadas no espaço para atingir alvos terrestres (de uso ainda muito incipiente).

Tais recursos têm se mostrado críticos em conflitos recentes. A possibilidade de adquirir informações em tempo real via satélite, bem como usar constelações de satélites comerciais para fins militares, transformou o panorama de coleta de inteligência (O'Neill, 2022; Dickey, Gleason, 2024).

1.4 Quadro Comparativo

Com base nas seções anteriores se faz possível uma compreensão geral sobre as dimensões da guerra aqui descritas, essenciais para extrair as lições da guerra russo-ucraniana nesse campo. De forma a melhor estruturar esse trabalho, apresentamos, a seguir, um quadro comparativo sobre diferentes aspectos referentes às três dimensões analisadas.

Quadro 1 – Comparação das dimensões da Guerra Eletrônica, Guerra Cibernética e Guerra Espacial

Aspectos	Guerra Eletrônica (GE)	Guerra Cibernética (GC)	Guerra Espacial (GEsp)
Definição	<p>Conjunto de ações voltadas a explorar, controlar ou negar o uso do espectro eletromagnético, visando obter vantagem no campo de batalha</p>	<p>Emprego de técnicas ofensivas e defensivas para atacar ou defender sistemas computacionais e redes de informação. Inclui espionagem digital, sabotagem, roubo de dados e interrupção de serviços</p>	<p>Uso e proteção de ativos e infraestrutura espaciais (satélites, sistemas de lançamento, plataformas orbitais) para fins militares. Engloba comunicações via satélite, sensoriamento remoto e possíveis formas de engajamento em órbita</p>
Escopo de Atuação	<p>Geralmente restrita às áreas de operação onde os sinais e dispositivos de interferência podem alcançar, como campos de batalha e zonas aéreas e marítimas próximas</p>	<p>Abarca praticamente todo o globo, pois a interconexão digital permite que ataques sejam realizados a grandes distâncias, sem a necessidade de presença física local</p>	<p>Estende-se além da atmosfera terrestre, porém com reflexos diretos em operações em solo, pois a maior parte do suporte de vigilância e comunicação via satélite é feito em órbita</p>

Aspectos	Guerra Eletrônica (GE)	Guerra Cibernética (GC)	Guerra Espacial (GEsp)
Principais Alvos	Dispositivos de radar, Sistemas de comunicação de tropas (rádio, VHF/UHF), Sensores infravermelho e radares de varredura, Links de dados entre drones e estações de controle	Infraestruturas críticas (energia, transporte, finanças), Servidores e redes governamentais ou militares, Bancos de dados sensíveis em empresas públicas e privadas, Redes de mídia e plataformas sociais	Satélites de comunicação, navegação (GPS/GLONASS/Galileo) e sensoriamento remoto, Sistemas de propulsão e lançamento espacial, Segmentos terrestres de controle de missões
Ferramentas Técnicas	<i>Jamming</i> (bloqueio de frequência), <i>Spoofing</i> (envio de sinais falsos), EMPs (pulso eletromagnético), Suporte eletrônico (SIGINT, ELINT, COMINT)	<i>Malware</i> , vírus, <i>ransomware</i> , Exploração de vulnerabilidades (dia zero, <i>phishing</i> , injeção de código), <i>Botnets</i> para ataques de negação de serviço (DDoS), Desinformação e manipulação de redes sociais	Observação e coleta de dados por satélite (imagens de alta resolução), Comunicações criptografadas via satélites militares e civis, Sistemas de posicionamento e navegação, Possibilidade de armas antissatélite (ASAT)

Aspectos	Guerra Eletrônica (GE)	Guerra Cibernética (GC)	Guerra Espacial (GEsp)
Efeitos Esperados	Degradação ou interrupção das comunicações inimigas, Redução da eficácia de radares e sistemas de defesa antiaérea, Neutralização de drones e mísseis guiados que dependem de link de dados	Interrupção ou destruição de infraestruturas críticas, Roubo de dados estratégicos ou sigilosos, Desinformação em larga escala minando confiança social e governamental, Sabotagem e espionagem industrial ou militar	Monitoramento constante de movimentações de tropas e instalações adversárias, Manutenção de comunicações seguras e globais, Dependência de sistemas de navegação para operações de precisão, Risco de militarização efetiva do espaço
Desafios	Necessidade de proximidade geográfica para eficácia das ações (limites de alcance de sinais), Complexidade técnica dos equipamentos (necessidade de pessoal treinado), Blindagem e contramedidas cada vez mais fortes	Dificuldade de atribuição (é complexo identificar os autores de um ataque cibernético), Evolução rápida de vulnerabilidades e contramedidas, Dependência de cooperação público-privada para proteção de sistemas críticos	Custo elevado de lançamento e manutenção de satélites, Risco de detritos espaciais (<i>space debris</i>) em caso de ações antissatélite, Dependência de infraestrutura terrestre de suporte (estações de controle), Regulações internacionais complexas

Fonte: Elaboração própria a partir das bibliografias do capítulo.

2. O Conflito Híbrido e interseções doutrinárias entre Guerra Eletrônica Cibernética e Espacial – o caso da Guerra na Ucrânia

A partir do final dos anos 2000, o conceito de guerra híbrida ganha notoriedade, sintetizando a ideia de que conflitos contemporâneos combinam ferramentas convencionais, irregulares e tecnológicas junto a operações psicológicas e de desinformação (Stone, 2013). A doutrina russa criada pelo General Gerasimov, embora muitas vezes extrapolada, enfatiza que a linha entre guerra e paz é turva, e que a manobra no domínio informacional se mostra tão ou mais decisiva que combates cinéticos e isso foi visto de forma efetiva na guerra da Ucrânia que eclodiu em 2022.

A Rússia, ao longo de seu processo de atualização doutrinária pós-2008, cunhou o termo guerra de nova geração ou guerra híbrida para designar ações integradas que englobam desde operações convencionais até o uso de milícias (como os voluntários no Donbass), além de intensas campanhas de desinformação e ciberataques como parte efetiva e natural do esforço de guerra (Tadjeh, 2018; Bronk; Collins; Wallach, 2023). A GE e o espaço inserem-se nessa lógica: a supressão eletrônica facilita a manobra em terra, e o acesso a imagens de satélite (próprias ou obtidas de terceiros) melhora o planejamento operacional.

Todavia, se a Rússia vem consolidando sua doutrina no que diz respeito a guerra híbrida, a Ucrânia vem, de forma forçada, elaborando uma doutrina adaptada às suas limitações e às ameaças presentes. Entre os elementos dessa doutrina emergem as seguintes ações: a) uso massivo de drones comerciais para reconhecimento com custo baixo do teatro da guerra em sinergia com plataformas de mensagens seguras (ex.: *Telegram*, *Signal*) para coordenação rápida; b) cooperação com *big techs* e empresas de segurança cibernética para defender redes e recuperar comunicações satelitais (caso *Starlink*); c) contando com apoio internacional tanto em termos de infraestrutura de nuvem para armazenar dados governamentais (evitando destruição física) quanto de treinamento em ciberdefesa; d) integração civil-militar na coleta de inteligência, onde cidadãos reportam movimentações inimigas via aplicativos (Bronk; Collins; Wallach, 2023).

Embora não haja um documento oficial ucraniano que formalize essa doutrina, a experiência no campo de batalha está moldando, na prática, um arcabouço híbrido focado em resiliência, velocidade de adaptação e uso intensivo de soluções comerciais. Mostrando que essa combinação de recursos digitais e tecnológicos pode ser o futuro das estratégias de ação das forças militares em conflitos ao redor do mundo.

3. O conflito na Ucrânia

O conflito na Ucrânia, deflagrado em 2014 com a anexação da Crimeia e intensificado em 2022 com a invasão russa, tem se revelado um laboratório da guerra contemporânea (Bronk; Collins; Wallach, 2023). Observa-se o uso extensivo de capacidades de guerra eletrônica, cibernéticas e espaciais por ambas as partes, com destaque para a Rússia pela escala e pelos investimentos históricos. Vejamos a seguir alguns exemplos dos usos desses recursos tanto por Rússia como pela Ucrânia.

3.1 Guerra Eletrônica na Ucrânia

3.1.1 Capacidades russas: Krasukha, Leer-3 e outros

Diversas análises registram a presença de sistemas como *Krasukha*, capazes de suprimir radares inimigos, e o *Leer-3*, que simula torres de telefonia e envia mensagens de texto a soldados ucranianos com intuito de desmoralizá-los (Smith, 2020; McDermott, 2017). O objetivo russo é impedir comunicações e dificultar a coordenação das unidades adversárias. Essa abordagem ficou clara ao se observar a frequente supressão de sinais de drones de reconhecimento ucranianos.

3.1.2 Integração com artilharia

Relatórios indicam que tropas russas triangulam sinais de rádio ou celular para localizar posições ucranianas e direcionar fogo de artilharia (Collins, 2018; Smith, 2020). Assim, a GE se torna parte essencial da manobra ofensiva, reduzindo o tempo entre detecção e disparo.

3.1.3 *Contramedidas ucranianas*

A Ucrânia buscou contrabalançar essas capacidades com equipamentos ocidentais e técnicas de salto de frequência (*frequency hopping*²). Além disso, houve adoção de comunicações criptografadas via terminais de satélite comerciais, reduzindo a vulnerabilidade à interferência eletrônica (Bronk, Collins, Wallach, 2023).

3.2 *Guerra Cibernética na Ucrânia*

3.2.1 *Ataques e contragolpes*

Antes mesmo de 2022, a Ucrânia sofreu ataques de grande impacto, como o apagão causado em 2015 e 2016 (Ayres Pinto, Grassi, 2020). Com a invasão, esperava-se um massivo ataque cibernético, o que não se concretizou de modo devastador. Ainda assim, ocorreram ataques a provedores de internet, como o da *Viasat*, no início do conflito, resultando na perda de conectividade de militares ucranianos (Bronk; Collins; Wallach, 2023; O'Neill, 2022).

3.2.2 *Desinformação e Operações Psicológicas*

Além das tentativas de sabotagem, a Rússia investiu em campanhas de desinformação para atingir moral e liderança ucranianas. Como resposta, o governo de Kiev e apoiadores internacionais intensificaram ações de narrativa pública, usando redes sociais e imagens de satélite para expor abusos e reforçar apoio internacional (Rid, 2012, Dickey; Gleason, 2024).

3.2.3 *Resiliência e apoio ocidental à Ucrânia*

Graças à cooperação com empresas de segurança cibernética e forças de defesa cibernética de países da OTAN, a Ucrânia melhorou a proteção de infraestruturas críticas (Harper, 2019). Iniciativas como compartilhamento de

²Para saber mais sobre *frequency hopping* consultar: https://csrc.nist.gov/glossary/term/frequency_hopping.

indicadores de compromisso (IoCs)³ e suporte de equipes de resposta a incidentes contribuíram para mitigar e até evitar danos.

3.3 Operações espaciais

3.3.1 Comunicações via satélite

O uso de satélites comerciais como *Starlink* mostrou a importância do espaço para manter comunicações seguras (Bronk; Collins; Wallach, 2023; O’Neill, 2022). Quando a Rússia bloqueou ou destruiu infraestruturas terrestres, terminais de satélite forneceram suporte essencial para comandos táticos e governamentais.

3.3.2 Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (ISR)

Constelações privadas (*Maxar, Planet, ICEYE*) forneceram imagens de alta resolução às autoridades ucranianas e aliados, expondo movimentações russas e permitindo maior transparência (Dickey; Gleason, 2024; Peperkamp; Bolder, 2024). Informações sobre comboios, posições de artilharia e até possíveis crimes de guerra foram reveladas, consolidando o espaço como fator-chave de consciência situacional.

3.3.3 PNT (*Position, Navigation, and Timing*)

Sinais como GPS e GLONASS são críticos para drones, mísseis de cruzeiro e sistemas de artilharia de precisão. A Rússia tentou bloquear ou deturpar (*spoofing*) o GPS, degradando a precisão ucraniana (Collins, 2018; Bowen, 2020). Todavia, as forças ucranianas e seus aliados adotaram soluções alternativas para mitigar esse problema. Entre elas, destacam-se o uso de sistemas de navegação inercial, que permitem conduzir aeronaves e munições de forma minimamente precisa sem depender de sinais externos; a alternância entre diversos serviços de geolocalização (por exemplo, Galileo, BeiDou); e o reforço nas contramedidas

³Para saber mais sobre Indicadores de Compromisso (IoCs) consultar: [https://www.microsoft.com/pt-br/security/business/security-101/what-are-indicators-of-compromise-ioc#:~:text=Um%20IOC%20\(indicador%20de%20comprometimento,exfiltra%C3%A7%C3%A3o%20de%20dados%2C%20j%C3%A1%20ocorreu.](https://www.microsoft.com/pt-br/security/business/security-101/what-are-indicators-of-compromise-ioc#:~:text=Um%20IOC%20(indicador%20de%20comprometimento,exfiltra%C3%A7%C3%A3o%20de%20dados%2C%20j%C3%A1%20ocorreu.)

eletrônicas, tornando mais complexa a tarefa russa de distorcer ou bloquear completamente os sinais de PNT.

3.3.4 Risco de escalada antissatélite

Até o momento, não se confirmou o uso efetivo de armas ASAT no teatro ucraniano, mas a Rússia mantém capacidade de ascensão direta (*Nudol*) e sistemas coorbitais, testados antes do conflito (Bowen, 2020; Bowen, 2022). Um ataque físico a satélites ocidentais que prestam suporte à Ucrânia poderia provocar forte escalada. Relatos de ataques cibernéticos a estações terrestres mostram a tentativa russa de neutralizar, ao menos, a infraestrutura de controle em solo (O'Neill, 2018). Apresentamos, a seguir, um quadro-resumo com exemplos do uso das três dimensões na guerra da Ucrânia.

Quadro 2 – Exemplo de alguns usos de Guerra Eletrônica, Guerra Cibernética e Guerra Espacial no conflito da Ucrânia

Aspectos	Guerra Eletrônica (GE)	Guerra Cibernética (GC)	Guerra Espacial (GEsp)
Exemplos de Emprego no Conflito na Ucrânia	<i>Jamming</i> de sinais GPS e	Ataques a redes de energia e sistemas de transporte, campanhas de desinformação e espionagem digital contra órgãos do governo	Uso de satélites comerciais para vigilância em tempo quase real, interferência em sinais de posicionamento e navegação para desestabilizar operações militares

Fonte: Elaboração própria a partir das bibliografias do artigo.

4. Conclusões

A guerra na Ucrânia confirma a centralidade da Guerra Eletrônica, da Guerra Cibernética e das Operações Espaciais/Guerra Espacial nos conflitos do século XXI. A Rússia, apesar de dispor de avançadas capacidades nos dois primeiros tipos de guerra, enfrentou contramedidas efetivas, frutos da cooperação

entre Ucrânia, aliados ocidentais e empresas privadas. A integração desses três domínios mostra-se decisiva no planejamento e execução de operações, com impacto direto na condução de operações terrestres, aéreas e marítimas.

Por outro lado, a interdependência de sistemas civis e militares gerou novas vulnerabilidades e controvérsias sobre o estatuto legal de alvos duais. Isso porque a possibilidade de ataques diretos a satélites — sejam eles governamentais ou comerciais — agrava o risco de escaladas do conflito a nível global. Já no campo cibernético, o que se conclui é a persistência de ataques a infraestruturas críticas e a necessidade de defesa conjunta entre nações parceiras.

Todavia, antes de fazer um fechamento de nosso argumento, vejamos algumas lições que podem ser apreendidas do conflito Rússia e Ucrânia e quais poderiam ser as perspectivas futuras para esses cenários

Lições Aprendidas: a) resiliência e redundância: a adoção de múltiplas camadas de comunicação (rádio VHF, redes celulares, satélite, fibra ótica) e protocolos de defesa cibernética é determinante para manter o comando e controle sob ataques multifacetados (Bronk; Collins; Wallach, 2023); b) papel das empresas privadas: constelações comerciais (e.g., *Starlink*, *Maxar*) podem suprir carências nacionais, mas tornam-se potencial alvo, envolvendo questões legais, de escaladas e até de dependência do Estado ao ator privado para garantir a manutenção de sua defesa (Turunen, 2020, Peperkamp; Bolder, 2024); c) integração guerra eletrônica e guerra cibernética: a eficácia de ataques de artilharia aumenta muito quando combinada com coleta de sinais e geolocalização. Protocolos de segurança digital precisam ser reforçados no campo de batalha (Collins, 2018); d) transparência e desinformação: ampla disponibilidade de imagens de satélite fortalece a narrativa ucraniana e limita as táticas de guerra psicológica russas. Porém, a arena da desinformação segue altamente dinâmica e se reinventando muito rapidamente (Rid, 2012; Stone, 2013).

Perspectivas Futuras: a) automação e IA: espera-se o uso crescente de inteligência artificial para analisar enormes volumes de dados de satélite, sinais interceptados e logs de rede (SFETCU, 2024); b) espaço congestionado: o aumento exponencial de satélites (incluindo microssatélites) torna o monitoramento e

a proteção mais complexos; c) armas antissatélite: há possibilidade de testes adicionais de mísseis ASAT e sistemas coorbitais, elevando riscos de detritos espaciais e escaladas inadvertidas (Bowen, 2020); d) foco em doutrinas multidomínio: OTAN e outras potências tendem a unificar cadeias de comando para guerra eletrônica, guerra cibernética e guerra espacial, de modo a executar operação multidomínio de forma ágil, coletiva e eficaz (Tadjdeh, 2018; Collins, 2018).

Assim, guerra eletrônica, cibernética e espacial não apenas coexistem, mas se sobrepõem e se fortalecem mutuamente, moldando conflitos presentes e futuros. O caso ucraniano ilustra tanto as oportunidades de superioridade tecnológica quanto os limites enfrentados por potências tradicionais. Como perspectiva, a tendência é que as forças armadas intensifiquem investimentos em contramedidas avançadas, inteligência artificial e parcerias público-privadas para assegurar vantagem nesses domínios. Trata-se de uma evolução inexorável, caracterizando o modo de conduzir guerra na era da informação e do espaço.

Frente a esse cenário, a Guerra na Ucrânia atua como catalisador para validar hipóteses construídas ao longo de décadas. Observa-se que a doutrina russa de guerra híbrida efetivamente faz uso intenso da guerra eletrônica e cibernética, mas encontrou resistência quando confrontada com parcerias internacionais e grande resiliência ucraniana. Também foi possível comprovar a crescente relevância do espaço como um facilitador de operações e como um *front* potencial de confrontos futuros, embora a temida guerra orbital ainda não tenha ocorrido. Assim, do ponto de vista histórico-doutrinário, este conflito exemplifica a maturidade dos três domínios e expõe como as forças armadas que não se adaptarem a essas realidades tecnológicas e conceituais correm o risco de enfrentar severas desvantagens.

Referências

AYRES PINTO, Danielle Jacon; GRASSI, Jéssica Maria. Guerra cibernética, ameaças às infraestruturas críticas e a defesa cibernética do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 7, n. 2, 2020.

BOWEN, Bleddyn E. *Original sin: power, technology and war in outer space*. Hurst Publishers, 2022.

BOWEN, Bleddyn E. *War in space: strategy, spacepower, geopolitics*. Edinburgh, UK: Edinburgh University Press, 2020.

BRONK, Chris; COLLINS, Gabriel; WALLACH, Dan S. The Ukrainian information and cyber war. *The Cyber Defense Review*, v. 8, n. 3, p. 33-50, 2023.

COLLINS, C.L. *Russia gives lessons in electronic warfare*. AUSA, 2018. Disponível em: <https://www.ausa.org/articles/russia-gives-lessons-electronic-warfare>. Acesso em: 10 abril 2025.

DICKEY, Robin; GLEASON, Michael P. Space and war in Ukraine. *Æther: A Journal of Strategic Airpower & Spacepower*, v. 3, n. 1, p. 20-35, 2024.

FIGUEIREDO, D. et al. Gigante de mãos de aço: as capacidades russas no jogo de poder no ciberespaço. In: AYRES PINTO, D.J.; PAGLIARI, G.D.C.; GRASSI, J. M. *As geopolíticas das estratégias em defesa cibernética - como EUA, China, Rússia e Israel protegem seu ciberespaço*. Rio de Janeiro: Editora Alpheratz, 2021, p. 97-143.

HARPER, Jon. Electronic warfare spending on the rise. *National Defense*, v. 104, n. 789, p. 10-10, 2019.

McDERMOTT, Roger N. *Russia's electronic warfare capabilities to 2025: challenging NATO in the electromagnetic spectrum*. Tallinn, Estonia: International Centre for Defence and Security (ICDS), 2017

NETO, Ricardo Borges Gama. Guerra cibernética/guerra eletrônica—conceitos, desafios e espaços de interação. *Política Hoje*, v. 26, n. 1, 2017

NYE JR, Joseph S. *Smart power*. Roma: Gius. Laterza & Figli Spa, 2012.

O'NEILL, Patrick Howell. Russia hacked an American satellite company one hour before the Ukraine invasion. *MIT Technology Review*, 2022.

PEPERKAMP, Lonneke; BOLDER, Patrick. The space domain and the Russia-Ukraine War. In: ROTHMAN Maarten; PEPERKAMP, Lonneke;

RIETJENS, Sebastiaan. *Reflections on the Russia-Ukraine War*, 2024.

RID, Thomas. Cyber war will not take place. *Journal of strategic studies*, v. 35, n. 1, p. 5-32, 2012.

RIETJENS, Sebastiaan *et al.* The space domain and the Russia-Ukraine War. In: *Reflections on the Russia-Ukraine War*. [S.l.: s.n.], 2024.

SFETCU, Nicolae. *Electronic Warfare and Artificial Intelligence*. [S.l.]: MultiMedia Publishing, 2024.

SMITH, Patrick. *Russian electronic warfare: a growing threat to U.S. battlefield supremacy*. Washington, D.C.: American Security Project, 2020. Disponível em: <https://www.americansecurityproject.org/wp-content/uploads/2020/04/Ref-0236-Russian-Electronic-Warfare.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2025

STONE, John. Cyber war will take place!. *Journal of strategic studies*, v. 36, n. 1, p. 101-108, 2013.

TADJDEH, Yasmin. Army Merging Electronic Warfare, Cyber Ops. *National Defense*, v. 102, n. 771, p. 7-7, 2018.

TURUNEN, Andreas. The broader challenge of Russian electronic warfare capabilities. In: *Improvisation and adaptability in the Russian military*. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 2020. p. 13–21.

VI - Operações

FÊNIX INESPERADA: A GUERRA NA UCRÂNIA E O RESSURGIMENTO DA ARTE OPERACIONAL

Sandro Teixeira Moita

Introdução

O conflito russo-ucraniano iniciado em 24 de fevereiro de 2022 é o maior conflito convencional em solo europeu desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A escala das ações que abriram as hostilidades, com a invasão russa, sinalizavam qual seria o caráter do conflito, mas foram desconsideradas pelos dois lados.

As primeiras semanas da guerra, dramáticas para a Ucrânia, consistiram em montar uma ação defensiva capaz de impedir os avanços russos que, observados de um mapa, representavam a ambição russa de bater rapidamente os ucranianos como um golpe de mão, paralisando o centro de comando e consumando a queda do governo local, em uma manobra que lembrava as intervenções soviéticas em países do Pacto de Varsóvia, como na Hungria em 1956 e na Tchecoslováquia em 1968. Os russos tinham se preparado para obter a submissão da Ucrânia por meio deste golpe, no entanto, seus meios eram insuficientes para tal (Zabrodskyi *et al*, 2022).

Entretanto, o desprezo pelos ucranianos custou caro aos russos: enquanto estes imaginavam uma ação rápida e disciplinadora, com uma demonstração de força, os ucranianos tinham se decidido por, mais uma vez, como em outros momentos de sua história, lutar contra os russos. Assim, as previsões sobre como as operações se desenrolariam foram contraditas pela realidade. A ausência de uma campanha de superioridade aérea, a forma como se deu a condução das primeiras 48 horas de hostilidades por parte dos russos são alguns dos elementos que indicam a divergente natureza deste conflito para outros em larga escala, em perspectiva histórica (Kofman, 2024).

Razões diversas podem ser apontadas para a falha russa em alcançar seus objetivos nos primeiros três dias do conflito. Mas talvez aqui caiba lembrar a

natureza política da guerra, tal como descrito por Clausewitz. Sem isto, torna-se impossível entender o fenômeno bélico, e por extensão a própria guerra russo-ucraniana e a falha russa em determinar o esforço necessário para conseguir atingir seus objetivos no início da luta (Clausewitz, 1989).

Por outro lado, a aposta ucraniana em resistir, por questões políticas movidas pelo forte senso de identidade, trouxe dividendos, uma vez que conseguiu deter a implementação do plano russo, assim como os invasores também não atuaram contra a infraestrutura do país no primeiro momento, uma vez que a viam como necessário para a sua ocupação. A velocidade exigida para o avanço russo foi detida em todos os eixos de ataque pelos ucranianos, por um conjunto de unidades regulares e irregulares reagindo à passagem das tropas e as detendo onde estivessem (Zabrodskyi *et al*, 2022).

A invasão russa em 24 de fevereiro e as subsequentes ações derivadas disto levam à reflexão sobre a condução das operações pelos dois lados, em uma guerra que, enquanto este texto é escrito, ainda não terminou, mas já possui períodos que podem ser demarcados em seu histórico. Tais fases são produto da luta dos dois lados, mas sem dúvida, naquele que é hoje o maior conflito na Europa desde 1945, há um especial papel para entender que é o de Arte Operacional, e como ela reaparece nos campos de batalha da Ucrânia. Do exposto, o presente capítulo tem por objetivo discutir os aprendizados observados na guerra da Ucrânia a partir da perspectiva do conceito de Arte Operacional.

1. Arte Operacional e a conduta da guerra

Operações militares sempre foram parte da guerra, mas com a expansão dos conflitos após a Revolução Francesa de 1789 e as Guerras Napoleônicas (1803-1815), tornam-se cada vez mais distintos na prática do uso da força durante o século XIX. É óbvio que elementos daquilo que será considerada Arte Operacional já apareciam antes, e até se pode classificar figuras como Frederico II da Prússia como praticante de tal “arte”, para mostrar o caminho do desenvolvimento do conceito.

Mas afinal, o que é Arte Operacional? Pode se definir Arte Operacional como a teoria e a prática do planejamento e condução de campanhas e operações

direcionadas a atingir objetivos estratégicos em um teatro de operações. Assim sendo, a Arte Operacional oferece uma ligação entre estratégia e tática (Olsen; Creveld, 2011).

Embora se possa argumentar que tal ligação já existisse antes, o refinamento e a sistematização de planos de campanha e do planejamento militar com vistas a cumprir diretrizes estratégicas, ditadas pela política, são partes de um processo em ação há mais ou menos duzentos anos, com a aparição de mecanismos de coordenação com a expansão dos exércitos pós-1789, diferentes daqueles das guerras observadas na Europa do Antigo Regime.

Exércitos chegaram à casa dos milhões de homens e assim, tiveram que ser divididos em corpos independentes, para operarem da melhor maneira. Isso aumentou o tamanho dos campos de batalha, tal como dos teatros de operação, assim como as necessidades de tais forças em marchas, tudo isso sendo coordenado por um grupo de oficiais educado e treinado para isto, garantindo a comandantes formas de ditar ordens e supervisionar a execução destas. Os primeiros a ter uma formação neste sentido foram os prussianos, ainda durante as Guerras Napoleônicas (English, 1996).

E o que destacou este tipo de organização, denominada Estado-Maior, especialmente o Estado-Maior prussiano até a guerra contra a França em 1870, foi o grau de institucionalização que este teve. Oficiais eram selecionados, passavam a ter responsabilidades quanto a planejamentos, exercícios e à produção de uma doutrina que regulasse a forma de combater do Exército prussiano. Antes mesmo das transformações que a tecnologia traria aos campos de batalha, especialmente no final do século XIX e início do XX, já se observa aqui a transformação da perspectiva sobre a guerra (English, 1996).

A vitória prussiana e alemã sobre a França em 1870, a busca do entendimento das razões de como os franceses haviam sido derrotados tão rapidamente e de forma fulminante fizeram com que diversas potências europeias estudassem os métodos prussianos, adotando a ideia de Estado-Maior em seus exércitos. As inovações especialmente feitas por Helmuth von Moltke, entre 1857 e 1860, transformaram a mentalidade dos oficiais, e assim, a própria maneira de fazer a guerra (Olsen; Creveld, 2011).

Assim, o conceito de Arte Operacional surge no mundo ocidental, embora ainda não totalmente absorvido. Para alguns países, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) será o ponto de partida, enquanto outros só irão tratar dela após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), por terem se envolvido no conflito e pela escala deste. Muito do que se concebe até os dias atuais a respeito de exemplos sobre Arte Operacional é muito influenciado pelas campanhas e operações da guerra.

Entretanto, a ascensão da arma nuclear em 1945 trouxe uma mudança de perspectiva quanto ao fazer a guerra, dominando o pensamento militar e político, o que levou a reações de vários tipos: em alguns casos, Forças Armadas diminuíram a importância do conceito, enquanto que em outros países, a Arte Operacional encontrou uma discreta sobrevivência por estar inserida nas doutrinas, e ainda ocorreram casos de países que tiveram contato com o conceito no pós-1945 e assim, deram uma interpretação própria, o que ajudou na reflexão sobre este (Olsen; Creveld, 2011).

Embora relevante para organizações militares, a Arte Operacional não é algo muito estudado e até desconhecido no mundo civil. Isso cria uma série de dificuldades para o conceito em sua reflexão e desenvolvimento, já que fica muito circunscrito ao mundo das escolas de Estado-Maior e aos quartéis-generais, manuais de doutrina militar e listas de checagem sobre a condução de operações.

Isso conduz a um paradoxo: por ser pouco conhecido, o conceito não é objeto de estudos e pesquisas. Manuais, procedimentos e listas, embora importantes, não substituem análises aprofundadas, pois tendem a seguir uma trajetória inercial. Grandes campanhas e gênios militares têm seu valor, mas refletir adequadamente sobre o conceito exige uma articulação entre teoria e prática — algo que só se alcança por meio do diálogo entre civis e militares, entre teóricos e profissionais da prática.

Isto inclusive ajuda a lidar com uma armadilha feita a partir da falta de pesquisa sobre a Arte Operacional, da confusão desta com o chamado “nível operacional” da guerra. Popular no mundo ocidental a partir da sua adoção por parte dos Estados Unidos da América (EUA), visando entender as razões da derrota no Vietnã, e produzindo uma doutrina que permitiria a vitória em conflitos futuros a partir de 1980, o nível operacional passou a ser doutrina da Organização

do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e com isso, influenciou muitos países (Strachan, 2005).

Enquanto no Ocidente o conceito de Arte Operacional foi desenvolvido sob determinadas premissas, na Rússia — e anteriormente na União Soviética — sua evolução seguiu caminhos distintos, culminando na formação de uma das escolas mais sofisticadas sobre o tema. O conceito começou a tomar forma nas reformas empreendidas pelo Exército russo após as derrotas na Guerra da Crimeia (1853–1856) e na Guerra Russo-Japonesa (1904–1905), quando oficiais buscaram modernizar as Forças Armadas. Parte desses esforços já apresentou resultados na guerra contra o Império Otomano (1877–1878). Embora os avanços militares tenham sido parcialmente anulados no plano diplomático pelas potências europeias, gerando ressentimento, também fortaleceram a percepção de que as reformas seguiam na direção correta (Kipp, 2011).

A Guerra Russo-Japonesa esmagou o orgulho russo, com a destruição de duas esquadras russas, o que aprofundou o debate intelectual militar, sobre como conduzir operações, o papel da Estratégia, e a modernização para um “moderno exército” que fosse capaz de travar a guerra com massa e tecnologia. Estes oficiais, responsáveis por tal transformação, foram tragados pela entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial, levando a uma desastrosa participação no geral, com exceção guardada à Ofensiva Brusilov de 1916, que destruiu a capacidade combativa da Áustria-Hungria e forçou a que os alemães tivessem de empregar mais forças na Frente Oriental (Kipp, 2011).

Dentre os sobreviventes da guerra, Aleksandr A. Svechin, general tsarista que entra no Exército Vermelho pouco depois que estoura a Revolução Bolchevique na Rússia, será a principal figura na liderança do processo de desenvolvimento do conceito russo de Arte Operacional, utilizando o termo pela primeira vez em 1922, durante uma série de aulas sobre Estratégia, e na qual, ele definiu a Arte Operacional como um dos pilares da “arte militar”, distinto do que é a doutrina e a própria estratégia, exigindo do seu praticante a capacidade de liderar com espírito crítico, imaginação criativa e amplo estudo para lidar com os desafios de um teatro de operações crescente em tamanho nos espaços e efetivos envolvidos (Svechin, 1997).

Os expurgos da era stalinista causariam sérios problemas no desenvolvimento do pensamento militar soviético, sendo que o próprio Svechin foi executado em 1938 assim como outra figura importante, o Marechal Tukhachevsky, principal defensor da ideia da mecanização do Exército Vermelho e da adoção das “operações em profundidade”, que foram a grande marca das operações soviéticas na Segunda Guerra Mundial, especialmente após 1942 (Glantz, 1996).

Alunos de Svechin e Tukhachevsky sobreviveram aos expurgos, como Isserson, Vasilevsky Zhukov, e conseguiram colocar em prática os ensinamentos na guerra, não sem grande dificuldade. Os expurgos de 1938 haviam causado grande dano ao debate intelectual sobre a Arte Operacional, e havia o temor de que citar o conceito fizesse com um fosse tido como traidor pelo regime. Isso gerou as debacles de 1941, onde os soviéticos foram completamente surpreendidos pelos alemães, com um caro preço sendo pago: milhões de prisioneiros e combates às portas de Moscou (Glantz, 1996).

O primeiro momento da aplicação da Arte Operacional russa na guerra pode ser identificado quando da Operação Urano, onde Zhukov e Vasilevsky receberam a autorização de Stalin para montar uma ofensiva que resolveria a dramática situação em Stalingrado, com uma completa reorganização dos comandos soviéticos e do *Stavka*, o Estado-Maior das Forças Armadas da União Soviética. Isto permitiu a Zhukov ter sob comando uma massa de mais de um milhão de homens, com milhares de carros de combate e canhões ao seu dispor, para envolver as forças de alemães e aliados como romenos e italianos que combatiam em Stalingrado (Kipp, 2011).

O envolvimento bem-sucedido, a destruição das forças romenas e alemãs e o grande número de prisioneiros capturados estimularam o *Stavka* a investir mais nos métodos de Zhukov e Vasilevsky, incluindo aceitar não realizar uma ofensiva no verão de 1943 para se defender de um ataque alemão em Kursk. Os soviéticos tinham colocado 1,1 milhão de homens, 25 mil canhões e 3 mil carros de combate para enfrentar os alemães. A bem preparada defesa com manobras em respostas às pinças de ataque germânicas pagaram um bom resultado e assim, os soviéticos retomavam a iniciativa na frente oriental para nunca mais perdê-la na guerra (Kipp, 2011).

A maturação da Arte Operacional russa pode ser observada por completo na mais destrutiva operação na frente oriental, *Bagratiön*, em 1944, que destruiu o Grupo de Exércitos Centro alemão, com a perda de mais de 28 divisões com mais de 550 mil baixas. O avanço soviético só se deteve por causa de razões logísticas e baixas sofridas, mas o estrago nas linhas alemãs estava feito e era irrecuperável, com unidades soviéticas aparecendo nos Bálcãs e no rio Vístula, defronte a Varsóvia. Daí, os métodos operacionais soviéticos foram aplicados nas ofensivas contra Berlim, que trouxe o fim da guerra na Europa, e na Manchúria, que quebrou o poderio japonês na China (Kipp, 2011).

O advento da arma nuclear pelos americanos impactou profundamente os russos, que em um primeiro momento se viram diante do desafio de lidar com uma arma que mudava completamente o campo de batalha. Como uma força de armas combinadas poderia triunfar em diversas frentes em um mundo de armas nucleares? Diferente dos americanos, que desenvolveram uma doutrina nuclear estratégica, os russos adaptaram sua doutrina e abraçaram as armas nucleares como parte dos recursos de uma operação (Glantz, 1996).

A obsessão soviética em torno dos temores de que uma guerra contra o bloco ocidental rapidamente se tornaria uma guerra nuclear acabaram impedindo um melhor desenvolvimento do conceito de Arte Operacional, o que só foi detido em meados dos anos 1980, quando o Marechal Ogarkov, chefe do Estado-Maior soviético, defendeu uma “revolução nos assuntos militares” para se contrapor às transformações militares dos EUA (Glantz, 1996).

Essa revolução se voltava para o estudo dos exércitos de campanha, os *grupos operacionais de manobra*, como a solução que traria rapidez e penetraria em profundidade nos dispositivos inimigos em caso de guerra, produzindo choque e afetando a capacidade de resposta da OTAN. Em face dos investimentos ocidentais em armas de precisão, os soviéticos abandonaram a ideia do combate linear, mantendo-o apenas para fins de organização das tropas, criando forças que seriam dotadas de todos os sistemas para fazer a guerra por si no campo de batalha, entendido agora como fragmentado e não-linear (Glantz, 1996).

Isso levaria a uma nova visão, de defesa “total” ou “suficiente”, por causa do fim da União Soviética, que tiraria a capacidade de mobilização massiva esperada pelos militares russos para travar a guerra. Com um pensamento dissonante das

capacidades reais, os russos entraram num difícil período na década de 1990 e a desastrosa guerra na Chechênia de 1994 a 1996 contribuiu para reformas parciais que não foram capazes de dotar os russos das Forças Armadas desejadas (Kipp, 2011).

As guerras do século XXI, Chechênia (2001-2004) e Geórgia (2008), promoveram o caminho para novas reformas nas Forças Armadas, com vistas ao caminho da assimilação da informatização e digitalização do campo de batalha (Kipp, 2011), mas o modelo de contar com mobilização e extenso poder de fogo ainda resiste até os dias atuais, criando uma tensão nas concepções russas de como fazer a guerra, e isto ajuda a explicar a própria mudança de atitude russa no conflito com a Ucrânia, assim como suas falhas, especialmente nos primeiros momentos da luta.

O estudo da Arte Operacional é a principal razão que serve para combater a ideia do nível operacional, especialmente do fetiche em torno dele no Ocidente, uma vez que ele se tornou uma trincheira onde militares consideram ser uma zona livre da política na guerra. Tal ideia é completamente oposta à ideia de que operações são parte do esforço em atingir objetivos ditados pela política. O que deixa muitos militares confortáveis com a ideia de um nível operacional na guerra, é que podem exercer sua competência técnico-profissional livre de qualquer interferência política e assim, travar o conflito da maneira que acham apropriada (Moita, 2020).

Exemplos diversos mostram a falha de tal lógica. A conduta dos generais alemães na Primeira Guerra Mundial, se apoderando e interditando o debate político, submetendo-o a considerações operacionais, sem vistas a uma estratégia ou a conduta dos militares dos EUA na chamada “guerra global ao terrorismo” lançada após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Nestes dois exemplos, o brilhantismo tático não foi convertido em um resultado efetivo político (Strachan, 2005).

Mesmo assim, o apelo do nível operacional tem fascinado e atraído lideranças políticas, criando tensões com militares no comando e gerenciamento de operações. Ainda há o tenso processo de construção de estratégia entre militares e políticos, com condicionantes que os colocam em choque. Os militares têm o anseio de obter o máximo de tempo possível, para realizar planejamentos,

acumular recursos e lançar a ação, enquanto os políticos retardam ao máximo o tempo da decisão para manter o maior leque de opções para decisão (Bowen, 2013).

Outro imperativo sobre a condução das operações que coloca militares e políticos em diferentes posições é quanto a utilização dos recursos, numa disputa dura. Militares sempre tem em mente ter o máximo de recursos para dirigir uma ação no menor tempo para aumentar o dano contra o adversário enquanto políticos invertem a fórmula: o maior tempo possível com o mínimo possível de recursos para que se construa o pós-guerra em termos mais interessantes para a política (Kiszely, 2019).

2. O conflito na Ucrânia e suas fases

A guerra na Ucrânia pode ser dividida, temporalmente, em diferentes momentos, para melhor entendimento. Embora isto possa soar contraproducente na análise sobre o conflito ainda não encerrado, como já escrito acima, é o possível a ser feito neste momento para facilitar o entendimento do conflito e como a Arte Operacional foi exercida - ou não - pelos contendores.

A primeira fase da guerra, entre 24 de fevereiro e 24 de março de 2022, pode ser caracterizada como a fase da “operação militar especial” assim designada pelos russos, no qual sua força de invasão, de aproximadamente 190 mil homens, atacou a Ucrânia por quatro eixos distintos. A ousadia do plano russo foi tida, nos primeiros momentos, como um emprego da sua própria escola de Arte Operacional, mas um exame mais acurado permite ver que a execução nada tem a ver com as campanhas clássicas do conceito.

Nesta fase, as tropas russas seguiram nos eixos de invasão por longas colunas de blindados, carros de combate e caminhões, que se deslocavam por estradas e ficavam presas a elas, sendo seguidos por elementos das forças de segurança, como a Guarda Nacional (Rosgvardia), que seria responsável por estabilizar as áreas ocupadas (Kofman, 2024).

A grande aposta residia no emprego de paraquedistas russos, que conquistariam uma base aérea próxima a capital ucraniana e aí, sendo reforçados, cortariam a ligação da liderança com o resto do país, sendo apoiados por forças

que invadiriam vindas de Belarus e da Rússia, em uma corrida apressada para chegar a Kyiv, o grande prêmio, deixando cidades e vilas para trás. A condução deste plano criou um grande problema para as forças russas neste momento, pois unidades ucranianas, por menos efetivos que tivessem, passaram a ter um efetivo superior aos russos, e em diversos combates, as colunas russas eram emboscadas por forças regulares, irregulares, assim como por civis voluntários (Zabrodskyi *et al*, 2022).

Ainda assim, o avanço russo especialmente na direção de Kyiv foi mantido e por 25 dias, duros combates entre forças russas e ucranianas. Cabe especial menção citar o esforço do então comandante-em-chefe das Forças Armadas da Ucrânia, Valery Zaluzhnyi, que, onze horas antes da invasão tomou a decisão de redirecionar diversas unidades do foco original ucraniano na região do Donbass para reforçar as defesas ao norte, especialmente a capital, que estava praticamente sem defesas (Kofman, 2024).

Aqui se percebe que, enquanto Zaluzhnyi conseguiu uma boa coordenação das unidades a seu comando, o peso da pressão política russa sobre seus comandantes produziu efeitos desastrosos. Algumas das unidades que tomaram parte na invasão foram avisadas com 40 minutos de antecedência, e não havia um comando centralizado dos quatro eixos de invasão, o que estimulava uma corrida entre generais russos para chegarem a seus objetivos e cortejarem o favor do Kremlin, o que não produziu tal resultado e ainda causou perdas relevantes de material (Zabrodskyi *et al*, 2022).

Operacionalmente, o plano russo de invasão ia contra a própria doutrina russa, o que demonstra como a pressão política era alta, e ainda, como o Kremlin realmente desconsiderou que havia a possibilidade dos ucranianos resistirem. Um mero exame histórico real das campanhas russas na Ucrânia em outros tempos poderia ajudar a obter tal conclusão, mas Moscou acreditava ainda estar em 2014, e tinha a crença de que a operação seria como a anexação da Crimeia. Erro caro e crasso que levaria ao fracasso nos portões de Kyiv.

A segunda fase da guerra, entre março e setembro de 2022, viu os russos reagirem às derrotas em Kyiv, Kharkiv e Mykolaiv e a concentrar esforços na região do Donbass, mudando claramente a forma de lutar. Porém, para os combates, os russos precisavam de infantaria, algo que estava em falta desde

2012, quando das reformas que enxugaram as Forças Armadas e deixaram dotadas de muito equipamento e pouco pessoal.

A guerra na Geórgia em 2008 e a intervenção na Síria em 2015 tinham consagrado o modelo do “grupo tático batalhão”, onde uma unidade com efetivo de um batalhão, normalmente na casa de 600 homens, recebendo artilharia, blindados, carros de combate, comunicações, material de guerra eletrônica, mas com tal material, a escassez de infantaria se tornava ainda mais grave, afetando a capacidade da força operar, fora o enorme impacto logístico (Kofman; Lee, 2022).

Num primeiro momento, os russos buscaram responder ao problema da falta de infantaria necessária para travar a guerra valendo-se de poder de fogo, concentrando em alguns setores algo em torno de doze canhões para cada canhão ucraniano, e um intenso ritmo de disparo, com uma média de 20 mil disparos de artilharia com picos de 32 mil disparos neste período, ao que os ucranianos só podiam responder com, no máximo, 6 mil disparos (Zabrodskyi *et al*, 2022).

Os russos reorganizaram sua cadeia de comando, começaram a impor um comando único para as operações na Ucrânia, mas a competição entre seus generais solapava a autoridade do comandante do teatro de operações, sendo isto corrigido apenas em 2023, com a ascensão ao posto do General Surovikin, talvez o mais capaz comandante que a Rússia teve em toda a guerra até o presente momento. Embora com oscilações, o comando russo tem um desempenho irregular até aqui, e normalmente custoso.

Além da reorganização dos comandos, os russos também mudaram a maneira de operar, com assaltos de infantaria apoiados por blindados e artilharia, com massivas barragens contra as posições ucranianas. Aqui, os russos começaram a testar um método que se tornou marca de sua atuação na guerra: os primeiros ataques eram realizados por contingentes considerados “descartáveis” como homens mobilizados das Repúblicas Populares de Donetsk e Luhansk, e prisioneiros recrutados. Uma vez identificadas as posições ucranianas, massivo poder de fogo era concentrado enquanto tais ondas descartáveis sustentavam o assalto até que as unidades ucranianas se retirassem ou fossem atacadas por unidades profissionais, como paraquedistas, companhias de forças especiais

(*spetznasz*) ou mercenários de empresas militares privadas, como o Grupo Wagner (Zabrodskiy *et al*, 2022).

ais assaltos russos, brutais e custosos tanto de materiais quanto de vidas humanas, se apoiavam nos aprendizados que seus generais tinham ainda de tempos soviéticos. Assim, os ucranianos ficavam diante de uma situação difícil: manter suas unidades nas linhas era deixá-las expostas a um grande poder de fogo, que causava muitas baixas, mas ao mesmo tempo, retirar-se era perder território para os russos e ainda, sofrer censuras ou ações do governo ucraniano, que não autorizava as retiradas, tornando a ação operacional russa ainda mais custosa para a Ucrânia (Zabrodskiy *et al*, 2022).

A ofensiva ucraniana contra o norte e o sul em setembro de 2022 foi uma espetacular tentativa de reverter a “maré da guerra”, com grande sucesso em torno de Kharkiv, onde os ucranianos romperam as frágeis linhas russas, que tinham pequenos efetivos espalhados e impossibilitados de concentrar, facilitando ainda mais o triunfo ucraniano, que avançou contra uma série de unidades russas que eram basicamente conscritos da República Popular de Luhansk, unidades da Rosgvardia e ainda outras unidades que tinham sido retiradas do Donbass por alto número de baixas (Kofman, 2024).

O sucesso ucraniano gerou pânico nas forças russas e o comando russo para não ter suas ações no Donbass ameaçadas teve de empregar reservas e ainda forças em treinamento, o que estabilizou a frente. Ademais, o avanço ucraniano tinha sido de tal monta que sua logística não conseguia mais suprir as forças atacantes. Cenário diferente foi observado no sul, onde os russos tinham montado uma resoluta defesa frente à cidade de Kherson e onde os combates duros entre agosto e outubro de 2022 produziram muitas baixas ucranianas, mesmo com a aplicação de modernos sistemas ocidentais como o HIMARS, não foram capazes de quebrar as defesas russas (Kofman, 2024).

Mas devido à queda das linhas em Kharkiv, Surovikin conseguiu convencer o nível político e o comando russo a se retirar de Kherson em outubro, e mesmo com a pressão ucraniana, os russos conseguiram conduzir uma retirada em boa ordem, com poucas baixas e levando seu equipamento. O sucesso ucraniano gerou expectativas exageradas no mundo político local e ocidental, crendo que uma ofensiva poderia expulsar os russos em 2023. Mas no campo, enquanto

as unidades russas precisavam de reabastecimento e reequipamento, as forças ucranianas não estavam em estado muito melhor (Kofman, 2024).

Sendo a guerra o exercício da política por meios de força, a perspectiva positiva ocidental não contava com a mobilização russa de setembro de 2022, que levantou mais de 300 mil homens para as forças russas em operação, e uma intensa campanha de contratação de soldados, bem-sucedida até o presente momento, uma vez que os russos estão conseguindo contratar em média, 30 mil homens por mês, embora com altos custos econômicos para o Estado, dado que estes homens custam mais que um soldado mobilizado regular (Luzin, 2024).

Dotados de pessoal e usando os estoques da era soviética, os russos decidiram lançar uma ofensiva de inverno, na virada de 2022 para 2023, por pressão do escalão político, mas ela foi um esforço que, fora a Batalha de Bakhmut, não produziu ganhos relativos. A pressão russa contra as formações ucranianas acabou gerando as condições para o embate em torno de Bakhmut, onde o Grupo Wagner foi usado contra forças ucranianas em batalha que dominou o noticiário do conflito, e onde o comando russo explorou a mentalidade ucraniana de não ceder um só palmo de terra (Kofman, 2024).

Embora com pouco ou baixo valor operacional e estratégico, Bakhmut acabou vendo um combate entre as melhores unidades ucranianas contra uma massa descartável russa, uma vez que o Grupo Wagner recebeu massas de presidiários do sistema penal russo com promessas de liberdade em caso de seis meses de serviço na guerra. Isso gerou uma correlação entre uma baixa ucraniana para cada quatro baixas russas, mas 70% dessas eram de presidiários (Kofman, 2024), considerados indesejáveis pelo Estado russo. Os russos tomaram a cidade, completamente destruída pela escala dos combates, em maio. Fruto da mentalidade de não ceder terreno, os ucranianos tentaram diversas ações para retomar a cidade, sem sucesso.

Assim, o verão de 2023 testemunhou a chegada de uma nova fase da guerra, com a esperada e antecipada ofensiva ucraniana. Nove brigadas tinham sido formadas com equipamento recebido do ocidente, treinadas em técnicas, táticas e procedimentos no padrão da OTAN, sendo reforçadas por brigadas já experimentadas em combate, além de forças para proteção dos flancos. O plano ucraniano consistia em inflitar para o sul e cortar a “ponte terrestre” que os russos

tinham estabelecido entre o Donbass e a Crimeia e assim, deixar a posição russa fragilizada, colocando a Ucrânia em condições de negociar uma paz com os russos (Watling; Danylyuk; Reynolds, 2024).

Ambiciosa, a operação ucraniana seria lançada no início de junho, com doze brigadas no esforço ofensivo. Mas, todo o planejamento feito pelo Estado-Maior ucraniano considerava que os russos estariam com um dispositivo parecido com o de Kharkiv: poucas posições defensivas, tropas desmoralizadas, e assim, as forças ucranianas, mecanizadas com blindados e carros de combate do ocidente, conseguiriam penetrar rapidamente e seccionar a ocupação russa.

Porém, os russos tinham passado todo o inverno de 2022-2023 construindo ou reforçando posições no sul, com uma ampla linha fortificada, que foi chamada de “Linha Surovikin”, pois o general tinha ordenado a construção depois da retirada de Kherson em 2022. A densidade de obstáculos, as sucessivas trincheiras e ainda o emprego de forças profissionais russas como a 7 Divisão de Paraquedistas e a três brigadas de Infantaria Naval junto às divisões russas, que já estavam no setor, tornaram a correlação de forças desfavorável para os ucranianos (Watling; Danylyuk; Reynolds, 2024).

Assim, quando os primeiros ataques ucranianos falharam, com a perda de muitos blindados ocidentais para armas anticarro, minas e emboscadas, os ucranianos tentaram manter a ofensiva com a infantaria atacando em pequenas unidades, isso se chocou com a defesa obstinada russa que ia literalmente, reduzindo as forças atacantes até nada sobrar delas. Tal como uma versão em miniatura da batalha de Kursk, em 1943, estudada a fundo por oficiais russos em suas escolas de Estado-Maior.

A ofensiva ucraniana culminou em meados de agosto, com poucos avanços e execução inadequada. O comando ucraniano tinha planejado que, uma vez rompidas as linhas russas, as forças seguiriam em três eixos diferentes, o que sem dúvida faria a ofensiva, se bem-sucedida, perder impulso e ser exposta a ações russas que poderiam destruir tais pinças. Além disso, os ucranianos atacaram sem superioridade em artilharia e poder de fogo, o que causou os primeiros fracassos, que não foram adequadamente trabalhados pelo comando ucraniano. Para completar, não havia a concepção de uma segunda fase da operação, em caso de sucesso, fora as pesadas interferências do escalão político, que retirou

unidades que estavam sendo preparadas para a operação para a luta por Bakhmut (Kofman, 2024).

Assim, a iniciativa passou aos russos, que iniciaram uma campanha de inverno em meados de dezembro de 2023, com o expresso objetivo de remover a presença ucraniana do Donbass, com ações em diversos pontos, explorando vulnerabilidades na linhas ucranianas por meios de ataques de oportunidade, que, capitalizados, se tornaram os esforços principais da ofensiva, como foi o caso em torno dos combates de Vuhledar e Adviiika, que caíram em torno de fevereiro de 2024. Isso fez com que o presidente Zelensky trocasse o comandante em chefe das forças ucranianas, Valeri Zaluzhnyi, por Oleksandr Syrski, responsabilizando o anterior pelo fracasso da ofensiva de 2023 e pelas dificuldades de recrutamento e mobilização da Ucrânia (Valenzuela, 2024).

Com a chegada do verão, os russos intensificaram a pressão sobre as linhas ucranianas no Donbass, com a formação de diversas pinças que vão criando bolsões de tropas ucranianas em um aperfeiçoamento dos métodos russos. Há quem indique aqui a questão da adaptação: embora impossibilitados de explorar brechas em profundidade nas linhas ucranianas, os russos têm comportado suas unidades como um verdadeiro aríete, pressionando as forças inimigas até o ponto da exaustão por meio de investidas diretas, flanqueamentos e intenso poder de fogo, reduzindo as fortificações ucranianas no Donbass (Urcosta, 2024).

A situação no Donbass se tornou de certa forma, uma armadilha para as forças ucranianas, pois as vantagens russas em efetivos, artilharia e poder de fogo, contando com o apoio da Forças Aeroespaciais russas, que têm bombardeado pesadamente as posições ucranianas com antigas bombas soviéticas do tipo “FAB”, com ogivas que variam de 500 quilos a 3 toneladas de explosivos, equipadas com um rudimentar kit de guiagem que as transforma em “munições inteligentes”, têm afetado severamente as tropas ucranianas, pelo poder destrutivo e pelo fato de que não haver defesa ativa contra o uso de tais munições fora boa camuflagem e dissimulação (Watling; Reynolds, 2025).

A pressão exercida por essa ação operacional russa de aríete contra as linhas ucranianas no Donbass ajuda a entender a jogada desesperada da Ucrânia em Kursk, a partir de agosto de 2024. Com seis brigadas, elementos de forças de operações especiais e muitos sistemas remotamente pilotados (*drones*), os

ucranianos invadiram o território russo na esperança de que isso aliviasse a pressão no Donbass, mas os russos utilizaram outras unidades e tropas norte-coreanas para combater os ucranianos (Watling; Reynolds, 2025), reduzindo paulatinamente a área dominada por estes. Quando da escrita deste texto, os ucranianos ainda possuem parte do território conquistado e lutam tenazmente para mantê-lo, com forte pressão política exercida pelo governo ucraniano.

3. Conclusão

A guerra russo-ucraniana ainda não terminou, mas traz importantes ensinamentos sobre a conduta da guerra no século XXI. Produção em massa, economia de guerra, antes consignadas a serem parte da história militar são expressões atualmente citadas no dia a dia sobre o conflito. Assim, as vastas manobras feitas por russos e ucranianos lembram da importância da Arte Operacional e como, por ela, é possível entender as evoluções da luta.

Embora enquanto da escrita deste texto ainda não é possível divisar o final da guerra, pode-se enxergar a necessidade do resgate do campo e do conceito de Arte Operacional. Isto adquire um senso de urgência, ainda mais para os países componentes da OTAN, uma vez que, se os russos continuarem a aprimorar a metodologia operacional do “aríete”, isso indica que uma adaptação no campo de batalha fez com que eles recuperassem a capacidade de travar o combate no nível operacional segundo os ditames da estratégia definida pelo meio político.

Outra coisa que deve causar reflexão é que, embora a guerra esteja contida pela política e o uso da força por um ator obedece a uma lógica de objetivos políticos, a grande intromissão do escalão de ambos os lados no comando das operações não pode ser ignorada. Essa intromissão, na maior parte do tempo, produziu efeitos contraproducentes, enfraquecendo a dinâmica das operações e expos as tropas a riscos com consequências em alguns casos, trágicas, como se vê pelo exemplo das forças ucranianas em Bakhmut.

Assim, refletir sobre o conceito de Arte Operacional é um imperativo para a adequada reflexão sobre um desenho de força e a organização de uma força armada no século XXI. As inúmeras inovações observadas no conflito russo-ucraniano, algumas advindas de novas tecnologias, outras do uso criativo

de tecnologias existentes e ainda, a exploração de técnicas consideradas datadas, sem dúvida mostram um rico manancial de lições a serem absorvidas, sendo a primeira, a compreensão de que a Arte Operacional retornou com força para retomar seu lugar no pensamento estratégico, para não mais ser ignorada, com uma consequência severa reservada àqueles que o fizeram.

Referências

BOWEN, D. The Political-Military Relationship on Operations. In: Bailey, J.; Iron, R.; Strachan, H. (eds.). *British Generals in Blair's Wars*. Farnham: Ashgate, 2013.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. 2. ed. Tradução de Michael Howard e Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1989.

ENGLISH, J. The Operational Art: Developments in the Theories of War. In: Hennessy, M. A.; McKercher, B. J. C. (Ed.). *The Operational Art: Developments in the Theories of War*. Westport: Praeger, 1996.

GLANTZ, D. The Intellectual Dimension of Soviet (Russian) Operational Art. In: Hennessy, M. A.; McKercher, B. J. C. (Ed.). *The Operational Art: Developments in the Theories of War*. Westport: Praeger, 1996.

KIPP, J. The Tsarist and Soviet Operational Art, 1853–1991. In: Olsen, J. A.; Crevel, M. V. 2011. *The Evolution of Operational Art – From Napoleon to the Present*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

KISZELY, J. The political-military dynamic in the conduct of strategy. *Journal of Strategic Studies*, v. 42, n. 2, p. 235-258, 2019.

KOFMAN, M. The Russia-Ukraine War: military operations and battlefield dynamics. In: Brands, H. (editor) *War in Ukraine: conflict, strategy, and the return of a fractured world*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2024.

KOFMAN, M.; Lee, R. Not Built for Purpose: The Russian Military's Ill-Fated Force Design. *War on the Rocks*, June 2, 2022. Disponível em: <https://>

warontherocks.com/2022/06/not-built-for-purpose-the-russian-militarys-ill-fated-force-design/. Acesso em: 25 fev. 2025.

LUZIN, P. Russian Army Recruitment Hangs Between Coercion and Deception. *Eurasia Daily Monitor*. v. 21, n. 147, 2024. Disponível em: <https://jamestown.org/program/russian-army-recruitment-hangs-between-coercion-and-deception/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

MOITA, S.T. *Victoria Triumphalis, entre Mars Gradivus e Minerva Victrix: o Conceito de Vitória na Guerra Contemporânea à luz da Teoria da Estratégia*. Tese (Doutorado em Ciências Militares) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

OLSEN, J. A.; Creveld, M. V. *The Evolution of Operational Art – From Napoleon to the Present*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

STRACHAN, H. The Lost Meaning of Strategy. *Survival: Global Politics and Strategy*. v. 47, n. 3, p. 33-54, 2005.

SVECHIN, A. A. *Strategy*. Editado por Kent D. Lee. Minneapolis: Fast View Publications, 1997.

URCOSTA, R. B. Russia's Battering Ram Strategy and It's Mission in the Donbas: Is Russia Reviving It's Operational Art? *Small Wars Journal*. Disponível em: <https://smallwarsjournal.com/2024/11/13/russias-battering-ram-strategy/> . Acesso em: 28 fev. 2025.

VALENZUELA, C. R. Rusia-Ucrania, algunas reflexiones tras los 1.000 días de una larga guerra de desgaste. *Escenarios Actuales*, v. 29, n. 3, pp. 21-41, 2024.

WATLING, J.; DANYLUYK, O. V.; REYNOLDS, N. *Preliminary Lessons from Ukraine's Offensive Operations, 2022–23*. Londres: Royal United Services Institute, 2024.

WATLING, J.; REYNOLDS, N. *Tactical Developments During the Third Year of the Russo–Ukrainian War*. Londres: Royal United Services Institute, 2025.

ZABRODSKYI, M. *et al. Preliminary Lessons in Conventional Warfighting from Russia's Invasion of Ukraine: February–July 2022*. Londres: Royal United Services Institute, 2022.

O COMBATE TERRESTRE NA GUERRA RUSSO-UCRANIANA

Walter da Costa Ferreira

Introdução

A guerra russo-ucraniana, intensificada a partir de fevereiro de 2022, em decorrência da invasão territorial em larga escala da Ucrânia por forças militares russas (Bowen, 2023), assinala um evento referencial na dinâmica geopolítica global do século XXI. O mencionado conflito armado proporciona cenário notável para a análise do impacto de tecnologias emergentes, bem como para o exame do desempenho estratégico, operacional e tático do aparato bélico tanto de Moscou quanto de Kiev.

Este capítulo tenciona sintetizar os ensinamentos de maior relevância na referida dialética de forças, extraídos das ações de combate no domínio terrestre, indicando possíveis caminhos para a transformação das instituições militares do Brasil. Destarte, o capítulo foi desenvolvido, após a introdução, em duas seções principais – a guerra de movimento e a guerra de atrição – enfatizando as táticas, técnicas e procedimentos que mais se destacaram em cada fase da supracitada beligerância.

A despeito da natureza imutável da guerra (Clausewitz, 1984), seu caráter se revela cambiante no tempo e no espaço, sendo circunstancial e manifesto por intermédio das características específicas dos diversificados embates bélicos desempenhados no decurso histórico em distintas regiões do planeta. Nesse mister, percebe-se que o conflito em tela evidencia uma capacidade de resiliência constante, de parte a parte, consubstanciada por adaptações recorrentes no *modus operandi*, em face das inúmeras tentativas adversárias de obter vantagens táticas no espaço de batalha, por meio de tecnologias e procedimentos inovadores (Barry, 2023). De acordo com Ryan (2024, p. 24, tradução nossa),

[...] há um ambiente de aprendizado competitivo na guerra da Ucrânia. Ambos os lados, de maneiras diferentes, estão continuamente buscando vantagens táticas, operacionais e estratégicas. É uma batalha de adaptação contínua e provavelmente será um dos principais fatores que determinarão qual lado eventualmente vencerá esta guerra.

Ademais, nota-se muito claramente uma crescente integração e sincronização de táticas, técnicas e procedimentos híbridos, combinando o combate convencional com ações irregulares, em associação à guerra cibernética, eletrônica e informacional, valendo-se de novas tecnologias disponíveis às forças militares de ambos os beligerantes.

Em função do que precede, é cabível asseverar que a guerra russo-ucraniana, o maior conflito armado de alta intensidade travado na Europa desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), impulsionou globalmente o processo de transformação militar com tecnologias disruptivas, inovações doutrinárias e modificações nas estruturas organizacionais vigentes (Sloan, 2008), como será constatado nas seções seguintes.

1. A guerra de movimento

Em 24 de fevereiro de 2022, concomitantemente ao bloqueio naval no Mar Negro e aos ataques aéreos e missilísticos contra ativos militares e infraestruturas críticas de Kiev, forças militares russas⁴ romperam as fronteiras ucranianas em várias direções táticas de atuação (DTA),⁵ distribuídas em quatro direções estratégicas distintas – norte, nordeste, leste e sul – partindo da Rússia, Bielorrússia e Crimeia (Bowen, 2023; Jones, 2022).

⁴A força de invasão compreendia cerca de 120 grupos táticos de batalhão, correspondendo a um efetivo de 170 a 190 mil combatentes (Bowen, 2023), acrescidos de 35 mil separatistas do Donbass e elementos da *Rosvgardia*, a guarda nacional russa (Crippa, 2024).

⁵Uma DTA compreende uma faixa no terreno, contando com um ou mais eixos, cuja amplitude e capacidade de tráfego permitem o emprego tático e o apoio logístico do escalão considerado, normalmente uma divisão de exército (Ferreira, 2024).

A guerra de movimento, típica das estratégias militares de ação direta (Clausewitz, 1984) e de aproximação indireta (Hart, 1967),⁶ é desempenhada por intermédio de operações táticas de grande mobilidade e rapidez, com amplos deslocamentos em profundidade.⁷ Por conseguinte, é plausível descrever a fase inicial da guerra russo-ucraniana como uma clássica guerra de movimento, em que as colunas blindadas russas, compostas por grupos táticos de batalhão (BTG),⁸ avançaram por inúmeros eixos de progressão, com o fito de conquistar objetivos estratégico-operacionais no interior da Ucrânia, um dos quais a capital Kiev.

Nesse contexto, observou-se um relativo equilíbrio no quantitativo de tropas russas e ucranianas (Ryan, 2024); contudo, Moscou gozava de considerável vantagem numérica e tecnológica no tocante aos equipamentos bélicos terrestres – carros de combate, blindados em geral, peças de artilharia, sistemas antiaéreos, meios de guerra eletrônica, *inter alia*. Por outro lado, aspectos intangíveis, multiplicadores do poder de combate, mormente a motivação da tropa, o adestramento tático e a liderança dos quadros, se revelaram deveras favoráveis às forças ucranianas (Barry, 2023), retratando, ao fim e ao cabo, um quadro de equipotência aproximada entre os oponentes.

Contrariando as expectativas do Kremlin, a campanha militar russa, em primeiro momento, não logrou atingir os objetivos estabelecidos, em função de deficiências estratégicas, operacionais, táticas e logísticas identificadas em seu

⁶No âmbito da estratégia militar, os métodos da ação direta (aniquilação) e da aproximação indireta (deslocação) visam à neutralização do adversário por meio da vitória em batalha. A aniquilação pressupõe ampla superioridade de poder militar, com foco na destruição direta do inimigo e na conquista de uma área estratégica de interesse. Por outro lado, a deslocação objetiva a paralisia do oponente mediante uma manobra envolvente em profundidade, que surpreende e desequilibra o adversário pela rapidez e agressividade, atingindo seu centro de gravidade e anulando, destarte, sua capacidade de reação (Ferreira, 2023).

⁷Em verdade, as operações de movimento podem se desenvolver em contexto ofensivo (marcha para o combate, aproveitamento do êxito e perseguição) ou defensivo (movimentos retrógrados).

⁸O grupo tático de batalhão é uma organização semipermanente de armas combinadas, de composição flexível, à semelhança de uma força-tarefa valor unidade, com efetivo variando entre 700 e 900 soldados. Compõe-se, usualmente, de subunidades de manobra (infantaria e carros de combate), baterias de artilharia (obuseiros e foguetes), bateria antiaérea (canhões e mísseis), frações de engenharia e de guerra eletrônica, entre outros elementos de apoio ao combate e de apoio logístico. Em tese, formam-se um a dois BTG em cada brigada ou regimento divisionário russos. Em agosto de 2021, Sergei Shoigu, ministro da defesa russo, declarou que Moscou possuía 168 grupos táticos de batalhão (Bowen, 2023; Ferreira, 2022)

planejamento militar. Bowen (2023, tradução nossa), avaliando a invasão russa da Ucrânia, declara que:

[...] as forças russas encontraram níveis efetivos e provavelmente inesperados de resistência ucraniana desde o início da invasão. Além disso, muitos analistas e oficiais avaliam que, durante a primeira fase da guerra, os militares russos tiveram um desempenho geral deficiente e foram prejudicados por escolhas táticas inadequadas, logística precária, comunicações ineficazes e problemas de comando e controle.

De início, cabe destacar o equívoco na concepção estratégica militar de Moscou, ao optar pelo método de ação direta, subestimando as forças ucranianas e superestimando suas próprias capacidades. A aproximação indireta era o método mais congruente com as características do ambiente operacional e com o poder relativo de combate existente no começo da guerra.⁹

Além do que precede, a primeira fase da manobra operacional russa deveria priorizar a neutralização do exército ucraniano,¹⁰ o único ramo das Forças Armadas de Kiev capaz de impedir o atingimento do estado final desejado da campanha russa. O avanço inicial para Kiev deveria servir ao propósito de suscitar uma dissimulação tática para atrair as principais reservas do defensor ucraniano. Nesse sentido, é possível inferir que o planejador russo negligenciou a observância de dois notáveis princípios de guerra – massa e economia de forças – em razão da dispersão dos BTG em múltiplos eixos de progressão, orientados para distintos objetivos estratégico-operacionais, o que impediu a concentração de meios militares nas ações decisivas da ofensiva. Bowen (2023, p. 4, tradução nossa) destaca que “as forças russas se engajaram em múltiplos eixos de progressão, em vez de se concentrarem em uma única frente”.

Ao examinar o princípio da unidade de comando, constatou-se a fragmentação do poder decisório no nível operacional, comprometendo a

⁹O teatro de operações na Ucrânia disponibiliza inúmeras DTA ao atacante, possibilitando a dissimulação e a obtenção da surpresa. As forças terrestres russas eram majoritariamente blindadas e contavam com forte apoio ao combate. O terreno predominante proporciona excelente transitabilidade para blindados. A profundidade da manobra (até o corte do Rio Dnipro) era compatível com a manutenção do fluxo logístico ininterrupto. A força aérea russa era plenamente capaz de obter a superioridade aérea e apoiar as forças de superfície (Ferreira, 2024).

¹⁰Antes da invasão, grande parte do exército ucraniano estava concentrada na região leste da Ucrânia, conhecida como Donbass (Kiselyova, 2021).

convergência de esforços e o efeito sinérgico sobre o oponente, na medida em que a ofensiva russa foi conduzida por quatro comandos militares conjuntos¹¹ diretamente subordinados ao órgão setorial de defesa do Kremlin (nível estratégico). Segundo Barry (2023, p. 35, tradução nossa), “Outros fatores contribuintes parecem ter sido o comando e o controle inadequados, com a ausência de um único comandante russo para o teatro de operações, apoiado por um estado-maior conjunto robustecido”. Em outras palavras, não havia a figura do comandante do teatro de operações, responsável pela coordenação, integração e sincronização das ações operacionais (Bowen, 2023), pelo menos até o dia 10 de abril de 2022, momento em que o General Aleksandr Dvornikov foi nomeado pelo Kremlin para o mencionado comando (Ryan, 2024).

Sob a perspectiva da sustentação das operações militares, graves restrições logísticas impuseram limites à progressão das colunas blindadas russas. Há inúmeros relatos de falta de suprimentos (combustível, munição, alimentação e outros), manutenção preventiva e corretiva inadequadas, carência de meios de transporte, esgotamento físico e psicológico dos recursos humanos, condições precárias de trafegabilidade nos eixos logísticos e outros aspectos que comprometeram sobremaneira o desempenho do combate ofensivo (Jones, 2022). Dessa forma, a pausa operacional observada na primeira quinzena de abril, provavelmente, teve o propósito de reorganizar as forças de Moscou, concentrando-as no Donbass, assim como de viabilizar o reajustamento do dispositivo logístico, assegurando apoio cerrado às tropas e melhorando a eficiência logística.

Transitando no domínio da tática, notou-se que as Forças Armadas russas adotaram, durante a invasão, o grupo tático de batalhão como módulo básico de combate; contudo, a citada composição de força revelou precário desempenho tático em batalha. Suas maiores fragilidades estão relacionadas à deficiência de comando e controle, à dificuldade de sustentação logística e à insuficiência de

¹¹As tropas invasoras estavam distribuídas em quatro grupamentos: forças dos Distritos Militares Oriental e Central na direção estratégica norte, convergindo para Kiev; forças do Distrito Militar Ocidental na direção estratégica nordeste; e forças do Distrito Militar Sul nas direções estratégicas leste e sul. Os quatro “grupamentos de forças” enquadravam alguns “*Army Groups*” (CAA ou TA), estes compostos por um número variável de BTG oriundos de suas divisões e brigadas subordinadas. De fato, na Guerra da Ucrânia, cada “*Army Group*” tinha, aproximadamente, o poder de combate de uma divisão e cada “grupamento de força” assemelhava-se a um corpo de exército, considerando os padrões militares ocidentais.

tropas de infantaria. Em compensação, sua estrutura organizacional proporciona flexibilidade e pronta resposta às ameaças identificadas em sua zona de ação, em função de seu notável apoio de fogo (obuseiros autopropulsados, foguetes e morteiros), assim como de outros diversificados recursos de apoio ao combate. Não obstante, tal estrutura complexifica a coordenação e sincronização de suas ações táticas, vulnerabiliza o dispositivo de segurança e gera demandas logísticas avultadas. Em verdade, o módulo BTG foi uma solução para a problemática de prontidão operacional do aparato militar russo, particularmente em missões de projeção de poder no entorno estratégico de Moscou, mas não se mostrou adequado em conflitos de alta intensidade (Ferreira, 2022).

No que tange à conduta do invasor ante as cidades ucranianas, convém destacar que as tropas do Kremlin assumiram posturas diferenciadas ao norte e ao sul da Ucrânia. Nas direções estratégicas norte e nordeste, predominou a tática do isolamento e desbordamento,¹² em face da robusta defesa dos pontos fortes¹³ ucranianos (Chernihiv, Konotop, Sumy e Kharkiv, *inter alia*). Em contrapartida, à exceção de Mariupol, as forças de Kiev não ofereceram resistência significativa nas localidades situadas nas direções estratégicas sul e leste (Kherson, Melitopol, Berdyansk, Iziom e outras), o que propiciou condições favoráveis ao investimento das forças atacantes. Nas localidades mantidas sob isolamento, mormente em Kharkiv, as tropas russas empregaram a saturação pelo fogo e/ou o bombardeio seletivo contra alvos militares e infraestruturas-chave (energia, água etc.), buscando submeter a resistência ucraniana.

Sob a perspectiva de Kiev, verificou-se que a manobra ucraniana foi concebida como uma defesa em larga frente, apoiada em pontos fortes nos principais centros urbanos, em razão da extensa linha de contato – cerca de 2 mil quilômetros – e dos reduzidos meios defensivos. À medida que as colunas blindadas russas progrediam em direção aos seus objetivos, as forças ucranianas degradavam o invasor pela manobra, fogos e obstáculos, rebatendo

¹²A opção pelo isolamento e desbordamento de uma localidade defendida, situada ao longo de um eixo de progressão, é típica das operações de aproveitamento do êxito, em que a prioridade tática concerne à conquista de objetivos em profundidade com a máxima rapidez possível.

¹³Pontos fortes são posições fortificadas, com defesa em todas as direções, fortemente apoiadas por obstáculos e dotadas de estoque de suprimentos para resistir ao cerco. Servem, basicamente, para fixar tropas inimigas empregadas no isolamento, mas também para degradar as forças atacantes caso optem pelo investimento.

sucessivamente sua defesa, no intuito de explorar a convergência das DTA e aumentar, por conseguinte, o grau de resistência nas vias de acesso. Ao mesmo tempo, mantinham a defesa obstinada dos pontos fortes nas localidades, a fim de fixar efetivos consideráveis das forças atacantes, reduzindo, destarte, o poder de combate dos *Army Groups* ao longo dos diversos eixos de progressão.

Em paralelo às ações de combate convencional, Kiev empregou táticas, técnicas e procedimentos de guerra irregular para degradar as capacidades militares do invasor, por intermédio de suas forças de operações especiais e milícias civis, evidenciando o caráter híbrido da guerra contemporânea. Nesse sentido, o avanço das forças blindadas russas em direção a Kiev, ao início da campanha militar, foi severamente comprometido pelo largo emprego de emboscadas, potencializadas por fogos de artilharia conduzidos por equipes de forças especiais, ocasionando enormes perdas materiais e humanas ao invasor (Barry, 2023; Jones, 2022). Em tais eventos, Moscou revelou ineficiência em sua capacidade de reconhecimento e segurança, na abordagem dos pontos críticos ao longo dos eixos de progressão, bem como táticas de contraemboscada ineficazes.

Em adição ao exposto, registrou-se um proficiente emprego de armas assimétricas por equipes ucranianas de pequeno efetivo, infiltradas nas localidades e ao longo dos eixos de progressão, dotadas com mísseis anticarro e antiaéreos portáteis,¹ em contraposição ao uso massivo de blindados e aeronaves pelo invasor russo. As vultosas perdas russas de carros de combate suscitaram o debate sobre a utilidade desses equipamentos no hodierno campo de batalha. Outrossim, uma quantidade considerável de helicópteros e aeronaves de apoio aéreo aproximado, como o Sukhoi Su-25, foi abatida pelas mencionadas equipes antiaéreas, o que reduziu drasticamente o apoio de fogo aéreo russo às suas forças de superfície.

Durante quase todo o conflito russo-ucraniano, a iniciativa estratégica coube aos russos. Não obstante, no decorrer da guerra de atrição no Donbass, as contraofensivas ucranianas, em setembro e novembro de 2022, respectivamente nas regiões de Kharkiv e Kherson, em meados de 2023 nas regiões de Zaporizhia

¹Como exemplos de mísseis anticarro, citam-se o *Javelin* norte-americano, o NLAW britânico e o *Stugna-P* ucraniano (Jones, 2022). Na defesa antiaérea de baixa altura, foram empregados principalmente o norte-americano *Stinger*, o russo *Igla* e o britânico *Starstreak*.

e Donetsk, e em agosto de 2024 na região de Kursk,² assinalaram a assunção temporária da iniciativa por Kiev, que buscou restabelecer a guerra de movimento no TO ucraniano.

Na contraofensiva de Kharkiv em 2022, as forças ucranianas lograram sucesso no desempenho da manobra tática de desbordamento para romper as defesas russas (Freedman, 2023), prosseguindo em aproveitamento do êxito até as localidades de Kupiansk e Iziium. Nesse contexto, destaca-se que a Ucrânia foi capaz de empreender uma eficaz operação de dissimulação na região de Kherson, no intento de atrair importantes reservas do exército russo, rareando, por conseguinte, sua defesa na região de Kharkiv (Barry, 2023). Como corolário dessa ardilosa manobra, após a ruptura da posição defensiva russa nesta região, não havia reservas suficientes para conter o avanço das forças ucranianas, obrigando o rebatimento da defesa para a linha balizada pelo Rio Oskil (Bowen, 2023). Essa bem-sucedida operação ofensiva atestou que a guerra de movimento, apesar da grande evolução dos sistemas IRVA (inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos), ainda é viável no espaço de batalha contemporâneo.

Contudo, a despeito do supracitado sucesso, Kiev malogrou em sua principal operação ofensiva, desencadeada em junho de 2023, sobre a qual depositou enorme esperança de vitória (Mearsheimer, 2023). Nesse mister, cabe assinalar os principais aspectos atinentes às forças ucranianas que selaram seu fracasso, a saber: a carência de surpresa; a ausência de superioridade aérea; a ineficácia de suas defesas antiaéreas; o apoio inexpressivo da sua artilharia; o exíguo adestramento tático da tropa; e a inexperiência dos efetivos mobilizados por Kiev. Adicionalmente ao que precede, contribuíram para o desfecho da batalha em favor de Moscou, a solidez do sistema defensivo russo, alicerçado em posições fortificadas, no contato e em profundidade, a profusão de obstáculos anticarro e antipessoal, assim como a atuação eficaz da guerra eletrônica russa (Mearsheimer, 2023).

Em acréscimo ao descrito anteriormente, cumpre sublinhar a utilização difusa e recíproca de grupos ou destacamentos de reconhecimento e sabotagem,

²Especificamente na contraofensiva de Kursk, em 2024, os objetivos de Kiev eram: alterar a narrativa de derrota iminente da Ucrânia; restabelecer a postura ofensiva no teatro de operações; fortalecer sua posição em eventuais negociações de paz; e atrair forças russas para aliviar a pressão ofensiva de Moscou na região de Donetsk.

integrados por elementos de operações especiais ou tropas convencionais, atuando infiltrados na retaguarda oponente, cujo propósito concerne à identificação de vulnerabilidades no dispositivo defensivo inimigo, ao levantamento de alvos para serem batidos pela artilharia e também ao cumprimento de missões de oportunidade, em conformidade com as capacidades do grupo. Tais destacamentos constituíram-se em valiosas ferramentas de inteligência e de interdição de instalações na retaguarda adversária, particularmente em precedência às operações ofensivas.

2. A guerra de atrição

O insucesso russo no empreendimento de sua guerra de movimento, com propósitos maximalistas (Freedman, 2023),³ compulsou o Kremlin a reconsiderar sua concepção estratégica para o conflito. O reexame da situação conduziu, de imediato, à limitação de seus objetivos políticos e estratégicos militares, que poderiam ser alcançados por intermédio de uma guerra de atrição concentrada na região do Donbass (Barry, 2023). Nesse contexto, Bowen (2023, p. 7, tradução nossa) assinala que: “Depois de falhar em alcançar uma vitória decisiva rapidamente, a Rússia aparentemente reavaliou seus objetivos e sua estratégia para alcançar ganhos territoriais no sul e no leste da Ucrânia”. Por conseguinte, Moscou empreendeu uma manobra retrógrada para evitar o combate sob condições desfavoráveis nas direções estratégicas norte e nordeste, congregando suas forças militares nas direções estratégicas leste e sul, após uma pausa operacional de duas semanas com a finalidade de promover a reorganização de suas tropas.

Segundo a lógica supradescrita, a guerra de atrição promovida por Moscou, desempenhada no contexto de uma estratégia militar de ação indireta,⁴ almeja a vitória, sobretudo, por meio da degradação das capacidades militares e econômicas de Kiev, observando uma linha de contato que se estende por mais

³Alguns objetivos políticos de Moscou foram considerados maximalistas, porquanto implicavam uma mudança de regime em Kiev, tal qual a substituição do corrente governo por uma liderança pró-russa, assim como a desmilitarização e a desnazificação da Ucrânia (Bowen, 2023; Ferreira, 2024; Ryan, 2024).

⁴O método estratégico militar de ação indireta objetiva a submissão do oponente, quebrando-lhe a vontade de lutar, seja pela degradação de suas capacidades militares e econômicas (atrição), mediante ações limitadas ofensivas e/ou restritivas, seja pelo desgaste psicológico (exaustão) causado por ações irregulares (Ferreira, 2023).

de mil quilômetros. Pela ótica do conflito em tela, o enfrentamento militar se desenvolve em longas batalhas de amplitude restrita, conduzidas sob intensivos fogos de artilharia, através de trincheiras labirínticas robustecidas por obstáculos multififormes, evocando as guerras de segunda geração (Lind *et al.*, 1989).⁵

Não obstante, uma guerra de atrição, especialmente implementada por intermédio de ofensivas limitadas, ocasiona uma erosão severa das capacidades militares de ambos os contendores. Sob a perspectiva estratégica, as forças ofensivas sofrem maior degradação do que as defensivas (Mearsheimer, 2014). Entretanto, no caso da guerra russo-ucraniana, Moscou dispõe de recursos humanos e materiais muito superiores em relação a Kiev, o que lhe permite suportar maiores perdas no campo de batalha (Freedman, 2023) e, ainda assim, sustentar o seu esforço de guerra. Em contrapartida, os efeitos corrosivos da atrição impactaram a Ucrânia com intensidade, sobretudo a partir dos meses finais de 2023, momento em que Kiev passou a enfrentar sérias dificuldades de mobilização de recursos humanos para seu aparato militar.

No que tange ao protagonismo exercido pelo apoio de fogo durante as batalhas de atrição, notam-se amiúde intensos duelos de artilharia, com patente superioridade russa, tanto no quantitativo de obuseiros e lançadores, quanto no consumo diário de granadas⁶ e foguetes, vantagem que propiciou sucessivos ganhos territoriais táticos para Moscou nas regiões de Luhansk e Donetsk.⁷ Sob essa acepção, a guerra russo-ucraniana ficou marcada pela evolução dos sistemas de processamento dos fogos, mediante a incorporação de novas tecnologias de informação, comprimindo deveras o tempo de resposta para a neutralização dos alvos.

Aditivamente, convém esclarecer que a carência de equipamentos nas forças ucranianas, especialmente armamentos e blindados, em associação à insuficiência do suprimento de munições, mormente granadas de artilharia e

⁵De acordo com Lind *et al.* (1989, p. 23, tradução nossa), “as táticas de segunda geração foram resumidas na máxima francesa: a artilharia conquista, a infantaria ocupa.”

⁶Segundo Watling e Reynolds (2023), o consumo total de munição de artilharia em 2022 foi de aproximadamente 12 milhões de granadas, oscilando entre 20 e 60 mil granadas disparadas por dia.

⁷Nas operações desenvolvidas no Donbass até o final de 2024, destacaram-se, na região de Luhansk, as batalhas de Severodonetsk e Lysychansk, e, na região de Donetsk, as batalhas de Soledar, Bakhmut, Avdiivka e Vuhledar.

mísseis antiaéreos, contribuíram para um quadro tático-operacional desfavorável à Ucrânia, em grande parte decorrente da hesitação política do Ocidente no provimento de assistência militar a Kiev a partir de outubro de 2023.

Na esfera das ações de interdição, registra-se a crescente participação das plataformas missílicas terrestres,⁸ empregando tanto vetores balísticos como de cruzeiro, na degradação progressiva das infraestruturas críticas do poder nacional adversário, com foco nos sistemas de energia e transportes. Nesse contexto, percebe-se a prioridade do Kremlin na neutralização do setor elétrico da Ucrânia, atacando sistematicamente suas usinas de energia. Por outro lado, os esforços ucranianos são direcionados prevalentemente à indústria russa de petróleo e gás natural, crucial para o esforço de guerra de Moscou. Não obstante, alvos militares de alto valor – bases aéreas, ativos navais, postos de comando, depósitos de munição, regiões de passagem obrigatória para o fluxo logístico, *inter alia* – também são recorrentemente golpeados pelos sistemas missilísticos.

Em função do que precede, observa-se com notável clareza que os números, sejam relacionados aos recursos humanos, sejam atinentes às capacidades materiais, ainda importam para a consecução da vitória militar na hodierna arena do combate convencional. Tal percepção é evidenciada pela proliferação das divisões na composição do aparato bélico de Moscou, por ampliação das brigadas existentes ou por criação de novas estruturas.⁹ Por sua vez, a Ucrânia instituiu, no ensejo da contraofensiva de 2023, dois corpos de exército (9º e 10º Corpos), reformulando sua organização militar para otimizar a eficiência em combate (Kofman; Lee, 2023). Destarte, constata-se que as exigências da guerra russo-ucraniana compulsaram ambos os contendores a promoverem modificações organizacionais, fomentando um aumento substancial do efetivo militar ao longo do conflito, com efeito em cadeia nos exércitos ocidentais.¹⁰

⁸A Rússia tem utilizado o sistema missílico terrestre *Iskander* para suas ações de interdição, nas versões balística e de cruzeiro. Por sua vez, a Ucrânia emprega principalmente o sistema ATACMS norte-americano.

⁹Além da formação de brigadas e divisões adicionais, Moscou constituiu ao longo do conflito, suplementando o aparato militar existente ao início da invasão, quatro novos *Army Groups* (3º, 18º, 25º e 51º CAA) e três novos *Army Corps* (3º, 40º e 44º AC) (Hird, 2023).

¹⁰Vários países da Europa estão reconsiderando o serviço militar obrigatório, em decorrência das experiências verificadas no conflito russo-ucraniano, como a Alemanha, a França, o Reino Unido e os Países Baixos.

Além do exposto, aponta-se que a guerra contemporânea ainda reserva características da era industrial (Ryan, 2024). Nesse sentido, cabe ressaltar a relevância da produção bélica em massa para o esforço de guerra nacional, notadamente em conflitos de alta intensidade, que usualmente acarretam vultosas perdas materiais, sobretudo no domínio terrestre.¹¹ Dessa forma, ficou evidente o impacto da mobilização da indústria de defesa russa na campanha militar no Donbass, proporcionando grande superioridade material às forças de Moscou (Bowen, 2023).

Com respeito ao comportamento tático observado pelos beligerantes, ao longo da guerra de atrição, convém assinalar as técnicas, táticas e procedimentos que mais se destacaram em batalha. De antemão, há que enfatizar a prevalência do combate urbano, em associação episódica ao combate subterrâneo, em grande parte das operações desempenhadas no Donbass. Nessa acepção, cabe salientar a utilização pelo exército ucraniano das estruturas subterrâneas pré-existentes nas localidades, nomeadamente em Mariupol, Soledar e Bakhmut, para conferir furtividade e proteção às tropas, aos deslocamentos táticos e aos depósitos de suprimentos.

No plano ofensivo, identifica-se o uso sistemático das operações de reconhecimento em força, precedendo os ataques a localidades e posições fortificadas. Bowen (2023, p. 20, tradução nossa) informa que: “As táticas russas também se adaptaram e continuam a evoluir, com as forças russas conduzindo ataques de sondagem para identificar e fixar as posições ucranianas, as quais são, então, atacadas por unidades menores e profissionais”. Tanto a Rússia quanto a Ucrânia têm realizado as citadas operações, na forma de ataques limitados de pequena profundidade, a fim de revelar o dispositivo, o valor e a composição das forças inimigas, bem como suas vulnerabilidades.

Referindo-se às táticas russas para reconhecer as posições defensivas ucranianas, Watling e Reynolds (2023, p. 5, tradução nossa) alegam que: “O termo ‘ataques de ondas humanas’ é certamente enganoso para sondagens

¹¹Segundo informações constantes do *website Oryx*, em 8 dezembro de 2024, Moscou teria perdido 3.577 carros de combate (tanques), desde o início da invasão em 24 de fevereiro de 2022. De acordo com a publicação *The Military Balance* (IISS, 2021, p. 192), a dotação russa era, antes da invasão, 2.840 tanques T-90, T-80 e T-72 em serviço ativo, com acréscimo de 10.200 tanques de diversos modelos estocados em depósitos militares.

[reconhecimento em força] de pequenas equipes de assalto sucessivas contra as defesas inimigas”. Vários analistas asseveram que Moscou emprega usualmente “tropas descartáveis” em tais ataques, por vezes sob coerção ou efeito de narcóticos (Watling; Reynolds, 2023); algumas das quais são conhecidas como *Storm-Z*, compostas principalmente por ex-detentos recrutados (Shevchenko, 2023).

O malogrado desempenho do grupo tático de batalhão na primeira fase da campanha russa suscitou o retorno das formações táticas tradicionais no exército russo, como as brigadas e as divisões, centralizando os meios de apoio ao combate, bem como a adoção do modelo de destacamento ou unidade de assalto,¹² vocacionado para o ataque a localidades e posições fortificadas. O supracitado modelo organizacional é fruto, entre outros motivos, da rarefação da infantaria nas fileiras russas, mas também do esgotamento dos recursos materiais de Moscou,¹³ corolário da intensiva atrição no Donbass.

Em regra, o *modus operandi* russo fundamenta-se no reconhecimento em força para revelar a ordem de batalha ucraniana. Subsequentemente, desencadeiam-se intensos e prolongados fogos de artilharia e de outros meios de apoio de fogo – morteiros, metralhadoras, canhões, *inter alia* – contra as forças inimigas localizadas. Neutralizada a resistência oponente pelo fogo, executa-se o ataque com as tropas de assalto para “limpar” as posições defensivas (Watling; Reynolds, 2023). Nesse contexto, os carros de combate, distribuídos às companhias de assalto em dosagem unitária, aparentemente assumiram um papel de apoio de fogo à progressão da infantaria, particularmente nos combates urbanos, a partir de posições de tiro à retaguarda das formações de assalto (Watling; Reynolds, 2023). E, assim, conquista-se paulatinamente porções territoriais da Ucrânia, em observância aos objetivos operacionais e estratégicos militares estabelecidos por Moscou.

¹²Cada unidade (batalhão) de assalto é composta, em tese, por três companhias de assalto, um pelotão com três carros de combate, duas baterias de obuses e outros elementos de apoio ao combate. Por sua vez, as companhias de assalto possuem, entre outros elementos constituintes, pelotões de assalto com 12 a 15 homens cada.

¹³Um dos sintomas mais significativos do esgotamento material da Rússia reside na reutilização de antigos carros de combate dos tipos T-62 e T-55, completamente obsoletos para a arena de combate do século XXI; contudo, ainda são capazes de exercer a função de apoio de fogo à infantaria.

Tendo em consideração o combate defensivo, é plausível inferir que, em alguns momentos do conflito em tela, houve prevalência da defensiva sobre a ofensiva, notadamente por ocasião da contraofensiva ucraniana de 2023. Nessa oportunidade, ficou evidente a primazia da defesa russa, alicerçada em posições fortificadas dispostas em profundidade, conhecidas como Linhas Surovikin.¹⁴ O dispositivo defensivo de Moscou sinalizou nitidamente que as supracitadas linhas eram, em verdade, linhas de rebatimento das tropas russas, onde poderiam apresentar nova defesa, a fim de impedir o envolvimento das forças atacantes. Outrossim, as divisões e brigadas russas conduziram habilmente inúmeros contra-ataques para restabelecer posições penetradas pelas forças ucranianas, infligindo severas perdas às tropas de Kiev.

Além do que precede, observou-se que os russos empregaram profusamente áreas de engajamento, repletas de obstáculos e batidas por fogos com excepcional eficácia. Da mesma forma, ao longo dos confrontos na região de Vuhledar, os ucranianos também demonstraram proficientemente a utilização do conceito de área de engajamento.¹⁵ O lançamento de minas dispersáveis em terreno marginal a eixos rodoviários, o pré-posicionamento de equipes anticarro e o desencadeamento de concentrações de artilharia em regiões de passagem obrigatória, explorando o efeito canalizador dos obstáculos, entre outras medidas, caracterizam a organização precisa de uma área de engajamento incorporada ao sistema defensivo.

Registra-se, ainda, a importância da realização de movimentos retrógrados bem planejados para a preservação do poder de combate das forças defensivas. O retraimento e a retirada do exército russo de suas posições defensivas, na margem oeste do Rio Dnipro (região de Kherson), em novembro de 2022, permitiram o rebatimento da defesa no corte do mencionado curso d'água em condições razoavelmente estáveis.

¹⁴As Linhas Surovikin são posições defensivas fortificadas, baseadas na construção de trincheiras e no lançamento de barreiras (série contínua de obstáculos), sendo estabelecidas sequencialmente em profundidade. Foram planejadas pelo General Sergey Surovikin, enquanto comandante do teatro de operações, logo após a contraofensiva ucraniana na região de Kharkiv em setembro de 2022 (Ferreira, 2024).

¹⁵Por ocasião da batalha de Vuhledar, em fevereiro de 2023, duas brigadas russas foram dizimadas pelos defensores ucranianos (Ryan, 2024).

Como tendência nos conflitos modernos, há extensivo uso de empresas militares privadas (EMP) por ambos os contendores. Boa parte desse universo presta serviços logísticos, assessoria militar, treinamento, segurança patrimonial e/ou proteção de autoridades. Algumas, entretanto, como o *Wagner Group*,¹⁶ atuam diretamente nos combates, sendo consideradas grupos mercenários. A referida EMP russa protagonizou as renhidas batalhas de Soledar e Bakhmut, que se estenderam por dez meses, demonstrando eficácia nos combates urbanos, não obstante, a um custo de 20 mil mortos em ação (Ray, 2024).

Além das empresas militares privadas, cabe realçar o expressivo empenho das milícias civis e das forças de operações especiais ucranianas, que efetivam ações de resistência nos territórios ocupados pelo invasor russo, mormente nos arredores das localidades de Melitopol, Simferopol, Luhansk e Donetsk, realizando ações de inteligência, sabotagem, emboscadas e incursões, *inter alia*, em contribuição às operações regulares de Kiev. Assinala-se que o combate de resistência produz um efeito convergente com os esforços defensivos, ao impactar, entre outros alvos, o fluxo e os depósitos logísticos russos na retaguarda, consubstanciando uma estratégia de ação indireta para degradar e desgastar as forças de ocupação do Kremlin. Registrando as ações de resistência de Kiev, Bowen (2023, p. 13, tradução nossa) afirma que:

A Ucrânia começou a realizar uma série de ações de resistência (incluindo assassinatos) contra autoridades nas regiões ocupadas pelas forças russas e infraestruturas do governo russo, bem como suas principais bases aéreas e instalações logísticas na Crimeia. Esses ataques, conduzidos pelas forças especiais ucranianas, milícias locais, drones e mísseis, desestabilizaram o controle militar russo sobre a região e forçaram a Rússia a empenhar mais forças em missões de contrainsurgência e de segurança interna.

¹⁶Após divergências e acusações entre Yevgeny Prigozhin, líder do *Wagner Group*, e o ministro da defesa russo Sergei Shoigu, o citado grupo mercenário se insurgiu contra o Kremlin, em 24 de junho de 2023, sendo dispersado ao término da rebelião. Esse evento descortinou a fragilidade da cadeia de comando que vincula as EMP às autoridades do Estado russo (Ray, 2024; Ryan, 2024).

Por último, assumem lugar de destaque nesta dissertação os drones,¹⁷ uma inovação tecnológica disruptiva empregada por russos e ucranianos¹⁸, com potencial repercussão no caráter da guerra. Nesse mister, afirma-se, em geral, que a profusão da referida tecnologia fomentou um campo de batalha deveras transparente, constituindo-se em severa adversidade para a concentração de tropas (Barry, 2023; Ryan, 2024). Isso, por si só, poderia inviabilizar a implementação de uma estratégia militar de aproximação indireta (Hart, 1967). Alguns analistas chegaram a declarar a extinção da guerra de movimento, o que não expressa absolutamente a realidade do fenômeno bélico, pois cada conflito armado é peculiar *per se*. As circunstâncias estratégicas podem configurar um quadro tático-operacional completamente distinto do verificado na guerra russo-ucraniana.

Os drones desempenham, no conflito considerado, variadas funções de inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos, mas também empreendem ações de combate, lançando armas de precisão (bombas e mísseis) ou colidindo diretamente contra alvos identificados (drones suicidas ou *kamikazes*). Nesse sentido, ambas as partes os utilizam largamente, desde as pequenas frações de infantaria até os maiores escalões da força terrestre, em associação às armas anticarro e aos fogos de artilharia. Tanto a Ucrânia quanto a Rússia anunciaram a criação de um ramo específico de suas Forças Armadas dedicado ao emprego de drones de todos os tipos (Bondar, 2024; Stepanenko, 2024).

Decerto, há urgente necessidade de desenvolvimento de medidas ativas e passivas contra a ação de drones, que incluem a utilização sinérgica de canhões e mísseis antiaéreos, guerra eletrônica¹⁹ e armamento laser, configurando um sistema antidrone integrado em camadas. Entre as medidas passivas, citam-se as técnicas de camuflagem e a dispersão de viaturas e instalações, bem como a utilização de cobertas e abrigos. De qualquer forma, o atual campo de batalha

¹⁷Na doutrina militar brasileira, os drones aéreos são chamados de sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (SARP). Além dos drones aéreos, há, também, drones navais e terrestres em uso na guerra russo-ucraniana.

¹⁸Note-se que os drones foram introduzidos no século XX, mas seu uso massivo e diversificado no atual conflito afetou sobremaneira o caráter da guerra.

¹⁹Em regra, a Rússia emprega um sistema de guerra eletrônica a cada 10 km de frente, usualmente situado a 7 km da linha de contato. A guerra eletrônica russa contribui sobremaneira para uma taxa de perdas ucranianas de aproximadamente 10 mil drones por mês (Watling; Reynolds, 2023).

está muito mais transparente do que em qualquer outro conflito de outrora (Ryan, 2024).

3. Considerações finais

Como síntese do exposto anteriormente, depreende-se categoricamente que o conflito russo-ucraniano representou um marco histórico para o processo geopolítico global, ensejando a revelação do caráter da guerra contemporânea, ao oferecer valiosos insumos para o exame estratégico, operacional e tático da arena de combate do século XXI. Nesse contexto, sortidos ensinamentos podem ser extraídos a partir das interações dialéticas no domínio terrestre, com o propósito de fornecer subsídios ao preparo e emprego das instituições militares brasileiras.

De início, convém enfatizar a necessidade de estimular a educação estratégica desde o berço da formação castrense, para além dos conhecimentos táticos e operacionais. Falhas na concepção estratégica militar não são passíveis de retificação na esfera tático-operacional. Outrossim, é preciso reafirmar a robustez dos princípios de guerra edificados no processo histórico dos conflitos armados, sem considerá-los, entretanto, como regramentos inflexíveis. Por sua vez, verifica-se que a avaliação estratégica dos oponentes não pode absolutamente desconsiderar os aspectos intangíveis do poder relativo de combate, na medida em que, como multiplicadores de força, interferem sobremodo na concepção estratégica militar (Barry, 2023).

A manutenção do serviço militar obrigatório é uma imperiosa necessidade ratificada pelo conflito em análise, porquanto se revela basilar para a elasticidade do aparato militar do Estado, assim como para a sustentabilidade da capacidade de combate em guerras prolongadas de alta intensidade. No campo material, a mobilização industrial de defesa deve balancear a dicotomia “produção em massa de equipamentos bélicos *versus* produção de sistemas militares de precisão”. Barry (2023, p. 38, tradução nossa) alerta que “qualquer capacidade militar futura, que dependa exclusivamente de armas de precisão, não só provavelmente será cara, mas também levará muito tempo para ser ressuplicada”. Nesse sentido, é preciso conduzir um processo de ampliação da base industrial de defesa, tornando-a

autossuficiente em termos tecnológicos, mas também apta a suportar o esforço de guerra da nação, em atendimento às demandas operacionais do campo de batalha.

A tendência ao hibridismo em combate está consolidada. Por conseguinte, o adestramento da força terrestre deve combinar sinergicamente as operações militares convencionais com as táticas, técnicas e procedimentos da guerra irregular, sob intenso apoio das operações de informação. Destarte, recomenda-se a ampliação das unidades de operações especiais na composição de força da estrutura militar do Estado.

A guerra russo-ucraniana demonstrou efetivamente que a manobra de armas combinadas não pode ser improvisada, na medida em que requer adestramento tático adequado e elevado grau de comando e controle, a fim de garantir a coordenação, a integração e a sincronização das forças de manobra com as tropas de apoio ao combate e logísticas. Sua execução é complexa, contudo, é capaz de proporcionar ganhos táticos significativos, por vezes decisivos.

No âmbito da defesa, convém assinalar a importância do estabelecimento de pontos fortes em localidades de grande valor tático para o esforço defensivo, contribuindo sobremaneira para a culminância ofensiva das forças atacantes. Além disso, ficou patente o impacto das áreas de engajamento, das posições FORTIFICADAS em profundidade e das barreiras de obstáculos no resultado das batalhas travadas no Donbass e seus arredores (Watling; Reynolds, 2023).

Tratando-se da guerra de atrição, é cabível inferir que o apoio de fogo, mormente os meios de artilharia, continua a desempenhar uma tarefa medular para o sucesso tático, protagonizando o desenrolar das operações militares na Ucrânia, tanto ofensivas quanto defensivas (Ryan, 2024). A crescente precisão e letalidade da artilharia suscitou um aumento da dispersão dos postos de comando e dos depósitos de suprimento, bem como motivou a redundância e o escalonamento dos ativos logísticos para preservar o apoio ininterrupto às forças terrestres.

Em virtude do emprego difuso de drones, da eficácia do armamento anticarro e dos densos fogos de artilharia, observa-se uma forte tendência à descentralização do combate aos menores escalões da força terrestre nas batalhas de atrição. Todavia, o carro de combate e o seu papel central na guerra de movimento não estão extintos, pois as circunstâncias estratégicas e operacionais

de cada conflito são singulares em si, o que significa seguramente sua aplicação clássica em beligerâncias futuras, liderando as formações blindadas.

Além do que foi evidenciado, percebe-se que a utilização multiforme de drones, em todo o campo de batalha, satura o espaço aéreo sobrejacente ao domínio terrestre, com influência decisiva nas operações militares conduzidas em terra.¹ Fatores como o baixo custo e a disponibilidade comercial desses sistemas, de fato, democratizaram o ataque de precisão. Decerto, a revolução dos drones provocará a alteração dos modelos organizacionais vigentes e/ou a criação de novas estruturas dedicadas ao seu emprego.

Entretanto, sabe-se que toda inovação tecnológica disruptiva resulta em um impulso de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias compensatórias. À vista disso, a profusão dos drones não inviabiliza, por si só, a concentração de forças militares para implementar amplas ofensivas terrestres em conflitos de alta intensidade, uma vez que os sistemas antidrone já se tornaram realidade no espaço de batalha contemporâneo.

Baseado no que precede, constata-se que o desenvolvimento estratégico, operacional e tático da guerra russo-ucraniana e suas correspondentes inovações tecnológicas promoveram uma relativa mutação nos processos de combate desenvolvidos em terra, impactando sobremodo a doutrina militar terrestre com novas táticas, técnicas e procedimentos, assim como novas estruturas organizacionais. Não obstante, cabe recordar que todas as guerras são invariavelmente distintas entre si, porquanto suas características, em essência, decorrem das condições intrínsecas de cada ambiente operacional em que se desenvolvem, bem como das circunstâncias estratégicas do cenário geopolítico global e regional.

³⁰“É comum que haja entre 25 e 50 drones, de ambos os lados, operando sobre a área contestada entre a linha avançada das nossas tropas (FLOT) e a linha avançada das tropas inimigas (FLET), a qualquer momento, para cada 10 km de frente” (Watling; Reynolds, 2023, p. 7, tradução nossa). No original: “*It is typical for there to be between 25 and 50 UAVs from both sides operating over the contested area between the forward line of own troops (FLOT) and forward line of enemy troops (FLET) at any given time for each 10 km of frontage.*”

Referências

BARRY, Ben. *Russia's war in Ukraine: what are the emerging military lessons?*. The Institute for the Study of War (ISW), 2023. Disponível em: <https://www.iiss.org/online-analysis/online-analysis/2023/01/strategic-survey-2022-russias-war-in-ukraine/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BONDAR, Kateryna. *Why Ukraine is establishing unmanned forces across its defense sector and what the United States can learn from it*. Center for Strategic & International Studies (CSIS), 2024. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/why-ukraine-establishing-unmanned-forces>. Acesso em: 28 dez. 2024.

BOWEN, Andrew S. *Russia's war in Ukraine: military and intelligence aspects*. Congressional Research Service, 2023. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R47068>. Acesso em: 14 dez. 2024.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On war*. Tradução de Michael Howard e Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CRIPPA, Lorenzo. *Putin's henchmen: the Russian national guard in the invasion of Ukraine*. International Centre for Defence and Security, 2024. Disponível em: <https://icds.ee/en/putins-henchmen-the-russian-national-guard-in-the-invasion-of-ukraine/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

FERREIRA, Walter da Costa. A dinâmica estratégica na guerra russo-ucraniana. *Análise Estratégica*, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 117-138, mar./maio 2024.

FERREIRA, Walter da Costa. A importância da estratégia militar para a elaboração de conceitos operativos futuros. *Análise Estratégica*, Brasília, DF, v. 28, n. 1, p. 73-84, dez./fev. 2023.

FERREIRA, Walter da Costa. Avaliação estrutural do grupo tático de batalhão do exército russo. *Doutrina Militar*, Brasília, DF, v. 10, n. 31, p. 4-11, jul./set. 2022.

FREEDMAN, Lawrence D. Kyiv and Moscow are fighting two different wars. *Foreign Affairs*, 2023. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/ukraine/kyiv-and-moscow-are-fighting-two-different-wars>. Acesso em: 15 Dez. 2024.

HART, Basil Henry Liddell. *Strategy: the indirect approach*. 4. ed. Londres: Faber, 1967.

HIRD, Karolina. *Russia's military restructuring and expansion hindered by the Ukraine war*. Institute for the Study of War (ISW), 2023. Disponível em: <https://www.understandingwar.org/backgrounder/russia%E2%80%99s-military-restructuring-and-expansion-hindered-ukrain-e-war>. Acesso em: 29 dez. 2024.

IISS. The International Institute for Strategic Studies. *The military balance 2021: the annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London: Routledge, 2021.

JONES, Seth G. *Russia's ill-fated invasion of Ukraine: lessons in modern warfare*. Center for Strategic & International Studies (CSIS), 2022. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/russias-ill-fated-invasion-ukraine-lessons-modern-warfare>. Acesso em: 22 dez. 2024.

KISELYOVA, Maria. *Russia says Ukraine has deployed half its army to Donbass conflict zone*. Reuters, 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/russia-says-ukraine-has-deployed-half-its-army-donbass-conflict-zone-2021-12-01/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

KOFMAN, Michael; LEE, Rob. Perseverance and adaptation: Ukraine's counteroffensive at three months. *War on the Rocks*, 2023. Disponível em: <https://warontherocks.com/2023/09/perseverance-and-adaptation-ukraines-counteroffensive-at-three-months/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

LIND, William S.; NIGHTENGALE, Keith; SCHMITT, John F.; SUTTON, Joseph William; WILSON, Gary. The changing face of war: into the fourth generation. *Marine Corps Gazette*, v. 73, n. 10, p. 22-26, 1989. Disponível em:

https://www.academia.edu/7964013/The_Changing_Face_of_War_Into_the_Fourth_Generation. Acesso em: 29 dez. 2024.

MEARSHEIMER, John J. Bound to lose: Ukraine's 2023 counteroffensive. *John's Substack*, 2023. Disponível em: <https://mearsheimer.substack.com/p/bound-to-lose>. Acesso em: 23 dez. 2024.

MEARSHEIMER, John J. *The tragedy of great power politics*. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2014.

RAY, Michael. Wagner Group: Russian mercenary group. *Encyclopedia Britannica*, 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Wagner-Group>. Acesso em: 29 dez. 2024.

RYAN, Mick. *The war for Ukraine: strategy and adaptation under fire*. Annapolis: Naval Institute Press, 2024.

SHEVCHENKO, Vitaly. Ukraine war: Russia goes back to prisons to feed its war machine. *BBC*, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-67175566>. Acesso em: 31 dez. 2024.

SLOAN, Elinor C. *Military transformation and modern warfare: a reference handbook*. Westport: Praeger Security International, 2008.

STEPANENKO, Kateryna. *Russian efforts to centralize drone units may degrade Russian drone operations*. The Institute for the Study of War (ISW), 2024. Disponível em: <https://understandingwar.org/backgrounder/russian-efforts-centralize-drone-units-may-degrade-russian-drone-operations>. Acesso em: 28 dez. 2024.

WATLING, Jack; REYNOLDS, Nick. *Meatgrinder: Russian tactics in the second year of its invasion of Ukraine*. Royal United Services Institute (RUSI), 2023. Disponível em: <https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/special-resources/meatgrinder-russian-tactics-second-year-its-invasion-ukraine>. Acesso em: 18 dez. 2024.

A MANOBRA AEROESPACIAL

Carlos Eduardo Valle Rosa

Introdução

Os primeiros momentos do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, iniciado em 24 de fevereiro de 2022, foram marcados pelo choque entre a expectativa e a realidade, principalmente em relação à campanha aérea conduzida pelas Forças Aeroespaciais Russas (*Vozdushno-Kosmicheskiye Sily – VKS*) e a subsequente reação da Força Aérea Ucraniana (*Povitryani Syly Ukrayiny – PSU*). A expectativa dos analistas ocidentais projetava uma campanha aérea rápida, curta e decisiva, com ataques aéreos contra os “sistemas de comando e controle, centros logísticos, aeroportos, defesas aéreas e outras infraestruturas críticas” (Kofman; Edmonds, 2022), sobrepujando prontamente as forças ucranianas, ao melhor estilo *shock and awe* (Ullman; Wade, 1996)².

Contradizendo as expectativas, surgiram críticas ao desempenho da VKS, relatando o repentino sumiço das aeronaves russas no campo de batalha (Bronk, 2022), deixando analistas perplexos com o insuficiente desempenho geral russo nas operações aéreas (Stewart; Ali, 2022). Ao passo que esses juízos críticos se acumulavam, relatos sobre o desempenho da PSU despertavam a atenção (Bremer; Grieco, 2022a; Wetzel, 2022; Sankaran, 2023; Oleshchuk; Shamko; Antonov, 2023). A mobilidade e dispersão de sua defesa antiaérea com as baterias de SAM (*surface-to air missile*), a utilização de pistas de pouso improvisadas pelas aeronaves ucranianas, uso extensivo de mísseis antiaéreos portáteis, os MANPADS (*man-portable air-defense systems*), impuseram riscos e custos às aeronaves adversárias que colocaram em dúvida a habilidade russa de se obter

²*Shock and awe*, que se traduz como “Choque e Pavor”, é uma teoria proposta para a “Dominância Rápida” (*Rapid Achievement*) sobre o adversário em uma campanha militar, caracterizada por fatores como o uso de força avassaladora para paralisar o oponente e destruir sua vontade de lutar, por meio de ataques simultâneos contra vários sistemas de alvos (particularmente com o emprego do poder aéreo), gerando impacto psicológico incapacitante. No caso em tela, a expectativa dos analistas era que a teoria subsidiaria a ação da VKS na Ucrânia, permitindo uma vitória em ritmo acelerado e resoluto.

o domínio do ar no teatro de operações (Lauras, 2022), tornando proibitivas as operações aéreas.

Ao se concluir o terceiro ano dessa Guerra torna-se fundamental uma revisão dos principais fatos observados e de algumas conclusões que podem ser apontadas como decorrentes do emprego das forças aéreas e do poder aeroespacial³. Este capítulo sintetiza as principais observações sobre a Guerra entre Rússia e Ucrânia, à luz de uma pesquisa bibliográfica, com recorte temporal até janeiro de 2025. Há limitações evidentes nessa abordagem. Inicialmente, apesar da extensiva coleta de material na internet, o acesso se deu principalmente em material de língua inglesa. Portanto, há uma tendência de se lidar majoritariamente com perspectivas ocidentais em torno do tema. Além disso, há que se considerar as restrições de acesso às fontes oficiais russas e ucranianas e a dificuldade de se lidar com fontes abertas, muitas vezes influenciadas pela guerra de informação.

Um argumento plausível para esse reexame é a intensidade das operações nesse conflito e a atenção de que a aviação militar tem sido objeto. Caracteriza-se este momento crucial das relações internacionais como um retorno aos paradigmas da guerra industrial, com intensos combates, demanda logística, grande mobilização de meios e recursos humanos, afastando-se do modelo de guerra contra insurgências e terrorismo, prevalente nas primeiras décadas deste século. Há um alerta geral, mormente na Europa, quanto à ressurgência desse tipo de conflito, onde a guerra total evidencia o grau de despreparo que se acumulou nos últimos anos por parte dos Estados europeus para fazer face a esse desafio (Lubiejewski, 2023).

Nessa direção geral, este capítulo é uma tentativa de responder uma questão crucial no escopo de como a guerra tem sido conduzida (*warfare*): o que aprendemos com a Guerra na Ucrânia na perspectiva aeroespacial? O fenômeno político se desdobra nesse domínio da guerra por meio de transformações e permanências, e para o Brasil, no segmento da Segurança e Defesa, torna-

³Poder Aeroespacial é um conceito abrangente no caso brasileiro. Neste capítulo, o conceito de poder aeroespacial será aplicado essencialmente no sentido do poder militar, pertinente às dimensões aérea e espacial. Dessa forma, o Poder Aeroespacial deve ser compreendido como a “capacidade ou habilidade de projetar força militar por meio ou a partir de uma plataforma na terceira dimensão sobre o espaço de batalha” (Fedorchak, 2020, p. 18).

se crucial interpretar essas observações, retirar ensinamentos e deles projetar demandas presentes e futuras.

1. Manobra aeroespacial russa e ucraniana

A “manobra aeroespacial”, compreendida como uma campanha aeroespacial, será analisada sob a ótica da VKS e da PSU, distintamente, como suporte didático de um fenômeno que acontece, de fato, ao longo de ações e reações que se sucedem no tempo. Dessa forma, privilegia-se uma abordagem interpretativa dos acontecimentos em vez de uma tomada cronológica do conflito.

1.1 Forças Aeroespaciais Russas (VKS)

A VKS possuía, no início do conflito, superioridade quantitativa e qualitativa em meios aéreos comparativamente à Ucrânia⁴. Em particular, e simplisticamente observando os equipamentos, considerava-se o Sukhoi Su-35S (*Flanker-E*) e o Mikoyan-Gurevich Mig-31BM (*Foxhound A*) como superiores às aeronaves ucranianas, pois podiam atingir alvos cerca de 150-200 km de distância, ao passo que as ucranianas somente a 50 km (Abdurasulov; Bezpiatchuk, 2023).

Acredita-se que a VKS tenha conduzido, nos primeiros dias da campanha, ataques contra instalações da defesa aérea ucraniana, em especial as bases aéreas (Khan, 2023), o que teria dado algum grau de controle do ar para as forças russas (Vayu Aerospace, 2022; Bronk; Reynolds; Watling, 2022). Apesar disso, o foco de manutenção dessa condição parece ter sido perdido. Os dados disponíveis indicam que a intensidade e a eficácia dos ataques aéreos iniciais foram insuficientes para derrotar as defesas aéreas ucranianas (Lawrence, 2022).

A partir dessa primeira inferência, as previsões iniciais de uma campanha aérea bem-sucedida começaram a ser obscurecidas pelos fatos. Tendo em vista a proposta deste capítulo, cabe estudar algumas explicações prováveis para esse

⁴Ranques globais de poder aéreo posicionavam a Rússia, em 2021, como a 2^a colocada entre todas as forças aéreas mundiais, com cerca de 4.000 aeronaves de combate, enquanto a Ucrânia era a 33^a, com cerca de 300 aeronaves de combate. De acordo com publicações como a *Jane's* e o *Military Balance 2021*, as aeronaves ucranianas são de origem soviética/russa, das décadas de 1970 e 1980, e não passaram por *upgrades* ou modernizações, a exemplo do que teria sido realizado com parte da frota de aeronaves russas.

desenvolvimento. Um primeiro aspecto que parece ter influenciado o desempenho não satisfatório da VKS foi a sua experiência histórica. Há um alinhamento dessa análise com a questão doutrinária, adiante discutida, mas a experiência histórica soviética/russa, tanto pregressa como recente, caracteriza-se por uma falta de foco na independência das operações aéreas.

Experiências distantes, como a Operação *Bagratiön* (Zaloga, 2000), em 1944, considerada a operação mais bem-sucedida dos soviéticos em todas as guerras; e mais recentes como a invasão do Afeganistão em 1979, e as lutas contra secessionistas, rebeldes ou insurgentes, como na Ossétia do Sul (2008), Chechênia (2009) ou na Síria (2011) (Hamilton; Miller; Stein, 2020), caracterizam um padrão de ação em que a dependência do emprego da aviação à campanha de superfície dá ao poder aéreo um papel coadjuvante. Ademais, nas guerras irregulares recentes não houve oportunidade efetiva de uma campanha pelo domínio aéreo, com combates de alta intensidade contra forças aéreas pares, o que não pode deixar de ser considerado na análise da prática russa na Ucrânia.

Paralelamente, a doutrina, que em grande parte se baseia na experiência histórica, constitui um elemento explicativo adicional aos insucessos relatados sobre a atuação da VKS. Mesmo que se considere que, nas décadas de 1990, alguns militares soviéticos alertavam para a “revolução técnico-militar” (Teixeira Júnior; Rosa, 2020), a Queda do Muro de Berlim (1989) e a fragmentação da União Soviética (1991) levaram a força aérea soviética a um estado deplorável do ponto de vista operacional e logístico, com bases aéreas abandonadas, material militar descuidado e uma queda geral na proficiência técnica que impediram a continuidade da revolução necessária na direção das inovações militares observadas na Guerra do Golfo de 1991, objeto da tal revolução técnico-militar. Mesmo a experiência russa na Geórgia, em 2008, que suscitou nos círculos militares a demanda de modernização do conceito de emprego da VKS, não obteve continuidade e esse passo na atualização doutrinária não foi dado decisivamente.

Na prática, o foco da doutrina aeroespacial russa é o suporte à operação do exército e a defesa contra os ataques aéreos dos inimigos⁵. Esse é um contraste evidente com a doutrina ocidental, em especial a dos Estados Unidos e a da OTAN, que privilegia o uso estratégico do poder aeroespacial com o objetivo

⁵Exclui-se da análise a capacidade nuclear russa.

claro de atingir imediatamente e manter a superioridade aérea. Ao contrário das forças aéreas ocidentais, que concentram o poder de fogo para neutralizar alvos estratégicos, entre eles o poder aeroespacial do oponente, a Rússia enfatiza o poder de fogo aéreo no apoio às suas forças terrestres, portanto, a lógica da campanha de superfície. Conforme aponta Khan (2023, p. 3), mesmo após análises do *modus operandi* ocidental, a “abordagem doutrinária ao poder aéreo russo permanece centrada no Exército, impedindo-a de perseguir sua própria doutrina aérea e conceito independente de operações”, uma espécie de “artilharia voadora” (Franco, 2022, p. 48).

Além das questões históricas e doutrinárias, o planejamento de operações também tem sido indicado como fator problemático do desempenho russo. Nesse ponto é provável que haja ocorrido duas percepções contraditórias. A primeira, o excesso de confiança, em oposição a uma cautela exagerada, o que impediram o resultado decisivo sobre a PSU (Lawrence, 2022). Outro aspecto ligado ao planejamento, mas na esfera tática, foi a falta de habilidade na integração de missões conhecidas como ‘operações compostas’, algo que se dá no âmbito de planejamento da própria força aérea e demanda alto grau de adestramento em função de sua complexidade operacional⁶.

Além disso, também houve dificuldades de coordenação entre a VKS e as forças de superfície (Khan, 2023). Essa falta de coordenação geraria falhas operacionais, ineficácia na integração de meios, ineficiência no suporte aproximado, fratricídio e limitada análise de danos posteriores aos ataques (Franco, 2022). A VKS, em última instância, não possuía (e ainda não possui) habilidade para realizar operações coordenadas envolvendo múltiplos tipos de aeronaves, o que é crítico para campanhas aéreas eficazes (Bronk, 2023).

Outra questão levantada foi a falta de armamento de precisão, ou a incapacidade de se tirar melhor proveito desse tipo de potencial. A necessidade de munições guiadas de precisão foi ressaltada, pois são cruciais tanto para operações ofensivas quanto defensivas, garantindo alta precisão e mínimo dano colateral (Stalder; Patterson, 2024). A esse fator se alinham duas tendências. A

⁶Operação Composta é um tipo de tática adotada pelas forças aéreas que visa integrar diferentes tipos de aptidões e meios aéreos em torno de um objetivo central de missão. Diferentes tipos de aeronaves compõem a operação e realizam tarefas conectadas ao propósito geral, de forma coordenada e integrada.

primeira é a defasagem tecnológica em alguns sistemas de armas. As aeronaves russas possuíam, no início das operações, limitada habilidade de navegação e direcionamento desatualizados, quando comparadas aos sistemas de armas ocidentais, sensores modernos e restrições consideráveis no uso de sistemas de mira de última geração⁷.

A outra tendência crítica observada foi a falta de treinamento das tripulações russas. Comparativamente aos pilotos da OTAN, os pilotos da VKS voam menos em termos de horas de voo, treinam menos em relação aos de tipos de missões e submetem-se a condições de adestramento com menor grau de realismo. Pilotos da VKS recebem a cada ano uma média de 100 a 120 horas de voo por ano (Bronk, 2022), quase metade de horas dos pilotos da OTAN.

Um elemento comum de crítica à VKS é a falta de doutrina e de uma prática consistente na neutralização de defesas antiaéreas. Efetivamente, a VKS não conseguiu neutralizar os sistemas de defesa aérea terrestre (*ground-based air defense* – GBAD) ucranianos⁸, o que limitou sua eficácia operacional e a forçou a operar com cautela sobre o espaço aéreo ucraniano (Bronk, 2023). Essa dificuldade em acessar alvos de natureza dinâmica, que se movimentam no campo de batalha (Bronk, 2023), reduz a prontidão imperativa de se neutralizar o poder aeroespacial do adversário. Em consequência, os ataques russos foram direcionados para infraestruturas críticas, como centrais de distribuição de energia, e contra a população civil nos centros urbanos.

Isso impôs atrito adicional, especialmente às aeronaves de asas rotativas. O assalto ao aeroporto de Hostomel, em 24 de fevereiro de 2022, explicitou claramente essa realidade, pois a desastrosa operação aeromóvel resultou na perda de 6 a 7 helicópteros russos (Collins; Kofman; Spencer, 2023).

⁶De acordo com Bronk (2023, p. 15) “o Su-34, aeronave de ataque ao solo, possui um sensor eletro-óptico retrátil com um campo de visão limitado para frente e para baixo e não inclui capacidade de visão térmica para operações noturnas ou em condições climáticas adversas; [...] os sistemas ópticos de mira russos oferecem uma estabilização e desempenho de zoom significativamente piores em comparação com os *pod*s de mira ocidentais, limitando ainda mais a capacidade dos pilotos da VKS de encontrar rapidamente e identificar com precisão os alvos de batalha a uma distância segura”.

⁸Essas ações são conhecidas genericamente como Supressão das Defesas Aéreas Inimigas – SDAI (ou *Supression/Destruction of Enemy air Defenses* – SEAD ou DEAD), pois visam destruir ou neutralizar as defesas aéreas do adversário. O GBAD consiste na defesa antiaérea posicionada na superfície, com canhões e mísseis SAM.

1.2 Força Aérea Ucrâniana (PSU)

A manobra aeroespacial ucraniana é marcada pela criatividade e resiliência. Em um primeiro momento, a PSU adota uma estratégia defensiva que colhe resultados positivos, destacando-se a resistência inicial em suportar o esforço de investida aérea russa. Da mesma forma que no caso russo, existem inferências sobre as operações aéreas ucranianas que permitem destacar essas duas qualidades da campanha aeroespacial, particularmente diferenciando as abordagens de emprego do poder aeroespacial.

Um primeiro aspecto que precisa ser considerado é o acesso a produtos de inteligência, oriundos de países do Ocidente sobre a preparação russa para a invasão (Grady, 2022; Huminski, 2022). Essa forma de cooperação internacional permitiu um grau considerável de consciência situacional no período anterior à invasão, pelo compartilhamento de informações sobre os movimentos e intenções russas, permitindo às forças armadas ucranianas tomar ações preventivas que não teriam sido possíveis sem esse acesso.

Em face dessa vantagem, houve a dispersão dos meios de defesa antiaérea, composto por radares de vigilância e baterias de mísseis SAM. À medida que a guerra se desenrolava, os ucranianos demonstraram a capacidade de operar suas baterias missilísticas como unidades móveis, aumentando sua mobilidade e reduzindo o número de veículos de apoio que tornavam mais lento o deslocamento das baterias SAM. Acredita-se que, já a partir do início de março de 2022, a Ucrânia teria conseguido reposicionar e reorganizar sua GBAD, infligindo pesadas perdas às aeronaves da VKS (Bronk; Reynolds; Watling, 2022).

Isto aponta para uma inferência consequente. A inequívoca relevância dos mísseis SAM como instrumento de negação da superioridade aérea. Tal contexto tem suscitado a ideia de “negação do uso do ar” (*air denial*) (Verville; Buchatskiy, 2023), ou de “mútua negação do ar” (*state of mutual air denial*) (Bremer; Grieco, 2022b), haja vista que ambas as forças aéreas têm mostrado reduzida condição em operar aeronaves tripuladas na linha de contato em face das ameaças missilísticas de defesa antiaérea.

Além das estimativas do sucesso destes sistemas SAM contra as aeronaves tripuladas, há informes quanto ao sucesso destes sistemas contra mísseis de

cruzeiro e drones lançados contra o território ucraniano (Tril, 2024; Fornusek, 2025).

O emprego de táticas não convencionais e criativas deu aos pilotos ucranianos o potencial de continuar voando e engajando as forças russas. Há uma série de táticas e técnicas que foram empregadas pela PSU que podem ser apontadas. Por exemplo, o emprego de táticas como camuflagem e o método “atirar e correr”¹ foram capazes de contribuir para a negação da superioridade aérea do inimigo (Stalder; Patterson, 2024). A PSU, que também ficou à mercê das defesas antiaéreas russas, modificou seu perfil de operação, praticamente operando sobre território controlado e fazendo emprego de armas *stand-off*². Agregando capacidades não convencionais, a PSU vinha treinando a operação de suas aeronaves em rodopistas³ (Demerly, 2020) e aumentando a proteção de seus equipamentos, quando estacionados nesses locais improvisados e mesmo nas bases aéreas, por meio de abrigos reforçados (*shelters*), capazes de absorver impactos de bombas e mísseis.

Uma importante medida tomada pela Ucrânia foi a disposição da defesa aérea em camadas estrategicamente sobrepostas. Bremer e Grieco (2022b) entendem que umas das ações expressivas foi a possibilidade de “sobrepor os efeitos de ciberataques, interferência eletrônica, defesas aéreas, drones e mísseis, [...] empregando a defesa em profundidade vertical a seu favor militar, efetivamente negando a superioridade aérea à Rússia sobre a maior parte da Ucrânia”.

Além disso, ressalta-se o suporte ocidental em termos de logística aeronáutica. No âmbito do poder aeroespacial a cessão de armas ar-superfície contribuiu para a sustentação das operações aéreas. De acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos, até janeiro de 2025 os EUA e seus aliados já

¹A bateria SAM ou o próprio MANPADS engaja o alvo e rapidamente se desloca para outra posição no terreno, evitando a reação do adversário.

²Armas aéreas *stand-off* são, em geral, bombas guiadas ou mísseis lançados à grande distância do alvo, evitando expor a plataforma lançadora ao risco de ser interceptada e neutralizada pelo oponente. míssil ar-superfície *Storm Shadow* é um bom exemplo do emprego dessa técnica, dado que pode ser lançado a cerca de 250 km do alvo.

³Rodovias convencionais preparadas para a decolagem e pouso de aeronaves.

havam prestado cerca de US\$ 65.9 bilhões de dólares em assistência militar (United States Department of State, 2025)⁴.

Por fim, a chegada das aeronaves F-16, fornecidas por países da OTAN à Ucrânia, pode contribuir sobremaneira com a campanha aérea da PSU. Contudo, ainda não é possível uma análise mais detalhada sobre a presença dessas aeronaves no espaço de batalha. Mas há questões que podem ser antecipadas, tais como a necessidade de treinamento das tripulações e do pessoal de apoio, o suprimento de peças sobressalentes, a adaptação aos sistemas de armas das aeronaves do legado russo ou as demandas de pistas mais longas e mais bem preparadas para a operação do jato ocidental.

2. Drones

No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), os drones são conceituados e classificados de acordo com uma diretriz específica que os divide em distintas classes (United Nations, 2020)⁵. Neste capítulo, a atenção será dirigida aos drones de Classe II (tais como o Leleka-100 ou o Orlan-10) e, principalmente, aos de Classe III (como o Bayraktar TB2 ou o Forpost)⁶. Esse recorte se dá pelo fato de que os drones de Classe I⁷, apesar de popularizados em imagens e vídeos da guerra, destinam-se ao emprego típico das frações básicas de

⁴Constam no Relatório, dentre outras, a cessão de sistemas Patriot de defesa antiaérea, de mísseis ar-ar como os AIM-7, RIM-7 e AIM-9M, de diversos tipos de drones tais como o *Switchblade* ou mísseis ar-superfície como o *Storm Shadow*. Parte do esforço logístico fornecido permitiu que certas aeronaves fossem modernizadas para empregar munições avançadas, incluindo mísseis antirradiação AGM-88 HARM, aumentando seu potencial de atingir defesas aéreas russas e apoiar operações terrestres (Kunzler, 2024).

⁵Nas *Guidelines* da ONU, o termo mais abrangente para drone é *Unmanned Aircraft* – UA (aeronave não tripulada). Mas há outras possibilidades de denominação, como *Remotely Piloted Aircraft System* – RPAS (sistema de aeronave remotamente pilotada – SARP), que é a nomenclatura adotada no Brasil. No capítulo utilizou-se a nomenclatura mais popular: drone.

⁶Os drones de classe II são táticos, geralmente com peso máximo de decolagem entre 150 kg e 600 kg e normalmente operados até 18.000 pés de altura, com um alcance máximo horizontal de 200 km. Os de classe III possuem longa duração de voo, normalmente pesando mais de 600 kg e operados até 65.000 pés, com alcance ilimitado (além da linha de visada).

⁷Os drones de Classe I são subdivididos em pequenos, mini e micro, operados somente até uma altura limitada a não mais de 1.000 pés, normalmente com um peso entre poucas gramas e 25 kg, e dentro da linha de visada (LOS) do operador, com um alcance máximo de até 50 km. O principal objetivo desses UAS é apoiar operações em um nível de unidade tática, normalmente pelotão ou companhia, ou mesmo soldados isoladamente.

tropa terrestre, desde o soldado individual até o pelotão ou companhia, fugindo ao escopo da análise que é foco deste capítulo.

A percepção do impacto na manobra aeroespacial dos drones de Classe II e III é mais conservadora. Ainda há discordâncias sobre a questão desses tipos de drones como uma ‘revolução tecnológica’, discurso que se tem emprestado comumente aos drones de Classe I. Na forma como têm sido utilizados no conflito acredita-se que se trata de ativos militares disponíveis no arsenal.

Há dois pontos de vista quanto à utilização dos drones das classes II e III pela Ucrânia e pela Rússia. Na perspectiva ucraniana, esses drones têm sido um multiplicador de força ou mesmo uma compensação à falta de meios aéreos convencionais (Lowther; Siddiki, 2022). A par da relação custo-benefício (baixo custo e elevada eficiência), drones como o Bayraktar TB 2 foram utilizados contra alvos inclusive no território russo, como no ataque contra a refinaria de óleo da Taneco, na cidade de Nizhnekamsk (Tarasova-Markina; Hauser, 2025). De forma semelhante, a Ucrânia teria atacado bases aéreas russas com uma versão modificada do míssil-drone Tupolev Tu-141 Strizh (Weber, 2022). Apesar de serem exemplos clássicos de substituição ou contrabalanço à figura do bombardeio estratégico, segundo Lowther e Siddiki (2022, p. 13), as ações ucranianas “não estariam visando apenas a destruição de alvos críticos, mas também ajudando na degradação da moral entre as forças russas”.

No caso da Rússia, os drones têm sido utilizados para ataques contra pessoal, veículos, peças de artilharia, instalações ucranianas e mesmo para realizar interferência eletrônica. De forma semelhante aos ucranianos, os drones russos complementam, e muitas vezes substituem, o poder inerente aos ataques aéreos de aeronaves. O caso do drone de origem iraniana, Shahed 136 (considerado uma *loitering munition*)⁸, é típico dessa substituição, pois sua introdução marcou uma mudança significativa na impossibilidade de penetração das aeronaves no território ucraniano com altas taxas de atrito, permitindo que a Rússia realizasse ataques de precisão repetitivos contra a infraestrutura ucraniana, tais como o sistema de geração e distribuição de energia elétrica ucraniano, afetando as cidades e a indústria (The Economist, 2023). Contudo, segundo Lowther e

⁸Tipo de drone ‘kamikaze’ que pode permanecer por algum tempo no ar próximo ao alvo antes de ser lançado contra o seu objetivo.

Siddiki (2022), a Rússia tem sofrido limitações tecnológicas e logísticas para suficientemente integrar os drones em suas operações militares, possivelmente conseguindo menor impacto estratégico no emprego desse potencial do que em relação aos ucranianos.

Além do mais, ambos os lados têm sofrido com a crescente eficácia das medidas contra os drones de todas as classes. Por exemplo, há relatos de que a Ucrânia estaria sofrendo perdas na ordem de 10.000 drones Classe I por mês (Jankowicz, 2022), ou que a interferência eletrônica estaria tornando os drones obsoletos no campo de batalha (Shoib, 2022), ou que a defesa aérea russa teria conseguido se reorganizar para lidar com a ameaça dos drones (Paleja, 2022).

Em síntese, há consensos em geral sobre a aplicação dos drones nesse conflito. Eles representam duas capacidades efetivas: a) ampliar a consciência situacional, em especial no nível tático e na linha de contato; b) atacar consistentemente alvos com precisão dia e noite, o que mantém pressão sobre as forças de superfície do adversário. Os drones ampliam a habilidade de manobra e penetração do poder aeroespacial, tanto na perspectiva espacial, pois o movimento dos drones pode ter uma amplitude semelhante à das aeronaves, como na perspectiva temporal, pois permitem explorar uma velocidade de resposta mais acelerada. São instrumentos essencialmente ofensivos que reduzem a dependência de infraestrutura característica das aeronaves tripuladas.

Entretanto, não se pode deixar de se considerar algumas limitações. São instrumentos relativamente frágeis, em especial os de Classe I. Permanecem dependentes da função básica de inteligência aérea, pois sem ela sua eficácia é restrita, a exemplo das próprias aeronaves de ataque, no caso dos drones de Classe III. Ainda possuem restrição de carga útil, apesar de que o uso em enxames pode reduzir essa limitação. São sensíveis às condições meteorológicas e podem ter sua efetividade limitada nessa situação.

Considerando-se os objetivos do presente livro, pode-se afirmar que, na perspectiva do poder aeroespacial, os drones, especialmente os da Classe III, podem indicar alguns aprendizados a partir da Guerra na Ucrânia. Ainda não é possível, apesar de algumas evidências e tendências, uma análise sobre operações complexas de múltiplos drones interligados em rede, cujo desenvolvimento pode trazer sérios desafios à defesa aérea. Tal abordagem valoriza a ideia de “enxame

de drones” (Hambling, 2018). Ademais desta realidade, surge a possibilidade dos drones autônomos, operados a partir de algoritmos de inteligência artificial, algo que tem gerado debates em torno do direito da guerra.

3. O espaço exterior

Os sistemas espaciais fazem parte e são demandas das operações militares modernas, e isso tem sido observado amiúde no conflito russo-ucraniano. Eles dão suporte de telecomunicações, sensoriamento remoto, previsões meteorológicas, navegação, posicionamento e sincronização do tempo.

O ponto de partida desta análise são as capacidades *counterspace* (contraposição espacial ou ‘contraespaciais’), conforme classificadas por Weeden e Samson (2024). Elas são definidas como “técnicas ou ativos que podem ser utilizados contra outro objeto espacial ou um componente de um sistema espacial, a fim de negar, interromper, degradar, danificar ou destruir deliberadamente, de forma reversível ou irreversível, para obter vantagem sobre um adversário” (Ortega; Samson, 2023, p. 28). Há três aspectos que caracterizariam as ações *counterspace*: *i*) ações contra ativos espaciais na superfície; *ii*) ações de interferência eletrônica; e *iii*) ações de guerra cibernética.

No primeiro caso, desde a disrupção da central de telecomunicações satelitais em Yevaptoria, ainda em 2014, houve uma degradação do poder ucraniano em rastrear ou controlar os seus ativos espaciais, que teria permanecido no início do conflito. Além disso, houve relatos de ataques convencionais russos contra *clusters* regionais ucranianos ligados à indústria espacial. As áreas de Kharkiv, Kiev e Dnipro concentram corporações estatais desse setor. Em julho de 2022, a Rússia teria atacado a região de Dnipro, destruindo as instalações da empresa Yuzhmash, responsável por produzir satélites e veículos lançadores (Peter, 2022), e, possivelmente, as instalações da empresa KB Pivdenne, responsável por desenvolver foguetes.

No caso da interferência eletrônica, há muitos relatos de que a Rússia teria utilizado esta capacidade, desde o início do conflito, contra ativos espaciais, inclusive não pertencentes à Ucrânia, como foi o caso da interferência do *Global Positioning System* – GPS, gerando dificuldades de navegação de aeronaves,

mísseis e drones, assim como no emprego de armas de precisão. As evidências apontam que a Rússia tem conduzido ações de interferência eletrônica nos sistemas de defesa aeroespacial da Ucrânia, obtendo resultados de disrupção na habilidade de comando e controle ucraniano. Por este motivo, a Ucrânia tem recorrido a empresas privadas internacionais para o fornecimento de serviços de sensoriamento remoto, telecomunicações e acesso à internet, como foi o caso da *Starlink* (Cerullo, 2022). Tanto para os mísseis como para o uso de drones, a guerra eletrônica tornou-se essencial para desestabilizar as operações inimigas (Stalder; Patterson, 2024).

As ações cibernéticas complementam as capacidades *counterspace* observadas na guerra, apesar da aparente insuficiência de evidências. Os satélites são vulneráveis às ações cibernéticas, principalmente, pelo acesso aos sistemas computacionais que controlam estes ativos. Em março de 2022, foi noticiada a possível interferência russa no sistema de telecomunicações satelitais KA-SAT, da empresa norte-americana Viasat (Corera, 2022). Poirier (2024) apresenta uma extensa lista de ataques cibernéticos de ambos os lados objetivando os sistemas espaciais e seus ativos que envolvem ações contra empresas públicas, privadas, constelações satelitais e instalações na superfície.

4. Mísseis balísticos e de cruzeiro

O aspecto final que merece apreciação na campanha aeroespacial é o emprego de mísseis balísticos e de cruzeiro. Até setembro de 2024 a Rússia teria lançado cerca de 11.466 mísseis contra a Ucrânia (Jensen; Atalan, 2024)⁹. Os mísseis têm sido utilizados para atingir alvos militares e a infraestrutura ucraniana. Em torno dessa capacidade, há dois questionamentos que se apresentam. O primeiro trata da confiabilidade, sugerindo que há estimativas de falhas técnicas nesses dispositivos na ordem de 20 a 60% (Pomper; Tuganov, 2023). Além disso, estima-se que a Ucrânia, em função da recepção de tecnologias de defesa antimíssil do Ocidente, tenha conseguido estabelecer uma taxa média de interceptação e neutralização desses ataques na ordem de 79,8% (Jensen; Atalan, 2024). De forma semelhante aos russos, os mísseis lançados pela Ucrânia são

⁹Dentre eles destacam-se os mísseis Iskander-M, Kh-101, Kh-555, 3M-54 Kalibr, Kinzhal.

de diferentes plataformas (terrestre, naval e aérea), alcances (cerca de 100 a 5.000 km) e classificações (convencionais, balísticos e de cruzeiro)¹⁰. Os alvos preferenciais são os centros logísticos e postos de comando russos.

Do ponto de vista analítico, o emprego de mísseis por parte da Rússia ainda não atingiu objetivos estratégicos consideráveis, seja pelos eventuais desafios técnicos que estes equipamentos têm encontrado, pela capacidade de defesa ucraniana ou mesmo pela natureza dos alvos que foram escolhidos após a fase inicial da guerra. De acordo com Williams (2023), a campanha de mísseis da Rússia contra a Ucrânia caracterizou-se por uma sucessão de equívocos, todos eles associados à própria campanha aeroespacial e destacados anteriormente.

O apoio ocidental à Ucrânia também trouxe dificuldades à eficácia dos ataques de mísseis. A reorientação dos ataques contra alvos nas proximidades urbanas visando a infraestrutura civil resultou em forte condenação internacional. Caracterizava-se, portanto, uma estratégia de atrito com o uso destes meios, abandonando-se a ideia inicial de obter a superioridade aérea no espaço de batalha (Verville; Buchatskiy, 2023). Em consequência, apesar da grande intensidade de ataques, os russos não conseguiram transformar esse potencial missilístico, seja no caso dos mísseis balísticos ou nos de cruzeiro, em uma vantagem efetiva nos combates. A par de alguns resultados táticos positivos, o desempenho geral neste tipo de capacidade foi mal-sucedido. Na verdade, mesmo com as deficiências operacionais observadas, o ataque *stand-off*, principalmente com os mísseis de cruzeiro e algumas armas de precisão ar-superfície, tem sido um tipo de operação na qual a VKS teria obtido algum grau de sucesso contra alvos fixos na Ucrânia (Bronk, 2023).

Entre erros e acertos, a apreciação sobre o emprego de mísseis neste conflito nos leva a concluir que esse tipo de equipamento se torna um ativo essencial na dinâmica da guerra moderna, pela diversidade de opções que fornece em termos de plataformas de lançamento, pela variedade de alcances e pela complementaridade que proporciona à manobra aeroespacial convencional com aeronaves tripuladas. Independentemente dos resultados, o ataque com mísseis tornou-se um método para projetar poder e aplicar pressão sobre o adversário. A se considerar o

¹⁰Os ucranianos utilizam mísseis do tipo Hrim-2 (Sapsan), R-360 Neptune, AGM-88 HARM e Tochka-U.

aparecimento de tecnologias como o míssil hipersônico, há necessidade de se compreender e adaptar à rápida evolução das tecnologias militares, que implicam não apenas na condução da guerra, mas também nas questões estratégicas mais amplas, como é o caso da segurança nacional e da capacidade dissuasória.

5. Conclusão: a efetividade do poder aeroespacial

Este capítulo sintetizou ideias em torno da manobra aeroespacial (ou campanha) na perspectiva da VKS e da PSU, dando maior atenção à evolução das ações dessas forças aéreas, destacando pontos como o emprego dos drones, o uso das capacidades *counterspace* e dos mísseis balísticos e de cruzeiro. Trata-se de uma análise crucial nas relações internacionais, cujo fenômeno da guerra volta a ser caracterizado pelos paradigmas da guerra industrial, a fim de se observar e compreender transformações e permanências, que geram *insights* para nosso estamento militar, seja no âmbito da organização ou da doutrina. Nessa direção, há evidências e lições comuns e distintas para as campanhas da VKS e da PSU.

De forma comum, há a percepção de que a campanha aeroespacial é um agregado de aptidões que reúne a clássica forma de aplicação do poder aéreo por meio das aeronaves de combate, seja de que tipo ou função, com elementos que se tornaram fundamentais para a efetividade desta campanha (Stefanovic *et al.*, 2023). Aquilo que pode ser denominado campanha aeroespacial transversal ou multidomínio (*cross-domain*).

Dentre esses elementos novos, os drones proliferaram em quantidade e em tipos de utilização, transformando-se em um ativo tridimensional indispensável para o soldado comum na linha de frente, mas também para o estrategista da campanha aérea. Os mísseis de toda as categorias (ar-superfície, superfície-ar, balísticos, de cruzeiro ou mesmo hipersônicos) tornaram-se um multiplicador de força que complementa, e em alguns casos substitui, a aeronave tripulada na difícil e arriscada tarefa de atingir alvos em um espaço aéreo extremamente contestado. A exemplo dos drones, a proliferação dos mísseis parece indicar que uma campanha aérea precisa evoluir na direção de integração dos mísseis na defesa aeroespacial e nas operações ofensivas que visem obter algum grau de domínio do ar ou efeitos essencialmente estratégicos na guerra. O espaço aéreo

contestado torna-se também um espaço caótico, onde as ações de interferência eletrônica complicam a obtenção de consciência situacional, dificultam a navegação e neutralizam a precisão de determinados tipos de armas. Associada às ações cibernéticas, os centros de comando e controle das operações aéreas são alvos prioritários desse tipo de ação, pois sem possibilidade de conduzir a campanha aérea de forma centralizada, a eficácia das ações defensivas e ofensivas é seriamente comprometida. Por fim, os ativos no espaço exterior, especialmente os satélites de telecomunicações e de sensoriamento remoto, trazem o domínio espacial definitivamente para guerra aeroespacial, inclusive com ações que visam a neutralização de capacidades providas por esses sistemas.

No caso das evidências distintas, há uma clara percepção em termos de efetividade entre ambas as forças aéreas. A VKS, que despertou uma forte expectativa de desempenho elevado nos analistas ocidentais, foi incapaz de atingir uma vitória decisiva nos primeiros momentos da guerra, como previam esses analistas.

No ponto de vista da PSU, apesar de enfrentar as mesmas dificuldades russas quanto ao estabelecimento do domínio do ar, sobressaem duas características que a distinguem: a resiliência em enfrentar um adversário poderoso e a criatividade. A dispersão dos meios aéreos e de defesa missilística antiaérea foram essenciais para a resistência das forças de superfície, para se evitar a tomada de pontos estratégicos na investida russa, para a preservação do poder de reação à campanha aérea do adversário e para oferecer uma reação que possivelmente reduziu o ímpeto da ofensiva aérea da VKS. Isso gerou desdobramento no fator psicológico, ou o moral da tropa, influenciando as ações da PSU, e essa questão parece ter sido essencial.

À guisa de conclusão geral sobre a manobra aeroespacial na guerra russo-ucraniana, faz-se necessário apontar alguns elementos. Apesar da “democratização do poder aéreo” (Grieco; Siegel, 2022) ou da “democratização do poder espacial” (Wetzel, 2022), expressões utilizadas para indicar um mais amplo acesso aos ativos aeroespaciais na guerra, o que efetivamente se percebeu foi uma ineficiência do poder aeroespacial em atingir resultados estratégicos definitivos, em especial sob a ótica da teoria que se desenvolveu nas forças aéreas ocidentais (inclusive no Brasil). Nem a VKS, com seu potencial, nem a

PSU, mesmo resistindo à investida russa, conseguiram o domínio do ar, tarefa que aparentemente está sendo delegada aos drones e aos mísseis, em substituição às aeronaves tripuladas que se recolheram aos espaços controlados e passaram a utilizar capacidades *stand-off*.

A guerra parece indicar que grandes quantidades de equipamentos militares menos sofisticados poderiam agregar valor ao combate, fazendo frente à sofisticação de armamentos tecnologicamente superiores. Apesar de não ser uma visão consensual, não há dúvidas de que avanços tecnológicos, de ambos os lados, ainda não se traduziram em vitória. Isso é muito importante se considerar no caso do poder aeroespacial, que sempre bebeu na fonte da relevância tecnológica como um paradigma de eficácia, um fator exclusivamente decisivo do sucesso no campo de batalha. Não cabe, obviamente, negar o valor da tecnologia, mas alertar para um paradigma de pensamento que tem sido repetidamente negado neste conflito.

O fenômeno militar que se observa tem desdobramentos para o Brasil nesse segmento. Revela a necessidade de adaptação das instituições militares ao dinamismo que estes equipamentos têm revelado, não somente como agentes, mas também no escopo das capacidades ou sistemas antidrones (*Counter-drone Systems* – C-UAS). De forma objetiva, há que se desenvolver ou fortalecer a cultura de contínua adaptação a essa realidade, por meio de pesquisas em sistemas (aéreos e de outras naturezas) não tripulados em colaboração com a base industrial e em parcerias internacionais.

A ineficiência geral do poder aeroespacial é um corolário da importância da superioridade aérea no espaço de batalha. Ela é uma pré-condição que garante liberdade de manobra nas operações de superfície, não somente terrestre, mas também naval. O controle do ar é demanda para as operações ofensivas e defensivas (Goodwin, 2024). Talvez nesse aspecto se observe seu papel crítico na guerra moderna (Oleshchuk; Shamko; Antonov, 2023), em especial quando nessa guerra se superaram os paradigmas da guerra contra as insurgências ou grupos rebeldes.

Por mais enfática que seja essa percepção, o poder aeroespacial, até o momento, não foi decisivo como os analistas ocidentais anteciparam. Seja por incompetência, ou pela falta de adequação doutrinária, ou devido a processos de

planejamento de emprego obsoletos, ou pela resiliência e criatividade do inimigo, pela falta de aporte de tecnologias em estado da arte, ou mesmo pela falta de uma estratégia aérea concentrada e baseada em efeitos (Deptula; Bowie, 2024). O que pode encerrar este capítulo é a percepção entre uma expectativa, caracterizada por uma teoria e por uma doutrina ocidental de emprego estratégico do poder aeroespacial, e a realidade na qual o “moedor de carne” - alusão típica à guerra de alto atrito nas trincheiras - também chegou à terceira dimensão.

Referências

ABDURASULOV, A.; BEZPIATCHUK, Z. Ukraine war: Jet pilots talk about the air war with Russia. *BBC News*, Vinnytsia, 9 May 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-65461405>. Acesso em: 27 nov. 2024.

BREMER, M. K.; GRIECO, K. A. In Denial About Denial: Why Ukraine’s Air Success Should Worry the West. *War on the Rocks*, 15 June 2022(a). Disponível em: <https://warontherocks.com/2022/06/in-denial-about-denial-why-ukraines-air-success-should-worry-the-west/>. Acesso em: 07 jan. 2025.

BREMER, M. K.; GRIECO, K.A. Air denial: The dangerous illusion of decisive air superiority. *Atlantic Council, Airpower after Ukraine*, 30 Aug. 2022(b). Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/content-series/airpower-after-ukraine/air-denial-the-dangerous-illusion-of-decisive-air-superiority/>. Acesso em: 25 out. 2022.

BRONK, J. *Russian Combat Air Strengths and Limitations: Lessons from Ukraine*. New York: CNA Corporation, April 2023. Disponível em: <https://www.cna.org/reports/2023/05/russian-combat-air-strengths-and-limitations>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRONK, J. The Mysterious Case of the Missing Russian Air Force. *Royal United Services Institute*, 28 Feb. 2022. Disponível em: <https://rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/mysterious-case-missing-russian-air-force>. Acesso em: 05 mar. 2022.

BRONK, J.; REYNOLDS, N.; WATLING, J. *The Russian Air War and Ukrainian: Requirements for Air Defence*. Special Report. London: Royal United Services Institute for Defence and Security Studies, 7 Nov. 2022. Disponível em: <https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/special-resources/russian-air-war-and-ukrainian-requirements-air-defence>. Acesso em: 27 nov. 2022.

CERULLO, M. Elon Musk activates free SpaceX Starlink satellite internet service in Ukraine. *CBS News*, 28 Feb. 2022. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/elon-musk-ukraine-spacex-starlink-satellite-internet-service/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

COLLINS, L.; KOFMAN, M.; SPENCER, J. The Battle of Hostomel Airport: A Key Moment in Russia's Defeat in Kyiv. *War on the Rocks*, 10 Aug. 2023. Disponível em: <https://warontherocks.com/2023/08/the-battle-of-hostomel-airport-a-key-moment-in-russias-defeat-in-kyiv/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CORERA, G. Russia hacked Ukrainian satellite communications, officials believe. *BBC News*, 25 March 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/technology-60796079>. Acesso em: 21 jan. 2025.

DEMERLY, T. Ukrainian Su-27 Flanker Hits Road Sign During Highway Landing Training. *The Aviationist*, 29 Aug. 2020. Disponível em: <https://theaviationist.com/2020/08/29/ukrainian-su-27-flanker-hit-a-road-sign-during-highway-landing-training/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

DEPTULA, D. A.; BOWIE, C. J. *The Significance of Air Superiority: The Ukraine-Russia War*. Mitchell Institute Policy Paper, vol. 50, July 2024. Disponível em: <https://mitchellaerospacepower.org/the-significance-of-air-superiority-the-ukraine-russia-war/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

FEDORCHAK, V. *Understanding Contemporary Air Power*. New York, London: Routledge, 2020.

FORNUSEK, M. In historic record, Ukrainian F-16 pilot downs 6 cruise missiles in single mission, Air Force claims. *The Kyiv Independent*, 7 Jan. 2025. Disponível em:

em: <https://kyivindependent.com/ukrainian-f-16-pilot-downs-6-cruise-missiles/>. Acesso em: 09 jan. 2025.

FRANCO, R. I. Russian Air Force's Performance in Ukraine. Air Operations: The Fall of a Myth. *Journal of the JAPCC*, n. 35, p. 47-52, 2022. Disponível em: <https://www.japcc.org/journals/journal-edition-35/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

GOODWIN, J. Allied Air Command Lessons from Ukraine: Implications from NATO Air & Space Power Conference. *Journal of the JAPCC*, n. 37, 2024, p. 50-58. Disponível em: <https://www.japcc.org/journals/journal-edition-37/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

GRADY, J. Intel sharing between U.S. and Ukraine 'Revolutionary' says DIA Director. *U.S. Naval Institute*, 18 March 2022. Disponível em: <https://news.usni.org/2022/03/18/intel-sharing-between-u-s-and-ukraine-revolutionary-says-dia-director>. Acesso em: 17 jan. 2025.

GRIECO, K. A.; SIEGEL, J. Airpower after Ukraine: The future of air warfare. *Atlantic Council*, Scowcroft Center for Strategy and Security, 2022. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/programs/scowcroft-center-for-strategy-and-security/forward-defense/airpower-after-ukraine/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

HAMBLING, D. *Swarm Troopers: como os pequenos drones irão conquistar o mundo*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2018.

HAMILTON, R. E.; MILLER, C.; STEIN, A. (Eds.) *Russia's War in Syria: Assessing Russian Military Capabilities and Lessons Learned*. Philadelphia: Foreign Policy Research Institute, 2020.

HUMINSKI, J. Before Russian invasion, US made novel use of intelligence-as-strategy. *Breaking Defense*, 18 Aug. 2022. Disponível em: <https://breakingdefense.com/2022/08/before-russian-invasion-us-made-novel-use-of-intelligence-as-strategy/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

JANKOWICZ, M. Ukraine is losing 10,000 drones a month to Russian electronic-warfare systems that send fake signals and screw with their navigation, researchers say. *Business Insider*, 22 May 2022. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/ukraine-losing-10000-drones-month-russia-electronic-warfare-rusi-report-2023-5>. Acesso em: 21 jan. 2025.

JENSEN, B.; ATALAN, Y. *Assessing Russian firepower strikes in Ukraine*. Center for Strategic and International Studies (CSIS), Washington, 23 Oct. 2024. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/assessing-russian-firepower-strikes-ukraine>. Acesso em: 24 jan. 2025.

KHAN, I. *The aerial war against Ukraine: The First Six Months*. FOI Memo: 8133. Russia and Eurasia Studies Programme. Stockholm: Swedish Defence Research Agency, February 2023. Disponível em: <https://www.foi.se/rest-api/report/FOI%20Memo%208133>. Acesso em: 26 nov. 2024.

KOFMAN, M.; EDMONDS, J. Russia's Shock and Awe: Moscow's use of overwhelming force against Ukraine. *Foreign Affairs*, 22 Feb.2022. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/ukraine/2022-02-21/russias-shock-and-awe>. Acesso em: 07 jan. 2025.

KUNZLER, J. Ukraine Vs Russia: 1,001 days of air war. *Simple Flying*, 20 nov. 2024. Disponível em: <https://simpleflying.com/ukraine-vs-russia-1001-days-air-war/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

LAURAS, D. Western experts baffled by Russian air force's low profile in Ukraine. *The Times of Israel*, 1 March 2022. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/western-experts-baffled-by-russian-air-forces-low-profile-in-ukraine/#:~:text=Russia%E2%80%99s%20air%20force%20still%20does%20not%20enjoy%20total,army%E2%80%99s%20slow%20progress%20on%20the%20ground%2C%20experts%20say>. Acesso em: 08 mar. 2022.

LAWRENCE, T. *The Early Air War: Russia's War in Ukraine*. June 2022. International Centre for Defence and Security. Disponível em: https://icds.ee/wp-content/uploads/dlm_uploads/2022/06/ICDS_Brief_Russia%C2%B4s_War_in_Ukraine_No5_Tony_Lawrence_June_2022.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

LOWTHER, A.; SIDDIKI, M. K. Combat Drones in Ukraine. *Air & Space Operations Review (ASOR)*, Maxwell Air Force Base, v. 1, n. 4, Winter, 2022.

LUBIEJEWSKI, S. Conclusions from the use of aviation in the first half of the first year of the Ukrainian-Russian war. *Security and Defence Quarterly*, v. 42, n. 2, p. 68–104, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.35467/sdq/161959>. Acesso em: 9 jan. 2025.

OLESHCHUK, M.; SHAMKO, V.; ANTONOV, A. Air Power in the Russian-Ukrainian War: myths and lessons learned. View from the Command Post. *The Journal of the JAPCC*, Feb. 2023, Edition 35, p. 14-25. Disponível em: <https://www.japcc.org/articles/air-power-in-the-russian-ukrainian-war-myths-and-lessons-learned/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

ORTEGA, A. A.; SAMSON, V. (Eds.) *A Lexicon for Outer Space Security*. Geneva: The United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR), 2023. <https://doi.org/10.37559/WMD/23/Space/05>. Acesso em: 9 jan. 2025.

PALEJA, A. Ukraine's drones are not as effective as they were before as Russia steps up its air defense. *Interesting Engineering*, 4 July 2022. Disponível em: <https://interestingengineering.com/innovation/ukraines-drones-are-not-as-effective>. Acesso em: 21 jan. 2025.

PETER, L. Missile strike on Ukraine space plant in Dnipro kills three. *BBC*, 16 July 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-62189844>. Acesso em: 21 jan. 2025.

POIRIER, C. *Hacking the Cosmos: Cyber operations against the space sector: A case study from the war in Ukraine*. Zürich: Center for Security Studies (CSS), October 2024.

POMPER, M.; TUGANOV, V. Role of Missiles in Russia's War on Ukraine and Its Implications for the Future of Warfare. In: VICENTE, A.; SINOVETS, P.; THERON, J. (Ed.) *Russia's War on Ukraine: The Implications for the Global Nuclear Order*. Cham: Springer, 2023. p. 69-106.

SANKARAN, J. How Ukraine Fought Against Russia's Air War. *Center for International Security Studies at Maryland*, January 22, 2023. <https://cissm.umd.edu/research-impact/publications/how-ukraine-fought-against-russias-air-war>. Acesso em: 07 jan. 2025.

SHOAIB, A. Ukraine's drones are becoming increasingly ineffective as Russia ramps up its electronic warfare and air defenses. *Business Insider*, 3 jul. 2022. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/drones-russia-ukraine-war-electronic-warfare-2022-7>. Acesso em: 21 jan. 2025.

STALDER, K. J.; PATTERSON, D. Reevaluating Modern Warfare: Lessons From Ukraine's Air Defense Strategies. *The Defense Post*, 05 July 2024. Available at: <https://thedefensepost.com/2024/07/05/ukraine-air-defense-strategies/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

STEFANOVIC, M.; NORRIS, R.; PIUBENI, C.; BLAIR, D. The Somme in the Sky: Lessons from the Russo-Ukrainian Air War. *War on the Rocks*, 9 Feb. 2023. Disponível em: <https://warontherocks.com/2023/02/the-somme-in-the-sky-lessons-from-the-russo-ukrainian-air-war/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

STEWART, P.; ALI, I. What happened to Russia's Air Force? U.S. officials, experts stumped. *Reuters*, 2 March 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/what-happened-russias-air-force-us-officials-experts-stumped-2022-03-01/>. Acesso em: 07 jan. 2025.

TARASOVA-MARKINA, D.; HAUSER, J. Ukraine says it has hit one of Russia's largest oil refineries in a drone strike. *CNN*, 11 Jan. 2025. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2025/01/11/europe/ukraine-drone-strike-russia-oil-refinery-intl-latam/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2025.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M.; ROSA, C. E. V. Mudança militar e estudos estratégicos: revolução, evolução e transformação militar. In: TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. T.; SILVA, A. H. L. (orgs.). *Introdução aos estudos estratégicos*. Curitiba: Intersaberes, 2020. p. 255-281.

THE ECONOMIST. How drones dogfight above Ukraine. *The Economist*, 7 Feb. 2023. Disponível em: https://www.economist.com/the-economist-explains/2023/02/07/how-drones-dogfight-above-ukraine?utm_medium=cpc.adword.pd&utm_source=google&ppccampaignID=19495686130&ppcadID=&utm_cam. Acesso em: 22 fev. 2023.

TRIL, M. Ukraine's Air Forces destroy 14 of 17 Russian drones, one guided missile overnight. *Euromaidan Press*, 12 Feb. 2024. Disponível em: <https://euromaidanpress.com/2024/02/12/ukraines-air-forces-destroy-14-of-17-russian-drones-one-guided-missile/>. Acesso em: 09 jan. 2025.

ULLMAN, H. K.; WADE, J. P. *Shock and Awe: achieving rapid dominance*. Washington: National Defense University, 1996.

UNITED NATIONS. Department of Peace Operations/Department of Operational Support. *Guidelines for United Nations Use of Unmanned Aircraft Systems (UAS) Capabilities*. February 2019. Review January 2020.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. *U.S. Security Cooperation with Ukraine*. Fact Sheet. Bureau of Political-Military Affairs, 9 Jan. 2025. Disponível em: <https://www.state.gov/bureau-of-political-military-affairs/releases/2025/01/u-s-security-cooperation-with-ukraine>. Acesso em: 13 jan. 2025.

VERVILLE, F.; BUCHATSKIY, C. *In a State of Denial: The Air War in Ukraine*. Tallinn: International Centre for Defence and Security, October 2023. Disponível em: https://icds.ee/wp-content/uploads/dlm_uploads/2023/10/ICDS_Brief_In_a_State_of_Denial_Verville_Buchatskiy_October_2023.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

WEBER, P. Ukraine's custom drone strikes showed Russia it can hit Moscow, doesn't fear more escalation. *The Week*, 8 Dec. 2022. Disponível em: <https://theweek.com/russo-ukrainian-war/1019083/ukraines-custom-drone-strikes-showed-russia-it-can-hit-moscow-doesnt>. Acesso em: 21 jan. 2025.

WEEDEN, B.; SAMSON, V. *Global Counterspace Capabilities*. Washington: Secure World Foundation, 2024.

WETZEL, T. Airpower after Ukraine: A glimpse at the future of air warfare. *Atlantic Council*, 30 Aug. 2022. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/content-series/airpower-after-ukraine/ukraine-air-war-examined-a-glimpse-at-the-future-of-air-warfare/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

WILLIAMS, I. *Putin's Missile War: Russia's Strike Campaign in Ukraine*. Center for Strategic and International Studies (CSIS): Washington, 5 May 2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/putins-missile-war>. Acesso em: 24 jan. 2025.

ZALOGA, S. J. *Bagratiion 1944: the destruction of Army Group Centre*. Oxford: Osprey Publishing Limited, 2000.

A MANOBRA NAVAL

Caio Germano Cardoso

Introdução

O conflito e, conseqüentemente, a guerra são fenômenos sociais antigos, porém de enorme repercussão social. A percepção do alto preço da guerra tem estimulado, muitas vezes, a visão de que o desenvolvimento humano das sociedades permitiria que esses fenômenos não fizessem mais parte do mundo moderno. O conflito entre Rússia e Ucrânia veio mais uma vez confirmar que a guerra continua a ser uma realidade. Dessa forma, estudar e compreender esse conflito se reveste de especial importância por vários motivos.

Inicialmente, deve ser lembrado que esse é o maior conflito interestatal europeu desde o término da Segunda Guerra Mundial em um mundo cada vez mais habituado com eventos como as ameaças híbridas¹ e confrontos com agentes paraestatais. Uma segunda característica que ainda o torna mais raro é o fato de tratar-se de um conflito que visa a anexação de território de outro país. Além disso, esse conflito permitiu confrontar sistemas e táticas russas contra seus homólogos ocidentais². Por fim, é essencial lembrar que, ao contrário de suas contrapartes terrestres, batalhas navais são eventos mais raros em decorrência dos seus graves efeitos nas forças navais derrotadas. Esse fato, como será visto adiante, provou ser uma das constantes no presente conflito.

O propósito do presente capítulo é apresentar as principais lições aprendidas da guerra naval no conflito Rússia-Ucrânia. Elas são de interesse para aqueles que estudam teoricamente os conflitos, bem como para políticos, militares e para a Base Industrial de Defesa no seu esforço de preparar a Defesa do país.

Entretanto, é importante contextualizar essas lições. Elas compõem uma grande gramática da linguagem da guerra, um fenômeno que não se repetirá de

¹Ameaças híbridas podem ser compreendidas como o uso combinado de recursos militares e não militares com o objetivo de alcançar determinados resultados estratégicos (Brasil, 2020b).

²É importante mencionar que a escola de pensamento militar e naval russa deriva da soviética e que serviu de base para países como China e Coreia do Norte.

maneira exata, porém que, se compreendidas as condicionantes, poderão orientar a preparação das forças militares e navais. Essa abstração de compreender os fatos dentro do contexto no qual eles se desenvolvem, nos permitirá fugir da armadilha de estarmos nos preparando para a última guerra. Para contribuir com essa visão, será feito um breve resumo das principais questões dos fatores operacionais – como *espaço*, *tempo* e *força* – que moldaram o conflito naval entre Rússia e Ucrânia.

1. Fatores operacionais condicionantes da guerra naval

Conforme a Doutrina de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa (Brasil, 2020a, p. 203), a arte operacional “[...] consiste na concepção e no planejamento contínuo e sistêmico de operações e campanhas militares sincronizadas que produzirão efeitos essenciais para a consecução dos objetivos operacionais.” A seguir, analisaremos a arte operacional relativa ao conflito Rússia-Ucrânia a partir dos três fatores operacionais: *espaço*, *tempo* e *força*, considerando a inter-relação entre eles (Vego, 2000, p. 29; Brasil, 2012, p. 2.3-2.4).

1.1 Fator espaço

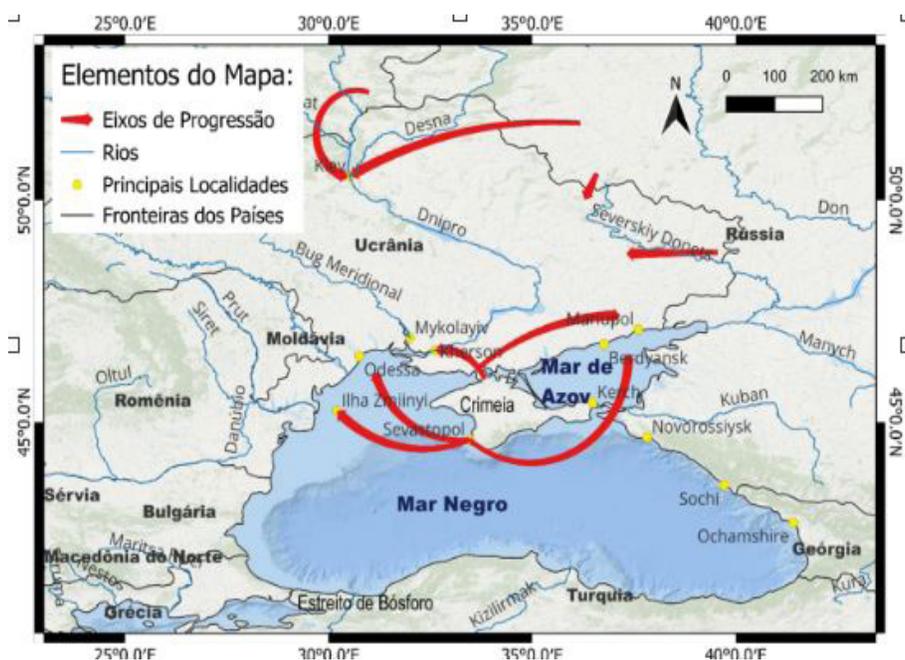
As operações navais do conflito Rússia-Ucrânia se desenrolaram nas regiões litorâneas do Mar Negro e do Mar de Azov, bem como nos principais rios da região (Figura 1). O Mar Negro estende-se por cerca de 1.200 km no sentido leste-oeste e 600 km no norte-sul e seu acesso ao Mediterrâneo é controlado pela Turquia pelos Estreitos de Bósforo e de Dardanelos. Possui uma costa uniforme com algumas baías na região norte e possui uma profundidade máxima de 2.212 m, sendo que na sua região noroeste se caracteriza por profundidades menores em decorrência de abrigar a foz dos grandes rios da região. No centro de sua região norte se projeta a península da Crimeia, com posição estratégica dominante e que já havia sido anexada à Rússia após um plebiscito com a população local de maioria de descendentes daquele país em 2014. Nela se situa a Base Naval de Sevastopol, sede da Esquadra do Mar Negro da Marinha da Rússia.

O Mar Negro possui importância estratégica pelos seus importantes portos na sua região noroeste, em especial na região de Odessa e que escoam grande parte da produção agrícola ucraniana. Além disso, ele possui reservas petrolíferas e é rota de gasodutos e cabos submarinos.

Já o Mar de Azov é um dos menores mares do mundo com 340 km de comprimento por 135 km de largura. Ele também é um dos mais rasos com profundidade máxima de 14 m. Ele se situa ao nordeste do Mar Negro se conectando a esse pelo Estreito de Kerch. Possui importância estratégica como um grande *hub* de comunicação conectando o Sistema Unificado de Águas Profundas russo ao Mar Negro e, conseqüentemente, ao Mediterrâneo. Esse sistema é um conjunto de rios e canais que permitem a comunicação entre os Mares Branco e Báltico ao norte da Rússia e Cáspio e de Azov ao sul, passando inclusive por Moscou.

Ambos os Mares Negro e de Azov podem ser definidos como mares limitados (*narrow seas*). Esses mares são assim definidos por serem isolados ou terem seu acesso controlado por estreitos ou canais entre ilhas. Outros exemplos não exaustivos de mares limitados são: o Mar do Norte, o Mediterrâneo, o Vermelho e o Báltico (Vego, 2003, p. 5-6). Esse conceito é pouco empregado no Ocidente, uma vez que as marinhas ocidentais se baseiam muito na doutrina naval dos Estados Unidos e da OTAN que possui um foco maior nas águas azuis representadas pela vastidão dos oceanos (Vego, 2003, p. 292).

Figura 1 – Ambiente Operacional e Eixos de Progressão do Ataque Russo



Fonte: Autor a partir de dados QGIS, 2024; ESRI “Oceano”, 2024; Opendatasoft; e Merckx, 2023.

A restrição de acesso e as reduzidas dimensões dos mares limitados proporcionam considerações operacionais únicas, como um diminuto espaço de manobra ocasionado pela proximidade de terra e pelas condições hidrográficas típicas dessas regiões. Isso redundando em maior dificuldade de ocultação de movimento das forças navais e as tornam mais vulneráveis a ataques de terra e aéreos, ocasionando pequenos tempos de reação e uma situação tática que muda rápida e frequentemente. Essas características proporcionam uma maior relevância para a Guerra Eletrônica e para o uso de períodos noturnos na busca da ocultação dos movimentos dos meios. O reverso da moeda é que as operações navais também tendem a apresentar uma maior influência nas operações terrestres.

1.2 Fator tempo

O tempo é um fator muito dinâmico para ambos os contendores. Em linhas gerais, para a Ucrânia, a sua primeira Estratégia de Segurança Militar de 2021 considerava uma visão de deterrence que envolvia aspectos militares e não militares, visando aumentar o custo de uma escalada militar pela Rússia. Para tal, estava prevista uma estratégia em quatro fases, devendo as duas primeiras permitir ganhar tempo por meio de uso das forças regulares e de defesa territorial (primeira fase) e das reservas (segunda fase). Finalmente, a terceira fase previa a mobilização geral e a obtenção de apoio internacional, ficando a última fase com a estabilização do conflito (Zaniewicz, 2021).

Já o lado russo entendia a necessidade de uma operação rápida que reduzisse a capacidade de resposta política ocidental. Dentre os eixos de progressão adotados, é possível perceber um foco no poder político ucraniano, visando a rápida deposição do governo e sua substituição por outro alinhado à Rússia. Entretanto, outros eixos visavam outros objetivos como a obtenção de controle do leste da Ucrânia (regiões separatistas com grande parcela da população de etnia russa), e da costa sul abrangendo os Mares Negro e de Azov, indicando a percepção estratégica da importância de controle do litoral de mares limitados.

1.3 Fator força

Finalmente, a condução do conflito é realizada pelo fator operacional força. Nesse quesito, observa-se uma grande vantagem para o lado russo. É importante ressaltar que a Convenção de Montreux (1936) que trata dos Estreitos de Bósforo de Dardanelos restringe o acesso de navios aos beligerantes de um conflito, exceto para os meios que regressem para sua base no interior do Mar Negro. Dessa forma, se analisados os navios de maior porte que demandam maior tempo de construção e só podem ser deslocados ao teatro de operações por via marítima, desconsiderando pequenos navios e embarcações, teremos os russos com um total de 71 navios, enquanto os ucranianos teriam apenas 6 (vantagem de 11,8 para 1). Além disso, os russos movimentaram mais seis navios anfíbios de outras esquadras para o Mar Negro antes do início do conflito (ampliando

a vantagem para 12,8 para 1). Na Estratégia das Forças Navais das Forças Armadas da Ucrânia 2035 (Ucrânia, 2019), aquele país estabeleceu que pretendia combater as forças russas com a capacidade de esclarecimento e a negação do uso do mar, empregando mísseis e a reconstrução de suas forças de superfície a partir de pequenos navios chamados de “esquadra de mosquitos”. Entretanto, não foram alocados recursos suficientes para a construção desses meios, uma vez que havia a preocupação em não militarizar a sociedade ucraniana com grandes investimentos em defesa (Zaniewicz, 2021).

2. A guerra naval

Uma vez que já foram apresentados os fatores que condicionaram as operações, é possível compreender as lições aprendidas na guerra naval mediante essa perspectiva¹.

2.1 O controle e a negação do uso do mar

A disputa pelo controle do mar e, conseqüentemente, o seu uso é a base da Guerra Naval e da missão das Esquadras. Esse controle pode ser exercido em diferentes níveis com diversas abrangências (geral, local ou inexistente); grau (absoluto/não contestado ou disputado/ contestado); e diferentes durações (permanente ou temporário) (Vego, 2003, p. 111). Na incapacidade de uma marinha controlar o mar, ela buscará negá-lo ao oponente. Esse processo aparece na visão de todos os grandes estrategistas navais.

Entretanto, considerar a negação como uma oposição direta ao controle, é uma simplificação. Talvez a visão mais completa compreenda que o controle

¹Sobre as lições aprendidas, para melhor compreensão didática, elas foram divididas em três partes: i) o controle e a negação do uso do mar; ii) a influência do mar sobre terra; e iii) a tecnologia e as táticas. Essa distribuição é uma simplificação do preconizado nas Tarefas Básicas do Poder Naval (TBPN) apresentadas pelos Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM) (Brasil, 2023, p. 2.12-2.14), ficando a primeira parte com as tarefas de negar o uso do mar e controlar áreas marítimas e águas interiores; a segunda com projetar poder, realizar proteção marítima, prover segurança da navegação aquaviária e contribuir para a segurança e o desenvolvimento nacional. A última parte analisará especificamente a questão das tecnologias inovadoras e suas táticas de emprego, o que por si só não é previsto com uma TBPN, porém deve ser analisado de maneira isolada, uma vez que a guerra moderna possui um componente eminentemente tecnológico.

e a negação sejam um grande contínuo, que pode ser extremamente dinâmico no espaço e no tempo. Dessa forma, a região de controle é aquela sobre a qual se pode empregar os meios navais e exercer influência sobre o conflito pelo uso do mar, enquanto a de negação é aquela na qual é possível esclarecer e destruir o inimigo (Hughes; Girrier, 2018, p.186). A negação seria, dessa forma, “essencialmente, a guerra esporádica no mar” (Vego, 2003, p.119), ou seja, a capacidade de atacar o inimigo com máxima surpresa no local e momento de sua escolha. O conflito Rússia e Ucrânia demonstrou isso claramente, pelo caráter dinâmico proporcionado pelos mares limitados.

Logo antes do início do conflito, pôde ser observado o uso inovador de *lawfare*² como forma de obter o controle do mar ao restringir o acesso de navios a determinadas regiões. Para tal, foram estabelecidos, por ambos os contendores, grandes áreas de adestramento para exercícios de tiro. Elas abrangeram consideráveis parcelas do norte dos Mares Negro e de Azov, tendo, inclusive, navios de guerra russos interceptado mercantes para evitar a sua passagem pela região.

Com o início do conflito propriamente dito, as forças russas desenvolveram seis grandes eixos de progressão (Figura 1). Dois em direção a Kiev, dois eixos em direção ao leste da Ucrânia buscando o controle das regiões de Luhansk e Donetsk e dois ao sul que serão foco principal de nossa discussão, uma vez que envolveram a parcela naval. O primeiro deles partiu da península da Crimeia em direção ao Leste, buscando a obtenção do controle da margem ucraniana do Mar de Azov. Esse deslocamento foi apoiado por operações anfíbias e pelo apoio logístico dos navios da Esquadra do Mar Negro visando o controle de Berdyansk e Mariupol (Merx, 2023). E o outro eixo de avanço foi um movimento combinado de forças que partiram da Crimeia em direção à Kherson e Mykolayiv buscando o controle da rede de fornecimento de água para aquela península. Além disso, ela buscava o controle da Ilha Zmiinyi (Ilha das Cobras) e, potencialmente, o controle de toda a costa sul da Ucrânia no Mar Negro, inclusive dos diversos portos na região de Odessa, usando para tal de operações anfíbias.

²*Lawfare* refere-se à utilização estratégica de mecanismos legais com o propósito de alcançar objetivos que, de outra forma, poderiam ser perseguidos por meio do emprego direto da força (Dunlap, 2015, p. 824).

O tratamento mais detalhado das operações anfíbias será realizado na próxima seção, sendo focada a discussão no momento sobre a disputa do controle do mar. A simples descrição das operações indica a percepção da importância da conquista do litoral em mares limitados para permitir o controle do mar.

Como a Esquadra do Mar Negro russa era uma força dominante, ela tomou a iniciativa das ações. No eixo de avanço de Berdyansk/Mariupol ela encontrou maior sucesso, progredindo com maior velocidade e assumindo, eventualmente, o controle de toda a costa do Mar de Azov, inclusive do seu acesso pelo Estreito de Kerch. Nessa progressão, navios da marinha ucraniana foram apresados ou destruídos nos portos ou nas suas proximidades.

De maneira análoga, no eixo de progressão de Kherson e Mykolayiv, navios ucranianos foram afundados nos portos. Caso emblemático é o da Fragata Hetman Sahaidachny, capitânia e maior navio da Ucrânia, que se encontrava em reparos e foi afundada por sua própria tripulação para evitar sua queda para as tropas russas que avançavam rapidamente. Nessa área, a presença de minas ucranianas evitou o assalto anfíbio russo, prejudicando a sua velocidade de progressão, porém a demonstração anfíbia executada permitiu manter na região um número considerável de forças ucranianas que não puderam reforçar outras frentes. Sucesso pontual foi obtido no controle da Ilha Zmiinyi por movimento navio para terra helitransportado, contribuindo para assegurar o controle de rotas marítimas próximas à costa ucraniana. Ações similares foram realizadas por forças especiais em plataformas de petróleo da região.

Pelo lado ucraniano, sem condições de disputar o controle do mar, buscou-se negar o uso do mar pelos russos. A primeira grande lição, confirmando experiências prévias de outros conflitos, foi a validade da minagem defensiva e a dificuldade de fazer frente a essa ameaça. A queda dos diversos portos na região de Odessa inviabilizaria as exportações ucranianas, comprometendo o esforço da guerra a longo prazo, o que foi, por enquanto, evitado.

Outra lição importante identificada foi a postura agressiva de negação do uso do mar adotada pela Ucrânia. O uso frequente e coordenado de vários sistemas foi capaz de obter inúmeros sucessos contra os navios russos. Dessa forma, navios russos atracados em Berdyansk foram destruídos e danificados por Sistemas Aéreos Remotamente Pilotados (SARP) e, potencialmente, por

mísseis balísticos de curto alcance enquanto descarregavam homens, provisões e munições em apoio às operações na região. Embarcações russas também foram vítimas de ataques com mísseis antitanques.

Outro evento emblemático foi a destruição do Cruzador Moskva em 7 de abril de 2022. Ele foi atacado por dois mísseis antinavio Neptune de fabricação ucraniana e, de acordo com algumas fontes, por SARP Bayraktar TB2 de fabricação turca. O esclarecimento do alvo poderia ter sido realizado pelo SARP, ou ainda, por uma aeronave P-8 Poseidon que operava a partir da Romênia e acompanhava o navio por várias horas (Muraiskaite, 2023). A destruição do Moskva representou um grande revés, na medida que privou a Esquadra do Mar Negro do seu principal sistema de defesa aeroespacial, o SA-N-26 Grumble na denominação OTAN, versão naval do conhecido sistema S-300. Com isso, os demais navios foram se afastando progressivamente da costa, cedendo espaço para os ucranianos.

Esse evento reforçou a visão da complexidade da operação de forças navais em mares limitados ou áreas litorâneas. Relembrou também a importância de manutenção de elevado grau de manutenção e adestramento das tripulações permitindo fazer frente às inúmeras ameaças existentes nesse ambiente. Esse evento também nos lembra a importância de toda uma cadeia de engajamento que permita a detecção, acompanhamento, designação do alvo até o engajamento. Para tal, são essenciais meios de inteligência de imagens, inteligência de sinais e de esclarecimento da área marítima.

No caso ucraniano, esses meios têm sido providos pelos Estados Unidos e aliados OTAN com restrições, como o fornecimento de produtos acabados e não de dados brutos. Além disso, foi estabelecida a proibição de voos da OTAN sobre território ucraniano e o não fornecimento de informações sobre território russo (Muraiskaite, 2023).

Outra ferramenta que tem sido sistematicamente empregada pelos ucranianos são os Sistemas de Superfície Remotamente Pilotados (SSRP). Diversos modelos dessas embarcações foram desenvolvidos e têm sido empregados de maneira muito agressiva e eficiente contra navios navegando nas proximidades de costa e até mesmo atracados nas bases russas. Esses meios têm obtido tanto sucesso que eles conseguiram afastar, ainda mais, os meios russos, reduzindo o uso de bases

navais próximas como a de Sevastopol e obrigando o uso de outras mais distantes como Novorossiysk e até mesmo Ochamshire na Geórgia. Mesmo nessas bases mais distantes já há o histórico de ataques com sucesso.

Essa postura agressiva com o emprego de diversos meios de esclarecimento e de ataque permitiu aos ucranianos negarem o controle do mar. A Esquadra do Mar Negro russa foi reduzida a pouco mais de metade de sua força original, restringindo-se a operar em áreas mais distantes no lançamento de mísseis de cruzeiro de longo alcance sobre terra. Com esse afastamento dos meios navais russos, foi possível aos ucranianos recuperarem a capacidade de operar no mar, retomando a Ilha Zmiinyi e diversas plataformas de petróleo que haviam sido perdidas.

Com essa compreensão sobre como ocorreu a disputa pelo controle do mar no conflito, é possível compreender como a Guerra Naval acabou influenciando o conflito sobre terra.

2.2 Interferência da Guerra Naval sobre Terra

É importante compreender a relação da Guerra Naval com a parcela terrestre, uma vez que é nessa última em que os humanos habitam e onde território pode ser efetivamente dominado. Já foram comentados os dois eixos de avanço de Berdyansk/Mariupol e de Kherson/Mykolayiv. No primeiro há indícios de sucesso de operações anfíbias e de apoio logístico ao avanço das tropas. Já no segundo, como comentado, a minagem defensiva ucraniana restringiu a possibilidade de um assalto anfíbio, permitindo apenas uma demonstração anfíbia. Apesar do sucesso em fixar tropas no terreno, a ausência de assaltos anfíbios evitou a tomada de regiões além dos Rios Dnipro e Bug Meridional que teriam facilitado a avanço das tropas russas, o que poderia permitir a tomada de toda a costa ucraniana do Mar Negro.

Esse movimento evidencia relevância estratégica do litoral para as operações, em especial em mares limitados. Dessa forma, a projeção de poder sobre terra prevista na doutrina ocidental, no contexto russo, tem o propósito de proteção do flanco do exército.

Outra forma adotada para cortar o acesso ucraniano ao mar foi por meio do ataque ao tráfego mercante. A Marinha Mercante é essencial para a economia nacional e, conseqüentemente, para o esforço de guerra, bem como para o comércio internacional. Incapazes de controlar os portos, os russos executaram um bloqueio naval, combinado com a minagem ofensiva dos portos ucranianos. Em um primeiro momento isso interrompeu plena e abruptamente o tráfego marítimo oriundo da Ucrânia, impedindo a chegada ou partida de navios, mantendo cerca de 343 navios e pelo menos 1.000 aquaviários retidos na Ucrânia, causando impactos no comércio marítimo global (Lloyd's List, 2022).

Além disso, o bloqueio contra Ucrânia ameaçou uma crise alimentar mundial, uma vez que 34% do trigo produzido no mundo é escoado pelo Mar Negro. Para minimizar esse problema foi negociado entre a Organização das Nações Unidas, os dois contendores, Turquia e outros organismos internacionais um acordo chamado Iniciativa de Grãos do Mar Negro. Ela permitiu a retomada das exportações mediante inspeções russas e, apesar de alguns percalços, permaneceu em vigor até 17 de julho de 2023. Após essa data, apesar da retirada da Rússia do acordo, com o afastamento dos seus meios navais da região, foi possível manter as rotas marítimas abertas e o risco das minas sob controle pela redução de reminagem pelos russos.

Com uma marinha incapaz de causar o mesmo dano ao comércio marítimo russo, além de ataques pontuais, os ucranianos recorreram ao seu poder não militar. Para tal, fizeram gestões políticas, junto aos Estados Unidos e demais aliados, para a imposição de uma quantidade enorme e sem paralelo na história de sanções econômicas contra o comércio russo. Ela atingiu o governo, as empresas e inúmeras pessoas físicas russas, além do congelamento de uma grande quantidade de recursos.

A despeito do volume das sanções, a existência de uma Marinha Mercante robusta, ainda que, em parte, obsoleta composta por cerca de 1.000 a 1.400 petroleiros, permitiu manter o comércio externo russo ativo. Esse fato comprovou o que já está posto em literatura acadêmica de que a existência de uma Marinha Mercante contribui para tornar um país mais resiliente a sanções econômicas, permitindo uma rápida reconfiguração dos seus mercados consumidores (Feldman, 2022).

Mais uma lição importante a ser considerada é a importância das infraestruturas críticas do poder marítimo, inclusive aquelas mergulhadas como oleodutos, gasodutos e cabos submarinos de fibra ótica responsáveis, hoje, por 99% das comunicações mundiais. A dificuldade de monitoramento dessas infraestruturas as torna especialmente propícias às ameaças híbridas, prejudicando sensivelmente a atribuição de responsabilidades. O conflito Rússia e Ucrânia tem sido pródigo em ações desse tipo como o ataque aos oleodutos *Nord Stream 1* e *2* no Báltico, atribuídos à Ucrânia. Outros exemplos são o do navio *Newnew Polar Bear* de bandeira de Hong Kong que, em 7 de outubro de 2024, danificou o gasoduto e o cabo submarino *Baltconnector* no Golfo da Finlândia, tendo esse evento sido correlacionado à Rússia. Deve ser observado que dano similar não atribuído a navio algum já havia sido realizado em 8 de outubro de 2023 ao mesmo gasoduto e cabo submarino. Além disso, em 17 de novembro de 2024 o navio chinês *Yi Peng 3* partiu os cabos de fibra ótica *BCS Interlink Leste-Oeste* e *C-Lion 1* também no Mar Báltico em mais um ataque híbrido atribuído à Rússia (Sutton, 2024).

Esses ataques, apesar de ocorrerem em um teatro diferente do conflito Rússia-Ucrânia podem ser relacionados como parte das ações híbridas realizadas contra a Rússia e contra países da OTAN dentro do contexto da guerra. A preocupação e a importância do assunto podem ser medidas por um outro evento. Em 11 de junho de 2023, o Navio de Inteligência russo *Priazovye* teria sido alvo de um ataque por seis SSRP que teriam sido supostamente destruídos a 300 km a sudeste de Sevastopol. Acredita-se que o navio se encontrava naquela posição, realizando a proteção do gasoduto *TurkStream*.

Esta parece ser uma nova dimensão da guerra naval, que a julgar pela sua frequência parece ter vindo para ficar. Como tal, novas tecnologias e táticas deverão ser desenvolvidas para fazer frente a essa nova ameaça. Na próxima seção serão tecidos maiores detalhes sobre estas questões.

2.3 A tecnologia e as táticas

A guerra moderna é dependente das tecnologias e ela associadas. Elas devem estar, entretanto intrinsecamente relacionadas a táticas, técnicas e procedimentos

adequados sob pena de a vantagem tecnológica não ser concretizada em vitória. Um exemplo clássico é o da Batalha de Tassafaronga na II Guerra Mundial, na qual uma força estadunidense com grande vantagem de meios e possuindo radares foi destruída por uma força japonesa com táticas adequadas ao período noturno (Hughes; Girrier, 2018, p.108-109).

A última sofisticação desse processo de inovação tecnológica e tática está relacionada com a capacidade de aprendizagem e inovação em combate. Brian McCue (1990) demonstrou que a vitória na Batalha do Atlântico contra os submarinos pode ser relacionada pelas inovações tecnológicas e táticas, uma vez que há forte correlação entre a entrada em serviço dessas novidades e o resultado representado em perdas de navios mercantes aliados ou de submarinos alemães. Por fim, uma análise de séries temporais demonstrou que a taxa de inovações aliadas foi cerca de duas vezes superior às alemãs.

O conflito entre Rússia e Ucrânia confirmou essas ideias. Ações como o uso de Sistemas Aéreos Remotamente Pilotados, em especial aqueles de baixo custo e com pilotagem em visão de primeira pessoa, tiveram um grande efeito sobre a guerra terrestre. Outro exemplo é a capacidade de interferências nos sistemas de navegação globais que tem sido observada nos campos de batalha. De lado a lado, nos teatros aéreo e terrestre, parece que as inovações e a capacidade de aprendizado tático têm sido equilibradas. Entretanto, no teatro naval tal fato não parece ocorrer.

A despeito de inúmeras tentativas e inovações, a Rússia parece ter tido pouca eficiência contra os SSRP ucranianos. A despeito de um primeiro veículo ter sido encontrado pelos russos em uma praia da Crimeia cerca de um mês antes do primeiro ataque com sucesso desse tipo de meio, pouco parece ter sido realizado para se contrapor a essa ameaça. Por fim, essa incapacidade acabou obrigando a retirada das Forças Navais russas depois da perda de quase metade da Esquadra do Mar Negro.

É necessário que um país também estabeleça procedimentos de aprendizagem em combate. Para tal é preciso ter bem estruturado um regime de relatórios em combate, captando as observações dos combatentes na linha de frente, bem como, o estabelecimento de métricas que permitam identificar perdas

e ganhos de eficiência e ainda a produção de inteligência técnica sobre sistemas e táticas inimigas, permitindo identificar as causas dessas flutuações.

Uma vez que seja possível identificar perdas de eficiência que possam indicar novos sistemas ou táticas inimigas, será necessário o desenvolvimento de contramedidas. Elas só terão sucesso se contarem com um corpo técnico altamente qualificado e capacitado e com processos de inovação ágeis para permitir uma alta frequência de inovações. A estruturação dessa capacidade, como de qualquer outra, deve ser estabelecida e testada desde os tempos de paz.

A já comentada Estratégia das Forças Navais das Forças Armadas da Ucrânia 2035 apresenta a inovação como um dos atributos necessários para aquela Marinha, indicando que ela possa ter se estruturado para tal. Por outro lado, a grande vantagem numérica da Esquadra do Mar Negro, indica que não havia a necessidade de preparação para aprendizado e inovação em combate, explicando os resultados observados.

Um caminho proposto para essa estruturação pode ser o emprego dos jogos de guerra acadêmicos realizados anualmente nas escolas militares para permitir identificar e testar um catálogo de métricas e procedimentos de aprendizagem em combate. A participação de engenheiros, Instituições de Ciência e Tecnologia e dos Centros Doutrinários das Forças nesses eventos poderia contribuir com o desenvolvimento de processos ágeis de inovação tecnológica e tática e também poderia ser uma iniciativa importante. Esses processos ao final, poderiam ser testados desde o tempo de paz para abranger diversas áreas de conhecimento.

Entre as principais tecnologias que provaram sua importância no atual conflito, podemos destacar o desenvolvimento e aplicação de Sistemas Remotamente Pilotados nos diversos ambientes. Apesar destes sistemas não serem uma panaceia como alguns podem pensar e dessa tecnologia ter se beneficiado do ambiente dos mares limitados, é esperado que o seu amadurecimento os torne gradualmente mais flexíveis. Não há como falar desse tipo de sistema sem mencionar o desenvolvimento e emprego de Inteligência Artificial, contribuindo para a agilidade do processo decisório.

Outro ponto a ser desenvolvido é o ataque e a resiliência de sistemas de navegação global, nas suas vertentes de posicionamento, navegação e tempo. Eles se revestem de enorme importância inclusive para suas aplicações civis,

uma vez que a base de tempo necessária para as transações bancárias é obtida muitas vezes desses sistemas satelitais. O colapso dessa base de tempo impactaria sensivelmente as transações bancárias nacionais.

Uma vez discutida a importância das inovações tecnológicas e táticas, já é possível concluir o presente capítulo.

3. Conclusões

A Guerra Naval no conflito Rússia-Ucrânia é pródiga de lições como demonstrado, devendo ser sempre consideradas as condicionantes como seu ambiente ser um mar limitado. Além disso, já há trabalhos que indicam ser razoável assumir que a incapacidade russa de impor seu controle sobre o mar, prejudicou a frente terrestre, favorecendo a sua estabilização. Este fato, associado ao alto número de baixas decorrentes da atirção, aumentou a probabilidade de emprego do poder aéreo dentro de uma estratégia de punição, demonstrando a relação entre diversos ambientes de conflito (Roth *et al.*, 2024, p. 355).

Deve ser sempre considerado que as batalhas navais são historicamente mais raras do que as congêneres terrestres ou aéreas, o que, entretanto, não reduz a importância estratégica do ambiente naval. A Doutrina russa da importância da Marinha para proteger o flanco do exército reforça essa ideia de que, eventualmente, no caso brasileiro, pode ser ofuscada pelas dimensões continentais nacionais.

Além disso, a menor frequência de ocorrência das batalhas navais, reveste cada uma delas de uma maior relevância, o que reforça a importância do preparo. No caso naval, além da importância do adestramento e do desenvolvimento doutrinário, há uma componente tecnológica que dá grande relevância ao material disponível para a definição da manobra que será executada, bem como para seu sucesso. Dessa forma, caso o Brasil deseje uma efetiva independência estratégica para definir seus rumos, é necessário ampliar os investimentos em defesa, evitando a dependência de apoio externo apresentada pela Ucrânia, sendo necessário convencer a população dessa importância.

Como apresentado, a busca ucraniana por evitar a “militarização” da sua sociedade, hoje lhe custa cerca de 20% do território e mais de 14% do Produto Interno Bruto (PIB). É importante considerar que se não tivesse recebido um

massivo apoio externo desde 2014 e ampliado a partir de 2022, provavelmente as perdas seriam ainda piores. Caso a paz seja feita sobre esses termos, a perda eterna de 14% do PIB parece pouco sobre 10 ou 15 anos de investimentos de 5% do PIB para defesa.

Uma analogia também pode ser feita para o Brasil. Apenas para citar um exemplo, o Rio Grande do Sul que já foi invadido na Guerra do Paraguai e também quase perdido na Revolução Farroupilha corresponde atualmente a 6,5% do PIB brasileiro. Dessa forma, a existência de Forças Armadas capazes de manter a integridade territorial já garantiu mais do que três vezes o pretendido orçamento de defesa de 2% do PIB por toda a eternidade (atualmente ele é de cerca de 1,1% do PIB). E se considerarmos que o PIB da Amazônia Legal corresponde a 10,3% do nacional e que ela é alvo de cobiça global e base climática para todo o agronegócio brasileiro, o investimento em defesa mais uma vez é colocado em perspectiva.

Outra lição importante é que a proteção e a sobrevivência de qualquer país não estão somente em seu território, mas também nos oceanos por onde flui o comércio marítimo, essencial para manter qualquer economia ativa. Essa lição também é relevante para o Brasil. Como um *global trader* responsável por alimentar 10% das pessoas do mundo, as ameaças ao nosso comércio marítimo podem ser uma fonte de risco à segurança alimentar nacional e global e como tal, ser fonte de pressão sobre o país. É essencial para a defesa do país ter uma Marinha capaz de proteger esse tráfego marítimo e uma Marinha Mercante nacional capaz de nos dar resiliência, contribuindo com a construção de um país cada vez mais rico, justo e soberano.

Referências

BRASIL. Marinha do Brasil. *COMOPNAVINST 30-01: Definição da expressão Ameaças Híbridas*. Rio de Janeiro: Comando de Operações Navais, 2020b.

BRASIL. Marinha do Brasil. *EGN 601: Manual de Estratégia Operacional*, Volume I, Componentes da Estratégia Operacional. Rio de Janeiro, RJ: Escola de Guerra Naval, 2012.

BRASIL. Marinha do Brasil. *EMA 301: Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM)*. Brasília, DF: Estado-Maior da Armada, ed. 1, 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Doutrina de Operações Conjuntas*. Brasília-DF: Ministério da Defesa, v.2, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md30-m-01-vol-2-2a-edicao-2020-dou-178-de-15-set.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRAW, Elisabeth. *Russia's growing dark fleet: Risks for the global maritime order*. Washington: Atlantic Council, 11 jan. 2024. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/russias-growing-dark-fleet-risks-for-the-global-maritime-order/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CONVENÇÃO de Montreux. Convenção sobre o Regime dos Estreitos. Montreux: Liga das Nações, 20 jul. 1936. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20071009005014/http://www.turkishpilots.org.tr/ingilizcedernek/DOCUMENTS/montro.html>. Acesso em: 28 abr. 2024.

DUNLAP, Charles J. Lawfare. In: MOORE, Jonh Norton; et al (Ed.). *National Security Law*. [s. l.]: [s. n.], 2015. p. 823-838. Disponível em: https://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=6100&context=faculty_scholarship. Acesso em: 7 maio 2024.

ESRI “Oceano” [mapa base]. Escala Não Fornecida. “Mapa do Oceano”. 30 jul. 2024.

ESTADÃO CONTEÚDO. Quilo do pãozinho francês já é vendido a R\$ 22 no país após alta do trigo puxada por guerra na Ucrânia. *São Paulo: InfoMoney*, 31 mar. 2022. Disponível em <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/quilo-do-paozinho-frances-ja-e-vendido-a-r-22-no-pais-apos-alta-do-trigo-puxada-por-guerra-na-ucrania/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

FELDMAN, Nizan. Rallying around the “flag of convenience”: Merchant fleet flags and sanctions effectiveness. *Marine Policy*. [s. 1.]: Elsevier, v.143, set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2022.105129>. Acesso em: 14 jun. 2024.

HUGHES, Wayne; GIRRIER, Robert. *Fleet tactics and naval operations*. 3. ed. Annapolis: United States Naval Institute, 2018.

LLOYD’S LIST. *Over 300 vessels and at least 1,000 seafarers are stuck in Ukraine*. [s. 1.] Lloyd’s List Intelligence, 2022. Disponível em: <https://lloydslist.com/LL1140295/Over-300-vessels-and-at-least-1000-seafarers-are-stuck-in-Ukraine>. Acesso em: 7 maio 2024.

MERKX, Gilbert. Russia’s war in Ukraine: Two Decisive Factors. *Journal of Advanced Military Studies*, v. 14, n. 2, Fall 2023. Disponível em: <https://www.usmcu.edu/Outreach/Marine-Corps-University-Press/MCU-Journal/JAMS-vol-14-no-2/Russias-War-in-Ukraine/>. Acesso em: 17 maio 2024.

MURAIKAITĖ, Egle E. *U.S. assistance to Ukraine in the information space: intelligence, cyber, and signaling*. College Park: University of Maryland, fev. 2023. Disponível em: https://www.start.umd.edu/sites/default/files/publications/local_attachments/ATAC%20-%20U.S.%20Assistance%20to%20Ukraine%20in%20the%20Information%20Space.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024

OPENDATASOFT. *World Administrative Boundaries*. Disponível em: <https://public.opendatasoft.com/explore/dataset/world-administrative-boundaries/export/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

QGIS Development Team, 2024. *QGIS Geographic Information System*. Open-Source Geospatial Foundation Project. Disponível em: <http://qgis.osgeo.org>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ROTH, Luiz Carlos C.; NAGASIMA, Ohara B.; CARDOSO, Caio G.; ARAÚJO, Ricardo P. de Bragança O.; MATOS, Paulo S. B.; RODRIGUES, Raoni V. D.;

SANTOS, Guilherme F. dos. *O Conflito Rússia-Ucrânia 2022/2024: As influências multidimensionais da guerra no mar*. Rio de Janeiro: Letras Marítimas, 2024.

SINDMAR. *Caso Valemax*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://www.sindmar.org.br/caso-valemax/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

STEIN, Marianne. *How the Russian invasion of Ukraine has impacted the global wheat market*. Urbana: ACES News, University of Illinois, 2 fev. 2024. Disponível em: <https://aces.illinois.edu/news/how-russian-invasion-ukraine-has-impacted-global-wheat-market>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SUTTON, H. I. *Timeline of 2022 Ukraine Invasion: War in The Black Sea*. [s. l.]: Covert Shores, 20 dez. 2024. Disponível em: <http://www.hisutton.com/Timeline-2022-Ukraine-Invasion-At-Sea.html>. Acesso em: 20 dez. 2024.

UCRÂNIA. *Strategy of the Naval Forces of the Armed Forces of Ukraine 2035*. [s.l.]: Comando das Forças Navais das Forças Armadas da Ucrânia, 11 jan.2019. Disponível em: <https://navy.mil.gov.ua/en/strategiya-vijskovo-morskyh-syl-zbrojnyh-syl-ukrayiny-2035/>. Acesso em:20 dez. 2024.

VEGO, Milan. *Operational warfare*. Newport: Naval War College, 2000. 718 p.

VEGO, Milan. *Naval strategy and operations in narrow seas*. 2. ed. Portland: Frank Cass Publishers, 2003. 332 p. ISBN 0-203=0133-7. E-book..

ZANIEWICZ, Maciej. *Ukraine's New Military Security Strategy*. Varsóvia: The Polish Institute of International Affairs, 5 maio 2021. Disponível em: https://pism.pl/publications/Ukraines_New_Military_Security_Strategy. Acesso em: 30 jul. 2024.

SINDMAR. *Caso Valemax*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://www.sindmar.org.br/caso-valemax/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

STEIN, Marianne. *How the Russian invasion of Ukraine has impacted the global wheat market*. Urbana: ACES News, University of Illinois, 2 fev. 2024. Disponível em: <https://aces.illinois.edu/news/how-russian-invasion-ukraine-has-impacted-global-wheat-market>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SUTTON, H. I. *Timeline of 2022 Ukraine Invasion: War in The Black Sea*. [s. l.]: Covert Shores, 20 dez. 2024. Disponível em: <http://www.hisutton.com/Timeline-2022-Ukraine-Invasion-At-Sea.html>. Acesso em: 20 dez. 2024.

UCRÂNIA. *Strategy of the Naval Forces of the Armed Forces of Ukraine 2035*. [s.l.]: Comando das Forças Navais das Forças Armadas da Ucrânia, 11 jan.2019. Disponível em: <https://navy.mil.gov.ua/en/strategiya-vijskovo-morskyh-syl-zbrojnyh-syl-ukrayiny-2035/>. Acesso em:20 dez. 2024.

VEGO, Milan. *Operational warfare*. Newport: Naval War College, 2000. 718 p.

VEGO, Milan. *Naval strategy and operations in narrow seas*. 2. ed. Portland: Frank Cass Publishers, 2003. 332 p. ISBN 0-203=0133-7. E-book..

ZANIEWICZ, Maciej. *Ukraine's New Military Security Strategy*. Varsóvia: The Polish Institute of International Affairs, 5 maio 2021. Disponível em: https://pism.pl/publications/Ukraines_New_Military_Security_Strategy. Acesso em: 30 jul. 2024.

Organizadores

MARCELO GURGEL DO AMARAL SILVA - General da Reserva do Exército Brasileiro. Doutor em Ciências Militares (Escola de Comando de Estado-Maior do Exército - ECEME). Mestre em Defesa e Segurança Interamericanas (Colégio Interamericano de Defesa). Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Escola Superior de Defesa (ESD)

OSCAR MEDEIROS FILHO - Doutor em Ciência Política (USP). Mestre em Geografia Humana (USP). Graduado em Geografia. Professor da Escola Superior de Defesa (ESD). Coronel da Reserva do Exército Brasileiro.

AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JÚNIOR - Doutor em Ciência Política (UFPE). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ (PQ). Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Segurança Nacional.

Autores

ALCIDES COSTAS VAZ - Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP). Graduado e mestre em Relações Internacionais (UnB). Professor Titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

CAIO GERMANO CARDOSO - Doutor e mestre em Ciências Navais (Escola de Guerra Naval - EGN). Graduado em Ciências Navais com Habilitação em Eletrônica pela Escola Naval. Capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil.

CARLOS EDUARDO VALLE ROSA - Doutor em Geografia/ Geopolítica (UFRNP). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da UNIFA. Coronel Aviador da Reserva da FAB.

CARLOS FREDERICO CINELLI - Doutor em Política e Estratégia (ECEME). Especialista em Direito Internacional Humanitário pelo convênio UnB/Universidade de Bochum (Alemanha) e em Direito Militar (UERJ). Revisor dos Comentários à 3a Convenção de Genebra de 1949. Professor Convidado da PUC-Minas e da Escola Superior de Defesa

CINTHYA ARAÚJO GOMES - Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI – UFPB). Bacharela em Relações Internacionais (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Segurança Internacional (GEESI).

DANIELA VIEIRA SECCHES - Doutora em Relações Internacionais (PUC Minas). Mestre em Ciência Política pela Universidade Masaryk, República Tcheca. Graduada em RI pela PUC Minas e em Direito (UFMG). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em RI da PUC Minas. Coordenadora e uma das fundadoras do Observatório Rússia-América Latina (Ruslat).

DANIELLE JACON AYRES PINTO - Doutora em Ciência Política (Unicamp). Mestre e Bacharel em Relações Internacionais (Universidade de Coimbra/Portugal). Especialista em cibersegurança e ciberdefesa. Professora de Política Internacional e segurança (UFSC). Diretora de Segurança da Informação do GSI/Presidência da República do Brasil.

EUGENIO PACELLI LAZZAROTTI DINIZ COSTA - Professor do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas. Coordenador do INCT *Observatório de Capacidades Militares e Políticas de Defesa*. Pesquisador 1C do Cnpq. Membro do *The International Institute for Strategic Studies* (IISS, Londres).

HÉLIO CAETANO FARIAS - Doutor em Economia Política Internacional pela UFRJ. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM) do Instituto Meira Mattos (IMM) da Escola de Comando de Estado-Maior do Exército (ECEME). Coordenador do Grupo de Pesquisa “Geopolítica, Defesa e Desenvolvimento”, registrado no Cnpq.

MARCOS ALEXANDER VALLE DE MOURA - Graduado e Mestre em Ciências Navais. Mestrando em Segurança, Desenvolvimento e Defesa. Oficial da reserva da Marinha do Brasil.

MARIA MONT SERRAT BOMFIM MARIANO DOS SANTOS - Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI – UFPB). Bacharela em Relações Internacionais (UFPB). Membro do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Segurança Internacional (GEESI).

PAULO ROBERTO DA SILVA GOMES FILHO – Mestre em Operações Militares (ECEME). Mestre em Estudos de Defesa e Estratégia pela Universidade Nacional de Defesa da República Popular da China (Beijing). Especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG). Analista do Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Coronel da Reserva do Exército Brasileiro.

RICHARD FERNANDEZ NUNES - General de Exército. Chefe do Estado-Maior do Exército. Mestre em Ciências Militares (ECEME). Graduado em Direito (UFRJ).

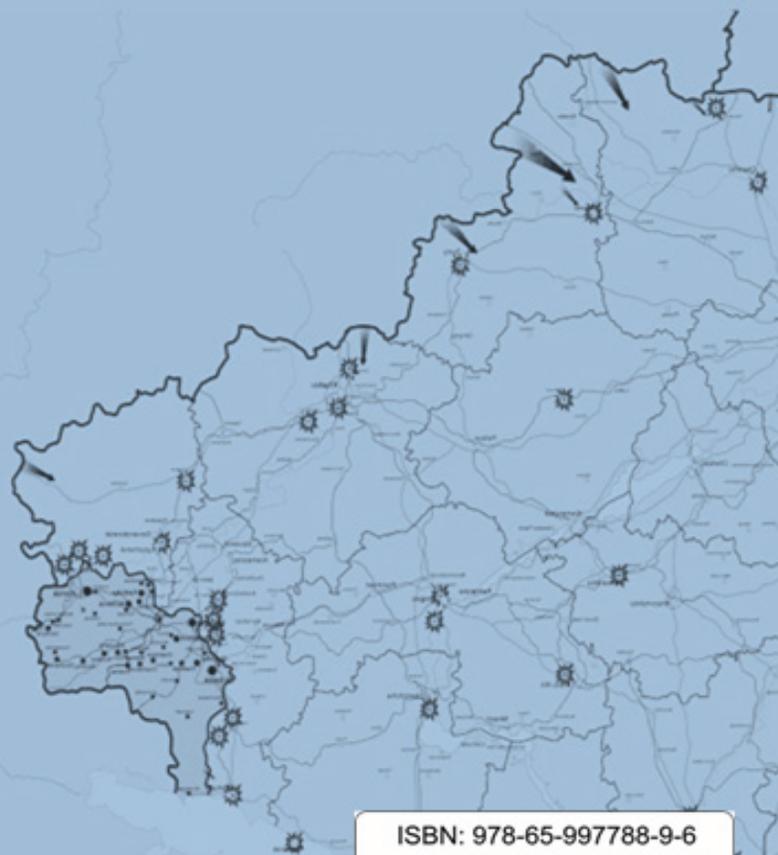
SANDRO TEIXEIRA MOITA – Doutor em Ciências Militares pela ECEME. Mestre em História Militar Brasileira. Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM/IMM).

WALTER DA COSTA FERREIRA – Mestre em Operações Militares (ESAO). Curso de Altos Estudos Militares (ECEME). Pesquisador em Estudos Estratégicos (GEESI/UFPB). Coronel da reserva do Exército Brasileiro.

WELLINGTON DANTAS DE AMORIM – Doutor em ciência política pela Universidade Federal Fluminense. Graduado e mestre em relações internacionais pela Universidade de Brasília. Professor Ajunto nível II da Escola Superior de Defesa (ESD).



ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA
ESD
DEFENSA PER SCIENTIAM



ISBN: 978-65-997788-9-6

CD



9 786599 778896